# O PATRIMÔNIO DESIGUAL

Cidade, memória e a classe trabalhadora

# O PATRIMÔNIO DESIGUAL

## Cidade, memória e a classe trabalhadora

**Texto de sistematização crítica da produção acadêmica**
**Concurso Público de Livre Docência**

Área: Geografia Urbana
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Candidata: Simone Scifoni
2022

## ÍNDICE

**INTRODUÇÃO** p. 6

**1. PATRIMÔNIO, POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADE** p. 18
1.1 - Cultura e problemática urbana p. 31
1.2 - Para além do capital: o patrimônio industrial na perspectiva da classe trabalhadora p. 46
1.3 – Interpretar qual patrimônio? A experiência do inventário participativo do Minhocão, São Paulo p. 69

**2. PATRIMÔNIO, CIDADE E NATUREZA** p. 83
2.1 – Patrimonialização da natureza no Brasil: atualizando o debate p. 90
2.2 – Um parque na centralidade da metrópole paulistana: sociabilidades em dois tempos p.108
2.3 - Patrimônio como negócio p.136

**3. PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO** p.154
3.1 - Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo p.167
3.2 - Desafios para uma nova Educação Patrimonial p.179

**4. MEMÓRIA, CLASSE TRABALHADORA E CIDADE** p.188
4.1 - Lugares de memória operária: repensar a noção p.208
4.2 – A memória e os lugares no ABC paulista p.217

**5. SÍNTESES FINAIS** p.262

**REFERÊNCIAS** p.273

**Anexo** (Fichas do Inventário dos Lugares de Memória Operária) p.292

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 01: Cartografia oficial de 1972, Parque do Povo. ..... p.113
Figura 02: Representação do conhecer para preservar, segundo senso comum..... p.168
Figura 03: Mapa Lugares de memória operária no ABC, versão 1, 2012..... p.228
Figura 04: mapa dos Lugares de Memória Operária, versão final, 2021..... p.229

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Patrimônio cultural tombado no estado de São Paulo, representativo da memória dos trabalhadores, até 2020..... p. 55
Quadro 2: Demandas sociais por tombamento de patrimônios naturais no Condephaat..... p.101
Quadro 3: Patrimônio natural tombado em São Paulo (até 2018) ..... p.103
Quadro 4: Congressos de História do Grande ABC e seus temas..... p.224
Quadro 5: Lugares de memória operária no ABC..... p.230

**LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS**

Tabela 1: Patrimônios naturais tombados por período (1969-2018) ..... p.104
Tabela 2: Participação do emprego formal nos setores da economia, em 2017..... p.198
Tabela 3: Emprego formal na indústria de 1980 a 2016..... p.199
Tabela 4: Número de estabelecimentos industriais (indústria de transformação) ..... p.200

Gráfico 1: Patrimônio industrial tombado pelo Condephaat, até janeiro de 2022, por categorias e número..... p. 53
Gráfico 2: Bens ferroviários tombados pelo Condephaat, por década, até 2022. p. 54
Gráfico 3: Categoria industrial/fabril, bens tombados pelo Condephaat, por década, até 2022..... p. 54

**LISTA DE IMAGENS**

IMAGENS 1 e 2: Passeata do Movimento dos Queixadas no centro de São Paulo para chamar atenção da população e governo sobre a situação dos trabalhadores de Perus e Cajamar..... p. 58
IMAGEM 3: Estádio de Vila Euclides lotado para a assembleia dos metalúrgicos, em maio de 1980..... p. 63
IMAGEM 4: Conjunto Habitacional do Gazuza, Diadema. Primeiro conjunto vertical construído em sistema de mutirão em São Paulo e incluído no inventário de patrimônio cultural do município..... p. 66
IMAGEM 5: Parque do Povo em 1994, em fotografia anexada ao Processo de Tombamento..... p.117
IMAGEM 6: Escolinha de futebol do Canto do Rio em foto emoldurada na parede da nova sede..... p.120
IMAGEM 7: Condomínios verticais no entorno do Parque e a pequena frequência de público mesmo em um sábado..... p.126
IMAGEM 8: Parque do Povo e o único campo de futebol de várzea mantido encontra-se cercado e sem uso público..... p.131
IMAGEM 9: Parque do Povo e o único campo de futebol de várzea mantido encontra-se cercado e sem uso público..... p.131
IMAGEM 10: Parque do Povo, o vazio do gramado central, emoldurado pelos condomínios verticais..... p.132
IMAGEM 11: Parque do Povo e o gramado central aberto aos finais de semana e cercado em dias de semana para dificultar a travessia de trabalhadores rumo à estação de trem..... p.134
Imagem 12: ruínas do Sítio Itaim antes da reconstrução..... p.145

Imagem 13: escavações para fundação e subsolo do edifício, com a casa no canto à direita..... p.145
Imagem 14: Edifício Pátio Malzoni..... P145
Imagem 15: detalhe da casa reconstruída..... p.145
Imagem 16: Ortofoto da Emplasa de 2007..... p.151
Imagem 17: Imagem de satélite, 2020..... p.151
Imagem 18: O famoso “deixa cair”..... p.174
Imagem 19: Interior do Museu IMPA..... p.203
Imagem 20: Linha do tempo, interior do Museu IMPA..... p.203
Imagem 21: Prédio da fábrica e Museu, fachada principal..... p.203
Imagem 22: Prédio da fábrica e Museu, entrada lateral..... p.204
Imagem 23: Fachada da indústria nos anos 1990, quando foi ocupada pelos trabalhadores..... p.204
Imagem 24: Painel do Museu de Território da Quilombaque..... p.205
Imagem 25: Vila Ipiranguinha, Santo André..... p.236
Imagem 26: Largo da Quitandinha, Santo André..... p.236
Imagem 27: Túmulo de Castellani, Cemitério da Saudade, Santo André..... p.236
Imagem 28: As 4 casas operárias da Pedreira Santa Clara, lugar de memória da greve dos canteiros..... p.236
Imagem 29: Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André..... p.241
Imagem 30: Sindicato dos Químicos..... p.241
Imagem 31: Túmulo do Mazzo, Cemitério da Saudade, Santo André..... p.241
Imagem 32: Carmen Savietto, Cemitério da Saudade, Santo André..... p.241
Imagem 33: Av. Industrial, Santo André..... p.242
Imagem 34: IAPI de Vila Guiomar..... p.242
Imagem 35: Casas Populares de Santa Terezinha..... p.242
Imagem 36: Catedral do Carmo..... p.242
Imagem 37: Galpão da Rhodia, Santo André..... p.242
Imagem 38: Operários fundadores da cooperativa..... p.242
Imagem 39: Assembleia dos metalúrgicos no estádio de V. Euclides, em 1979..... p.245
Imagem 40: Helicóptero do exército sobrevoa uma assembleia no estádio, em 1979..... p.245
Imagem 41: Jardim Zaíra, Mauá..... p.250
Imagem 42: Estádio da Vila Euclides, 1980..... p.250
Imagem 43: Igreja Matriz, S. Bernardo do Campo, 1980..... p.250
Imagem 44: Paço Municipal SBC, 1980..... p.250
Imagem 45: Passeata na Rua Marechal Deodoro, 1980..... p.250
Imagem 46: Bar do Zelão, esquina da Rua do Sindicato..... p.250
Imagem 47: Exército cerca o Sindicato dos Metalúrgicos, 1980..... p.250
Imagem 48: Panfletagem em porta de fábrica..... p.250
Imagem 49: da remoção da Vila Socialista, em dezembro de 1990..... p.252
Imagem 50: Conjunto do CDH Vila Socialista, bairro de Vila Nova Conceição..... p.252
Imagem 51: Favela Parque São Bernardo, anos 1980, município de São Bernardo do Campo..... p.255
Imagem 52: Organização do sacolão pela associação de compras comunitárias, município de São Bernardo do Campo..... p.255
Imagem 53: Vila Palmares, moradores participaram da reurbanização..... p.257
Imagem 54: Rua do Centreville..... p.257
Imagem 55: Vila Comunitária..... p.257
Imagem 56: Placa de rua na Vila Nova Conceição..... p.257
Imagem 57: Conjunto Habitacional do Gazuza..... p.257
Imagem 58: Uniforja..... p.259

# INTRODUÇÃO

# Introdução

Os textos aqui organizados sintetizam as pesquisas e reflexões que, nestes mais de dez anos de trajetória acadêmica como docente da Universidade de São Paulo conformam um caminho partindo do olhar da geografia urbana em direção aos temas da memória e do patrimônio cultural. Eles não têm a intenção de afirmar uma tese, apesar de gravitarem em torno de uma ideia central proposta: a do patrimônio desigual. Nesse sentido, eles estão organizados para explicitar as evidências, compreender as razões e os fundamentos e problematizar as consequências dessa desigualdade. Nesta perspectiva, muito embora os **temas** abordados possam ser enquadrados no que se convencionou chamar de geografia cultural, os referenciais teóricos do trabalho são outros. Eles estão alicerçados no campo da geografia urbana crítica uma vez que, a partir dela, é possível encontrar os fundamentos do patrimônio desigual.

O trabalho foi organizado em quatro capítulos que procuram articular a produção acadêmica publicada que foi, também, atualizada e revista criticamente. Cada capítulo é antecedido por um texto novo de abertura, que busca tecer as relações entre os artigos elaborados, atualizando, também, os termos da reflexão. Os artigos passam por temas como patrimônio cultural, memória, educação e gentrificação. Os capítulos convergem para objetivos específicos, tais como: a crítica das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural e seu o papel nos processos de gentrificação; a necessidade de compreensão da natureza como objeto de patrimonialização; a problematização do uso pedagógico do patrimônio e da memória; e por fim, a reflexão sobre a noção de lugares de memória, tendo como recorte específico, a memória da classe trabalhadora em uma região industrial da metrópole paulistana.

O fio condutor dos textos é a abordagem teórica do materialismo histórico-dialético que orienta um determinado olhar sobre os temas. Isso porque, segundo Martins (1981, p.14): “O pensamento é produto de um estilo de pensamento. O pensamento traduz uma maneira de ver e viver e, portanto, uma forma de querer [...] O estilo é, em suma, um modo de conhecer.”

O que se pretende apresentar aqui é, assim, um modo de ver que compreende a cultura como o “lugar” onde se enfrentam, confrontam e tensionam diferentes perspectivas e projetos, que são tanto de aceitação, continuidade e reprodução da lógica do mundo, como também o oposto, sua crítica e busca de superação. Assim, ao tratar da cultura há que se colocar em destaque as tensões, as contradições e os enfrentamentos que se dão dentro desse universo. Nessa perspectiva não se vê a cultura

como uma dimensão única e totalizadora, apenas na perspectiva daquilo que se apresenta como hegemônico, uma vez que tal visão produz silenciamentos sobre experiencias que buscam confrontar e desafiar o instituído.

O objetivo dessa introdução é, assim, apresentar os elementos essenciais para uma leitura possível da cultura na Geografia a partir de alguns autores e algumas ideias-chave.

## Pressupostos teóricos para a compreensão da cultura na Geografia

> Mas o que é uma cultura? É também uma práxis. É um modo de repartir os recursos da sociedade e, por conseguinte, de orientar a produção. É uma maneira de produzir, no sentido forte do termo. (LEFEBVRE, 1991, p. 38)

Com base no pensamento de Henri Lefebvre toma-se como pressuposto inicial a compreensão da cultura em um determinado momento da sociedade: aquele no qual a problemática do urbano se generaliza, atingindo a sociedade como um todo, por meio da extensão dos conteúdos do urbano, do modo de vida e suas tensões e de um sistema de objetos e de valores. É nesse momento em que a problemática urbana se transforma em realidade da sociedade, penetrando no campo e nos espaços mais distantes das cidades, conforme apresenta o autor (LEFEBVRE, 2004; 2010).

Isso se dá por meio do cotidiano, esse espaço-tempo do vivido, composto por um conjunto de atividades consideradas de aparência banal. O cotidiano é o lugar marcado pela soma de opressões diárias e pela repetição de gestos no trabalho e fora dele, e pela imposição de um tempo da racionalidade, que gera uma existência empobrecida, a *miséria do cotidiano*, nos termos de Lefebvre (1991). Mas ele é igualmente marcado pelo oposto, por aquilo que escapa à repetição e a opressão, pelo irredutível, pela prática que leva à múltiplas possibilidades de apropriação, do corpo, do espaço, do tempo, do desejo, como defini o autor, a *grandeza do cotidiano*.

O urbano atinge a sociedade como um todo por meio da generalização e consolidação do cotidiano. De uma fase inicial de organização e repartição do tempo para atender o ritmo da produção capitalista, o cotidiano torna-se algo que é programado para o consumo: as necessidades são previstas, satisfeitas e recriadas, o que sustenta novos ciclos de reprodução do capital. Assim se instaura a cotidianidade como um sistema único dominado pela lógica da produção industrial e pelas relações sociais de produção capitalistas, produto do desdobramento do mundo da mercadoria, com a consolidação de uma sociedade orientada essencialmente para o consumo, que o autor

chamou de sociedade burocrática do consumo dirigido. Nestes termos, a cotidianidade invade a vida social, organiza o trabalho e o lazer, o modo de vida, a saúde e o prazer. Controla o tempo e o espaço, impondo a sua métrica, sua lógica, funcionando como um sistema único, padronizando corpos, gestos, palavras, comportamentos, desejos.

Nessa sociedade em que a produção de mercadorias passa a dominar todos os campos da vida social, incorpora-se igualmente a cultura, transformada em lugar de produção de mercadorias, cada vez mais confundida com entretenimento e os lazeres. Para Lefebvre (2010), quando a cultura se dissolve tornando-se um objeto de consumo, ocasião para o lucro e produção para o mercado, o 'cultural' dissimula uma armadilha.

Compreende-se aqui que a armadilha, esse artifício enganador do qual o autor se refere, diz respeito ao fato de que o 'cultural' oculta o papel da cultura na sociedade burocrática do consumo dirigido. A cultura aparece como o outro do cotidiano, um desvio, ou aquilo que é oposto e separado das opressões diárias, do fardo do trabalho e do tempo regulado. A cultura aparece como a fuga do cotidiano ou como algo acima dele, um momento privilegiado, mas na verdade ela é parte vital e tem um papel central na sustentação da cotidianidade, via consumo da mercadoria. Ao mesmo tempo, se a cultura é entendida como o modo de relacionamento da sociedade com as coisas do mundo, conforme propõe Arendt (2009), ela não pode estar fora do cotidiano, nesse momento da sociedade mundial.

Esse é um primeiro nível de compreensão da cultura, que evidencia sua relação com a dominação econômico-social. Por meio dela e no cotidiano, vê-se o papel da cultura na reprodução das relações sociais de produção que sustentam esse momento em que o urbano atinge toda a sociedade. "A cultura tornada integralmente mercadoria deve também se tornar a mercadoria vedete da sociedade espetacular." (DEBORD, 2011, p.126).

Mas a leitura sobre a cultura, sobretudo considerando outras realidades como o caso do Brasil, não deve se circunscrever a esse único olhar, pois isso pode ser, também, uma armadilha para o pensamento. Isso porque esse pensamento exposto anteriormente é resultado de uma leitura de realidade daquilo que se configurava como emergente nos países centrais da economia capitalista, em fins dos anos 1960. Será possível pensar a cultura, no Brasil, hoje, somente a partir desse ponto de vista? Ainda que vários autores, posteriormente nos anos 1990, tenham trilhado essa mesma direção, tais como David Harvey (1992), Frederic Jameson (1997), entre outros, discutindo o uso da cultura como estratégia para compor a acumulação do capital naquilo que chamavam criticamente de pós-modernidade ou como essencial na etapa do capitalismo tardio;

ainda que, esses mesmos processos hegemônicos interfiram em realidades de países periféricos da economia capitalista; mesmo assim, para compreender a cultura, no Brasil, só esse caminho de discussão não basta.

É preciso uma abordagem teórica que possibilite a leitura da cultura a partir de algumas especificidades da realidade nacional, porque apesar da imposição da lógica hegemônica do sistema capitalista, há dimensões específicas no campo da cultura que se explicam a partir daquilo que é fundante na formação econômico-social brasileira[1]: a colonização. Ela deixou marcas profundas e ainda permanentes na esfera das representações do vivido, nas formas de pensar, de ser e de viver.

A colonização é, assim, parte da totalidade explicativa para a compreensão da cultura no Brasil, uma vez que a cultura internaliza as mesmas relações de poder fundadas no colonialismo e que não foram superadas após a descolonização via conquista de soberania nacional.

A cultura foi uma das dimensões integrantes do projeto de dominação colocado pela colonização portuguesa e não um simples resultado ou produto, ou seja, ela assumiu um papel fundamental para viabilizar a dominação político-econômica da colonização. Ao mesmo tempo e, conforme Bosi (2014), é preciso reconhecer o caráter totalizante desse projeto que implicava em exploração do trabalho para produção de riqueza por meio da dominação de corpos e mentes. Ou seja, o econômico, o político e o cultural estavam articulados como dimensões do processo, ainda que o primeiro tenha sido o motor. Para esse autor, a colonização foi material e simbólica, ao mesmo tempo.

A colonização usou a cultura como instrumento de dominação política, social e econômica, em primeiro lugar, ao impor aos nativos outro modo de ser, de viver, de fazer, pensar e ser, por meio da educação, da catequese religiosa, de um sistema de valores e crenças e da língua, e o fez deslegitimando e destruindo aqueles elementos mais enraizadores da cultura nativa. Isso evidencia seu caráter de violência, não somente física, mas também simbólica.

Mas a violência simbólica não se esgota aí, já que, em segundo lugar, construiu-se uma memória idealizada do processo, que é visto como positividade, progresso e civilização. Para Alfredo Bosi (2014), isso se dá porque a cultura tem a função de dar sentido à vida e, nesse caso, era preciso dar sentido a uma sociedade nascida de processos violentos. A construção dessa memória positivada da colonização tem, assim, um papel central na manutenção e perpetuação daquilo que o autor chamou de

[1] Para Santos (1977), a categoria de formação econômico-social permite compreender as sociedades ao longo de sua história, em seus quadros próprios e em relação às formas externas.

*condição colonial*, um conjunto de experiências concretas, interpessoais e subjetivas, que conformam modos de viver, sobreviver e morrer. A condição colonial não é o passado, ela está presente enraizada no cotidiano por meio da memória imposta e, portanto, faz parte da formação da sociedade brasileira.

Do passado, a memória escolhida para ser lembrada, ajuda a compor as aparências do presente, afirma o autor. Reproduzida incansavelmente no tempo, ela acaba por ocultar a barbárie do processo, a violência contra a terra e a natureza, contra as populações nativas e, também, contra os povos africanos escravizados e trazidos à força para o Brasil, para dar continuidade ao processo de exploração da força de trabalho. O patrimônio cultural como um dos lugares preferenciais dessa memória oficial reproduz, na maior parte das vezes, essa visão naturalizada da colonização, principalmente quando desloca o foco essencial de sua compreensão para as especificidades da arquitetura, vista de forma reificada, unicamente como técnica ou estética.

A cultura teve, ainda, um papel vital no estabelecimento do controle das formas de trabalho dentro do colonialismo, como necessidade da expansão do capitalismo mundial. Conforme apresenta Quijano (2005), pela via da cultura que a dominação colonial estabeleceu o controle sobre o trabalho, baseado na distinção e na hierarquização étnica/racial, colocando como inferiores os povos nativos[2], ou seja, construindo uma nova subjetividade do colonizado. A dominação da cultura foi responsável por uma redefinição das identidades, sob um critério racial que identificou todos os povos, independentemente de suas histórias e níveis de desenvolvimento, como um mesmo e, considerados inferiores: índios, independentemente de sua diversidade étnica eram um único conjunto; e da mesma forma, posteriormente, os diferentes povos da África trazidos à força para escravização também tiveram suas identidades racializadas e inferiorizadas, eram todos considerados negros. Foram despojados, portanto, de suas identidades e de seu papel na história da produção cultural da humanidade.

Assim, para esse autor, a colonização criou uma *ordem cultural global* englobando todas as experiências históricas, as práticas, os saberes e produtos culturais em um mesmo sistema hierarquizado e sob a hegemonia europeia. Fundou, assim, um poder mundial que controla, ao mesmo tempo, a cultura, as subjetividades e a produção de conhecimentos.

[2] Nativo aqui traz o sentido não apenas dos povos originários da América, mas também dos povos africanos trazidos à forma para o trabalho escravo.

Ao impor seus modos de fazer, sentir e pensar, a colonização, segundo o autor, deslegitimou a produção dos saberes, dos sentidos, das formas de expressões, ou seja, todo o universo simbólico dos povos nativos, expropriando-os de sua herança intelectual. Nessa nova sociedade em formação, a colonização trouxe uma cultura letrada e erudita que se impôs como a superior e, em contraposição, atribuiu um papel inferior àquelas formas culturais constituídas no universo popular dos trabalhadores, profundamente marcadas pela oralidade originária das culturas nativas. Tudo isso produziu, assim, a colonialidade da cultura.

Se, conforme Quijano (2005), o colonialismo é um padrão de dominação e exploração moderno, em que a soberania de um povo e de seu território se encontra fora dele, subordinada a outra nação, o seu equivalente – a colonialidade-, nascida dentro do colonialismo, diz respeito à dimensão cultural da dominação político-econômica.

A colonialidade da cultura, na qual se inclui a formação do pensamento, a produção de saberes e, também, a construção da memória social, foi o sustentáculo fundamental para a manutenção e reprodução das diversas formas de poder. Entretanto, conforme Maldonado-Torre (2007), se o colonialismo moderno não resistiu aos movimentos emancipatórios e de descolonização no século XX, a colonialidade, ao contrário, permanece presente no cotidiano e nas raízes, cada vez mais forte, como um padrão de poder tão poderoso que prescinde de relações formais de poder político entre nações. A colonialidade implica em uma relação de força, um poder simbólico, para usar os termos de Bourdieu (1989), cujo potência está justamente no fato de parecer invisível, de não ser identificado como tal, ignorado como arbitrário por parecer natural.

Ou seja, foi pelo universo do que se chama cultura – as formas de fazer, de ser, de pensar, de viver, enraizadas no cotidiano, incluindo a dimensão simbólica e as representações – que a colonialidade se instalou como poder de dominação no colonialismo e, depois dele, no presente, fazendo dela uma força constitutiva e não o mero resultado da colonização.

Assim, chega-se ao segundo nível de compreensão da cultura, ou seja, do seu papel como parte da dominação político-social, superando uma visão centrada apenas na sua dimensão econômico-social.

Mas há ainda, o terceiro nível de compreensão da cultura, que diz respeito a tudo aquilo que escapa aos dois anteriores: a cultura é o veículo e instrumento de diferentes instâncias da dominação e controle, social, político e econômico, ela tem o papel prático de manter a hegemonia de maneira imperceptível, mas também pode ser

o “lugar” em que é possível resistir e se contrapor à lógica hegemônica e às formas da dominação. Trata-se do nível de compreensão da cultura também como resistência.

Um exemplo disso pode-se encontrar no que se chama “cultura popular”, conforme discute Chauí (2014). Ainda que reconhecendo os problemas que a expressão pode trazer e as dificuldade em torno à definição do que é o popular em uma sociedade de classes, a autora toma como ponto de partida a cultura popular como a expressão de sujeitos desprovidos, explorados e dominados. Ela recusa tanto a visão romântica da cultura popular, que a pressupõe como algo autônomo e autêntico, sem qualquer contato com a cultura oficial, como também rejeita a concepção ilustrada, que a vê como um resíduo do tradicional, também isolado no tempo, sem mudanças. Para ela, ambas as concepções, combinam-se para pensar a cultura popular como uma totalidade orgânica fechada em si mesma, em perspectiva dualista com a cultura dominante.

Segundo Chauí, a cultura popular no Brasil não está nem de fora e nem ao fundo em relação à cultura dominante. Ela se realiza no interior de uma sociedade que é desigual e guarda uma relação dialética de conformismo e resistência: ela está por dentro, ainda que de forma a resistir.

> Por esses motivos, não trataremos a cultura popular, no Brasil, pelo prisma de uma totalidade que se opõe como antagônica à totalidade dominante, mas como um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência), distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência. (CHAUÍ, 2014, p.28

Assim, a cultura popular distingue-se no interior da sociedade ao estabelecer com a cultura dominante uma relação dialética: ao mesmo tempo em que compõe, aceita e reproduz elementos desta, a cultura popular também pode recusar, negar ou se afastar, mas também, insubordinar-se dentro daquilo que aparece como norma. Mesmo no conformismo há possibilidades, diz a autora, a de transformar e resistir dentro dos limites postos.

## Colonialidade da cultura e patrimônio

Portanto, analisar a cultura no Brasil exige, como ponto de partida, considerar a situação peculiar de uma formação econômico-social marcada pela colonização, reconhecendo nesse processo a violência inerente que é dissimulada na produção e reprodução da memória oficial. Nesse sentido, a violência não se restringe ao passado,

ela se reproduz, no presente, por meio dessa colonialidade do saber, do pensamento, ou seja, da cultura.

O Estado tem sido o sujeito preferencial dessa reprodução, que se dá por meio de políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural fundadas nesse saber colonizado. Os critérios de seleção dos bens a serem protegidos é exemplo disso, já que são nascidos de uma experiência europeia e centrados em seus valores, na monumentalidade, excepcionalidade, antiguidade, na técnica e na estética. Fundadas nesses critérios, as práticas também têm levado preferencialmente à afirmação da colonização como o momento fundante, pois o colonial é alçado como o mais alto grau de importância do passado. Assim, o “colonial” se tornou como uma espécie de grife, uma adjetivação que legitima certos bens sobre outros que são tidos como menores, inferiores na hierarquia dos tempos históricos que foi construída nessa visão.

Muito embora tenham ocorrido mudanças importantes nos anos 1980, elas ainda não foram capazes de transformar nem o conjunto patrimonial e nem as práticas institucionais, que ainda são fundadas nesses critérios estético-estilísticos e em uma visão sacralizada da arquitetura. Critérios que servem para reforçar o mesmo tipo de patrimônio; por mais que se mude, continua-se fazendo o mesmo.

A colonialidade do pensamento impede que as práticas institucionais, no Brasil, olhem para o patrimônio como suporte e esteio de memórias, identidades, sentidos, significados coletivos, de grupos sociais que viveram aquelas experiências. Ser portador de referência à memória, identidade e ação dos grupos sociais, significa, conforme Meneses (2018), que esse bem cultural é mediador e acionador da memória e identidade, tendo o papel de gatilho ou guia ordenador.

Além dos critérios de seleção, a construção das narrativas sobre os bens reconhecidos é outra expressão da colonialidade do pensamento, pois que reforça uma idealização da colonização, naturalizando o processo ao retirar dele a sua dimensão violenta e conflitiva. Ou seja, a colonialidade não cessa de agir, ainda hoje, quando os patrimônios continuam a reforçar essa função pedagógica de reprodução da memória oficial. O patrimônio tem, assim, contribuído para internalizar na consciência social essa colonialidade do pensamento.

Sendo assim, é preciso como parte essencial da construção de um projeto emancipador descolonizar a cultura, o patrimônio cultural e a memória.

Descolonizar a cultura significa restituir àquela que foi considerada inferior - a cultura popular - o seu lugar legítimo, o que traz o duplo desafio, de um lado, o de superar a postura elitista de negação, uma visão preconceituosa e colonialista, nos termos de

Alfredo Bosi (2014), mas também é preciso não cair na armadilha de tratá-la de forma idealizada e romântica, assemelhando-a como àquilo que é orgânico e puro, primitivo e comunitário, conforme alerta igualmente Chauí (2014). A autora alerta ainda para o fato de que a discussão é afetada pela perspectiva de uma bibliografa estrangeira originária dos países centrais da economia capitalista, que tratam a cultura popular como sinônimo da cultura de massas. Descolonizar a cultura implica em não as identificar como iguais. Isso não significa, porém, rejeitar a relação estabelecida entre ambas, a cultura popular e a cultura de massas.

Já para descolonizar o patrimônio é preciso, em primeiro lugar, a leitura e compreensão em uma perspectiva a contrapelo, para usar a expressão consagrada apresentada por Walter Benjamin em uma de suas teses “Sobre o conceito da História” (1940). Nela o autor critica o que chamou de historicismo servil e propõe a concepção de escovar a história em sentido inverso, às avessas. A crítica do autor é direcionada para a escrita da narrativa histórica que privilegiou o ponto de vista do chamado *vencedor*. Löwy (2010; 2017), esclarece que a referência do autor ao vencedor não é às batalhas ou guerras comuns, mas diz respeito à posição ocupada na luta de classes, portanto, à classe dominante. Assim, em contraposição à essa narrativa historicista que construiu uma visão épica e celebrativa do passado como sucessão de fatos gloriosos, ele propõe nenhuma identificação com o vencedor e, portanto, “[...] quebrar, fazer explodir, destruir o fio conformista da continuidade histórica e cultural” (LÖWY, 2017, p. 87).

Nesse sentido, a perspectiva a contrapelo busca tomar o ponto de vista do vencido, da classe oprimida, rompendo com a visão enaltecedora do poder, e explicitando que a riqueza e os seus produtos culturais são fruto de exploração e opressão da classe trabalhadora. Segundo Löwy, a perspectiva a contrapelo resume a concepção dialética de cultura do autor, que permite compreender os monumentos da arquitetura como unidade contraditória que reúne ao mesmo tempo cultura e barbárie. Portanto, há que se superar a visão positivada dos monumentos, opondo-lhe à realidade de relações de violência do processo, para que a cultura deixe de ser instrumento das classes dominantes, como se vê na tese 6:

> Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta no momento do perigo, ao sujeito histórico, em que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para

> ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. (BENJAMIN, 2011, p. 224)

A perspectiva a contrapelo na leitura e compreensão do patrimônio implicam, assim, na recusa da empatia com o vencedor e na reconstrução das narrativas que foram fruto da colonialidade do pensamento, visando desnudar a violência do processo. Implica em desconfiar do patrimônio consagrado, quando o discurso em nome dele realiza a opressão simbólica pela exaltação do vencedor e pela invisibilidade do vencido.

A contrapelo é convite necessário e urgente no sentido de transformar o campo do patrimônio cultural. Isso pede uma atitude crítica rompendo com a abordagem reificada que contribui para a celebração do poder, tão enraizada e naturalizada nos discursos institucionais justificadores da atribuição de valor aos bens culturais. Significa compreender o patrimônio cultural em sua dialética, mas sobretudo colocar em visibilidade os bens culturais das classes oprimidas, buscar na herança os momentos de enfrentamento, de insubordinação e seu potencial utópico. Como diz Löwy (2017), salvaguardar as formas subversivas.

Mas, a expressão a contrapelo pode indicar, igualmente, outro caminho, pois romper com a leitura identificada com o poder, significa também ir além de uma leitura que tem sua centralidade nos sujeitos hegemônicos. É preciso, de outro modo, colocar na centralidade do debate e da pesquisa outros sujeitos sociais. A contrapelo é uma perspectiva de identificação histórica com os sujeitos que viveram as experiências da opressão e exploração do trabalho e que foram despojados de sua herança cultural sobre as quais se demanda a produção de conhecimento.

Descolonizar a memória pede uma atitude crítica em relação à memorialização oficial, igualmente se afastando da reprodução acrítica da memória do poder, aquela que tem na colonização seu mito fundador, e nas elites econômicas os sujeitos preferenciais. Significa recusar o que Chauí (2014) chamou de memória autoritária, aquela que privilegia as ações vindas do alto e põe em invisibilidade as práticas de contestação e resistência social e popular. Nesse sentido, isso implica em trazer à discussão e valorizar as chamadas memórias subterrâneas, aquelas que Pollak (1989) definiu como ligadas as culturas minoritárias e dominadas e que se opõem à memória oficial.

Descolonizar o patrimônio, a cultura e a memória implica, principalmente, mudar de forma radical o conjunto da herança reconhecida e protegida, essa que ainda é hoje predominantemente marcada pela colonialidade de um saber que elegeu preferencialmente o que é representativo dos poderes econômico, político, militar e

religioso. Se o patrimônio é um espelho da sociedade, como afirma Choay (2000), pergunta-se que sujeitos sociais podem se ver nesse reflexo?

Assim, deve também fazer parte das lutas sociais tornar esse conjunto patrimonial um espelho que reflita outro lado, aquele que o olhar hegemônico busca apagar. A disputa pelo patrimônio buscando torná-lo representativo de outros sujeitos - os dominados, explorados e oprimidos, ou seja, os subalternos, - é também tornar a cultura um “lugar” onde a hegemonia seja confrontada.

# 1. PATRIMÔNIO, POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADE

# 1. Patrimônio, políticas públicas e cidade

O ponto de partida adotado aqui é o da necessidade de crítica às políticas públicas de patrimônio cultural, reconhecendo o Estado também como sujeito produtor de silenciamentos, esquecimentos programados, invisibilidades e supressões. Nesse sentido, as políticas públicas de preservação produzem deliberadamente o seu contrário, são também políticas de apagamentos e isso revela o seu caráter desigual. Que testemunhos de cidade e do processo de urbanização decidiu-se preservar e quais foram destinados a desaparecerem? O que se conserva e suprime e as razões para isso, é fundamental problematizar. As políticas são, assim, desiguais, pois se voltam preferencialmente a determinados objetos do passado enquanto deliberadamente se omitem quanto a outros; isso tem uma razão e um sentido que não se pode naturalizar.

Essa desigualdade no patrimônio se dá na representação dos grupos sociais e de suas memórias; ela é, portanto, expressão concreta da desigualdade social na sociedade e, como tal, contribui para a sua reprodução. Ela aparece inicialmente como um problema quantitativo, na contradição dos números de bens identificados, protegidos e valorizados. Mas os números nos desafiam, assim, a buscar os fundamentos dessa desigualdade.

Sobre o que permanece é preciso pensar: que papel desempenha nesse momento da urbanização da sociedade, no qual a cidade se reproduz como negócio, expulsando constantemente os mais pobres, muitas vezes sob o álibi justificador da recuperação do patrimônio? Isso reforça ainda mais a sua condição de privilégio, afastando-o do sentido daquilo que deveria ser comum, a herança. Assim, o patrimônio não é somente desigual em sua natureza constituinte, como também tem sido instrumento de reprodução de desigualdades socioespaciais quando, em seu nome, produz expulsão de grupos sociais mais pobres de seus lugares de vida e trabalho, patrocinando gentrificação.

São essas as principais questões que serão debatidas a seguir.

## A desigualdade e os critérios de preservação

Iniciando pelo que se optou por preservar, dois problemas se destacam. O primeiro deles é o fato de que predomina, no conjunto do patrimônio cultural no Brasil,

em mais de oitenta anos de existência[3], a representação do passado a partir da memória do próprio Estado e dos setores e interesses intrinsecamente ligados a ele, ou seja, predominam igualmente os bens ligados às classes dominantes. Casas de Câmara e Cadeia, alfândegas, fortes e fortalezas militares, palacetes, sedes de fazendas e engenhos, casarões, capelas, conventos e igrejas de várias ordens religiosas católicas são exemplos de bens que são muito frequentes nesse conjunto do patrimônio nacional, como se vê no atlas do patrimônio tombado pelo Iphan (TELLES, 2008).

Em segundo lugar também predominam os bens ligados a um determinado tempo-espaço. Assim, desenhou-se uma ação preservacionista concentrada em determinado período histórico, o da colonização, o que, por consequência levou a concentração espacial dessas ações, conformando aquilo que Rubino (1996) chamou de um mapa do passado extremamente desigual[4]. Reforça ainda esse fato a participação brasileira na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, pois 41% das inscrições do país estão justificadas por narrativas ligadas à colonização[5]. Além disso, apesar a Lista Indicativa para a Unesco, segundo Iphan (2015), sugerir que as novas inscrições priorizem outros tipos de bens, como os Geoglifos do Acre e as Itacotiaras do Rio Ingá (PB), representativos a história ameríndia, ao contrário, verifica-se que as ações na atualidade se encaminham para o reconhecimento do Conjunto de Fortificações do Brasil, ao melhor exemplo de patrimônio colonial militar.

Tais decisões são resultado de uma determinada forma de pensar o patrimônio, desde sua origem profundamente influenciada por critérios e conceitos oriundos de uma experiência francesa de proteção. Essa experiência surgiu da necessidade de proteger os bens da igreja e da aristocracia que estavam em risco diante dos desdobramentos da Revolução Francesa (CHOAY, 2001). Mais tarde difundida e reproduzida pelo mundo, consolidou esses critérios de seleção de forma que eles aparecem como naturalizados e não produto de escolhas e de formas de ver específicas, gestadas em um determinado contexto.

---

[3] Fruto do Decreto-Lei no 25 de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

[4] Os dados do relatório Iphan de 2011 mostram que, até aquele ano, os estados que foram espaços centrais durante o período colonial, ou seja, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, concentravam a maior parte do patrimônio tombado.

[5] São eles: centros históricos de Diamantina, Ouro Preto, Goiás, Olinda, São Luís, Salvador, além das Missões Jesuítas Guaranis (testemunho da evangelização da Companhia de Jesus nas colônias), Praça São Francisco (São Cristovão/Sergipe como testemunho da união das Coroas Portuguesa e Espanhola) e Paraty (como arquitetura colonial portuguesa). Fonte: site Iphan, aba Patrimônio Mundial Cultural e Natural.
Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29. Acessado em 07/02/2020.

Esses critérios e valores culturais ocidentais difundidos como um modelo universal a ser aplicado e reproduzido em diferentes realidades socioeconômicas e culturais estão na base e fundamentam o que Smith (2011) chamou de discurso autorizado sobre o patrimônio (*authorized heritage discourse*, AHD). Esse discurso difunde universalmente certos conceitos e parâmetros o que serve para legitimar certas culturas e grupos sociais, excluindo outros e, ainda, outras experiências alternativas de pensar o patrimônio. Para a autora, o patrimônio constitui-se de um discurso que conforma uma prática e legitima uma determinada maneira de agir. Segundo essa autora, o discurso autorizado dissimula o fato de que o patrimônio é processo cultural e, como tal, é um conjunto de significados e sentidos constantemente negociados e renegociados, criados e recriados a partir de memórias e valores que se modificam no tempo e são objeto de disputas entre grupos sociais.

Desse modo, o discurso autorizado coloca o patrimônio como uma coisa legitimada por um conjunto de conhecimentos técnicos gestados em determinados contextos espaciais e mundializados pela Convenção do Patrimônio da Unesco. A uniformização desse conjunto de saberes produz uma mentalidade autorizada, usando os termos da autora, que difunde consensos para a inclusão de construções ou práticas selecionadas e credenciadas para ser a herança coletiva, enquanto cria o seu contrário, ou seja, invisibilidades de outras memórias ou sujeitos sociais.

Segundo Canclini (2012), esses critérios de pretensões universais servem para organizar as diferenças no mundo em termos de hierarquias, classificando lugares e culturas, distinguindo-as como melhores ou não, diante de um critério para ele questionável: o dos valores universais. A universalização tem como princípio a capacidade de um patrimônio ser conhecido e reconhecido mundialmente, portanto, de transcender os valores das sociedades locais. Mas ela é sempre relativa à capacidade de comunicação midiática que difunde os lugares e culturas pelo mundo, ou seja, depende da visibilidade produzida. Logo, para o autor há uma *geopolítica da cultura* que organiza essa distribuição geocultural dos valores, distinguindo e hierarquizando. Nessa geopolítica dos valores culturais as classes populares e as sociedades periféricas têm poucas possibilidades de inserir seus bens em patrimônio mundial, diz o autor.

Do mesmo modo pode-se pensar as diferentes escalas, o nacional, o regional e local, em que o popular e periférico são reconhecidos como inferiores em uma hierarquia de valores culturais e, portanto, têm enormes dificuldades de serem objeto de patrimonialização. Presença e ausência nas diversas listas de patrimônio são parte,

assim, do mesmo processo em que se hierarquiza tanto culturalmente como socialmente.

Na década de 1930, momento em que, no Brasil, a legislação de proteção ao patrimônio estava sendo criada, diferentes modelos de políticas poderiam ter sido inspiração, mas não foram considerados como base. É o caso do modelo de preservação adotado no México, nesse mesmo momento, uma política do pós-revolução, que tendo como ênfase as populações indígenas, se guiou pelas pesquisas arqueológicas e valorização da cultura popular e dos grupos étnicos, segundo Canclini (1994), incluindo os saberes e práticas indígenas e camponesas na definição da cultura nacional.

Poderia ter sido esse o sentido da legislação brasileira, caso tivesse vingado o anteprojeto de lei para a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, elaborado por Mario de Andrade, em 1936? Nesse documento, que acabou sendo descartado como base para a edição da primeira legislação sobre o assunto, Mario de Andrade definiu patrimônio incluindo a arte popular e ameríndia, portanto, para além das obras de caráter erudito. Dessa forma, deveriam ser tomadas medidas visando a conservação e defesa, também, de bens como arquitetura popular, capelas e cruzeiros de beira de estrada, paisagens agenciadas pela indústria popular, vilarejos, lendas e ditos, medicina e culinária indígena, caminhos, agenciamentos de pedra, objetos de uso doméstico e indumentária indígena, ou seja, todas as manifestações de interesse à etnografia (ANDRADE, 1936).

Apesar disso, as práticas institucionais de preservação no Brasil só muito contemporaneamente se voltam para incluir alguns desses temas levantados por Mario de Andrade. Isso só acontece a partir dos anos 2000, com o programa nacional do patrimônio imaterial que se tornou um instrumento importante de atribuição de valor para grupos sociais subalternos. Por subalternos toma-se aqui a concepção gramsciana que, partindo do recorte de uma sociedade de classes, amplia o olhar sobre a sujeição social incluindo a dimensão cultural e, portanto, a opressão de gênero, étnica, racial e homossexual que se dá relacionada à dominação econômica (LIGUORI, 2017).

Esse dispositivo permitiu o reconhecimento de manifestações como a capoeira, o samba de roda, o jongo e o fandango caiçara na categoria de patrimônio cultural nacional. Indígenas e grupos negros têm se mobilizado pelo reconhecimento de suas práticas culturais, mas isso só acontece parcialmente com os bens ligados à cultura popular, principalmente a urbana. Mesmo assim, ainda permanece limitante o fato de que esses grupos só possam ter seus bens e sua memória reconhecida a partir do registro de patrimônio imaterial. É muito raro a inclusão de bens desses grupos via

instrumento de tombamento, ou seja, há uma recusa no reconhecimento de valor à materialidade representativa desses grupos sociais. Além disso, como discute Arantes (2005), não se deve associar obrigatoriamente os bens culturais representativos das classes populares ao patrimônio imaterial, como se o instrumento do registro fosse específico para dar conta da proteção desse, enquanto o tombamento, esse sim, serviria aos propósitos de proteger exclusivamente os bens materiais vinculados as classes dominantes.

Embora depois dos anos 1980, e nas últimas décadas sobretudo, tenha havido mudanças que são importantes, os critérios ainda são muito elitistas e excludentes e o patrimônio continua a representar as classes dominantes, apesar do discurso afirmá-lo como herança comum a todos, que deve integrar a sociedade. Para Bourdieu (1989), a cultura que une é também a cultura que separa, já que legitima as distinções. Nesse caso, a herança que se declara como comum pretende unificar, a partir do princípio da separação e hierarquização dos bens representativos das classes, relegando, quando muito, os grupos subalternos apenas a proteção de seus patrimônios imateriais.

Não é novidade o fato de que o patrimônio é produto de uma escolha, portanto, é arbitrário. Entretanto, contraditoriamente, ainda hoje naturaliza-se o processo de seleção evocando-se um discurso técnico, como se fosse neutro. Para Smith (2011), o patrimônio como processo ativo que envolve recordar e celebrar, mas também, esquecer, é ato comunicativo e tem efeitos práticos: ele sustenta, valida e defende certas memórias e certa leitura sobre o passado.

Assim, a predominância do que é representativo das classes dominantes no conjunto da herança nacional protegida, bem como a concentração de bens do período colonial, validam uma determinada visão de sujeitos sociais e de passado, ou seja, reforçam a hierarquia social e a desigualdade de classes. Como ato comunicativo, comunica, também, a colonização como momento essencial e fundador em sua versão naturalizada e idealizada. A constatação não tem nada de novo, mas a crítica tem se circunscrito ao papel e predominância da arquitetura colonial no conjunto patrimonial diante de outras linguagens estéticas, muito mais do que questionar o peso que a narrativa da colonização tem sobre a nossa forma de compreender o Brasil, de comunicar o que somos como país. E, apesar das críticas, o colonial segue sendo uma espécie de grife, uma adjetivação que torna certos patrimônios mais legítimos que outros, reproduzindo, assim, a colonialidade do pensamento.

O efeito prático disso está ligado ao papel pedagógico[6] do patrimônio: a seleção e a narração do passado, inerentes a ele, constroem um sentido de mundo, impõem uma ordem estabelecida como se ela fosse natural, convertendo propriedades sociais tais como hierarquias e desigualdades, em propriedades naturais. Assim, o patrimônio exerce um poder simbólico, cuja eficácia está em fazer crer e apresentar uma forma de ver o mundo como se fosse natural, para usar os termos de Bourdieu (1989). Como consequência o que se preserva e permanece contribui para uma leitura de mundo e de cidade a qual, se não for crítica, contribui para sustentar a ordem vigente e a lógica hegemônica alicerçadas na desigualdade e hierarquia social como instrumentos de controle e dominação política.

## Excesso *versus d*esigualdade

As políticas são desiguais tanto no que diz respeito ao processo de identificação e proteção, mas também no que diz respeito a valorização, ou seja, na aplicação de investimentos e recursos públicos em conservação e restauro, que também se concentram nesses mesmos bens. Assim, no Brasil, os exemplos de patrimônios adaptados para animação cultural, consumo visual e espetacularização não são expressão de um fenômeno de patrimonialização excessiva, mas sim, antes, são expressão de situações de desigualdade das ações e políticas que se voltam preferencialmente a determinados patrimônios, relegando ao abandono e destruição outros bens.

Entretanto, alguns autores no Brasil insistem em acompanhar a tese estrangeira de que se vive o excesso e uma obsessão pelo patrimônio e memória. Tal como apresenta Choay (2001), quando discute a inflação patrimonial ou Jeudy (2005), quando afirma o fervor contemporâneo pelo culto do passado, alguns autores no Brasil têm lido a realidade brasileira a partir desses mesmos processos que ocorrem nos países centrais da economia capitalista. Assim, Santos e Marques (2014) afirmam que o Brasil acompanha uma tendência internacional de *boom* de memória, que produz um esvaziamento semântico da noção de patrimônio criado a partir da sua ampliação

[6] Aqui não se trata de pensá-lo ligado ao ensino de História, mas a uma visão mais ampla do que pode ser seu papel educativo quando o patrimônio compõe um discurso que está na sociedade, por meio dos meios de comunicação, nos eventos comemorativos, na publicidade estatal: o que o patrimônio está ensinando sobre a sociedade, sobre a nação.

conceitual. Para as autoras, a ideia de que “tudo pode ser patrimônio” levou a sua politização, distanciando-se das questões de natureza técnica.

A discussão da patrimonialização excessiva tem um texto e um contexto que lhe é próprio. O contexto geral é o do papel da cultura no capitalismo tardio. Mas há, ainda, um contexto específico desconsiderado nessa discussão: diz respeito às diferentes formações econômico-sociais e diferentes papéis desempenhados pelos países na economia mundial que imprimem características e contradições específicas a essas realidades.

Logo, o texto da patrimonialização excessiva ou da inflação patrimonial é dissonante em relação ao contexto da realidade brasileira. O que se vê predominantemente nas cidades brasileiras, sobretudo nesse momento de economia financeirizada, é uma dinâmica urbana profundamente tensionada pelas forças do mercado imobiliário que impõem a lógica da cidade como negócio (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015). Nesse sentido, a realidade mostra mais um *boom* imobiliário que de memória, ao se transformar os espaços de cidades em novas fronteiras urbanas para a reprodução ampliada do capital. Perdem-se com grande velocidade os referenciais da vida cotidiana, o que coloca em xeque essa visão de uma inflação patrimonial.

> Assim, vão-se embora o bar favorito, o cinema que alinhavava pessoas e grupos diferentes, a calçada onde se realizavam as intermediações rituais casa/rua, os edifícios onde se podia trabalhar e morar ao mesmo tempo. São substituídos por uma geografia de fantasmas e nostalgias. (SANTOS, 1984, p. 61)

“Nunca se falou tanto de patrimônio” é uma afirmação que busca mostrar que vivemos essa obsessão, justificada na profusão de eventos científicos, na presença do tema nos meios de comunicação, na ampliação do debate público. Entretanto, os sinais não estão sendo lidos de maneira trocada? Para Mena (2014, p.81):

> Me da la impresión de que esto no es casual, yo creo que está tan presente el tema del patrimonio porque nunca se lo había destruido tanto. En otras palabras, estamos en un momento de crisis, en una coyuntura patrimonial, porque estamos viviendo un proceso muy fuerte de destrucción del patrimonio.

A afirmação do excesso de patrimônio e de memória no Brasil tem, ainda, dois problemas. De um lado é profundamente elitista, já que busca deslegitimar os novos objetos e, portanto, seus sujeitos sociais, que, com grande dificuldade, conseguem alçar seus bens à condição de herança comum. Assim sendo, nega, deslegitima e desqualifica as ações que buscam democratizar o patrimônio, atribuindo a isso um processo de

banalização ou de politização do campo, como se as escolhas dos anos 1930 fossem decisões neutras, puramente técnicas. O patrimônio foi, desde sempre político, pois assim são as escolhas sobre o que conservar e esquecer. Qualquer patrimônio sempre será político, já que ele é, antes de tudo, um recurso de poder, segundo Smith, Shacker e Campbell (2011).

Outro problema é que a afirmação do excesso também esconde e dissimula a realidade de um patrimônio desigual. A ênfase na leitura sobre a patrimonialização excessiva para o Brasil mais oculta do que revela o caráter contraditório e desigual das políticas. Dissimula o que nesses mais de oitenta anos de trajetória de políticas de patrimônio foi deixado de lado. Onde se encontram os bens representativos das classes subalternas, como o operariado e o campesinato, índios e negros, mulheres e outros mais? Se alguns grupos sociais conseguiram inscrever seus bens no conjunto do patrimônio acautelado, isso se deu por meio de luta, mobilização e do enfrentamento de muitas dificuldades, à duras penas.

A ampliação conceitual no campo do patrimônio, dos anos 1980, possibilitou a inclusão de alguns bens, entretanto, os obstáculos não foram menores. Um exemplo significativo, foi o pedido de tombamento do primeiro patrimônio afro-brasileiro, o Terreiro de Candomblé da Casa Branca (Salvador/BA), em 1983, processo aberto por demanda do movimento negro e que constituiu um marco nas políticas de patrimônio por questionar os valores até então presentes. As polêmicas se apresentaram primeiro em torno ao que constituía a materialidade do bem, já que não passava pela afirmação do valor artístico, mas pela importância de proteção de um espaço sagrado de culto aos orixás. Somados a isso, o argumento da inviabilidade de tombamento de uma religião, utilizado para desqualificar o objeto, a ausência de conselheiros contrários que buscaram esvaziar a reunião e a vitória bastante apertada por um voto de diferença, conforme colocou Velho (2006), mostram as grandes dificuldades de ordem prática no que diz respeito a essa ampliação conceitual.

Passadas mais de três décadas, observa-se que as dificuldades não são superadas, ao contrário, os velhos argumentos são retomados a todo momento. Talvez isso explique o fato de que, mesmo com tais transformações, ainda não foi possível mudar a totalidade do patrimônio reconhecido no Brasil.

Mais recentemente, em 2008, a decisão pelo tombamento da Casa de Chico Mendes, também foi motivo de controvérsia e obstáculos, de início relacionados a recusa do argumento em torno do valor de sua materialidade, afinal, uma casa simples de um seringueiro e líder sindicalista, igual a outras tantas vizinhas. A materialidade, objeto para

reconhecimento por meio do tombamento, foi e com frequência é questionada quando não se vê valor arquitetônico a ser justificado pela técnica ou estética.

O tombamento da Casa de Chico Mendes efetivado em 2008, pode ser entendido, assim, como uma exceção que confirma a regra e que inaugura, segundo Porta (2012) um caminho que ainda precisaria ser trilhado pelas políticas de preservação. Entende-se a sua efetivação somente se deu pelas circunstâncias da política pública de patrimônio daquele momento, a primeira década do século XXI, em que a ampliação de representatividade social e espacial do patrimônio estava colocada entre os seus fundamentos, com a busca de presença em estados e regiões em que a proteção do patrimônio era ausente até então.

O parecer do conselheiro relator, nesse sentido, foi fundamental, recolocando a questão em termos conceituais-legais ao enfatizar que a casa e seus pertences são portadores de referências constitucionalmente previstas para declarar o valor cultural e, portanto, proteger. Meneses (2018), recusou o argumento de que bastava uma declaração de valor simbólico para proteção da memória do líder sindical e ambientalista Chico Mendes, criticando o que parecia ser a pretensão de proteger, o que o autor chamou de uma memória descarnada, etérea, sem lugar e sem balizas. E enfatizou que era preciso preservar a materialidade como mediação necessária que alimenta e sustenta a memória. Assim, caberia a aplicação do instrumento do tombamento, já que: "Os lugares e as coisas, em sua 'materialidade', constituem obrigatórios gatilhos, guias, ordenadores, condensadores e legitimadores de memória". (MENESES, 2018*,* p.205)

Observa-se, assim, que há para os bens que representam as classes subalternas, pelo menos dois problemas que se colocam em relação a sua atribuição de valor como patrimônio cultural. A primeira dificuldade se dá no nível da atribuição de valor à materialidade dos objetos, já que o discurso autorizado sobre o patrimônio a vê atrelada unicamente a arquitetura entendida como técnica ou linguagem estética, como foi o caso da Casa de Chico Mendes. A materialidade deveria ser vista como aquilo que é suporte físico de sentidos e significados sociais que fazem referência à ação, memória e identidade de grupos sociais, conforme estabelece a legislação maior.

A segunda dificuldade resulta no tratamento dado aos novos objetos, que pedem, também, a necessidade de fundar novas práticas. Assim, em que pese o fato de que a ampliação conceitual dos anos 1980 gerou como desafio a inclusão dos novos objetos patrimonializados, isso não foi acompanhado da formulação de novas práticas institucionais que pudessem tratar esse outro patrimônio de acordo com as suas especificidades.

Um exemplo bastante representativo desse fato foi o tombamento, em São Paulo, de um conjunto de moradia operária, a Vila Maria Zélia, pelos dois órgãos de preservação, estadual e municipal. Tombou-se a casa única do trabalhador da mesma forma como se preservava a sede de fazenda, a igreja católica ou um palacete urbano, o que gerou uma série de problemas, ao longo do tempo, e criou uma relação conflituosa com os órgãos de preservação, já que não houve por parte desses órgãos esclarecimentos sobre o que significava o tombamento e a atuação deu-se de forma burocrática e de gabinete, sem diálogo e comunicação com os moradores.

Dessa maneira, pensar a habitação como patrimônio, na perspectiva do sujeito operariado/trabalhador significa atentar para as condições específicas deste objeto e os seus significados sociais. A casa do trabalhador muda no tempo, assim como mudam a sociedade, o trabalho e o próprio trabalhador. É preciso reformar, ampliar, substituir materiais de construção deteriorados com o tempo. O tombamento deve prever como tratar essa necessária atualização do espaço de vida do trabalhador e não impor ao morador um modo de vida do operariado do início do século XX. Ao mesmo tempo precisa considerar que o morador, no caso de muitas vilas operárias já não é mais o operariado. No caso da Vila Maria Zélia a reestruturação urbano-industrial em bairros como Brás, Belém e Belenzinho, a partir dos anos 1980, resultou em encolhimento e desaparecimento do emprego industrial e, nessas condições, seria possível querer preservar íntegra a casa do operariado, esse sujeito social que foi, inclusive, expropriado do mundo do trabalho fabril?

É preciso se perguntar: qual o lugar ocupado por esse sujeito social, a classe trabalhadora, na representação do patrimônio nacional? O caso do estudo de tombamento do Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, tratado a seguir, no item 1.2, constitui um exemplo importante para a discussão e mostra as enormes dificuldades no interior das políticas de reconhecer a sua existência como sujeito de patrimônio.

Cabe destacar também que, assim como aqui se coloca em xeque para o caso brasileiro a leitura da patrimonialização generalizada, autores como Smith, Shacker e Campbell (2011) vêm, igualmente, apontando críticas em relação à essa interpretação da realidade dos países centrais, constituindo uma linha de discussão e pesquisa denominada “estudos críticos do patrimônio”. Uma das críticas é a de que a patrimonialização não atinge as classes trabalhadoras, já que ela se encontra sub-representada. A explicação para tal fato, de acordo com os autores, é a de que o discurso autorizado sobre o patrimônio ignora o que não está associado às elites econômicas e

culturais e àquilo que é vinculado a uma memória dissonante, uma vez que se importa pelo belo, velho, grande e confortável. Os autores usam como exemplo os dados da Lista de Patrimônio Mundial da Unesco, em que dos 900 bens em 2010, apenas 33, ou seja, menos de 4%, estão na categoria de patrimônio industrial. Além disso, destacam que, como a ênfase nessa categoria é a construção ou a tecnologia, poucos exemplos remetem às classes trabalhadoras, senão indiretamente. Para eles, o patrimônio industrial encontra-se esvaziado de pessoas e da luta de classes.

A segunda crítica dos autores é a de que a discussão sobre a "indústria do patrimônio"[7] tem deslegitimado a herança de baixo, uma vez que atrela qualquer iniciativa de sua memorialização à comercialização e à banalização da experiência dos trabalhadores. Para os autores, a busca pelo passado da classe trabalhadora tem sido mal interpretada; ela pode sim significar um trabalho de memória crítica e consciente.

## Patrimônio e gentrificação

Um dos grandes desafios do tema patrimônio e cidade diz respeito a como investir em recuperação dos bens culturais sem que isso resulte em expulsão de população moradora, sobretudo os mais pobres, ou seja, em gentrificação. Meneses (2017), retoma a necessidade dessa discussão em artigo de título preciso: repovoar o patrimônio ambiental. Para o autor, há pouca discordância hoje sobre dar prioridade dos usos sociais do patrimônio e, sendo assim, é preciso reverter o modelo que substitui esses usos ligados à moradia, ao trabalho e ao cotidiano, por equipamentos necessariamente ligados à cultura, tais como museus, salas de espetáculos, o que ele chama de "uso cultural da cultura" (MENESES, 1996). Entretanto, se há um consenso na teoria, isso não está se traduzindo em práticas por parte dos órgãos do Estado, já que a prioridade não se realiza.

Algumas experiências da década de 1980, voltadas a premissa de atuação em respeito às populações residentes, como o caso do projeto piloto em Olinda, apresentado por Vera Bosi (1986), mostram que a discussão não é nova. No entanto, os exemplos têm colocado que não se avançou muito no sentido de resolver os obstáculos, principalmente no que se refere a tornar os investimentos no patrimônio em uma forma de garantir, também, a permanência e habitação qualificada para grupos sociais mais pobres nos centros históricos tombados.

[7] Os autores citam como exemplos Hewison (1987) e Lowenthal (1985).

Bonduki (2010), discute o tema da habitação social nos Centros Históricos trazendo o caso da atuação do Programa Monumenta (1999 - 2010), em Salvador, contrapondo-o às ações anteriores que resultaram em gentrificação, como a Operação Pelourinho, realizada pelo governo estadual nos anos 1990, no Centro Histórico. O modelo de intervenção no patrimônio baseado em seu consumo visual, passou por cima dos usos e da função social do patrimônio. Foi somente quando a população local se mobilizou junto à justiça que a 7ª Etapa do Projeto de Recuperação do Centro Histórico do Programa Monumenta voltou-se a garantir a permanência dos moradores, isso em função da necessidade de assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta, conforme mostram o autor e Uriarte (2012).

Dentro desse modelo, tanto os equipamentos públicos como os museus, salas de espetáculo e de exposições artísticas, como os empreendimentos privados como cafés, restaurantes, pousadas ou lojas de souvenirs, têm o mesmo sentido de contribuir para a expulsão de moradores locais, despovoando o patrimônio, para usar os termos de Meneses (2017). O resultado desse modelo é que o patrimônio cultural tem exercido um papel perverso nas cidades, infelizmente, pois ou ele se torna uma espécie de upgrade cultural, como afirmou Arantes (2000), na medida em que permite atrair novos investimentos ao agregar um valor de historicidade e criar uma imagem positiva como um lugar de cultura; ou o patrimônio tem funcionado como álibi justificador e legitimador da realização de intervenções físicas (como restauração, recuperação, conservação) que resultam, geralmente, em expulsão de população moradora mais pobre.

É assim que o patrimônio tem se transformado em fator de expulsão e de segregação socioespacial de moradores e trabalhadores pobres dos antigos centros, pois é em nome da conservação que essas ações são implementadas.

Nesse sentido, à título de recuperar o patrimônio como prioridade total - o que por sua vez esconde verdadeiras estratégias de revalorização espacial - justifica-se aquilo que não deveria ser aceitável e tolerável, ou seja, patrocinar mecanismos de ampliação de desigualdade social. Assim, as políticas de patrimônio têm contribuído para aquilo que Dejours (2006) chama de banalização da injustiça social. Quando a decisão pela conservação ignora seus efeitos sociais perversos ou afirma que nada tem a ver com isso, contribui para a banalização da injustiça social. O discurso econômico que sustenta a justificativa de projetos de recuperação do patrimônio, coloca-o como uma espécie de cúmplice e colaborador do agravamento da adversidade social.

O patrimônio acaba sendo, dessa forma, vilão e fonte de expulsão e de segregação socioespacial. A gentrificação tem se alimentado disso, na medida em que

o patrimônio contribui para promover o chamado de retorno ao centro, ou seja, a reversão da tendência de abandono das áreas centrais da cidade pelos segmentos de maior renda, seja na forma de moradia, ou em atividades econômicas de ponta. Intencionalmente ou não, preservação do patrimônio e gentrificação tem convergido para um ponto único.

Mas, é possível fazer com que o patrimônio cumpra outro papel que o de servir aos propósitos da gentrificação? É possível, pela via do patrimônio, lutar contra a gentrificação? Essas, dentre outras questões ligadas a relação patrimônio e gentrificação serão abordadas no capítulo 1.3, a partir de um estudo sobre alguns distritos da área central de São Paulo situados ao longo da via elevada Presidente João Goulart, mais conhecida como Minhocão.

Esse estudo mostrou que as políticas públicas objetivam criar fatores atrativos para os investimentos do mercado imobiliário no centro levando, assim, à revalorização espacial, que resulta, em consequência, em expulsão de grupos mais pobres. Assim, o exame dos elementos apresentados nesse estudo da área central da cidade de São Paulo permite encontrar no horizonte o processo de gentrificação.

Para tal discussão, é fundamental a contribuição de Smith (2006, 2007), cuja leitura da gentrificação se dá a partir de uma teoria sobre o espaço urbano, ao contrário de muitos autores que a concebem como processo explicado em si mesmo. Smith compreende a gentrificação como componente de transformações espaciais que ele denomina de reestruturação urbana, processo que é articulado à reestruturação econômica e social da economia capitalista.

Para o autor, trata-se de um processo que, apesar de se estender mundialmente para diversas hierarquias de cidades, é desigual, portanto, não se dá da mesma forma, em natureza e intensidade, nos diferentes territórios da economia capitalista. Há, assim, que se considerar a escala urbana na análise do processo de gentrificação, distinguindo as diferentes formas e conteúdos que ela pode tomar e, portanto, suas diferentes totalidades explicativas.

Processos que movem a gentrificação em cidades do Brasil têm diferenças significativas quando se pensa em pequenos centros históricos, como Tiradentes (MG) ou Paraty (RJ), cujo motor são os negócios do turismo, ou em realidades urbanas mais complexas, como a área central da cidade de São Paulo, cuja totalidade explicativa é outra. Entretanto, guardadas as diferenças no processo, o patrimônio tem desempenhado o mesmo papel, o de álibi para a revalorização e, consequente, expulsão dos grupos sociais mais pobres.

A questão, assim, é pensar nas formas e nos conteúdos que esse processo de gentrificação assume em centralidades de metrópoles de economias capitalistas dependentes, como é o caso de São Paulo, compreendendo-a na totalidade da reestruturação urbana, a partir de suas condições mais específicas. Entende-se a reestruturação urbana, nesse caso, como o processo relacionado a desconcentração da atividade industrial na metrópole, acompanhada da centralização de capital e de uma mudança, interna à metrópole, de localização dos serviços avançados que leva a migração de centralidade, conforme aponta Lencioni (2008).

Tomando-se como ponto de partida a formulação teórica de Smith, na qual é central a teoria do diferencial de renda (*rent gap*)[8], constata-se uma diferença em relação as cidades norte-americanas e o caso de São Paulo, no que diz respeito aos processos que atuaram em sua formação.

Para o caso norte-americano, o diferencial de renda é produto da suburbanização, ou seja, de um movimento do capital de deslocamento de atividades econômicas (industriais e do terciário) e de população em direção às áreas suburbanas em função do preço da terra, menor no subúrbio do que nas áreas centrais, mas, de forma complementar, resulta, igualmente, da desindustrialização ou do desinvestimento sistemático na produção industrial urbana, que perde unidades, também, para os subúrbios ou para os países periféricos.

Já em relação ao caso da área central de São Paulo, observa-se que a formação de um diferencial de renda não está relacionada à suburbanização de atividade econômica, mas à mudança de centralidade da metrópole. A configuração de novos espaços de concentração dos setores econômicos mais modernos, ou seja, novos centros do poder e controle decisório das empresas, dá lugar, inicialmente, a Avenida Paulista, para depois se deslocar na direção sudoeste da cidade, compreendendo o que Carlos (2001) chamou de um novo eixo empresarial-comercial formado pelas avenidas Luís Carlos Berrini e Faria Lima, incluindo os bairros do Itaim Bibi, Vila Olímpia e Vila Funchal.

[8] Parte-se da compreensão de que o diferencial de renda é aquele gerado a partir de uma condição presente de desvalorização da propriedade privada, em que a renda da terra é menor, frente a um horizonte futuro e uma possibilidade de revalorização fundiária. Para usar os termos do autor: “Isto resulta naquilo que denominamos um diferencial de renda (*rent gap*) entre a atual renda da terra capitalizada pelo uso presente (deteriorado) e a renda da terra potencial que poderia ser capitalizada pelo ‘mais elevado e melhor’ uso da terra (ou, ao menos comparativamente ‘mais elevado e melhor’ uso), em virtude da sua localização centralizada.(SMITH, 2007, p.21).

Mas em São Paulo, esse diferencial de renda relacionado à gentrificação também pode ser explicado pela reestruturação urbano-industrial, nas décadas de 1980 e 1990, que provocou a saída e fechamento de fábricas dos antigos bairros industriais do final do século XIX e começo do XX. Água Branca, Barra Funda, Lapa e Moóca são alguns exemplos disso. Esses bairros passaram pela desvalorização espacial após o fechamento de unidades fabris e a constituição de uma paisagem de ruínas, com galpões abandonados. A revalorização espacial reverteu o processo anterior e se deu a partir da incorporação imobiliária nos antigos terrenos vazios, estimulada pelas políticas públicas, como o Plano Diretor de 2002 e as operações urbanas. De forma complementar, espaços culturais como casas de eventos transformaram antigos galpões industriais, contribuindo para a revalorização espacial.

Apesar de processos específicos, ambos os casos resultam no chamado "abandono do centro", tanto do ponto de vista físico, no que diz respeito a deterioração do ambiente construído e das ações do poder público, como econômico, pela falta de investimentos. Há ainda a dimensão simbólica, em razão da construção de uma representação negativa do centro como o lugar da criminalidade, violência e consumo e tráfico de drogas. Esse é o momento em que a renda da terra atinge seus menores valores, em relação ao seu potencial frente às condições atrativas da centralidade.

O diferencial de renda funciona, assim, como uma espécie de gatilho, a partir do qual se cria a oportunidade econômica de captura da valorização imobiliária a partir da renda da terra, desencadeando o interesse pelo retorno aos bairros centrais. Segundo Alvarez (2018), quando a depreciação ou desvalorização do centro chega ao seu ponto mais forte, o diferencial de renda volta a atrair o deslocamento de capitais para o centro. Esse gatilho, para os trechos da área central de São Paulo analisados, parece ter encontrado seu limite próximo quando se iniciam os primeiros lançamentos imobiliários que sinalizam para o movimento da revalorização imobiliária, segundo Assunção (2016), em 2006, ano do Prêmio de Urbanismo Prestes Maia, voltado a condecorar os melhores projetos de intervenção urbanística para a via elevada Minhocão.

Mas há na análise da gentrificação uma segunda especificidade de São Paulo, em relação ao caso das cidades do mundo do capitalismo avançado. Conforme apresenta Smith (2007), a gentrificação tem como significado a renovação residencial em bairros, até então, de perfil popular, incluindo-se, em profusão, a reabilitação de edifícios antigos e a reconversão de estruturas como galpões desativados, transformados em *lofts*. Essa tem sido a paisagem da gentrificação nas cidades europeias e norte-americanas. Assim, a gentrificação faz do patrimônio construído um

elemento que agrega valor na renovação residencial como apresenta Zukin (2000, p. 89):

> Usada como abrigo para os sem-teto, a igreja cristã de Hawksmoor, em Spitalfields, é esvaziada e requisitada para a restauração como monumento arquitetônico. Galpões de manufaturas no Soho de Nova York são, por trás das fachadas de ferro fundido (bens legalmente protegidos), transformados em luxuosos espaços residenciais.

No entanto, além da reabilitação residencial, Smith ressalta que, com a expansão de uma economia de serviços, se dá igualmente um *boom* de escritórios, expressão da concentração de centros decisórios das grandes empresas e de serviços auxiliares à essas atividades, como assessoria jurídica, projetos de arquitetura, publicidade, além dos novos negócios ligados à comunicação, tecnologia, moda.

Já na área central da cidade de São Paulo, a gentrificação está mais ligada à tendência de implantação de novas estruturas residenciais do que a reabilitação e refuncionalização de edifícios antigos. Nesse caso, ela toma a forma de novos lançamentos imobiliários, que se caracterizam por apartamentos de dimensões bastante reduzidas, de 20 a 40 $m^2$, em geral, e serviços inovadores que procuram mostrar que "a vibe agora é estar no centro", *slogan* de venda do empreendimento Vibe República[9]. Os empreendimentos lançados têm como público-alvo um novo morador, em geral, casais sem filhos ou solteiros e muitas unidades são vendidas como "*studios*", as antigas quitinetes. Os poucos casos de reabilitação de edifícios antigos começaram a surgir em meados dos anos 2000 e logo escassearam, provavelmente por ter se reduzido o mercado de edifícios para aquisição a preço barato [10].

Entretanto, não se observa nesses trechos da antiga área central de São Paulo aquela tendência de expansão de novos escritórios, que configura o que Smith chamou de recentralização dos centros decisórios. Isso porque a mudança de centralidade na metrópole de São Paulo deslocou para outros espaços essa função de concentração das sedes de empresas, usos ligados ao terciário superior, os serviços avançados e o

[9] O BK30, em pleno Largo do Arouche disponibiliza serviços no sistema *pay-per-use* como arrumação, lavanderia, *dog walker* e serviço de passadeira. Outro exemplo é o Smart Santa Cecília, também no Arouche que vende o conceito de economia colaborativa oferecendo para o uso de seus moradores o compartilhamento de carro, bicicleta e até de um apartamento, por meio de reservas em aplicativo.

[10] Chamado de retrofit, diz respeito a recuperação, reforma ou renovação de edifícios antigos, que tiveram esvaziamento de moradores. São edifícios adquiridos por preços menores, reformados no sentido de adaptar e atualizar as instalações de elétrica, hidráulica, pisos e pintura e posteriormente recolocados para venda por preços maiores. A empresa Centro Vivo realizou vários deles em imóveis nesses trechos do Minhocão, tanto na República, como nas Avenidas São João e Duque de Caxias e na Rua Frederico Steidel, aos fundos do Terminal Santa Cecília.

comércio mais sofisticado, que permanecem em tendência de expansão em direção a zona sudoeste da cidade. Segundo Lencioni (2008), constituiu-se, assim, uma multicentralidade hierarquizada, na qual no topo encontra-se esse novo eixo empresarial-comercial à sudoeste e, na base, a antiga área central permaneceu com usos ligados ao comércio atacadista, comércio varejista mais popular e os setores da administração pública.

Assim, a gentrificação nos bairros centrais de perfil mais popular tem como motor o mercado imobiliário que conduz a renovação residencial, mostrando a natureza classista do processo, pois implica em uma mudança social no espaço com a reocupação por classes de maior renda, conforme discute Smith (2006). Para o caso dos bairros centrais, ainda não existem dados estatísticos que permitem afirmar a existência dessa mudança social, apesar dos sinais serem observáveis em trabalho de campo. Colabora para esse entendimento o estudo de mestrado de Pinheiro (2020), que observou, no período de 2010 a 2019, o desaparecimento de vários usos mais populares próximos ao Minhocão, tais como pequenos sobrados ocupados comércio e serviços no térreo e cortiços no piso superior, sendo substituídos por novos empreendimentos imobiliários voltados àqueles de maior poder aquisitivo.

Talvez os dados do Censo 2020 possam mostrar com clareza a intensidade desse processo que pode ser constatado em campo, a partir da comparação de dados dos setores censitários.

Entretanto é o próprio Smith (2007) que alerta para o fato de que não se deve limitar a análise aos dados estáticos de forma isolada, mas sim examinar o impulso do processo. Em relação a isso verifica-se que estão presentes na área central de São Paulo, os elementos essenciais da gentrificação: o papel do Estado como alavanca da valorização, intervindo direta ou indiretamente, os investimentos privados do mercado imobiliário e a mudança de paisagem, simbolizada na nova arquitetura e nos novos corpos que circulam no espaço. A estratégia da gentrificação aliou um urbanismo de Estado ao urbanismo de mercado para levantar o obstáculo representado pela via elevada transformando esse território central da cidade na nova fronteira dos negócios imobiliários.

## 1.1 – Cultura e problemática urbana: apontamentos para um debate[11]

[...] o “cultural” dissimula mais de uma armadilha.
Henri Lefebvre (2010, p.79)

Este artigo tem por objetivo apresentar alguns elementos para o debate atual sobre o papel da cultura e do patrimônio cultural na produção do espaço urbano, com ênfase na realidade brasileira.

Parte-se da hipótese de que a discussão que tem sido feita sobre o papel central de ambos na atual gestão urbana de caráter empresarial dá conta apenas parcialmente da compreensão do problema quando o foco da análise se volta para países como o Brasil, ou seja, aqueles que tiveram historicamente inserção na economia capitalista de forma subordinada e dependente. A discussão sobre esse “papel central da cultura” merece ressalvas, pois quando generalizada para a realidade brasileira, longe de elucidar os processos, acaba, ao contrário, obscurecendo as contradições existentes. O que se pretende neste capítulo é, assim, colocar em evidência essas contradições.

A hipótese que se apresenta aqui está fundamentada conceitualmente na ideia de que a tal emergência de uma “questão patrimonial” se situa em um determinado momento da problemática urbana, aquele que Lefebvre (2004) denomina de fase crítica. Este é um momento de crises e incertezas, no qual se aguçam as contradições e nesse sentido, compreender os processos significa, antes de tudo, um exercício analítico de 35rata35-las em evidência, desnudá-las.

É dentro desta perspectiva que é preciso pensar o papel duplo e contraditório do patrimônio, muito mais do que generalizar e totalizar os processos. De um lado, o patrimônio é organizado para o seu consumo visual, portanto transformado, não propriamente em mercadoria, mas, sobretudo na mediação para ela, para a sua realização. De outro lado, ao ser, em essência, um portador de símbolos, ele também os oferece à consciência social, como lembra este autor. O patrimônio é expressão de um passado e lhe dá concretude permitindo compreendê-lo, mobiliza memórias coletivas e estimula uma reflexão sobre os caminhos traçados na trajetória da construção da humanidade do homem. Neste sentido, conforme apresenta Weil (1996), o amor ao passado não tem nada a ver com uma orientação política reacionária, mas ao contrário,

[11] Artigo publicado em CARLOS, Ana Fani A. (org.). Crise urbana. São Paulo: Contexto, 2015. P. 129-142. Realizados alguns ajustes de redação em relação ao original.

sob uma perspectiva crítica, ele é alimento necessário para pensar a transformação e emancipação do homem. O mesmo pode-se pensar em relação aos testemunhos do passado, o patrimônio. “De todas as necessidades da alma humana não há outra mais vital que o passado”, diz a autora (WEIL, 1996, p. 418).

Partindo desta ideia central, o caminho de discussão buscará, em primeiro lugar, retomar alguns elementos centrais deste debate sobre o papel da cultura e do patrimônio na atual gestão urbana, a partir de autores-chave como Jeudy (2005), Harvey (1992), Choay (2001) e Arantes (2000). Estaríamos diante da emergência de uma questão patrimonial definida a partir da afirmação de uma “patrimonialização generalizada”? A intenção é situar este fenômeno no contexto de um determinado momento da problemática urbana, a fase crítica, de acordo com Lefebvre (2001; 2004).

Na sequência pretende-se debater a condição da preservação do patrimônio cultural no Brasil, a partir da afirmação de um passivo patrimonial, situação antagônica daquela vivenciada pela patrimonialização generalizada dos países europeus. Para tanto, lançamos mão de um argumento teórico pouco discutido até aqui na bibliografia especializada: a ideia da natureza desigual do patrimônio cultural no Brasil.

Por fim, para concluir propõe-se pensar o papel do patrimônio cultural em uma leitura “a contrapelo”, conforme coloca Walter Benjamim (2011). Essa leitura coloca em evidência o papel político do patrimônio como aquele que rejeita a memória celebrativa, sustentáculo da dominação econômica e social. Pensar o patrimônio à contrapelo significa 36rat-lo como elemento essencial em uma leitura crítica do processo de produção do espaço urbano, recusando 36rata-lo como passado mítico ou heroico.

## A emergência de uma “questão patrimonial”

A partir dos anos 1990 vem se consolidando uma discussão sobre o papel investido à preservação e restauração do patrimônio cultural como uma estratégia de intervenção nas áreas centrais de grandes cidades, no âmbito do chamado planejamento estratégico de caráter empresarial.

Estes patrimônios restaurados e transformados em grandes equipamentos de visitação e de espetáculos de arte, música e dança que, via de regra abrigam usos ligados à chamada cultura erudita, têm sido vistos pelo Estado e pelo empresariado urbano como capazes de atrair novos investimentos em um cenário de competição global das cidades ou também como peça central de um processo de revalorização imobiliária.

Um dos resultados perversos deste modelo de intervenção está relacionado à profunda mudança social nestas áreas centrais, derivada quer da expulsão de grupos sociais mais pobres que ocupavam o centro, ou ainda, pela transformação do uso do solo que substitui o lugar de moradia de uma população local por estabelecimentos comerciais ou de serviços voltados ao turismo.

O patrimônio entrou, assim, na ordem do dia do debate sobre a cidade e a problemática urbana, mas de forma enviesada uma vez que a preservação, ao ser utilizada como álibi justificador de intervenções urbanísticas de cunho socialmente excludente e expropriatório, ficou, dessa forma, associada ao processo de *gentrificação*. Na capital paulista pode-se citar dois exemplos de intervenções que usaram do discurso da preservação do patrimônio resultando em alto custo social: a requalificação do Parque do Povo, no bairro do Itaim Bibi que eliminou as práticas populares do futebol de várzea (SCIFONI, 2013) e o recente caso da Vila Itororó, na Bela Vista, cujos moradores foram retirados para a restauração das edificações tombadas e instalação de um equipamento cultural[12], projeto que desconsiderou a historicidade do patrimônio ao apagar ali os traços da memória da cidade representada na formação de cortiços habitados por população trabalhadora.

Constituiu-se, assim, um modelo de intervenção no patrimônio que tem sido entendido pelo Estado e pelos empreendedores urbanos como capaz de integrá-lo à dinâmica urbana conferindo-lhe uso e, portanto, presença no cotidiano das cidades e que foi disseminado mundialmente a partir de experiências europeias.

Entretanto, a consequência, além do alto custo social, é que este modelo de adequação dos patrimônios como mercadorias para o consumo da cultura e do turismo frequentemente os insere no tecido urbano como objetos reificados, conforme discute Menezes (1992; 1996). No bojo destes projetos está a hipervalorização da arquitetura e do estilo artístico em detrimento de outros valores do patrimônio, principalmente aqueles que contextualizam os bens no seu universo contraditório e conflituoso da história e dos processos sociais. Isso acaba por produzir um patrimônio cultural fetichizado, que se explica em si mesmo, unicamente pela técnica ou pela estética.

Este modelo que fetichiza os objetos da cultura para explorar seus valores mercadológicos consequentemente também destrói a essência do patrimônio, uma vez

[12] Conforme colocaram em evidência Feldman e Castro (2017), a moradia que era a função original do projeto arquitetônico da Vila e que ainda permanecia como essência do bem tombado não foi considerada nem como valor histórico, muito menos como valor cultural. O despejo ocorreu em 2013, de forma violenta, antes da conclusão das obras do CDHU para onde seriam direcionados os moradores, segundo as autoras.

que desvirtua o seu significado simbólico e social. Para Jeudy (2005), o dilema da gestão contemporânea do patrimônio reside justamente na necessidade de exclui-lo do circuito dos valores de mercado para, desta forma, salvar o seu valor simbólico.

Gestado a partir de experiências europeias e associado a novas intervenções arquitetônicas e urbanísticas em áreas centrais, conforme discutiu Arantes (2000) para os casos de cidades como Paris, Barcelona, Bilbao, Lisboa e Berlim, este modelo evidencia a valorização da esfera da cultura, via implantação de equipamentos de uso cultural.

Entretanto a compreensão deste papel representado pelo patrimônio não deve ser desvinculada de um contexto de processos que ocorreram nos países europeus e que levaram ao que Jeudy (2005) chama de patrimonialização generalizada. Esta expressão é utilizada pelo autor para designar um processo que tem como características: a prioridade para a conservação das fachadas antigas das edificações que levou a uma verdadeira uniformização dos chamados centros históricos; a obsessão por restaurar; a museificação constante de antigas estruturas industriais; a preservação como princípio primeiro e fundador das intervenções urbanas, entre outros traços marcantes. Todos estes aspectos constituem o que o Jeudy chamou de “fervor contemporâneo pelo culto ao passado” que resultou em um excesso de patrimônio e no esgotamento do estágio de identificação e proteção, que ele chama de petrificação patrimonial, restando somente agora apenas a tarefa da sua manutenção.

Outros autores europeus também chamam a atenção para essa mesma condição na qual o interesse pelo patrimônio torna-se tendência marcante. Harvey (1992), destaca o desenvolvimento, desde os anos 1970, de uma “indústria da herança” associada a uma cultura de museu, exemplificando o caso da Inglaterra, no qual um museu era aberto a cada três semanas, constituindo-se um momento de virada e de generalização e popularização, mas bem a gosto das classes médias. Fazem parte desta indústria da herança, ainda, as tendências superficialmente historicistas sejam de reconstrução de estilos passados, como também de reabilitação de edificações antigas, fato que reforça a ideia de que o passado ganhou um sentido de objeto de comercialização, quando o que deveria estar em jogo é a compreensão crítica da história.

Choay (2001), por sua vez identifica neste mesmo momento, pós anos 1960, um crescente interesse pela proteção do patrimônio, o que teria levado a sua ampliação numérica, fenômeno que denomina de “inflação patrimonial”. A autora cita como parte desse mesmo processo, a grande expansão tipológica, com o advento de novos objetos patrimonializados, que rompeu com a ideia de um patrimônio monumentalista ligado às

elites dominantes, além de bens ligados a uma história mais recente. Nesse sentido incorporaram-se também como patrimônio mercados, hangares, habitações coletivas, espaços de trabalho ligados ao uso e à vida cotidiana, constituindo o que ela chamou ironicamente de “complexo de Noé”. Parece haver no uso desta expressão uma crítica da autora em relação à incorporação desses novos patrimônios. Apesar disso, ao contrário, a diversificação é produto de um olhar mais democrático e representativo em relação aos diferentes grupos sociais.

Mas, essencial nessa discussão é compreender em que contexto essa generalização da preservação se deu fundamentalmente na Europa, levando a emergência de uma “questão patrimonial”. Para isso, é preciso destacar três questões fundamentais.

De um lado, alguns autores apontam as transformações na sociedade europeia a partir dos anos 1970, levando ao processo de reestruturação econômica, além de mudanças tecnológicas e da desindustrialização que reduziram drasticamente as taxas de emprego industrial. Com base nessas novas condições, nos anos 1990 consolidou-se um debate sobre uma nova sociedade “pós-industrial”, na qual o emprego estaria a partir desse momento concentrado no terciário, principalmente no setor de serviços. Como característica dessa nova sociedade, a redução da jornada de trabalho e a sua diversificação e flexibilização frente às inovações tecnológicas levariam à ampliação do tempo do lazer e, consequentemente, das formas de turismo.

Choay (2001) se refere a esse processo como o desenvolvimento de uma sociedade de lazer para a qual se abriu um novo mercado, o dos bens culturais. A autora reforça que o Estado francês foi o primeiro a explorar e potencializar essas condições, o que é reforçado pela informação de outra autora francesa. Segundo Rébérioux (1991), a França declarou o ano de 1980 como “Ano do Patrimônio” o que representou uma ampliação de recursos estatais para aplicação pelo Ministério da Cultura, que já possuía uma dotação bastante significativa.

Portanto, é fundamental compreender o papel do Estado francês nesse cenário de criação de um mercado lucrativo de bens culturais com forte apoio no uso do patrimônio, uma vez que os recursos públicos resultaram em restauração e reabilitação de antigas edificações, mas também na ampliação do estoque de patrimônios reconhecidos pela Unesco, o que a tornou um dos países mais bem representados na Lista do Patrimônio Mundial (SCIFONI, 2006).

Nesse contexto, o patrimônio cultural serve como campo privilegiado para as novas formas de uso do tempo livre, o que leva progressivamente, ao longo do tempo,

à ampliação da visitação aos lugares patrimoniais que se consolidam definitivamente nos roteiros das agências de turismo. Isso não se separa do fato de que a visitação aos patrimônios é, antes de tudo, consumo visual de uma estética ou de um estilo e desempenha papel importante como agregador de capital cultural, para o qual, segundo Bourdieu (2013), a indicação de gosto ou de preferência representa um notável marcador de classe social.

Sendo assim, o crescente interesse pela visitação dos lugares patrimoniais não se separa desse contexto de inserção da esfera da cultura como um novo mercado, pensado a partir da lógica da reprodução da mercadoria, momento que Arendt (2009) identificou como crise da cultura, pelo fato dela estar cada vez mais ameaçada de confundir-se com entretenimento. Segundo a autora, a essência original dos objetos culturais era suportar o processo vital dos grupos sociais, além de sua condição de ser permanente no mundo. No entanto, a partir do momento em que a cultura é absorvida pela indústria do entretenimento e confundida com ela, os objetos culturais tornam-se mercadorias transitórias que são consumidas, substituídas e descartadas.

Por fim, há outro elemento fundamental que explica as condições em que emerge essa questão patrimonial. O esvaziamento dos centros históricos, a partir dos anos 1960, conduzido por processos de suburbanização, segundo Ricci (2012) se desdobrou, nos anos seguintes, em ampliação dos instrumentos de preservação dos chamados centros históricos, como ocorreu na Itália, por meio de leis, pesquisas, planos, financiamentos, pactos, alianças e incentivos fiscais. Em consequência, essas ações e investimentos públicos promoveram a ideia do retorno ao centro pelas camadas médias e mais abastadas, estimulado pela oferta dos novos equipamentos e de uma dinâmica e rica vida cultural.

Essas intervenções urbanísticas levadas a cabo pelo Estado caracterizam parte importante dessa questão patrimonial, que aparece como necessidade econômica frente aos investimentos em infraestrutura disponíveis nas áreas centrais. Mas há também outra dimensão no retorno ao centro que é explicitada como nova necessidade social: a busca da centralidade e do urbano perdido com a vida nos subúrbios.

Assim, é possível compreender a emergência da questão patrimonial como parte do momento que Lefebvre (2001; 2004) denominou na problemática urbana na fase crítica. Ela sucede o processo de implosão-explosão da cidade e a generalização das formas de segregação socioespacial. Tais processos esvaziam e empobrecem a realidade social e a vida urbana nas áreas centrais, dissolvendo a urbanidade na mesma

medida em que se expande exponencialmente o tecido urbano na forma de subúrbios espalhados e de periferias extensas.

Mas a fase crítica é o momento de generalização da lógica da mercadoria para todas as instâncias da vida social o que insere a cultura como objeto de consumo e como produção para o mercado.

Assim, a necessidade da cidade e da centralidade é recriada como objeto de consumo visual pela via da visitação e do turismo, o que explica o papel do patrimônio cultural nesta nova gestão urbana de caráter empresarial.

## Um passivo patrimonial e a natureza desigual do patrimônio no Brasil

Será possível pensar que no Brasil, o patrimônio cultural desempenha o mesmo papel na produção do espaço urbano, que esse até aqui discutido, o qual se explica em um contexto específico, o dos países europeus?

Não vivemos a sociedade de lazer com o aumento do tempo livre, ao contrário, modalidades cada vez mais distintas de precarização do trabalho, jornadas de trabalho que não foram reduzidas, além de formas de permanente exclusão do mundo do trabalho (ANTUNES, 2006). A era da informatização acarretou novas modalidades de informalização do trabalho, incluindo um *ciberproletariado*, como afirma o autor.

Por outro lado, a realidade de países latino-americanos como o Brasil não acompanhou, senão pontualmente, aquelas iniciativas estatais dos países europeus que investiram muitos recursos potencializando o mercado de bens culturais ao criar, em profusão, equipamentos culturais em fábricas, armazéns, estações ferroviárias, e implantar planos e intervenções urbanísticas que priorizaram recuperação de fachadas, fatos que levaram Jeudy (2005) a afirmar uma ordem patrimonial que se impõe. Ao contrário, a realidade brasileira e latino-americana, coloca diferentes questões.

> É possível que nos países de primeiro mundo, onde na última década, o "cultural" alcançou um elevado consenso e, por isso, tem gerado muitos investimentos no setor (museus, auditórios, palácios de música que são as vedetes da arquitetura dos anos 80 e 90), o tema pareça auto-sustentado nesta nova dimensão do consumo. Mas nos países americanos, para além do prestígio destas operações espelhar o europeu e norte-americano, os recursos destinados à cultura foram tão magros que apenas conseguiram manter em funcionamento os antigos equipamentos. (GUTIERREZ, 1991, p.126)

Ao que parece estamos muito distantes da situação de patrimonialização generalizada, na qual os excessos de conservação se fazem presentes na realidade

urbana e abundam recursos públicos para investimentos em cultura. Muito ao contrário, um conjunto de problemas crônicos da preservação do patrimônio se repetem com o passar dos anos: equipes técnicas reduzidas para lidar com a pesquisa e fiscalização, além de atividades educativas voltadas ao patrimônio; salários rebaixados que constantemente esvaziam ainda mais as equipes; parcos recursos econômicos para ações de recuperação e restauração, seja para edifícios públicos tombados, seja para os privados, nos quais o pequeno proprietário não apresenta condições de conservação; o embate com intervenções e com os empreendimentos públicos e privados cujo desdobramento desfavorece, em grande parte, os interesses da preservação; ausência de alterativa econômica de apoio, do tipo financiamento, aos pequenos proprietários de imóveis que não dispõe de recursos. Este conjunto de problemas crônicos demonstra o fato de que o patrimônio cultural não está inserido efetivamente na agenda política do Estado brasileiro como uma questão de relevância.

Acreditamos que o uso de determinados patrimônios com papel de isca cultural para alavancar negócios urbanos não expressa a emergência de questão patrimonial no Brasil, mas sim a cópia parcial de um modelo que se busca espelhar em função do prestígio atribuído a estas intervenções, como destacou Gutierrez. Modelo concebido e gestado em condições gerais que por aqui não se realizaram plenamente, face às urgências da problemática social e frente à herança de uma inserção subordinada e dependente na economia capitalista.

A ideia que se desenvolve aqui é que, ao contrário de excesso de patrimônio vive-se no Brasil um passivo na preservação que expressa claramente que nem o patrimônio nem a cultura são questões centrais em nossa sociedade. Além disso, os investimentos e intervenções urbanas que exploram a valorização do patrimônio, como em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador[13], são expressão da natureza desigual existente no universo da produção e reprodução da cultura e, portanto, do patrimônio.

Desigualdade que se dá em primeiro lugar no plano da identificação e proteção física e legal do patrimônio e que explica uma das dimensões desse passivo patrimonial.

Não esgotamos a tarefa de identificação e proteção de nosso patrimônio, tal qual Jeudy (2005) afirma ter se atingido na Europa, ou seja, muitos bens que poderiam documentar a história das cidades no Brasil têm sido constantemente demolidos,

[13] Tal como aqueles realizados respectivamente na Luz, na Praça 15, no Bairro do Recife e no Pelourinho, conforme estudos de Beatriz Kara José (2007); Lia Motta (2000); Rogério Proença Leite (2007) e Márcia Santana (2004).

principalmente nos últimos anos, fruto da expansão dos negócios imobiliários. Muitos demolidos sem que se tenha ao menos estudado suficientemente e compreendido o seu papel como documento da história da cidade, o que demonstra a fragilidade e incapacidade das instituições públicas a quem cabe a tutela do patrimônio.

Muito embora desde o início da década de 1970, os Compromissos de Brasília e de Salvador, recomendassem a criação e atuação de órgãos de preservação do patrimônio nas diferentes instâncias, como nos estados e municípios, as dificuldades de consolidação desses trabalhos em muitas cidades brasileiras é uma realidade presente. Não somente porque nem todos os municípios criaram órgãos e legislação protetora, mas também porque naqueles que as criaram, as pressões dos interesses político e econômico inviabilizam as ações em plenitude. Trata-se de uma contradição que se dá pelo fato de que não obstante os patrimônios terem uma presença cotidiana no tecido social da cidade, o que tornaria mais racional sua preservação em nível municipal, é justamente nesse nível de poder que os patrimônios estão mais vulneráveis às investidas dos interesses imobiliários ou de uma classe de proprietários de terra que busca garantir sua reserva de valor na cidade, interesses esses muitas vezes alinhados a atuação do poder público municipal.

Nem mesmo a tão propalada inserção da preservação do patrimônio nos Planos Diretores, a partir dos dispositivos do Estatuto das Cidades tem sido capaz de fazer frente aos interesses econômicos que guardam estreita ligação com as instâncias políticas. Na prática, a ordem patrimonial e o dever de memória dos quais Jeudy (2005) trata, decididamente não se instalaram por aqui.

Em alguns casos apenas a organização e mobilização social, por meio da criação de associações em defesa do patrimônio, tem conseguido brecar algumas demolições de patrimônios. É preciso citar na cidade de São Paulo os casos emblemáticos do Movimento pelo Cine Belas Artes, do Movimento SOS Quarteirão Itaim e do Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus, três grandes mobilizações que colocam em xeque os rumos das políticas de preservação no estado de São Paulo.

No caso do Cine Belas Artes, o desfecho recente que resultou no projeto de retomada do funcionamento do cinema passou ao largo da atuação dos órgãos de preservação municipal e estadual, sendo resultado da mobilização dos integrantes do movimento junto à Secretaria Municipal de Cultura que negociou com a Caixa Econômica Federal. Os órgãos de patrimônio, muito ao contrário, posicionaram-se

contrários ao tombamento[14] por entender que este instrumento não garantiria a continuidade do uso. A preservação desse patrimônio cultural e afetivo da população da maior metrópole brasileira mobilizou moradores de todos os cantos do extenso tecido urbano e colocou novos desafios as políticas públicas nessa esfera, que foram enfrentados pelo movimento social e não pelas instituições públicas a quem caberia a sua tutela, outra contradição a ser ressaltada.

Como necessidade de superação dessas dificuldades de ação mais local, frequentemente os municípios recorrem ao pedido de tombamento nas instâncias superiores, junto aos órgãos estaduais e ao federal, o que, em grande parte das vezes, é ineficaz. Fruto de uma forma de ver e construir um patrimônio que é essencialmente europeia e francesa, ou seja, trabalhando com uma visão de patrimônio que deve ser excepcional e monumental e alicerçado no chamado valor arquitetônico, em grande parte das vezes, as narrativas produzidas pelos técnicos da preservação descartam esses pedidos com base no famoso argumento de que o bem tem apenas "interesse local".

Esse é um dos grandes mitos criados no interior das práticas dos órgãos de preservação, servindo de justificativa constante de recusa daquilo que esteticamente ou arquitetonicamente é considerado não digno de prestígio. A respeito disso, Rodrigues (2009) nos lembra que não há na legislação maior do país, aquela que rege a proteção do patrimônio cultural, qualquer referência a estes níveis de interesse para fins de preservação.

> Deve-se destacar que o patrimônio cultural é brasileiro, não havendo que se falar em "patrimônio de interesse exclusivamente estadual ou regional" ou de interesse exclusivamente municipal ou local", como querem alguns autores, o que termina por fornecer descabidos argumentos para justificar a omissão dos órgãos de preservação federais e estaduais diante da dilapidação cultural sistemática que vem sendo praticada em municípios que a soberba de alguns técnicos considera "desinteressante" do ponto de vista patrimonial. Tal posição, é preciso ressaltar, não tem nenhum amparo legal, muito menos constitucional, contribuindo, isto sim, para transformar moradores de cidades pequenas e pobres em cidadãos de segunda classe, sem direito à memória. (RODRIGUES, 2009, p.27)

A natureza desigual do patrimônio no Brasil tem origem, assim, na eleição do que deve ou não ser elevado à condição de herança coletiva, processo que prioriza valores formais, estéticos, estilísticos e arquitetônicos. Como resultado disso, o conjunto patrimonial espelha, sobretudo, a presença das elites econômica, política e religiosa,

[14] Aqui não nos referimos às decisões finais dos órgãos, mas a todo o trâmite de idas e vindas dos processos nas duas instâncias, além dos pareceres e da condução dos colegiados.

deixando à parte determinados sujeitos sociais, como é o caso dos trabalhadores urbanos e rurais, índios e negros, o operariado e o campesinato. Nem mesmo o estabelecimento dos novos postulados colocados pela Constituição Federal de 1988, que superaram a ideia de um patrimônio vinculado a fatos memoráveis da história brasileira, ou seja, uma visão celebrativa e pouco crítica do passado, pode mudar ainda a configuração tipológica do conjunto patrimonial, historicamente concentrado nos lugares do poder: as cidades da mineração em Minas Gerais, ou as capitais do Brasil Colônia e do Império, Salvador e Rio de Janeiro.

Foi justamente a visão crítica sobre a necessidade de ampliar a representatividade do patrimônio para todos os cantos do território nacional, reconhecendo assim a existência de um mapa desigual do patrimônio no Brasil (RUBINO, 1994), que levou o Iphan a propor, a partir de 2007, uma estratégia de trabalho visando ampliar o estoque patrimonial de forma a distribuir melhor a presença do órgão público em todo o território (VIEIRA FILHO, 2011).

A segunda dimensão da natureza desigual do patrimônio no Brasil que é preciso destacar se expressa por meio das ações públicas voltadas à sua valorização, ou seja, nas políticas públicas desiguais que centralizam e canalizam recursos para a conservação e restauração de *determinados* tipos de patrimônios, deixando um grande número de outros tantos sem qualquer atenção e ação pública.

Casos como o do bairro da Luz, em São Paulo, do Pelourinho, em Salvador, do Bairro do Recife, ou da Praça 15, no Rio de Janeiro, não permitem generalizar para todo o conjunto patrimonial e nem concluir sobre um papel central do patrimônio e da cultura em nosso país. Ao contrário, totalizar para todo o país aquilo que se encontra apenas em casos pontuais, oculta as contradições existentes na ação do Estado e, portanto, a natureza desigual das políticas. No mesmo bairro da Luz em que o governo estadual gastou volumosos recursos para a requalificação de edifícios históricos como a Pinacoteca do Estado, a Estação Ferroviária Júlio Prestes, o Armazém da Sorocabana e prédio do DEOPS, além dos investimentos na Estação da Luz com a criação do Museu da Língua Portuguesa, que constituem as vedetes do novo uso que se quer para a região, contraditoriamente, encontra-se sob situação de deterioração física a Vila Economizadora, um dos raros exemplos existentes ainda hoje, de produção em série de habitação popular, por parte de sociedades mútuas, característica do início do século XX.

A ausência de investimentos e iniciativas públicas em relação a esses patrimônios representativos dos trabalhadores e da vida operária na cidade pode ser relacionada ao

argumento de ausência de apelo turístico deste patrimônio, ao contrário dos grandes equipamentos culturais de visitação. No entanto, a importância de manter e preservar um patrimônio não deveria se atrelar a possibilidade de uso turístico, de entretenimento ou de visitação, mas a importância que esses objetos têm para a compreensão da cidade em sua dimensão histórica.

Além disso, é preciso questionar para o caso brasileiro um modelo de preservação que vem se impondo como única opção, constituído a partir da implantação de grandes equipamentos ligados a cultura erudita, tais como salas de espetáculo, museus e centros culturais. Segundo Menezes (1996), isso reforça o "uso cultural da cultura", ao contrário de compreendê-la como parte integrante da reprodução social e do cotidiano das cidades. O caso da implantação de um centro cultural na Vila Itororó, já lembrado aqui, oferece um excelente exemplo disso. Ao invés de projetos que incorporem a preservação do patrimônio à vida cotidiana, pela dimensão do morar, por exemplo, reproduzem-se as experiências de novos equipamentos culturais, como se o cultural fosse um plano separado e superior em relação à vida cotidiana.

Lembrando Gutierrez (1991), é preciso romper com este modelo importado e recuperar o patrimônio atendendo preferencialmente às necessidades sociais, pois em um contexto latino-americano de profunda desigualdade social e de carências dramáticas, que são parte de nossa herança do passado colonial, a preservação do patrimônio cultural deve projetar-se na perspectiva de um compromisso social.

## O patrimônio desigual

Assim como foi possível partir de uma perspectiva que problematiza a natureza desigual do patrimônio, questionando a generalização de um papel central desse na produção do espaço na realidade brasileira, semelhante análise pode ser feita em relação ao universo da cultura. Afirmar também um papel central da cultura significa nivelar e dar um caráter totalizador a um universo que é, em essência, desigual. Segundo Lefebvre (1991), é a ideologia de Estado ou o culturalismo que fabrica a tese oficial da coerência e unicidade e cultura, sob o comando de uma determinada forma de ver e de produzir a cultura.

Mas não se trata apenas de pensar a cultura em sua dimensão de diversidade ou pluralidade de grupos sociais, mas também de olhá-la a partir da chave da desigualdade. A perspectiva do debate colocado aqui foi a de que ao se tratar de patrimônio e cultura em sociedades como a brasileira, não se pode abstrair as relações

desiguais existentes no universo da produção e reprodução da cultura, uma vez que foram e são profundamente marcadas pelo que carregamos como herança econômica-social e o que fundamentalmente nos diferencia de outras sociedades como a europeia, onde a cultura e patrimônio atingiram outro patamar de participação na vida econômica e social.

Não é possível uma leitura totalizadora sobre cultura no Brasil, se considerada a desigualdade dos recursos e de políticas de incentivo e apoio entre as expressões eruditas (como as orquestras sinfônicas, por exemplo) e a produção cultural urbana e de periferia, em grande parte, sobrevivendo de forma autônoma (como são os saraus realizados em botecos na zona sul de São Paulo). Afirmar um papel central da cultura no Brasil seria declarar a invisibilidade desses grupos de produtores de cultura, assim como a invisibilidade de suas expressões e manifestações culturais.

Assim, as desigualdades que se apresentam no plano da cultura fazem parte do mesmo processo em que se produzem e reproduzem as desigualdades sociais e a hierarquia dos capitais culturais, aquela que coloca o erudito em posição acima da cultura popular, é parte da mesma hierarquização social que coloca o trabalho intelectual acima das formas de trabalho material. Conforme lembrou Chaui (2006), embora a distinção entre cultura popular e erudita seja realmente expressão e consequência da divisão social das classes, ela é concebida como diferença qualitativa.

O olhar a partir da chave da desigualdade não admite a generalização de um papel central conferido à cultura e ao patrimônio na realidade brasileira. Ao contrário, permite colocar em evidência as contradições existentes no interior das políticas públicas e das práticas institucionais de preservação, momentos nos quais determinadas escolhas são feitas. O que se preserva e restaura reflete um tipo de passado e de sociedade que se deseja perpetuar no tempo. As omissões, os esquecimentos são resultado de uma construção política de um passado.

Por isso mesmo o patrimônio guarda um papel político e estratégico na cidade como possibilidade de olhar o passado sobre outra perspectiva que não a da história oficial celebrativa. Mesmo em relação aos patrimônios monumentalizados por esse modelo único de preservação é sempre possível um olhar crítico sobre eles a partir da perspectiva proposta por Benjamim (2011), de escovar a história à contrapelo. O luxo e a ostentação exibidos em muitos dos palacetes tombados relativos à fase áurea da economia do café em São Paulo, por exemplo, contrastam com a quase ausência de preservação do lugar de moradia dos trabalhadores urbanos e a leitura na perspectiva

à contrapelo permite problematizar tanto esse passado, como também o presente, ou seja, as políticas de preservação.

Mais evidente ainda é o papel político do patrimônio quando esse aparece como resultado de lutas sociais na cidade. Desde o exemplo pioneiro em São Paulo, nos anos 1970, o da Escola Normal Caetano de Campos que resistiu às ameaças de demolição pelas obras do metrô na República, até o mais recente, o Cine Belas Artes, cujos planos seria substitui-lo por mais uma loja de departamentos, o que se vê nesses casos é o patrimônio como documento de uma dinâmica urbana e da vida cotidiana na cidade, o que faz com que seja incorporado à memória coletiva e se torne objeto de demanda e de luta dos grupos sociais.

Nesse caso a luta se expressa como resistência àquilo que Carlos (2001) chamou de produção de um espaço amnésico. Resultado de transformações que se imprimem à cidade na perspectiva de sua modernização e que são produzidas sob a lógica de um espaço homogêneo, adequado às necessidades da reprodução do capital, o espaço amnésico produz estranhamento, uma vez que é produzido a partir da destruição de referenciais urbanos, ou seja aqueles que encarnam os momentos passados vividos coletivamente e que estão no fundamento de uma relação identitária dos moradores com os lugares da cidade.

## 1.2 – Para além do capital: o patrimônio industrial na perspectiva da classe trabalhadora[15]

Não obstante o avanço da discussão teórica que possibilitou a ampliação de significados da noção de patrimônio cultural e as perspectivas abertas pela Constituição Federal de 1988, as quais ampliaram o entendimento sobre a questão, ainda hoje, nas práticas institucionais permanece frequente o pensamento que fundou a questão nos anos 1930. Ironicamente nesse começo de novo século ainda pensamos o patrimônio cultural por meio das concepções de 1937, quando da instituição do decreto-lei 25. Isso quer dizer a busca do nacional definido a partir dos fatos memoráveis de nossa história, da excepcionalidade e da monumentalidade que tornaram o conjunto patrimonial muito homogêneo, ou seja, todo ele representativo das classes dominantes, em seus setores econômico, político, religioso ou militar.

Em que medida é possível mudar o olhar da maioria da população sobre o patrimônio cultural a partir deste conjunto apresentado hoje à nação como a sua herança coletiva? Em que medida a classe trabalhadora e os grupos populares podem se identificar com um patrimônio cultural que não os representa, ainda hoje, como sujeitos da construção da nação?

Urge pensar o patrimônio na perspectiva daqueles grupos sociais ausentes na história oficial, os trabalhadores urbanos e rurais, os índios e os negros escravizados, o operariado e o campesinato, ou seja, aqueles que foram e são os produtores da riqueza material apropriada por poucos e que fizeram e fazem a história do país. Nesse contexto, busca-se problematizar a questão apresentando e propondo uma inversão de olhar e de perspectiva para o chamado patrimônio industrial, enfocando-o a partir da classe trabalhadora e de sua luta cotidiana pelo e no trabalho, luta que também se dá pela sobrevivência e para permanecer na cidade.

Inverter a perspectiva de enfoque significa recolocar no centro do debate a classe trabalhadora, no sentido da busca da desocultação de sua memória para assim contribuir para a desalienação social. Significa olhar para um patrimônio que representa as lutas no interior do universo do trabalho, questão de grande importância, sobretudo hoje, em um contexto de divisão da classe trabalhadora entre setores ligados ao trabalho formal e outros precarizados, separação que opõe uns aos outros. A memória do

[15] Este artigo foi apresentado em evento e publicado nos Anais do Encontro Internacional Arquimemória 4. Salvador: UFBA, 2013. CD Rom. O artigo original incorpora atualização de dados e informações e a adequação do título: de trabalhadores para classe trabalhadora.

trabalho e da luta operária tem uma função política no sentido de promover a formação de uma consciência e identidade de classe. Segundo Santos (2002, p.329), a "memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro."

Tendo como pano de fundo tal problematização busca-se apresentar parte dos resultados de levantamentos realizados em importante e tradicional região industrial da metrópole paulista[16]. O objetivo é mostrar outras possibilidades de leitura da história do fenômeno industrial, escovando a história a contrapelo, como afirmou Benjamim (2011), perspectiva mais próxima da experiência coletiva e cotidiana de vida dos trabalhadores e mais crítica em relação à reificação do chamado patrimônio industrial.

## O patrimônio industrial: onde está a classe operária?

Questão mal resolvida dentro das políticas públicas de patrimônio no Brasil, a herança industrial está em franco processo de desaparecimento, principalmente nas antigas e tradicionais regiões industriais do país, fruto dos processos contemporâneos de reestruturação urbano-industrial e produtiva, que foram intensificados nesse começo de século XXI e que tem levado importantes estruturas do nosso parque fabril à deterioração física e ao abandono.

Na cidade de São Paulo, ao longo da estrada de ferro, a SP Railway mais tarde chamada Estrada de Ferro Santos-Jundiaí), bairros industriais surgidos em fins do século XIX, como Mooca, Ipiranga e Brás, são marcados por essa paisagem de ruínas do processo industrial, que tem sido substituída nos últimos anos por grandes empreendimentos imobiliários de tipo condomínios residenciais, mas também por shoppings centers e hipermercados. Igualmente os municípios da tradicional região industrial metropolitana, o ABC paulista conhecida por constituir, durante muito tempo, o principal parque automotivo do país, têm sofrido esse mesmo processo de substituição da paisagem industrial por novas estruturas comerciais e residenciais.

Ao contrário de países europeus nos quais se destacam experiências importantes de identificação e proteção de exemplares testemunhos do processo industrial, como discutiu Kühl (2008), no Brasil, as práticas constituem mais exceção do que regra. Mesmo assim, a autora destaca que, apesar de décadas de discussão sobre o tema na

[16] Trata-se de pesquisa que foi financiada pela Fapesp e pelo Programa Novos Docentes (Pro-reitoria de Pesquisa), no ano de 2011, intitulada Lugares de Memória Operária na Metrópole de São Paulo.

Europa, o patrimônio industrial ainda não tem seu valor reconhecido e são constantes as pressões sobre esses bens que resultam em intervenções deformadoras ou em demolições.

No Brasil, essa herança industrial é um tema ainda não consolidado, pois são poucos os bens tombados pelo órgão federal, como mostrou Rodrigues (2012). A autora identificou pelo menos vinte exemplares de 1937 até 2008, a maior parte antigos engenhos e alguns bens ferroviários. Quanto às fábricas, há pelo menos cinco edificações indicadas pela autora nas listagens de bens tombados do Iphan[17]. Esses dados podem ser complementados pelo levantamento feito por Nascimento (2016), que incluiu as experiências de habitação operária reconhecidas até 2011, o que permite acrescentar pelo menos 9 bens a esse conjunto anteriormente citado[18]. Ainda assim, um número ínfimo que não dá conta de representar a trajetória histórica da industrialização no país e muito menos a memória das classes trabalhadoras.

Essa mesma observação se repete para o caso do estado de São Paulo, onde dos 607 bens tombados pelo órgão estadual até 2022, apenas 14% do total pode ser considerado como patrimônio industrial. Levando em conta o papel pioneiro e relevante que o estado de São Paulo que teve na história da industrialização brasileira, considera-se ainda muito restrita a participação desses bens no conjunto do patrimônio protegido.

A maior parte desse patrimônio protegido em São Paulo repete a tendência já observada, de predominância de edifícios industriais e bens ferroviários, frente a uma minoria de exemplares representativos da memória operária. Os dados sobre a proteção do patrimônio industrial no estado de São Paulo[19] mostram isso, conforme se vê no gráfico a seguir.

Para entender o que significa esse conjunto de bens tombados ligados ao trabalho na indústria, toma-se como base a classificação adotada pelo Condephaat, que define as seguintes categorias:

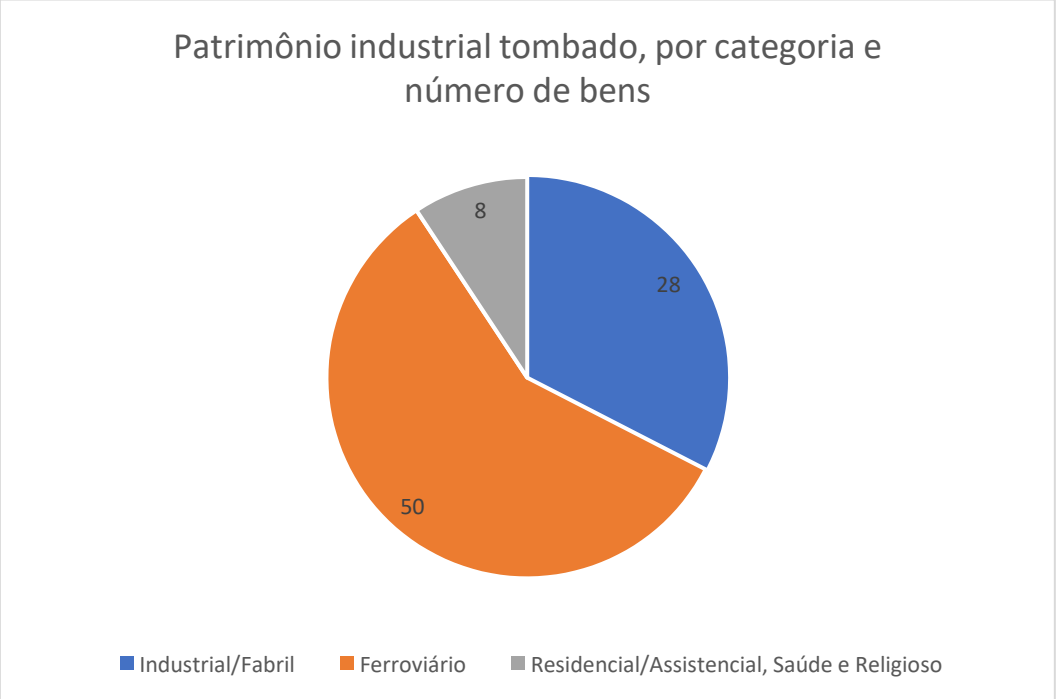
[17] Ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica (Ouro Preto/MG), Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (Iperó/SP), Fábrica de Vinho Tito Silva (João Pessoa/Paraíba, Casarão do Chá (Mogi das Crizes/SP) e Fábrica Santa Amélia (São Luís/Maranhão).

[18] Conjunto de habitação coletiva Avenida Modelo (Rio de Janeiro/RJ), Companhia Petropolitana de Tecidos (Petrópolis/RJ), Remanescentes da antiga Fábrica Cometa (Petrópolis/RJ), Vila Operária da Fábrica Cometa (Petrópolis/RJ), Conjunto de habitação operária (Goiana/PE), Vila operária em Fernão Velho (Maceió/AL), Vila Inglesa bairro da Luz (São Paulo/SP), Vila Industrial Modernista denominada Destilaria Central (Rio Largo/AL) e Vila Operária (Delmiro Gouveia/AL).

[19] Os dados foram atualizados em janeiro de 2022, a partir da pesquisa *on line* de bens tombados, junto ao site Condephaat. Fonte: http://condephaat.sp.gov.br/bens-protegidos-online/. Acessado em 11/01/2022.

- industrial/fabril, que inclui antigas fábricas, complexos industriais, engenhos e destilarias e usinas;
- ferroviário, composto de estações ferroviárias, complexos e conjuntos ferroviários;
- residencial, tais como vilas operárias e de trabalhadores de ferrovias;
- assistencial e saúde, como associações de classe;
- religioso, como capelas ligas a experiências operárias.

Gráfico 01: Patrimônio industrial tombado pelo Condephaat, até janeiro de 2022, por categorias e número.




Fonte: Condephaat. Organizado por: Simone Scifoni

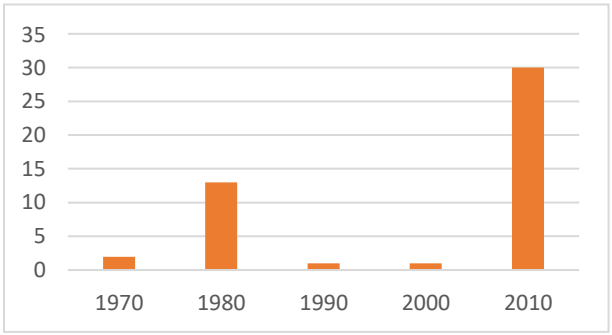
Constata-se no gráfico anterior que as antigas instalações fabris representam apenas 4,6% do total do patrimônio tombado (28 bens), enquanto os bens ferroviários quase o dobro, 8,2% (50 bens). Conforme demonstrou Kühl (2008), a relação entre ambos – monumentos industriais e arquitetura ferroviária – está presente desde as origens dos primeiros esforços internacionais de conceituação do tema. A autora enfatiza, ainda, a relação entre fábrica, ferrovia e habitação operária, na estruturação de vastas zonas de São Paulo.

Esses números parecem indicar que o tema das ferrovias encontrou maior interesse institucional do que os remanescentes fabris. Essa diferença pode estar

relacionada com o fato de que, frequentemente localizados em vastas superfícies de zonas urbanas valorizadas, os remanescentes industriais enfrentam enormes pressões advindas de interesses imobiliários vorazes, como lembrou a autora, o que pode dificultar esforços para a sua preservação.

Avaliando esses tombamentos de bens ao longo do tempo, constata-se ampliação das ações de identificação e proteção é fato bastante recente, estando a maior parte do conjunto tombado situado a partir da última década. Em relação aos bens ferroviários, conforme se vê no gráfico a seguir, houve um esforço de preservação isolado nos anos 1980, contando com 13 tombamentos. Porém o grande crescimento na identificação e proteção deu-se principalmente a partir de 2011.

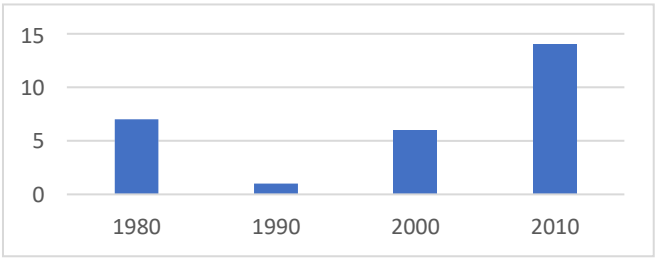
Gráfico 02: Bens ferroviários tombados pelo Condephaat, por década, até 2022.




Fonte: Condephaat. Organizado por: Simone Scifoni

Em relação à categoria industrial/fabril a mesma tendência se verifica no tempo, ou seja, um interesse maior na última década verificado no crescimento do número de bens tombados, conforme se vê no gráfico a seguir.

Gráfico 03: Categoria industrial/fabril, bens tombados pelo Condephaat, por década, até 2022.




Fonte: Condephaat. Organizado por: Simone Scifoni

Já em relação a categoria residencial, assistencial e saúde, o número de bens é tão ínfimo que se optou em 54oloca-los na forma de quadro, como se vê a seguir.

Quadro 01: Bens tombados pelo Condephaat ligados ao tema trabalho. Categorias residencial, assistencial e saúde, por ano da resolução, até 2022.

| **Residencial, assistencial e saúde** | **ano da resolução** |
|---|---|
| Vila Economizadora (SP) | 1980 |
| Casarão do Chá (Mogi das Cruzes) | 1982 |
| Hospedaria dos Imigrantes (SP) | 1982 |
| Hospital e Maternidade Humberto Primo (SP) | 1986 |
| Vila Maria Zélia (SP) | 1992 |
| Edifício da Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas (SP) | 1995 |
| Capela Cristo Operário (SP) | 2004 |
| Vila dos Ingleses (São Paulo) | 2018 |

Fonte: Condephaat. Organizado por: Simone Scifoni

Assim, se a situação da identificação e proteção do patrimônio industrial no estado de São Paulo apresenta-se problemática, por outro lado, quando se analisa a dimensão dos bens representativos da memória dos trabalhadores, a situação é ainda mais crítica. Vilas operárias, conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, sindicatos, casas populares, lugares de sociabilidade e lazer, capelas voltadas aos santos de devoção dos trabalhadores, praças de futebol de várzea; todos esses exemplos de bens culturais que são suportes físicos da memória da classe trabalhadora têm sido frequentemente preteridos no processo de seleção e proteção do patrimônio cultural, quando não demolidos integralmente ou parcialmente.

Apesar dos avanços quantitativos que os dados mostram e qualitativos, já que os tombamentos mais recentes têm procurado um olhar ampliado para conjuntos, pelo menos no caso dos bens ferroviários, Rufinoni (2019) lembra que para o patrimônio industrial, o edifício considerado isoladamente é apenas uma peça de um complexo que para ser compreensível deve incluir outros elementos associados. A autora destaca a importância de considerar os sítios industriais a partir do ordenamento espacial e de uma rede de edificações que inclui a habitação operária, além dos equipamentos do entorno. Na prática, o que tem sido visto é a desconsideração desse conjunto, o que tem deixado desprotegido os elementos que compunham o cotidiano e a vida da classe trabalhadoras, desde suas formas de moradia até os espaços de sociabilidade, entretenimento, lazer e de organização sindical, considerados com frequência como de importância menor.

Tais dificuldades de compreensão da necessidade em reconhecer valor e importância a esse suporte da memória da classe trabalhadora são reforçadas a partir dos próprios documentos internacionais que balizam as políticas e ações de patrimônio cultural. Esses não definem uma posição central para o patrimônio da classe trabalhadora, silenciando sobre essa experiência do passado.

A Carta de Nizhny Tagil ou Carta do Patrimônio Industrial, aprovada em 2003 pelo Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial[20] e ratificada pela Unesco, é um dos exemplos desse fato. O documento define o patrimônio industrial como os vestígios da sociedade e da cultura industrial. Entre seus exemplos citam-se edifícios, maquinaria, oficinas, minas e os locais de processamento, meios de transporte, entrepostos, armazéns e demais infraestruturas. Já para o patrimônio da classe trabalhadora, referem-se nos seguintes termos: "**assim como** os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação" (TICCIH, 2003, grifo nosso). Ainda que não se faça menção aos bens referenciais da memória do trabalhador, pode-se inferir que o "assim como" define o lugar complementar e secundário ocupado por esta perspectiva.

Outro exemplo é o documento conjunto do ICOMOS e TICCIH[21], aprovado em 2011, chamado de "Os Princípios de Dublin". Ainda que se constate uma ampliação da definição de patrimônio industrial, o documento é insuficiente porque dilui em um termo genérico – a organização dos trabalhadores – um conjunto de saberes, de práticas e expressões historicamente produzidos pela classe trabalhadora em sua trajetória de lutas e mobilizações pelo trabalho.

> Definição: O patrimônio industrial compreende sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens assim como maquinaria, objetos ou documentos relacionados que fornecem evidências dos processos de produção industrial passados ou em desenvolvimento, da extração de matéria-prima, de sua transformação em bens de consumo das infraestruturas de transporte e de energia relacionadas. O patrimônio industrial reflete a profunda conexão entre o ambiente cultural e natural, uma vez que os processos industriais – sejam antigos ou modernos – dependem de fontes naturais de matéria-prima, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para outros mercados. Esse patrimônio contempla tanto os bens materiais – imóveis e móveis – **quanto as dimensões intangíveis, tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores** e o complexo legado social e cultural que moldou a vida de comunidades e provocou grandes

[20] The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH).
[21] ICOMOS é o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Os princípios foram adotados pela 17ª Assembleia Geral do ICOMOS em 28 de novembro de 2011.

> mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral. (ICOMOS – TICCIH, 2011, grifo nosso)

Percebe-se que a definição do documento explicita como parte do patrimônio industrial as dimensões que estão articuladas à produção propriamente dita: a extração de matérias primas, o transporte e a infraestrutura. Entretanto, é genérico e silencia no que diz respeito à dimensão social inerente à história da produção industrial: a luta de classes. As estratégias de luta e as mobilizações dos trabalhadores são genericamente ocultadas e diluídas em um conjunto chamado de dimensão imaterial: "o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores".

Nessa perspectiva, o patrimônio da sociedade industrial abstrai justamente aquilo que lhe confere o sentido social: o conjunto dos trabalhadores ou o trabalho vivo como relação social que produz um mundo, valores e riqueza material. Como afirma Smith (2011), o patrimônio industrial é frequentemente esvaziado de pessoas e da luta de classes.[22]

Assim, é preciso uma inversão do olhar, que coloque na centralidade da discussão os suportes de memória das classes trabalhadoras.

## O patrimônio da classe operária

Retomando a relação dos bens tombados no estado de São Paulo, levantados e apresentados anteriormente, constata-se que são restritos os exemplos de patrimônios representativos do que se pode chamar de memória operária. Busca-se a partir daqui colocar em destaque alguns desses exemplos para discutir o significado desses bens no conjunto de um patrimônio desigual.

No que diz respeito à dimensão do morar do operariado encontram-se tombadas apenas duas vilas, ambas construídas nas primeiras décadas do século XX. Levando em conta que a vila operária foi um modelo preconizado amplamente, estimulado por meio de políticas públicas de isenção de impostos, recomendada nos congressos de medicina, e considerando, ainda, o fato delas marcarem a formação de vários bairros populares paulistanos, como atestaram Amaral (1994), Andrade (1991) e Blay (1985), é sintomático o fato de apenas duas vilas serem incluídas como patrimônio cultural do estado, o que atesta o silenciamento sobre a memória operária nas políticas públicas.

[22] "*In these few instances, working class in oten only indirectly commemorated, as the focus on industrial heritage is often void of people and class struggle*." (SMITH, 2011, p. 2)

A primeira iniciativa de tombamento, datada de 1980, é a da Vila Economizadora, localizada na área central da cidade. Segundo Campos (2008) a vila corresponde a um conjunto de 134 casas de aluguel, produzidas em série pela Sociedade Mútua Economizadora Paulista. Mais da metade das casas construídas era considerada de padrão operário, conforme a legislação estabelecia, em função da dimensão reduzida de apenas 3 cômodos. A vila remete, portanto, ao cotidiano do trabalhador cujas condições de moradia estiveram ligadas, durante muitas décadas, ao aluguel, sendo, portanto, uma vida de sacrifícios e limitações, que alimentava o negócio lucrativo da produção rentista. Administrando os depósitos de poupadores, as sociedades imobiliárias investiam na construção de casas em série, frequentemente contando com incentivos do poder público, como isenções de impostos.

Outro exemplar igualmente tombado uma década depois, em 1992, é a Vila Maria Zélia, localizada no bairro do Belenzinho, na capital. É considerada um exemplar único de habitação operária do início do século XX, em São Paulo. Foi construída como um conjunto que compreende 198 casas de seis diferentes tipos, um alojamento para solteiros e vários equipamentos de uso coletivo, dentre os quais capela, escolas (de meninas e de meninos), creche e jardim da infância, farmácia, restaurante, sapataria e salão de baile, segundo estudo feito por Teixeira (1990). Havia, também, campo de futebol e quadra de bocha. A vila é expressão do negócio lucrativo da produção de casas para aluguel, que associava, ao mesmo tempo, renda para seus investidores, à mais valia extraída da exploração do trabalho nas fábricas, penalizando, assim, dupla e combinadamente o trabalhador.

Pode-se pensar o significado desse patrimônio a partir das representações criadas em torno da moradia dos trabalhadores pobres, entre fins do século XIX e começo do XX, com a predominância das habitações coletivas na cidade: os cortiços eram considerados como local impróprio à saúde e a virtude, sujo e desconfortável, propício à transmissão de doenças, e ambiente imoral e de vícios (CORREIA, 2004). A vila operária, por sua vez, foi considerada como seu contraponto, ou seja, a representação da habitação higiênica, alternativa que deveria ser promovida e estimulada, simbolizando a ação disciplinadora daquilo que se considerava os “maus hábitos e vícios” do trabalhador.

No entanto, o significado desses patrimônios vincula-se também, à história das lutas de classes no Brasil, na medida em que se dá, no interior do operariado organizado, a recusa e a condenação das vilas operárias como mais um elemento de sujeição do trabalhador. Exemplo disso se dava no ataque proferido pela imprensa anarquista, ligada

ao movimento operário, à iniciativas como a da Vila Maria Zélia, em função de seu caráter de empreendimento modelo. Uma cidadela fechada, considerada um feudo, como denominou o jornal anarquista “A Plebe” (RAGO, 2014).

Outro patrimônio que merece destaque é a sede da Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas, na capital. Fundada por carpinteiros e pedreiros, a associação nasceu visando regular as questões de trabalho entre o operariado e os patrões, em um tipo de associativismo que foi um dos pilares de sustentação da vida do operariado diante das difíceis condições de trabalho no início da industrialização nacional. Em sua sede eram realizadas assembleias de trabalhadores, bem como outras atividades voltadas ao lazer.

Além do número ínfimo de bens que remetem à memória do trabalhador, é forçoso reconhecer que alguns deles ainda têm sua vinculação apenas de forma secundária, já que a justificativa utilizada para o tombamento relaciona-os a outras temáticas do patrimônio. Este é o caso da Hospedaria dos Imigrantes que, apesar de sua importância para a história do operariado fabril de origem eminentemente estrangeira, foi tombada como empreendimento ligado à formação de mão-de-obra livre apenas para as fazendas de café do interior paulista.

O mesmo se dá com a Capela do Cristo Operário (capital), uma vez que sua justificativa de tombamento aparece atrelada a importância artística, relativa aos murais pintados por Alfredo Volpi e outras obras de artistas modernistas. Apesar disso, a capela é a única parte existente de uma experiência comunitária inovadora: a fábrica de móveis Unilabor, que funcionou em caráter de autogestão e com divisão dos frutos do trabalho entre os operários (CLARO, 2001). O projeto deixou de existir naqueles primeiros anos de ditadura militar no pós-1964, justamente pelo seu caráter inovador.

Em relação aos primeiros esforços de preservação do patrimônio ferroviário, merece destaque o tombamento do Acervo da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, que incluía em seu conjunto o traçado da linha férrea desde a estação de Perus (capital) até o município de Cajamar, em que a linha bifurcava em duas outras estações, a de Gato Preto e de Cajamar. É notável essa iniciativa, resultado da demanda de antigos trabalhadores ferroviários, após a desativação do transporte na linha que levou ao sucateamento da ferrovia e ameaças de venda e dispersão de seu acervo. A estrada de ferro se vincula, historicamente, a implantação, no início do século XX, de um complexo industrial de produção de cimento, sediado na Fábrica de Cimento Portland-Perus, sendo vital para o transporte de trabalhadores, da produção de cimento e da matéria-prima calcáreo, explorada nas minas de Cajamar.

Além da ferrovia, a Fábrica de Cimento Portland-Perus é um bem vinculado à memória operária. Sua história foi marcada por graves problemas trabalhistas, por enormes dívidas em função da ausência de pagamento de impostos e pela atuação aguerrida do sindicato dos trabalhadores de cimento, chamado Sindicato dos Queixadas, que promoveu a greve mais longa na história do movimento operário brasileiro. (Fotos 1 e 2)

Imagens 1 e 2: Passeata do Movimento dos Queixadas no centro de São Paulo para chamar atenção da população e governo sobre a situação dos trabalhadores de Perus e Cajamar. Fonte: Cida Oliveira (2012, p.31).

Não obstante essa importância da fábrica ligada à memória do operariado e do movimento sindical, o estado tombou apenas a ferrovia em 1987 e, em 2000, na oportunidade de regulamentação da área tombada, ao invés de corrigir essa ausência e ampliar o tombamento, ao contrário, reduziu-se ainda mais o perímetro da área protegida. Mais uma evidência dentro das políticas públicas de patrimônio cultural da produção de um silenciamento sobre o tema e sobre esse sujeito social.

Assim, o que se verifica nesse pequeno conjunto de exemplos são os mesmos problemas apontados por Smith, Schacker e Campbell (2011), em suas análises sobre

o tema, em países centrais da economia capitalista. Segundo os autores, o discurso autorizado sobre o patrimônio (AHD), que orienta o que é selecionado como tal no ocidente, cultualiza o grande e o bom, o belo e o velho, o confortável e o consensual, ignorando pessoas, lugares, artefatos e tradições que não se associam às elites econômica e cultural ou que relembram o desconfortável ou dissonante. Para esses autores, o patrimônio industrial está presente em países Europa, sobretudo no Reino Unido e na península escandinava e, também nos estados Unidos, entretanto, as pessoas, comunidades eventos e lugares que constituem o patrimônio da classe trabalhadora estão sub-representados nas políticas públicas.

Além da tendência à sub-representação no conjunto geral, destaca-se o agravante de que, mesmo nas ínfimas iniciativas, a ênfase nos aspectos da arquitetura ou da tecnologia produzem uma invisibilidade do sujeito trabalhador, das relações sociais de produção e dos conflitos inerentes ao mundo do trabalho.

É preciso, assim, uma inversão de olhar para compreender os espaços fabris e seus equipamentos para além do viés da técnica, dos meios de produção e do capital. Não se pretende aqui ignorar ou desconsiderar os valores arquitetônicos envolvidos ou a compreensão a partir da história econômica, mas enfatizar que esses patrimônios devem também ser abordados no que diz respeito à história social e a geografia das lutas operárias. Ao fazê-lo valoriza-se aquele que, apesar de constituir o sujeito do processo de criação de riqueza material, foi tornado oculto e invisível, assim como foram suas memórias.

O que a sociedade reconhece hoje como patrimônio industrial é expressão direta da riqueza que o trabalho vivo possibilitou criar, no entanto aparece-nos (no sentido da aparência do processo e da representação criada) como independente do trabalho humano e do trabalhador. O processo de trabalho, sob o capitalismo, aliena o sujeito que não se percebe mais como o produtor dos objetos, além do próprio ato de produção lhe aparecer como estranhado ou como algo que não mais lhe pertence (MARX; ENGELS, 1980). Desparece o sujeito social que cria riqueza e essa se afirma como independe e superior àquele que o criou. A preservação do patrimônio industrial tem servido a reforçar, assim, a alienação do trabalho, ao reificar os objetos, os meios de produção, a fábrica, ignorando ou desconsiderando as relações de trabalho, as formas de opressão e sujeição do trabalhador, as lutas sindicais e operárias como parte essencial deste processo.

O patrimônio industrial assim como é produto do trabalho vivo criador de valor, também é fruto das condições de exploração do trabalho, dimensões que somente uma

inversão de perspectiva sobre este objeto cultural nos permite obter. Olhar o patrimônio industrial na perspectiva do sujeito-trabalhador leva, portanto, a necessidade de reconhecer que esta memória é permeada de relações contraditórias e conflituosas, nas quais a grandeza e potência da produção industrial colocam-se em relação direta à miséria do trabalhador.

> El obrero se empobrece más cuanto más riqueza produce, cuanto más aumenta su produción em extensión y em poder. El obrero se transforma em mercancia tanto más barata cuanto más mercancíaproduce. Mientras que se valoriza el mundo de las cosas, se desvaloriza, em razón directa, el mundo de los hombres. (MARX; ENGELS, 1980,p.68).

## Por um patrimônio da classe operária na região do ABC

A mais antiga e importante zona industrial dos arredores de São Paulo, a região do ABC paulista, é conhecida não somente por concentrar durante muito tempo o parque automotivo brasileiro, mas também pelo movimento dos trabalhadores que ganhou a cena política nacional, ao final dos anos 1970 e início dos 1980, o lugar onde se deu o berço do novo sindicalismo. Sendo assim, é um lugar, por excelência, para pesquisas em torno do patrimônio industrial-operário.

Entretanto, como a perspectiva aqui é inverter o olhar, esse tema será abordado a partir do sujeito trabalhador, aquele que se mobiliza e luta em razão das condições de trabalho e para garantir sua permanência na cidade. É o patrimônio operário que se quer dar visibilidade, como espaços que simbolizam a luta social. São lutas que se apropriaram do espaço público das cidades do ABC, que tomaram as ruas, terrenos e praças, que confrontaram as condições de restrição política desafiando governos, enfrentamentos que resultaram em avanços nos direitos dos trabalhadores e que denunciaram as condições de opressão e exploração na fábrica.

Dois exemplos do que pode-se chamar de patrimônio operário são apresentados aqui: o Estádio de Vila Euclides, situado em São Bernardo do Campo, palco principal da luta sindical que ficou conhecida como o novo sindicalismo e o Conjunto Habitacional do Gazuza, em Diadema, iniciativa pioneira de construção de habitação popular em sistema de mutirão, no início dos anos 1990. Ambos são patrimônios protegidos por legislação municipal em cidades que, em determinado momento, direcionaram um olhar para a memória do operariado, ainda que com certos limites.

No Estádio da Vila Euclides ocorreram as famosas assembleias de trabalhadores, nos anos de 1979 e 1980, as quais chegaram a reunir até 150 mil operários e operárias apinhados em um pequeno e modesto estádio de futebol da cidade, como se percebe

na foto a seguir (Foto 3). Depois de mais de dez anos de vigência do Ato Institucional nº 5, que intensificou a perseguição política e a ausência de direitos civis no país, os metalúrgicos vinculados aos sindicatos da região conseguiram realizar a primeira greve geral da categoria, que paralisou as montadoras de automóveis e caminhões. As assembleias de trabalhadores envolviam um número cada vez maior de trabalhadores e por isso mesmo tiveram que deixar de ser realizadas na sede do sindicato. A ideia de reunir os trabalhadores no estádio foi do presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e, com a autorização dada pelo prefeito do município, os trabalhadores tomaram o Estádio de Vila Euclides.

> Fizemos uma demonstração. Não é só futebol que enche um estádio. Provamos para as autoridades e para a opinião pública que uma causa justa é capaz de reunir, de segunda à segunda, de manhã à tarde, no sábado e no domingo todos os companheiros. O que fizemos aqui nada neste mundo fará a gente recuar. (Depoimento de Lula. MARKUN, 2004, p. 143)

Imagem 3: Estádio de Vila Euclides lotado para a assembleia dos metalúrgicos, em maio de 1980. Foto de Nilvaldo de Almeida. Fonte: Acervo do Serviço de Memória de São Bernardo do Campo.

Para se contrapor ao movimento, o governo militar deslocou o exército e a polícia militar em um efetivo que contou com diversos caminhões, tanques de guerra, cavalaria, helicópteros, vigorando uma espécie de estado de sítio sobre a cidade. A cena da perseguição aos operários e operárias em assembleia no estádio ganhou destaque na imprensa nacional e internacional, o que fortaleceu o movimento pelo fim da ditadura militar no país. O estádio da Vila Euclides simboliza, assim, a luta dos trabalhadores que se fizeram sujeitos da sua própria história, como definiu Dom Mauro Morelli.

Por tais motivos, em 2002, o Conselho Municipal de Patrimônio de São Bernardo do Campo incorporou o Estádio a um inventário dos bens culturais do município, tombando-o na sequência. O tombamento não implica em buscar no estádio características arquitetônicas de valor do ponto de vista da técnica ou linguagem estética, mas de reconhecê-lo como o lugar da luta social, suporte material que simboliza a reivindicação operária. Constitui-se, assim, em uma importante iniciativa no sentido de democratizar as práticas de patrimônio, incorporando as classes subalternas e enfatizando aquilo que aparece como dissonante, como afirmam Smith, Shacker e Campbell (2011). Caso semelhante citado pelos autores é o de Blair Mountain, em Vírginia (EUA), um monumento e paisagem que simbolizam o movimento trabalhista. Em Blair Mountain, no começo do século XX, se deu a maior insurreição armada de trabalhadores, em uma marcha que reuniu 10 mil mineiros contra as condições de exploração do trabalho. Ela foi incluída no Registro Nacional de Lugares Históricos, mostrando que as paisagens onde as lutas aconteceram devem ser objeto de preservação para garantir e evidenciar identidades sociais.

Pequenos avanços se dão, entretanto, com grandes dificuldades e obstáculos. No caso do Estádio da Vila Euclides, tramita no Iphan, desde 2008, um processo de solicitação de tombamento, ainda sem conclusão. Iniciado junto à Superintendência de São Paulo naquele ano, o processo foi instruído, em 2009, com a elaboração de um Dossiê de Tombamento[23], portanto, devidamente justificado. Entretanto, apenas em 2014, o processo foi despachado pela Superintendência Estadual para o Departamento de Patrimônio Material (Depam), em Brasília, para dar encaminhamento. O parecer desse departamento, elaborado pela aquiteta Anna Finger, conclui favoravelmente, nos seguintes termos:

> [...] entendemos estar plenamente justificada a proposta de tombamento do bem intitulado “Estádio de Vila Euclides”pelos valores históricos ligados ao movimento operário na região do ABC paulista, que influenciaram todo o Brasil e contribuíram para o processo que levou à redemocratização do país com o fim do regime militar. Se aprovado pelo Conselho Consultivo do Património Cultural, opinamos por sua inscrição no Livro do Tombo Histórico. (Iphan, 2008, p.298)

O processo foi remetido, em 2015, para análise da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo, do Conselho Consultivo, que se manifestou favoravelmente ao encaminhamento do tombamento. Apesar disso e, contrariando a decisão dessa

[23] Conforme informação junto ao site Iphan (http://sei.iphan.gov.br/pesquisapublica). SEI nº 01506002184200880.

instância do conselho consultivo, o então diretor do Depam, arquiteto Andrey R. Schlee, em abril de 2018, escreveu despacho no processo informando que o mesmo deve “aguardar a possibilidade de criação do instrumento de reconhecimento de lugares de memória” (Iphan, 2008, p.314).

A decisão da diretoria do órgão sinaliza as enormes dificuldades no reconhecimento de patrimônios materiais que são suporte de memória de grupos sociais populares e que não têm sua narrativa justificadora apoiada nos chamados valores arquitetônicos, ou no chamado discurso autorizado sobre o patrimônio (Smith, 2006). É por meio desse discurso que determinados objetos são legitimados ou deslegitimados. Esse discurso, na medida em que se atrela unicamente ao arquitetônico, revela-se profundamente narcisista e empobrecedor dos valores culturais, desconsiderando outras camadas de significância.

Dessa maneira, observa-se que apesar das mudanças e da ampliação conceitual no campo do patrimônio, o tombamento federal continua servindo apenas para uma seleta lista de bens, os grandes, belos e velhos, como definiram Smith, Schacker e Campbell (2011).

Outro exemplo na região do ABC de patrimônio que remete a história das lutas dos trabalhadores é o Conjunto Habitacional do Gazuza (vide foto 4). Como lugar de moradia, esse patrimônio representa as experiências compartilhadas do viver operário, com seus limites e possibilidades. Trata-se de um importante testemunho de projetos de construção em mutirão, que surgiram de forma pioneira e como alternativa coletiva, frente às precárias condições de vida e que tornaram os operários sujeitos na produção do espaço da cidade.

Segundo Nakashigue (2008), as primeiras iniciativas de construção em sistema de mutirão surgiram na metrópole paulista em fins da década de 1980, em um contexto de crise econômica e elevado desemprego em que a construção por auxílio mútuo aparecia como forma alternativa para resolver o problema de falta de moradia. Segundo a autora, inicialmente as iniciativas de construção restringiam-se a casas térreas, mas a escassez de terrenos, na década de 1990, levou a projetos de conjunto verticais, o que foi possível com o crescimento da experiência, o amadurecimento dos movimentos de moradia, a constituição de assessorias técnicas, além do surgimento de novos materiais construtivos como o bloco cerâmico estrutural.

Para a autora, o Conjunto do Gazuza foi a primeira iniciativa de conjunto vertical construído em sistema de mutirão na metrópole paulista. São 6 blocos de edifícios sendo no total 96 apartamentos e 116 casas sobrepostas, que foram entregues em duas etapas:

em 1992 e em 1998. Foi realizado pela Associação de Construção Comunitária de Diadema (ACCD), com recursos da Caixa Econômica Federal e projeto arquitetônico elaborado pela Prefeitura Municipal de Diadema, que também executou obras de infraestrutura. Segundo Nakashigue (2008), em um primeiro momento a assessoria técnica era dada pela Prefeitura Municipal, sendo posteriormente substituída pela USINA Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado e finalizada pela Teto Assessoria, autora das casas sobrepostas. De início, o projeto construtivo era de estrutura convencional de concreto armado mas com a dificuldade de mão de obra especializada e a contratação da USINA, foi introduzida a alvenaria autoportante, de acordo com a autora.

Imagem 4: Conjunto Habitacional do Gazuza, Diadema. Primeiro conjunto vertical construído em sistema de mutirão em São Paulo e incluído no inventário de patrimônio cultural do município. Foto Simone Scifoni, 2012.

O terreno onde foi construído o conjunto é de propriedade da Prefeitura Municipal e, em 1989, antes da construção, foi alvo de uma ocupação que ficou conhecida como Buraco do Gazuza, a primeira de uma série que marcaram o grande ABC no período, entre elas a do Morro do Samba e da Vila Socialista. São manifestações da sequencia de conflitos por moradia que caracterizaram um período de crise econômica, com fechamento de fábricas e desemprego nessa região industrial.

Pela sua importância, como marco na história da habitação popular e das lutas pela moradia no município, o conjunto foi listado no Plano Diretor de Diadema como Imóvel de Interesse Paisagístico, Histórico, Artístico e Cultural (IPHAC), segundo a Lei Complementar no 161, de 2002. Percebe-se a iniciativa inovadora desse município ao vincular a ideia de valor cultural e de patrimônio a uma história recente de lutas e conquistas sociais das classes populares.

## O papel do que permanece

Que a mundialização e as novas necessidades do capitalismo produziram a aceleração do tempo e da história parece ser um consenso, tanto no debate acadêmico, como na percepção da vida prática e concreta humana, produzindo a compreensão de que os processos são cada vez mais efêmeros, que as relações são cada vez mais flexíveis e de que a mobilidade é uma certeza. No entanto, quando se trata da memória coletiva, inscrita e retida nos lugares da cidade, ela aparece como produto de outro tempo, mais longo: o tempo necessário para consolidar os laços de vizinhança, estabelecer relações, viver o bairro, ver as gerações passarem. Os lugares se constroem na relação de todos os dias, da continuidade, nos modos de uso, nas circunstâncias mais banais da vida. É o lugar como extensão do corpo e da vida, diz Carlos (1996).

Assim sendo, as consequências dessas novas condições de fluidez e de mobilidade se dão, também, no plano dos lugares da metrópole e produzem um constante estranhamento: a dispersão espacial da indústria cria grandes espaços vazios de uso, bairros operários se transformam, antigos moradores são expulsos por reformulações urbanísticas, processos de revalorização e de enobrecimento. A cidade do zoneamento funcional é substituída por um mosaico de usos, misturando novos produtos residenciais, atividades comerciais e de serviços de ponta, excluindo também os mais pobres.

As transformações pelas quais a metrópole de São Paulo vem passando há pelo menos duas décadas, com a reestruturação industrial que leva fábricas cada vez mais para as bordas, produzem consequências diretas nos antigos bairros industriais e de população operária, apagando a memória desses processos.

Nesse sentido, em uma metrópole em constante redefinição de usos, conforme a conveniência do capital, os lugares que retém a memória, em particular a operária, são os que correm maiores riscos de desaparecimento, transformados por processos de revalorização urbana, muitas vezes conduzidos pelo poder público. No entanto, são também objetos que encontram grandes dificuldades de serem reconhecidos como dignos de proteção por meio de políticas de patrimonialização.

Sua presença permite abordar a história da cidade e do processo de urbanização de outra forma e a partir de outros sujeitos sociais. Segundo Martins (1992), os modelos clássicos de análise foram responsáveis pela escrita da história de São Paulo a partir de uma visão elitista do centro, que domina a visão do que foi o subúrbio do passado. Para ele isso é fruto de uma tradição colonialista que colocou um modo de ver a História

responsável pelo ocultamento do trabalho e do trabalhador que estavam no subúrbio. As políticas de patrimônio ao desprestigiarem esses bens considerando-os como algo complementar ou secundário, seguem esta mesma trajetória elitista e reforçam as condições de ocultação de sujeitos da História e de suas memórias.

Ao contrário, ao se recolocar o trabalhador no centro do debate da memória do processo industrial rompe-se com a reificação do patrimônio, com o tratamento desse como um objeto em si mesmo, reinserindo-o no universo contraditório e conflituoso da reprodução social, a sua totalidade explicativa. Ao fazê-lo, também se humaniza esse patrimônio, que deixa de ser visto unicamente como um objeto técnico, passando-se a compreendê-lo como parte da constituição da humanidade do homem.

## 1.3 – Interpretar qual patrimônio? A experiência do Inventário Participativo do Minhocão, São Paulo[24]

O presente trabalho busca apresentar e colocar em debate uma experiência para interpretar o patrimônio cultural da área central da cidade de São Paulo, que traz duas perspectivas de abordagem anunciadas anteriormente. Em primeiro lugar, a necessidade de buscar o patrimônio a partir do olhar para os sujeitos subalternos, o que permite confrontar o discurso autorizado produzido pelo Estado. Por outro lado, a perspectiva de inverter o seu papel na gestão urbana contemporânea, fazendo dele um recurso contra a gentrificação.

Essa experiência de interpretação do patrimônio deu-se em um território cortado pela via elevada Presidente João Goulart, popularmente denominada de Minhocão. Para sua elaboração utilizou-se da metodologia desenvolvida pelo Iphan dos Inventários Participativos de Referências Culturais.

Parte-se, inicialmente, da proposta de uma nova noção, a de patrimônio da vida cotidiana, o que será feito fundamentando-se no conceito de Lefebvre (1991) de cotidiano e vida cotidiana.

Nesse sentido, o trabalho fundamenta-se na compreensão do patrimônio cultural *latu sensu*, que é como a legislação maior do país permitiu concebê-lo a partir dos anos 1980, ou seja, como herança coletiva existencialmente atrelada à memória dos grupos sociais que conformam um Brasil culturalmente plural, diverso, mas também profundamente desigual. (BRASIL, 1988, artigo 216). Assim, a legislação permite pensar na ideia de um "patrimônio da vida cotidiana", como aquele ligado aos trabalhadores pobres, moradores da área central da cidade de São Paulo.

Em sendo um patrimônio *latu sensu*, ele é, em primeiro lugar e essencialmente, suporte e vetor de valores atribuídos pelos próprios grupos sociais. Assim, o que o define não é a sua institucionalidade constituída por meio de ação discricionária do Estado, mas os vínculos identitários conformados na ação diária, cotidiana e coletiva, nas vivências que formam a memória social enraizada nos lugares.

Meneses (2009), ao cunhar a expressão "deslocamento da matriz de valoração", alertou para a importância de considerar que o ventre gerador dos valores atribuídos ao

[24] Texto apresentado e publicado em In: Anais do 3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil. Anais...Belo Horizonte, 2019. O texto incorpora atualização e revisão. Disponível em: <https//www.even3.com.br/anais/IIISimposioICOMOSBrasil/148907-INTERPRETAR-QUAL-PATRIMONIO-A-EXPERIENCIA-DO-INVENTARIO-PARTICIPATIVO-DO-MINHOCAO>. Acesso em: 27/12/2019.

patrimônio não é o Estado, mas a própria sociedade, cabendo às instituições públicas o papel declaratório e protetivo, sempre em colaboração com as comunidades. Quando isso acontece, ou seja, esse patrimônio é instituído ou declarado pelo Estado, nesse caso, estamos diante de um patrimônio *stricto sensu*, aquele tombado, registrado ou protegido por instrumentos como a chancela, o cadastro (sítios arqueológicos) ou a declaração (bens ferroviários) ou, para usar os termos de Smith (2011), um patrimônio estabelecido e legitimado por um discurso patrimonial autorizado.

Em contraponto, o que chamamos de patrimônio cultural *latu sensu* é produto de valores e significados culturais constituídos na vida cotidiana. Ele é composto de lugares, modos de fazer, viver e ser, práticas e conhecimentos relacionados à existência humana e encarnados em relações de habitualidade, enraizados no vivido, conforme analisou Meneses (2009).

Busca-se, assim, no presente trabalho interpretar os sentidos e significados do patrimônio da vida cotidiana na área central da cidade. Interpretar é, antes de tudo, desvendar tais sentidos, provocando novas sensibilidades para garantir uma experiência expressiva e qualitativa na sua apreensão. A interpretação deve estar voltada para a comunidade, como estratégia de desenvolvimento e justiça social, mas também deve ser feita junto aos grupos sociais, uma vez que são aqueles que detém o conhecimento mais enraizado sobre o lugar, evitando-se, assim, o olhar excludente do especialista, nos termos propostos por Goodey (2002).

## O patrimônio da vida cotidiana

Muito embora as políticas públicas de proteção do patrimônio no Brasil, em seus mais de oitenta anos de existência, tenham delegado à sociedade um conjunto de bens culturais predominantemente representativos das classes dominantes, a Constituição Federal de 1988, possibilitou inverter a concepção trazendo-a para mais próxima dos grupos sociais invisibilizados e subalternos.

Ao conceituá-lo como tudo aquilo que é “[...] portador de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988, artigo 216), o texto constitucional rompeu e subverteu a visão elitista contida na legislação específica e anterior, o Decreto-Lei 25 de 1937. Nascedouro da política de preservação, o texto do decreto-lei vinculou o patrimônio a “fatos memoráveis da história do Brasil”, uma noção que limita e restringe seu entendimento, uma vez que, foi gerada pelo paradigma tradicional e elitista da história, o da construção das grandes narrativas

feitas na perspectiva colonial, do poder político das instituições de Estado, ou seja, uma visão “de cima” que se concentra “[...] nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos”, conforme assinalou Burke (2011, p.12). Logo, o patrimônio necessariamente atrelava-se aos grupos sociais hegemônicos e o resultado dessa concepção é hoje uma profunda desigualdade nos bens que deveriam representar a nação e a impossibilidade real das camadas populares de se enxergarem nessa memória do poder.

Ao contrário, o texto constitucional de 1988, abre perspectiva para pensar o patrimônio cultural como direito social amplo, que abarca diferentes grupos sociais formadores da sociedade brasileira, ultrapassando aqueles ligados ao poder hegemônico. Nesse sentido, apoia-se em uma nova história, aquela vista “de baixo”, ou a pequena história, circunstancial e do cotidiano, conforme apresenta Martins (1992). Nessa, os temas da cultura popular, das populações tradicionais e indígenas, do campesinato, do operariado, das mulheres e dos grupos LGBTQI+ ganham visibilidade e, portanto, todos são vistos como sujeitos de sua própria história.

Conforme lembra Meneses (2009), a possibilidade de renovação aberta pela Constituição Federal de 1988 não se restringe a proposição de um novo objeto, o intangível, mas, de modo inusitado, estabelece nova forma de conceber o patrimônio, como vetor e suporte de valores que emanam dos grupos sociais. Segundo esse autor, desloca-se, assim, a matriz de valoração, que antes estava fundamentada no Estado, cujo papel era definir valor aos bens culturais. A partir da Constituição anuncia-se que os valores não são dados ou determinados pelo Estado mas, antes, são criados no interior dos próprios grupos sociais. Assim, cabe ao Estado apenas reconhecer e proteger, sempre em cooperação com as comunidades, conforme o texto constitucional.

Nesse sentido, a Constituição anunciou o patrimônio *latu sensu*, em seu significado amplo, podendo ser tudo aquilo que diferentes grupos sociais enunciam e nomeiam como suportes de sua ação, memória e identidade, independente do estabelecimento institucional de mecanismos de proteção legal, via instrumentos como tombamento, registro, chancela ou cadastro. O reconhecimento oficial é apenas parte e momento do processo, mas a valoração pelo grupo social é a origem, a semente e o ponto de partida.

O patrimônio *latu sensu*, diz respeito aos modos de viver, ser, pensar e fazer e aos seus produtos e obras, objetos e instrumentos, lugares e edificações, que encontram-se enraizados nos grupos sociais, transmitidos por gerações, vividos cotidianamente como existência coletiva. Podem ou não ser institucionalizados pelos

órgãos de preservação, por meio de seus diversos instrumentos definidos por lei e, nesse caso, tem-se portanto, um patrimônio *strito sensu*. Isso significa que não se deve limitar a compreensão do patrimônio cultural àquilo que se encontra protegido, reconhecido pelo Estado, uma vez que esse momento pode se dar a qualquer instante e é relativo às condições políticas e históricas, à pressões e negociações. O que se chama aqui de patrimônio *strito sensu* é, portanto, parte de um conjunto maior, o patrimônio *latu sensu*, aquele que é definido e vivido no interior dos grupos sociais e a qualquer momento pode ser demandado, enunciado e anunciado como necessário proteger, por meio da atuação dos órgãos públicos.

Concepções conservadoras estão na origem da limitação do olhar sobre o patrimônio cultural e se reproduzem pelo senso comum. Entre elas a de que alguns fazem história e outros não, conforme apresentou Martins (1992, p. 14): “Uma história para justificar e manter desigualdades sociais e o mando dos poderosos”. A trajetória das políticas de preservação validou tal patrimônio, atribuindo a ele um papel de memória de todos, procurando igualar tais representações de passado como experiência coletiva, buscando instituir uma relação de equivalência em uma sociedade fortemente desigual.

Ao contrário, a história circunstancial, a pequena história, do cotidiano, apoia e sustenta o patrimônio da vida cotidiana. É na dimensão da vida social e na sua história que se constrói esse patrimônio. Assim sendo, os grandes feitos desses sujeitos invisíveis é sobreviver na grande cidade, onde tudo passa pelo mercado e pelo poder do dinheiro. É a luta diária, cotidiana pelo trabalho e pela moradia que leva a criação e invenção de alternativas próprias, em oposição às lógicas do poder. O patrimônio da vida cotidiana, que será apresentado adiante no inventário do Minhocão, é resultado da luta contra aquilo que Lefebvre (1991) definiu como miséria do cotidiano, ou seja, as coerções diárias, a opressão do dinheiro, a métrica regulando a vida, a racionalidade que destrói a sensibilidade, o econômico que se impõe sobre o social.

Essa luta produz aquilo que o autor chamou de grandeza do cotidiano: a vida que se perpetua, a apropriação do corpo, do espaço e do tempo, do desejo de viver sua existência de forma livre, as obras, a festa e o lúdico, a criação de um mundo prático-sensível. A grandeza do cotidiano está naquilo que permanece, resiste e insiste contra à lógica hegemônica, aquilo que escapa a ela, subverte e cria outras formas do viver e de ser. No cotidiano, segundo esse autor, estão os resíduos, o chamado irredutível, aquilo que foge à regra, que não se submete e se opõe e, portanto, subverte.

Nesse sentido, o patrimônio da vida cotidiana é feito de sementes de transformação, de outras possibilidades de existência, de outras relações. “A vida cotidiana oculta o misterioso e o admirável que escapam aos sistemas mais elaborados”, de acordo com Lefebvre (1991, p. 23). É nessa perspectiva conceitual que será colocado em evidência o patrimônio cultural do centro de São Paulo.

## O contexto do inventário do Minhocão

É possível fazer com que o patrimônio cumpra outro papel, que aquele de servir aos propósitos da gentrificação? É possível, pela via do patrimônio, lutar contra a gentrificação? Essas perguntas nortearam a realização de um projeto na área central da cidade de São Paulo, o inventário participativo “Minhocão contra a gentrificação”[25]. Iniciado como ação educativa da Repep em parceria com o Movimento Baixo Centro , o inventário participativo se propôs a identificar e mapear, de maneira participativa, as referências culturais existentes em um território da área central da cidade de São Paulo, cortado há mais de quarenta anos pela implantação do Minhocão.

Aberto ao trânsito no início dos anos 1970, como parte de um sistema mais amplo de ligação das zonas leste e oeste da cidade, no sentido de desafogar o trânsito de passagem pelo centro, o Minhocão significou a duplicação de possibilidade para escoar o tráfego, seja por baixo, ao longo das vias originais que ele acompanha, seja por cima, ao longo de suas duas pistas. Além disso, sua concepção buscou a rapidez do fluxo, que se dá pelo fato de ser uma via segregada, sem faróis e cruzamentos, e voltada unicamente para carros. De acordo com Anelli e Seixas (2008), à época do projeto, o elevado era uma tipologia de via consagrada, difundida nas principais cidades do mundo, principalmente a partir de 1939, com a Exposição Internacional de Nova Iorque que apresentou tal concepção. O modelo via expressa elevada foi tido como visão de futuro das cidades na busca da solução para a mobilidade de veículos.

Logo após a abertura do Minhocão constatou-se a depreciação de qualidade de vida nas quadras lindeiras em função do trânsito intenso e, consequentemente, poluição atmosférica e sonora, além da perda de privacidade nos apartamentos voltados diretamente para as duas pistas da via. Na sequência, o processo de desvalorização

[25] Realizado pelo coletivo educador Repep (Rede Paulista de Educação Patrimonial), em pareceria com o Movimento Baixo Centro. Coordenação final do trabalho: Antonieta Alves, Jaime Solares, Mariana Kimie Nito, Maryclea Maues, Simone Scifoni, Thiago Carrapatoso, Pedro Rivellino, Thais Pereira Rocha. Fonte: REPEP, 2019.

imobiliária fomentou a saída de muitos moradores e à venda e rebaixamento dos aluguéis de imóveis comerciais e residenciais. Um fator essencial que corroborou com esse quadro de desvalorização foi que, nessas décadas de 1970 e 1980, a área central da cidade também estava sofrendo processo de esvaziamento econômico e residencial das classes mais abastadas, o que resultou na vacância de edifícios e imóveis em função da mudança de centralidade econômica para a Avenida Paulista e, posteriormente, em direção à sudoeste da cidade.

Em 1976, pela primeira vez, a prefeitura municipal interditou a via aos domingos e no período noturno, visando minimizar o transtorno aos moradores vizinhos. Desde então constituiu-se paulatinamente uma apropriação e uso social ligado ao lazer e recreação. Caminhadas, passeios de bicicleta e skate foram aos poucos tomando esse espaço de forma espontânea, até mais recentemente o Minhocão se consolidar como uma opção de lazer público na cidade.

Paralelamente à desvalorização imobiliária produzida nas quadras lindeiras à via elevada e a ausência do poder público em ações que, hoje, são chamadas de zeladoria urbana, a área central da cidade foi sendo reocupada por população de trabalhadores mais pobres, em busca do aluguel mais baixo. Permaneceram o pequeno comércio local e serviços profundamente vinculados ao cotidiano de atividades econômicas do centro. Pequenos hotéis e pensões, bares, oficinas mecânicas, borracharias, serviços de cópias, estacionamentos, lojinhas, salões de beleza e brechós marcam essa paisagem da vida cotidiana no centro popular de São Paulo, misturados à zona de prostituição e seus equipamentos próprios, tais como sex-shop, boates, saunas, cinemas e casas de show. São esses usos cotidianos, diversos, populares, mesclados e convivendo nesse território que garantiram vida urbana à zona central e a permanência de muitas edificações antigas. Do contrário teriam virado ruínas ou demolidas.

> Ninguém pensa que seções inteiras de nossas cidades não estariam aí, em pé, se não fossem usadas por hoteizinhos, oficinas, lojinhas, prostitutas, bares, depósitos, manufaturas, clubes e associações, cabeças-de-porco… Pardieiros sim, mas vivos, funcionando. Se alguém quiser saber a diferença, deixe uma casa nova em folha vazia, sem uso nenhum por uns cinco anos. Virará uma ruína. Temos que agradecer, portanto, às camadas mais pobres. Há quase duzentos anos são os maiores guardiães do nosso patrimônio. Já é tempo de tentar retribuir-lhes o favor, dignificando os espaços em que vivem e trabalham, sem espoliá-los. (SANTOS, 1986, p.63)

O horizonte da gentrificação configurou-se nessa área central, a partir de 2006, quando esses trechos se transformam em nova fronteira para atuação do mercado

imobiliário. Isso começou a se configurar quando a prefeitura municipal lançou um concurso de projetos para o elevado, o Prêmio Prestes Maia de Urbanismo. Ainda que os projetos tivessem ficado no papel, o prêmio já sinalizava para o mercado o interesse do poder público em intervir no sentido de resolver o problema da “cicatriz urbana”, termos usados pelos Secretários de Economia e de Planejamento do município (ARTIGAS; MELLO; CASTRO, 2008).

Assunção (2016), encontrou referências a esse fato em caderno de imóveis de jornal da capital, que informa que as construtoras já estavam lançando empreendimentos com vista para o Minhocão contando com “projetos de revitalização”. Facilidades como preços baixos e boa infraestrutura agradam os moradores, informa o jornal.

Os dados sobre lançamentos imobiliários para o período que se segue, 2007-2016, reforçam essa constatação. Na década anterior, de 1997-2006, a concentração de lançamentos imobiliários se dava nas prefeituras regionais de Vila Mariana e Pinheiros, enquanto na década seguinte, 2007-2017, é o centro que passa a desempenhar esse papel, com grande destaque para os distritos da República, o que mais cresceu no período, e de Santa Cecília (PMSP, 2018). O autor, identificou no período que vai de 2005 a 2015 a implantação de 21 empreendimentos novos nos trechos próximos ao Minhocão, tendo um pico mais elevado de lançamentos no ano de 2014. Esse foi o ano em que se consolidou na Câmara Municipal um poderoso lobby para dar um destino novo ao Minhocão, com ênfase na implantação de um parque.

Acompanhando o crescimento de novos empreendimentos nos bairros do entorno do Minhocão, os trabalhos de campo ao longo dos anos mostraram, também, uma mudança no uso comercial ali existente. Novos estabelecimentos voltados igualmente para um novo perfil de morador que é jovem e com maiores recursos e que se vê com frequência circulando pelas ruas. É o que encontrou Alcântara (2019), em seu estudo etnográfico do bairro de Vila Buarque: novos negócios, em geral pequenos comércios, tais como bares, cafés, restaurantes, lojas de decoração, doces, moda e design, alguns deles dividindo usos com espaços para *coworking*. O autor indicou a abertura, entre os anos de 2017 e 2018, de 22 novos estabelecimentos somente no bairro de Vila Buarque evidenciando a constituição de um novo tipo de comércio, de frequentadores e de moradores, constituindo o que chamou de cena hipster .

Apesar do recorte espacial específico no estudo do autor, suas observações a respeito desse novo tipo de comércio e de moradores pode se estender para outros trechos da área central cortados pelo Minhocão e entorno. Além desses novos negócios relacionados especificamente ao que chamou de hipsterização do bairro, ainda podem

ser incluídos nesse novo comércio que está surgindo, filiais de estabelecimentos de gastronomia e alimentação mais sofisticados, como padarias e sorveterias que também estão se espalhando pelo território central .

Assim, as mudanças mais recentes acirram as contradições nessa paisagem urbana tornando mais evidente e dramático o quadro da desigualdade social.

Com um crescente interesse do mercado imobiliário pela área central a partir de 2006, só restava levantar aquele que é visto como obstáculo da valorização: a via elevada, “cicatriz urbana” ou “zona de sombras”, para usar alguns termos do urbanismo preconceituoso e ideológico, que têm como finalidade desqualificar os usos e os lugares de vivência das classes populares. Serviram a esse propósito, o Plano Diretor e o projeto de lei de criou o Parque Minhocão , ambos datados do ano de 2014 o mesmo ano do pico de lançamentos imobiliários. Ambos revelaram uma acirrada disputa e as contradições em torno da busca de “solução”. Desmonte da estrutura ou implantação de um parque opõem diferentes interesses econômicos, mas ambos voltados à valorização da propriedade privada.

De um lado, os atuais proprietários privados dos edifícios de luxo, moradores antigos que buscam a revalorização de seus bairros e o retorno aos tempos áureos, anteriores à construção do elevado; de outro lado, o mercado imobiliário que vê o parque como solução mais rápida e viável para vender os novos empreendimentos, que, além disso, incorporam-no como peça de marketing na venda da qualidade de vida, no estilo “venha morar em frente ao parque”. A disputa opõe diferentes grupos, o primeiro na defesa do desmonte, está ligado ao Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) de Consolação, Higienópolis e Pacaembu e ao Viva O Centro, e o segundo vinculado à Associação Parque Minhocão, ambos com seus interesses defendidos na Câmara Municipal, por meio de vereadores alinhados. O jogo de interesses entre os dois grupos deixa de fora os moradores e comerciantes mais pobres, que serão os mais prejudicados pelas duas alternativas já que, ao promover valorização imobiliária, resultam em aluguel mais alto e expulsão.

## As referências culturais

Décadas de permanência desses grupos populares no centro resultaram na constituição de um conjunto de práticas culturais urbanas profundamente ligadas a esse cotidiano de vida e trabalho no centro. São modos de fazer, de criar, de viver e ser e manifestações culturais que podem ser interpretadas como cultura alternativa ou

opositora, residual ou emergente, nos termos usados por Willians (2011). Para o autor, aquilo que, nas práticas e experiências, nos significados e valores, não aparece como corporativo, não é, portanto, parte da cultura dominante efetiva. Pode, assim, ser chamado de cultura alternativa, ou seja, aquilo que encontra uma maneira diferente de viver; mas há, também, algo que se coloca em posição contrária, que além de propor o diferente deseja, ainda, mudar a sociedade; neste caso o autor chama de cultura opositora. Já a cultura residual diz respeito às experiências ligadas às formações sociais anteriores, são resíduos praticados e vividos e que guardam uma certa distância da cultura dominante e hegemônica. Quanto às formas emergentes, essa são representadas por novas ações e práticas, valores e significados que são continuamente criados.

O inventário do Minhocão identificou e mapeou 45 referências culturais que foram classificadas a partir da metodologia do Iphan em seis categorias: saberes (conhecimentos, ofícios, modos de fazer), formas de expressão (modos de ser e de comunicar), celebrações (rituais e festas), lugares (espaços onde ocorrem as práticas culturais e que constituem seu suporte material), edificações (construções de valor simbólico e memorial) e objetos (instrumentos de trabalho, utensílios de valor memorial).

Levantar referências culturais significa compreender as formas de vivência dos lugares, os usos coletivos, os modos de apropriação e as narrativas que se constroem sobre o território. A referência cultural é tudo aquilo que tem sentido e significado para os grupos sociais, aquilo que baliza sua existência e constitui a identidade dos grupos. É, portanto, componente essencial da memória coletiva que expressa a forma como as pessoas vivem o território. O inventário do Minhocão iniciou-se em 2016, a partir de uma metodologia do Iphan intitulada: “Educação Patrimonial: Inventários Participativos/Manual de Aplicação (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016).

Na categoria formas de expressão encontram-se práticas culturais residuais como é o caso do Teatro Político e Social, que nasceu nos anos 1950, como uma nova arte dramática voltada a temas problematizadores da realidade brasileira, a partir de experiências realizadas no Teatro de Arena, mas que foram sendo renovadas, nos anos 2000, com novos grupos teatrais como o Grupo Folias e a Cia de Feijão. Mas há também a cultura emergente que aparece no Teatro de Janela, linguagem teatral que usa a janela de um apartamento como uma espécie de palco voltado para o plateia que se encontra na via elevada e que foi criado pelo Grupo Esparrama pela Janela. Há também como cultura emergente o Teatro de Rua, aquele que ocorre no espaço público, sem ou com

pouca infraestrutura e no qual o imprevisível faz parte do espetáculo. Ambos têm como principais características a democratização do acesso à cultura e a interrupção da rotina dos cidadãos.

A categoria saberes reúne um conjunto de modos de fazer que podem ser interpretados como cultura opositora, conforme definiu Williams (2011), face ao seu significado como busca de transformação da sociedade. Como exemplo tem-se a Luta pela Moradia no Centro que é entendida como um conjunto de conhecimentos constituídos a partir de práticas e experiências de organização e mobilização de ação coletiva, há mais de 3 décadas na cidade. São saberes populares produzidos de forma compartilhada e transmitidos por meio da ação direta. Outro exemplo é a Produção e Práticas Associadas ao Pixo e ao Graffiti, que constitui um saber específico reunindo técnica, agilidade e o constante aperfeiçoamento em sua execução e que demanda conhecimento sobre tintas, suportes, planejamento prévio da ação e os riscos da prática, como escalada em prédios. Outro exemplo é o Ativismo Feminista Negro, que é resultado da atuação de mulheres negras na organização e mobilização contra o racismo, contra a discriminação racial e de gênero e o machismo. Ao mesmo tempo pode ser interpretado como ofício, no sentido da militância social e política, mas também como um corpo de conhecimentos gerados na afirmação de uma cultura dos direitos humanos. A militância e o ativismo político decaráter feminista e antirracista no território se constitui coletivamente pelo Geledés, Instituto da Mulher Negra, ou em espaços de resistência como o Aparelha Luzia, um autodeclarado quilombo urbano.

Na categoria celebrações encontram-se práticas residuais tais como o Daira Baifá, um ritual senegalês constituído por uma procissão por ruas do bairro que termina em roda de canto, batuques e dança na Praça da República, às segundas-feiras. Faz parte da tradição e memória dos imigrantes senegaleses que moram na capital e que se reproduzem em São Paulo como maneira de fortalecer os laços identitários e comunitários, além de preservar os valores culturais originários. Nessa categoria de celebrações tem-se, ainda, práticas de cultura emergente como são as Festas e Encontros de Rua. São festividades, encontros poéticos, reuniões de grupos, happenings, performances, que reinventam os usos do espaço público urbano e como exemplos encontram-se o Slam da Resitência, a Festa Junina no Minhocão e a Festa Buraco da Minhoca, que ocorrem na praça Roosevelt, Largo do Arouche e Praça Marechal Deodoro.

Já na categoria lugares evidenciam-se espaços que são *lócus* de práticas residuais, mas que também podem ser consideradas opositoras. São residuais pois têm

continuidade no tempo e se ligam a momentos anteriores. Entretanto, encontram-se pressionadas pela cultura dominante e hegemônica que busca seu enfraquecimento e desaparecimento. Um exemplo é a atividade sindical em sua trajetória de organização e mobilização das classes trabalhadoras, mas também pelo seu envolvimento político de resistência. O Sindicato dos Jornalistas é, assim, um lugar ligado à memória das lutas e da resistência à ditadura militar que organizou ações sindicais de enfrentamento político ao aparelho repressivo, principalmente após 1975. É ainda um histórico ponto de encontro e um espaço que abriu suas portas não somente aos jornalistas contrários à ditadura, mas para os debates e movimentos de esquerda. Outro exemplo de lugar como referência cultural, ligado aos grupos LGBTQI+, é o Largo do Arouche. Ele constitui-se como uma centralidade histórica para esses grupos, configurada desde a década de 1950. Como lugar de sociabilidade e da diversidade sexual reúne gays, lésbicas, travestis, transexuais, góticos, moradores da cidade, jovens das periferias metropolitana e turistas.

Na categoria edificações foram identificadas referências culturais ligadas a cultura residual como é o caso da Vila Adelaide, um conjunto de casas geminadas, remanescente das formas de morar das primeiras décadas do século XX, ocupado atualmente por trabalhadores pobres do centro, na moradia de cômodo ou cortiço. Ainda tem-se exemplos de cultura emergente, como o Edifício do IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), que tem um papel simbólico como expressão da arquitetura moderna na cidade. Construído entre 1947 e 1950 para abrigar a sede da entidade, em São Paulo, o edifício também tem sua importância como um lugar de debate e defesa de uma arquitetura progressista, mas também de questões ligadas às lutas sociais.

Por fim, na categoria objetos foi identificada apenas uma referência cultural denominada Folhinha, vinculada às práticas do pixo. A escrita na rua, como é o caso do pixo, tende a ser efêmera, sujeita a ser coberta ou danificada ao longo do tempo e, nesse sentido, o registro dessas escritas em folhas de caderno, em agenda ou em papéis soltos possuem valor nas redes de sociabilidade dos pixadores. As folhinhas são geralmente produzidas nos *points*, lugares de encontro de diferentes grupos e pessoas que pixam.

## Interpretar o patrimônio cultural

Toma-se aqui a experiência do inventário participativo do Minhocão como ponto de partida para colocar em evidência alguns princípios fundamentais do que deve ser a interpretação do patrimônio no Brasil. Nesse sentido, em primeiro lugar, cabe questionar:

qual patrimônio interpretar? Aquele que se restringe às edificações monumentais ou as mais antigas, bens consagrados que foram identificados na trajetória histórica dos órgãos de preservação?

O Inventário do Minhocão se alinha a perspectiva constitucional para superar esses limites do consagrado, incluindo os lugares da vida cotidiana como hoteizinhos, pensões, cortiços, baixios da via elevada e um conjunto de práticas e de manifestações típicas e singulares da cultura urbana no território central da cidade. Sendo assim, o primeiro princípio que se destaca é a necessidade de ultrapassar a visão de patrimônio unicamente como aquilo que é tombado, registrado, cadastrado, portanto, acautelado e institucionalizado, aproximando-se do que a Constituição Federal de 1988 define, ou seja, um patrimônio *latu sensu*.

O primeiro princípio pede, ainda, que se supere a reificação do patrimônio, como tem alertado constantemente Meneses (1992; 1996; 2009). Para o autor, transferir traços próprios das relações entre seres humanos às coisas é uma inversão traiçoeira quando se trata de pensar a cultura. Significa transformar relações e ações humanas entre os sujeitos sociais, em relações entre coisas ou entre objetos. Inverte-se a lógica entre sujeito-produtor de cultura e objeto-produzido, pois a reificação coloca na centralidade dos processos os objetos, como se esses fossem independentes e autônomos em relação à vida, aos valores e às ações humanas. Assim, de acordo com o autor, o patrimônio não é simplesmente uma coisa que se explica em si mesma, mas antes de tudo, é vetor e suporte de valores, cuja origem e ventre gerador são os grupos sociais. Para Carsalade (2014), o fundamento ontológico da preservação está na importância que os bens têm para a ordenação do mundo e para a auto conservação das sociedades e, sendo assim, o compromisso ético é o de servir à sociedade em que o bem se insere, atendendo a expectativa social.

Para tanto, a chave da interpretação desse patrimônio da vida cotidiana só poderia ser a noção de referência cultural, pois ela é que dá concretude ao conceito de patrimônio *latu sensu*, ela é que fornece um caminho analítico para desvendar os bens materiais e imateriais que fazem parte da existência dos diversos grupos sociais. Interpretar o patrimônio pede, assim, a mobilização de ferramentas metodológicas participativas e de interlocução com os grupos sociais, só assim se consegue esse olhar de dentro e de perto[26] nos territórios e uma escuta sensível para descobrir a relação

[26] Expressão cunhada pelo antropólogo José Guilherme Cantor Magnani, no texto De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. RBCS, vol.17, nº 49, junho, 2002.

existencial entre cultura e vida humana. Tem-se, assim, o segundo princípio da interpretação do patrimônio.

Interpretar não é apenas um ato de comunicação e de informação, mas, antes de tudo, a possibilidade de atingir os sentidos e significados dos bens culturais, de acordo com Murta & Goodey (2002). À prática sistemática de interpretação, surgida em finais da década de 1950, no Serviço Nacional de Parques do Estado Unidos, somam-se os desafios e problemáticas atuais que pedem a participação social nesses processos. De acordo com os autores, iniciar a interpretação em pareceria com a comunidade, assim como destacar a diversidade e a pluralidade de sentidos, sem tentar impor uma verdade universal são princípios que devem nortear a interpretação. Para Godey (2002), a interpretação vem sendo cada vez mais reconhecida como um processo que se baseia na comunidade, já que ela é quem tem o conhecimento mais enraizado, profundo e rico sobre um lugar. Isso não significa que os conhecimentos acadêmicos, dos especialistas devam ser dispensados, mas que esse saber falha pela falta de vivência cotidiana que assegura que a interpretação se faça viva e não seja algo dado friamente.

Semelhante indicação está contida no texto relativo as decisões da Conferência Internacional sobre interpretação do patrimônio mundial, realizada em Seul, na República da Coreia, em novembro de 2016 (UNESCO, 2016). A conferência reuniu especialistas da Unesco e o Icomos, entre outros, e foi organizada para promover a importância da interpretação do patrimônio em sítios reconhecidos na Lista do Patrimônio Mundial, além de debater as formas de reconhecimento dos chamados sítios de memória. Segundo posição defendida pelo Icomos na conferência, é importante reconhecer a narrativa histórica como inclusiva, levando em conta ainda valores conflitantes e a pluralidade de significados locais, pois somente assim é possível fomentar e valorizar sentidos de pertencimento em relação aos patrimônios. Todos os grupos devem estar envolvidos na discussão, não somente os especialistas, sobretudo quando se trata da tomada de decisões e da gestão. Nesse, sentido, a interpretação não pode impor ou sobrepor o discurso discricionário do Estado e de suas instituições aos valores que emanam da sociedade. O terceiro princípio da intepretação é, assim, relativo ao respeito às diferentes e conflitantes narrativas existentes sobre os bens culturais.

Por último, se a interpretação valoriza a experiência do visitante, também o faz com próprio patrimônio cultural, no entanto, isso não deve significar a exclusão dos grupos sociais que vivem ali cotidianamente. A sustentabilidade do patrimônio tão almejada e defendida na interpretação implica em construir uma relação ética com o lugar e os seus moradores. Sendo assim, o patrimônio não pode ser fonte de exclusão

social e privilégio de alguns, como tem ocorrido em projetos chamados de “revitalização” ou “requalificação” em que se dá a valorização imobiliária e a expulsão dos moradores mais vulneráveis. O inventário do Minhocão permite pensar que a interpretação do patrimônio da vida cotidiana implica em valorar as referências culturais e, ainda, defender sua permanência. O quarto princípio aqui enfatizado, portanto, é o de que a interpretação significa sobretudo a defesa pelo direito à memória e ao patrimônio cultural dos diversos grupos sociais e que, em nenhuma hipótese, a valorização do patrimônio deve ser usada como álibi para promover a expulsão dos moradores mais pobres de seus espaços de vivência.

# 2. PATRIMÔNIO, CIDADE E NATUREZA

# 2. Patrimônio, cidade e natureza

Aqui volta-se às origens[27] para evidenciar alguns problemas centrais relacionados à natureza como patrimônio.

Retornar à trajetória de sua incorporação no campo do patrimônio cultural mais uma vez se torna necessário, na medida em que ela recoloca questões não resolvidas. Uma delas está no coração da problemática sobre o patrimônio natural, diz respeito a dicotomia natureza/cultura, um pensamento e uma ação que busca separar aquilo que constitui uma unidade. A segunda, não é desafio menor, diz respeito a como enfrentar, em uma perspectiva crítica, a compreensão das políticas públicas do século XXI, o que significa penetrar nas contradições da micropolítica das instituições, em um olhar que precisa ser ao mesmo tempo, "de perto e de dentro", mas, também, em uma perspectiva cavaleira para recolocar as questões na sua totalidade.

Em relação ao primeiro problema, em que pese o fato de que, no passado e na sua gênese, a experiência do patrimônio natural tenha superado a dicotomia natureza/cultura, contemporaneamente ela tem sido reproduzida e acionada, dentro das instituições públicas de preservação, para justificar a sua exclusão como categoria do patrimônio cultural. Em diferentes âmbitos, no órgão federal ou estadual de São Paulo, movidos pelos interesses de levantar os obstáculos que o patrimônio pode trazer para à produção dos negócios da urbanização, a dicotomia tem sido usada como um poderoso argumento que justifica restringir essa experiência ao passado.

A quem interessa reforçar o discurso da dicotomia natureza/cultura, em um contexto em que a própria reflexão acadêmica, há décadas, busca superar?

Do ponto de vista teórico, Leff (2000) assinalou, anteriormente, a necessidade de uma epistemologia ambiental capaz de ultrapassar um conhecimento fragmentado analiticamente, em busca da compreensão daquilo que está organicamente articulado. Para o autor, isso não significa nem a soma, nem a reunificação de conhecimentos disciplinares disponíveis, muito menos internalizar nas ciências humanas a dimensão ambiental, mas implica na produção de um saber transdisciplinar que está em processo de construção e gera novas perspectivas epistemológicas.

[27] Ao origens diz respeito ao trabalho de doutorado da autora, a tese defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana denominado "A construção do patrimônio natural", que recebeu em 2006 o Prêmio Capes, de melhor tese em Geografia. Os textos que contemplam esse capítulo, portanto, retomam, atualizam e ampliam a discussão inicial.

Assim, para a compreensão do patrimônio natural, essa superação dos conhecimentos muito fragmentados é essencial, já que ele, como objeto complexo, implica em considerar os atributos naturais e sua dinâmica inseridos em uma teia de sentidos e significados que são produto da cultura. Nem só uma abordagem, nem só outra, é preciso um saber que dê conta dessa realidade organicamente integrada.

Do ponto de vista prático-institucional a dicotomia tem servido ao desmonte do trabalho com o patrimônio natural, há pelos menos duas décadas, se forem consideradas as políticas de preservação no estado de São Paulo. O argumento para tal é de que se trata de uma atribuição única dos órgãos do sistema ambiental. Assim, a separação natureza/cultura aparece como estratégia discursiva dentro dos órgãos para deslegitimar o patrimônio natural como uma das categorias possíveis dentro do patrimônio cultural e, portanto, recusar a sua tutela legal, transferindo-a para outras instâncias. Isso significa, na prática, estratégias políticas que têm inviabilizado a continuidade da proteção ao patrimônio natural, uma vez que, não só não há investimentos na recomposição de equipe técnica de profissionais com formação na área, como também, a própria ausência desses profissionais é justificativa para as restrições ao trabalho. Além disso, a estratégia discursiva presta-se à negação da *expertise* fundada nessa área, fruto de um acúmulo de conhecimentos e da produção intelectual no campo, com destaque para o legado deixado por Aziz Ab'Saber, a seguir apresentado.

Mas a tendência se reproduz, igualmente, no âmbito federal. Pereira (2016), analisando os pedidos de tombamento de bens classificados pelo Iphan como patrimônios naturais e jardins históricos que foram arquivados, encontrou como justificativa o recorrente argumento de que os bens já estavam protegidos por legislação ambiental ou que a sua preservação seria matéria exclusiva de tal legislação.

Reforçando esse fato, recentemente, a minuta da política de patrimônio material elaborada pelo Iphan[28], no ano de 2018, estabelecia em um de seus artigos, que o órgão não protegeria pelo instrumento do tombamento os bens paisagísticos ou naturais já tutelados por legislação federal no âmbito da Política Nacional de Meio Ambiente (artigo 25º). Essa tentativa de subtrair sua competência constitucional por meio de uma portaria, ou seja, uma legislação menor, foi um dos apontamentos enviados para a consulta pública do documento, conforme destaca Crispim (2018) e acabou sendo suprimida da redação final.

[28] Minuta alterada e publicada na forma da Portaria Iphan nº 375 de 19/09/2018.

É preciso, assim, superar de vez o problema da dicotomia natureza/cultura, entendendo que o lugar da proteção da natureza como patrimônio cultural não deve ser o órgão ambiental, já que se trata de proteger suportes físicos de sentidos e significados dados no âmbito da cultura, pela memória social. Dessa maneira, para proteger tal objeto é preciso considerar ambos os pontos de vista, ou seja, o que garante a permanência da materialidade na sua relação com o universo da produção de valores. É da proteção da memória e de seus suportes que se trata, portanto, é por meio de políticas de preservação do patrimônio cultural.

O uso do discurso da dicotomia natureza/cultura revela uma faceta daquilo que é urgente reconhecer na compreensão das políticas públicas de patrimônio cultural: o fato de que a ampliação conceitual dos anos 1980 nem se realizou plenamente a ponto de mudar a experiência institucional, assim como essa foi substituída por outros fazeres da política. Assim, o segundo problema central ainda não resolvido é o de enfrentar criticamente os resultados e as práticas institucionais analisando-as em seu tempo presente, ou seja, olhando para as políticas do século XXI.

Em que pese o fato de que hoje há maior produção bibliográfica sobre patrimônio, o quanto conseguiu-se avançar no desvendamento das políticas de Estado? Se por um lado o Iphan tem sido, desde muito tempo, o foco das pesquisas e produção crítica, por outro lado, há uma ausência dessa mesma reflexão quando se trata da atuação do Condephaat, sobretudo no tempo presente. Considerando que as universidades paulistas tinham, até muito recentemente, representações de diferentes campos profissionais em seu conselho deliberativo, esse silêncio sobre as políticas do Condephaat revela o quê?

A experiência na participação desse conselho, na representação da universidade pública, expressa uma condição de reflexão e pesquisa privilegiada, uma vez que, de dentro da instituição é possível acompanhar de perto os processos, o que para outro pesquisador de fora é mais difícil de captar os meandros invisíveis dessas políticas. Nesse sentido, o acompanhamento da tramitação administrativa dos processos, dos detalhes da legislação, das aprovações ou indeferimentos e, sobretudo a proximidade com a burocracia estatal e com o corpo técnico, ou seja, os profissionais que ali trabalharam, permitem uma visão privilegiada do que são as relações que definem uma micropolítica no interior do próprio Estado. Entretanto, só um olhar próximo e do interior do órgão público não é suficiente para compreensão, é preciso dialeticamente uma perspectiva cavaleira que permita a leitura de todo o movimento histórico das políticas para nele identificar rupturas, continuidades, transições.

No plano macro, das políticas neoliberais, os anos 2000, evidenciam as ações e decisões relativas à proteção do patrimônio cada vez mais afinadas a esse ideário de garantir liberdade de atuação para os investimentos do capital, sem interferências ou limites impostos pelo Estado. Assim se entende desde a falta de investimento público em ampliação dos quadros técnicos necessários ao atendimento das atribuições, principalmente em relação ao patrimônio natural, como também, as decisões tomadas no interior do órgão, cada vez mais comprometidas com os interesses políticos do governo do estado.

Já no plano das micropolíticas, viabilizam-se esses interesses por meio de estratégias internas que aqui se denomina de *ajuste do patrimônio* e que serão aprofundadas no capítulo 2.3. As estratégias, algumas identificadas anteriormente em Scifoni (2006), na ocasião do debate sobre o patrimônio natural, não se reduzem a essa categoria estendendo-se para toda totalidade das políticas estaduais.[29] Elas buscam superar os limites ou obstáculos que o patrimônio pode representar aos negócios da urbanização, restringindo projetos, limitando a lucratividade ou até inviabilizando-os.

Os obstáculos podem ser de dois tipos, tanto no que diz respeito ao plano legal, ou seja, às normas, ou no plano conceitual, no que diz respeito ao corpo de conhecimentos que orienta as práticas institucionais. E as estratégias vão da flexibilização nas normas até a sua completa desregulamentação. Em alguns casos as alterações são muito sutis, é preciso um exame detalhado, uma análise de lupa para percebê-las.

Esse foi o caso da regulamentação do tombamento da Estrada de Ferro Perus-Pirapora (São Paulo/Cajamar), que coloca em evidência o fato de que a desregulamentação não se limita ao patrimônio natural, mas é parte de uma política de ajuste do patrimônio mais ampla. Nem se limita aos bens tombados inseridos em áreas valorizadas da cidade, mas pode se estender às franjas periféricas, caso elas se coloquem como fronteira para o mercado imobiliário, como no caso dessa estrada de ferro onde o Pátio de Gato Preto foi retirado da área tombada para viabilizar a expansão de um corredor de condomínios de logística ao longo da Rodovia Anhanguera.

Outro exemplo de sutileza na desregulamentação, que somente a pesquisa detalhada consegue captar, e que será apresentada para melhor compreensão em item a seguir, foi o do Parque do Povo, já que nem mesmo se modificou a resolução de

[29] Apesar da discussão do ajuste do patrimônio se referir à totalidade das políticas públicas, o que significaria colocá-la no capítulo inicial, optamos por mantê-la no capítulo 2, uma vez que ela tem sua vinculação inicial às análises e compreensão do patrimônio natural tombado.

tombamento. Nesse caso, as obras do atual parque, que nada guardam de relação com o objeto de tombamento definido no documento legal, foram simplesmente aprovadas em reunião do conselho o que legalizou o ilegal.

Fundamental é perceber que não se trata de casos isolados, pontuais ou de exceções, mas de um verdadeiro *modos operandi* que se instala desde os anos 2000, refinando-se com o tempo. Ele envolve a formação de uma base de apoio com a escolha, na lista tríplice, dos representantes para o conselho mais afinados com a política do governo, a delegação de determinados pareceristas para processos que irão orientar e facilitar a aprovação, a agilização e apressamento de votações com o recurso da inclusão em pauta, a frequente revisão de voto ou decisão, quando essas geram insatisfação da gestão pública. Até mesmo o artifício da indicar para compor o conselho como representantes de órgãos de governo alguns profissionais que não têm vínculos formais com esses, tem sido utilizado para reforçar essa base de apoio necessário à política do ajuste do patrimônio.

A aprovação de duas torres de condomínios residenciais, na área envoltória do Teatro Oficina, no bairro do Bexiga é um dos exemplos desse ajuste do patrimônio. Com o pedido de construção dos edifícios indeferido na gestão 2015-2016[30], na seguinte[31], com a composição do conselho ampliada para garantir maioria de votos[32], o proprietário entrou com pedido de contestação e reconsideração. O parecer do conselheiro-relator, procurador de Justiça do Estado, foi enviado parcialmente aos conselheiros, sem a decisão de voto. Às vésperas da reunião, foi enviado, à parte, o voto do parecerista, favorável à construção. O artifício usado, assim, na condução da discussão foi inviabilizar uma análise do assunto com o devido tempo para a construção de argumentos. A votação finalizou-se com um único voto de diferença no sentido da sua aprovação, voto dado pelo conselheiro representante do Instituto de Engenharia de São Paulo que chegou às pressas apenas para a votação. O assunto foi levado pelo Teatro Oficina ao questionamento da justiça com decisão até o momento favorável à não execução.

Outro exemplo levado a judicialização foi o das reformas no Largo do Arouche. O conselho decidiu, inicialmente, em uma reunião em que se deu a participação de

[30] Gestão conduzida sob a presidência de José Eduardo de Assis Lefevre, professor da FAU/USP.
[31] Gestão conduzida sob a presidência de Carlos Augusto M. Faggin, professor da FAU/USP.
[32] A ampliação de representação deu-se com a alteração do Regimento Interno de 2014, incluindo-se mais representantes do poder público como da Secretaria de Habitação, Cetesb, Emplasa e o Instituto de Engenharia de São Paulo.

representantes dos Aroucheanos[33] e da Repep, pela realização de uma Audiência Pública acompanhando a solicitação de escuta e diálogo com os grupos LGBTQI+ frequentadores do Largo. Na reunião seguinte, por pressão do governo municipal, a decisão foi revista e a audiência pública negada. Mesmo contando com três pareceres contrários, do técnico-responsável, da coordenação técnica e da conselheira-relatora, representante do IAB[34], a decisão final do conselho foi pela aprovação da obra, colocando mais uma vez em evidência que os argumentos ou a avaliação técnica não é suficiente para fazer frente às decisões políticas já tomadas. No caso em especial, apesar de acatar a ação civil pública movida por uma vereadora da Câmara Municipal, a justiça deliberou pela realização das obras, que estão em curso.

Assim, para compreender de que forma, na prática, acontece o ajuste é preciso considerar essas estratégias do poder dentro das instituições, que nem sempre são visíveis e claras, mas que mostram o enorme poder de controle sobre as decisões a serem tomadas. O fato de ser um órgão colegiado, com representantes da sociedade civil, em teoria, garantiria um caráter participativo e democrático, coisa que, na prática não ocorre. O ajuste do patrimônio envolve, também, um aparelhamento político da instituição.

Os exemplos estudados mostram que o ajuste do patrimônio não ocorre com qualquer patrimônio, mas que é fundamental compreendê-lo na sua relação com o processo de reprodução do espaço urbano em que esses bens passam a desempenhar um papel de limite ou obstáculo à valorização imobiliária. O ajuste é a política pública que evidencia, assim, a relação íntima entre Estado e os interesses do mercado imobiliário e, ao mesmo tempo, com a política urbana. Não é ao acaso que essas estratégias políticas que compõem o *ajuste do patrimônio* se instalem no mesmo momento em que os instrumentos da gestão urbana e o próprio planejamento urbano voltam-se para um caráter empresarial, buscando realizar os negócios da urbanização (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015).

[33] Coletivo formado para garantir a visibilidade, a ocupação sociocultural-política-artística-esportiva e o tombamento imaterial da região do Largo do Arouche de relevância para a comunidade LGBTQIAPD+ (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais, homens trans, queers, intersexos, assexuais, pansexuais e demissexuais). Fonte: facebook.com/aroucheanos.

[34] Sarah Feldman, também professora da Universidade de São Paulo.

## 2.1 - Patrimonialização da natureza no Brasil: atualizando o debate[35]

O presente artigo se propõe trazer à discussão alguns aspectos essenciais da proteção do patrimônio natural na atualidade, tendo como ponto de partida as experiências desenvolvidas em território brasileiro, em duas diferentes esferas institucionais. Busca-se problematizar a situação atual do patrimônio natural protegido por meio do instrumento jurídico do tombamento, esclarecendo questões conceituais e apresentando um quadro geral de dados no sentido de revelar os limites e possibilidades atuais desse campo de atuação.

Em que pese o avanço conceitual e das práticas institucionais na proteção do patrimônio natural no Brasil, cujo marco é o período 1970-1980, esse campo de atuação se apresenta hoje marcado por problemas que revelam, de um lado, a profunda incompreensão de seu significado e, de outro, a necessidade de ajustar as políticas de proteção a determinados interesses políticos e econômicos.

Parte-se aqui da noção de patrimônio natural construída no âmbito da experiência institucional de proteção ao patrimônio cultural, portanto, inserida no universo de discussões em torno da cultura. No senso comum, o termo tem sido usado para denominar qualquer tipo de área natural protegida, independentemente de sua vinculação ao instrumento legal do tombamento ou a experiência desenvolvida em órgãos de proteção ao patrimônio cultural, o que tem provocado grandes equívocos no debate. No âmbito acadêmico, igualmente, encontram-se referências ao uso desta noção como se fosse um grande guarda-chuva que abarca todo tipo de unidade de conservação estabelecida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o que tem demostrado as dificuldades de avanço até mesmo na produção científica. Trata-se de discutir aqui essa noção em *sensu strito*, aquela que foi construída como parte do conjunto do patrimônio cultural e no interior das instituições as quais detêm oficialmente a atribuição legal de proteção desse objeto denominado de patrimônio natural.

Nesse sentido é preciso, mais uma vez, retornar às origens da construção da noção de patrimônio natural, esclarecendo sua definição legal e conceitual, para, na sequência, realizar uma espécie de balanço atualizado sobre a situação da preservação nesse campo. Esse é, portanto, o objetivo do presente artigo. Busca-se apresentar o

[35] Artigo do livro “Natureza e Cultura: patrimônio e turismo no Brasil e no México”, organizado por Aline Carvalho e Benjamin Ortiz Espejel. Campinas: Nepam/Unicamp, 2017. O presente texto foi atualizado com informações e dados.

debate a partir de duas diferentes esferas públicas nas quais essa experiência se deu marcadamente: em nível nacional, por meio da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (Iphan)[36], e em nível estadual, abordando as práticas de proteção estabelecidas no estado de São Paulo, pelo Condephaat[37]. Em ambos os casos, guardadas as devidas especificidades que serão aqui apresentadas, essa política pública de proteção encontra-se contemporaneamente marcada por retrocessos conceituais, enfraquecimento, flexibilização e desregulamentação.

Curiosamente, a produção acadêmica atual tem se omitido na interpretação e no debate sobre esse quadro de problemas, o que tem dificultado avanços conceituais nesse campo.

## Afinal, o que vem a ser o patrimônio natural?

O patrimônio natural é, em primeiro lugar, objeto da natureza, testemunho de processos ecológicos e do meio físico, o que significa que tem dinâmica própria, muito embora sob ação e influência dos fatores humanos. Considere-se aqui, como exemplo, um parque urbano, formado por um conjunto de vegetação que, por conta de processos fisiológicos das plantas e aqueles relacionados ao funcionamento do ecossistema tem uma dinâmica de crescimento vegetal, floração ou frutificação, articulada a determinadas condições ambientais e de sazonalidade.

Mas ele não é somente isso. Essa natureza, em determinados momentos pode ser anunciada como suporte físico que compõe a memória coletiva, portanto, fator de formação identitária de determinados grupos sociais. Considere-se novamente aquele mesmo parque urbano, agora como um equipamento de uso coletivo, intensamente apropriado pelos grupos sociais de moradores de bairros próximos, um lugar da vida cotidiana na cidade, demandado pela população.

Nesse sentido, como objeto de uso e fruição social e incorporada como componente essencial da memória coletiva, essa natureza é representada, anunciada e compreendida como patrimônio natural em sua dupla dimensão: como fragmento de importância biológica, ecológica ou física e, por outro lado, como suporte de memória, ação e identidade de grupos sociais. Nesse caso, atribui-se a ela um valor cultural,

[36] Órgão que nasceu, em 1937, como Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), mas que será referenciado nesse artigo apenas pela sua denominação atual, para facilitar a compreensão.

[37] Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, criado em 1969.

associando-se novo conteúdo que não se restringe apenas ao fato de ser testemunho de processos ecológicos e do meio físico. A natureza torna-se, assim, concorrentemente, um bem cultural, testemunho da vida social, apropriado por uma ação cultural. Trata-se da criação de mais uma categoria que compõe o conjunto do patrimônio cultural, junto com as demais, como é o caso do edificado, o imaterial, o arqueológico.

Dessa maneira, o patrimônio natural não se opõe, mas compõe o patrimônio cultural em sua noção ampliada. Nesse sentido ele é esse objeto de aparente ambiguidade, já que o pensamento racionalista separou a natureza e cultura. Para Palu (1996), ele é, em si, um paradoxo, pois além da natureza existir como realidade exterior a sociedade, o patrimônio natural permite compreender a natureza como um legado humano a ser deixado para as futuras gerações. Assim, ela não aparece como exterioridade para a sociedade, mas como culturalmente integrada ao mundo que as sociedades humanas são capazes de conceber, perceber e organizar.

A busca pelas raízes conceituais da noção de patrimônio natural leva a entendê-lo dessa forma, ou seja, a partir de sua dimensão dialética que articula o natural e o cultural. Muito embora a noção de patrimônio natural somente ter se consolidado internacionalmente a partir da Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco, em 1972, essa ideia da natureza como parte do patrimônio estava posta muito antes na experiência brasileira de preservação. Nesse sentido, compreender o significado do patrimônio natural demanda um exercício de busca de suas raízes conceituais, o que deve ser feito considerando necessariamente o universo da proteção da cultura e do patrimônio cultural.

Esse é um alerta inicial obrigatório: o debate sobre o patrimônio natural não se sustenta desconsiderando o fato de que o patrimônio natural é uma das diferentes categorias do que se chama de patrimônio cultural, não sendo, portanto, seu concorrente, nem seu paralelo. Assim como existe o patrimônio edificado, o imaterial, o arqueológico e, mais atualmente, a paisagem cultural como uma nova categoria, o patrimônio natural é mais um a se somar neste conjunto, sendo que a sua proteção deve ser feita, no Brasil, por meio do tombamento.

No Brasil, inaugura-se a legislação protetora do patrimônio a partir da edição do Decreto-Lei Federal nº. 25, de 1937. Naquele momento não se trabalhava com a noção de patrimônio cultural; essa somente seria instituída legalmente a partir da Constituição Federal, de 1988. O decreto-lei tratava, assim, de proteger o chamado *patrimônio histórico e artístico*. No entanto, a legislação abriu a possibilidade de incluir nessa noção outros bens, também passíveis de tombamento, entre os quais “[...] monumentos

naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana" (BRASIL, 1937, artigo 1º., § 2º.). Nesse sentido, conforme já alertado anteriormente, o patrimônio natural nasceu na legislação brasileira sob a denominação de "monumentos naturais ou paisagens notáveis", muito atrelado a relação natureza-história (SCIFONI, 2006).

### A natureza no patrimônio cultural: a contribuição de Aziz Nacib Ab'Saber

Do ponto de vista conceitual, os avanços para o trabalho se deram principalmente pela contribuição do geógrafo e professor da Universidade de São Paulo, Aziz Nacib Ab'Saber, a partir dos anos 1970, como conselheiro e, também, presidente do órgão de patrimônio paulista, o Condephaat. Na gestão de 1976 a 1978, como membro do conselho, Ab'Saber foi responsável pela ampliação do entendimento sobre as chamadas áreas naturais, bem como sua formulação conceitual, cabendo a ele dar nova forma a algumas experiências que eram pontuais e fragmentadas. Já em sua breve passagem como presidente do Condephaat, em 5 meses de atuação, entre novembro de 1982 a março de 1983, foram retomados e finalizados processos e estudos de tombamento que se encontravam até então paralisados, além de encaminhados novos tombamentos. No total, o salto da gestão Ab'Saber para a preservação de áreas naturais contou com 8 novos patrimônios naturais, assim como a consolidação de novas tipologias de patrimônios naturais.

Sua contribuição para a formulação conceitual encontra-se no documento elaborado para o conselho e que depois foi publicado em 1977: *Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no estado de São Paulo*, que foi publicado, no ano seguinte, em periódico da universidade (AB'SABER, 1977). O documento buscava orientar uma política para o órgão, uma vez que algumas experiências pontuais já estavam se dando, desde a sua criação, em 1969.

O elemento chave da concepção dessa política era considerar o processo de valoração a partir do contexto espacial específico nos quais os bens se situam. Ou seja, Ab'Saber introduzia a ideia de que a atribuição de valor ou o reconhecimento dos atributos que conferiam importância aos patrimônios naturais deve ter em conta, não apenas as qualidades formais dos bens, mas um *valor relacional* que o qualifica também como passível de proteção. Em outras palavras, a ideia central era que, no contexto da modernização da agricultura, da urbanização e industrialização em São Paulo,

determinadas áreas assumiam um significado especial que, em outras circunstâncias, talvez não tivessem. Como exemplo, um fragmento de mata ou uma área verde residual em contextos de grande urbanização ou de escassez geral destas formas, adquirem significado como patrimônio, independentemente de sua dimensão, da qualidade das espécies encontradas ou de seu estágio sucessional.

Nesse sentido, o autor propôs três critérios para seleção. O primeiro deles era o das áreas críticas ou ecologicamente estratégicas. Dentro desse critério podem ser citados remanescentes de cobertura vegetal situados nas imediações das grandes áreas urbanas, capazes de atuar como filtros climáticos locais ou regionais, contendo e minimizando a expansão da poluição atmosférica. O autor citou como exemplos de bens nessa categoria a Serra da Cantareira, o Pico do Jaraguá, a Reserva Florestal de Morro Grande, a Serra de Paranapiacaba, o Maciço do Bonilha, os quais, apesar de apresentarem-se como remanescentes de cobertura vegetal bastante maltratados, constituem áreas de entorno da metrópole que cumprem finalidades de melhoria das condições ambientais para a sociedade. Em vários dos exemplos destacam-se, também, o papel destes patrimônios naturais como áreas de formação de mananciais, abastecedores da região metropolitana.

O segundo critério de seleção dizia respeito ao que o autor chamou de paisagens de exceção. É preciso chamar atenção para o fato de que, ao utilizar este termo, Ab'Saber não estava se referindo tão somente a fragmentos de natureza que se destacavam do ponto de vista estético, ou seja, a exceção não dizia respeito apenas a expressividade do ponto de vista visual, que as distinguiria das chamadas paisagens comuns. Ao mencionar exemplos de paisagens de exceção o autor fazia referência a morros testemunhos, relevos ruineformes, altos picos rochosos, domos de esfoliação, mares de pedra, *canyons* e furnas, formas *cársticas* (como cavernas e lapas), lajedos dotados de mini enclaves ecológicos, ilhas continentais, promontórios e pontas costeiras, estirâncios de praias (AB'SABER, 1977, p.6).

Alguns destes bens naturais carregam o sentido de paisagens excepcionais do ponto de vista formal e estético, tais como morros testemunhos, altos picos rochosos, conjuntos serranos, morros elevados, cachoeiras, entre outros. Entretanto, outros bens não têm necessariamente esse sentido. O autor chamava atenção para importantes fragmentos que testemunhavam dinâmicas e processos naturais, muitos sem qualquer valor estético excepcional, mas com profundo valor do ponto de vista científico, ou seja, para o conhecimento das transformações resultantes da formação da natureza da Terra. Lajedos dotados de mini enclaves ecológicos eram definidos pelo autor como "caprichos

da natureza", uma vez tratar-se de redutos de vegetação que são herança de condições climáticas existentes no passado geológico, aparecendo hoje como ilhas de vegetação aparentemente anômalas inseridas no interior de domínios de natureza totalmente diferentes (AB'SABER, 2003). Como exemplo citava o caso de redutos de cactáceas presentes em matacões graníticos no município de Salto, que o autor dizia encontrar-se, igualmente, desde o Uruguai e Rio Grande do Sul, em lajedos e frestas de rocha. Fragmentos que passam despercebidos ao olhar comum, mas que testemunham a capacidade de permanência e resistência biológica em diferentes climas, como destacou o autor.

Assim, no que diz respeito ao segundo critério, Ab'Saber propunha pensar o patrimônio natural a partir de sua concepção como *paisagens de exceção*, essas profundamente vinculadas a existência humana ao longo do tempo histórico.

> Já se disse que as paisagens de exceção constituem fatos isolados, de diferentes aspectos físicos e ecológicos inseridos no corpo geral das paisagens habituais. **Mais que isso, são referências para os homens desde a pré-história**. Servem, ainda, de referência para os que vierem muito depois de nós, caso sejam bem conservados e protegidos. (AB'SABER, 2003, p. 149, *grifo nosso*)

O terceiro critério de seleção para o patrimônio natural era reconhecer a importância do que o autor chamou de paisagens de substituição ou de elaboração mais ou menos artificial (Ab'SABER, 1977, p. 6). Como exemplo o autor indica velhos hortos florestais desativados, ilhas e glebas de colônias penais, fazendas e sítios. Percebe-se que nesse terceiro critério, o autor abre a perspectiva de pensar o patrimônio natural para além da natureza concebida como intocada ou como *wildeness*, nos termos da discussão de Diegues (1988). Ao contrário, Ab'Saber pensou a noção incorporando áreas profundamente transformadas ou agenciadas pelo trabalho humano, com significados vinculados a história dos grupos sociais e as diferentes formas de apropriação do território. Esse pensamento apareceu expresso no tombamento conduzido pelo autor junto ao Condephaat, do Horto Florestal de Rio Claro, um magnífico experimento de plantio de inúmeras espécies de eucalipto, para pesquisa e utilização na instalação das ferrovias no estado.

Apesar da grande importância teórica desse texto na conceituação e no estabelecimento de critérios para atuação em patrimônio natural, base para as políticas públicas neste campo até meados dos anos 1990, as práticas do órgão principalmente a partir dos anos 2000, ignoraram e negaram esses avanços conceituais.

## Natureza e história na experiência brasileira

Compreender a patrimonialização da natureza, no Brasil, passa ainda necessariamente por buscar um quadro geral que mostre como foi se constituindo essa experiência institucional. Isso porque foi a prática nos órgãos públicos que levou a construção da conceituação e não o seu contrário. Foi o desafio de lidar com novos e diferentes objetos, cada vez mais demandados pela sociedade civil, que foram organizados e construídos os conceitos, critérios e fundamentação, a partir também da contribuição gerada pela reflexão acadêmica.

Nesse sentido busca-se aqui olhar para esse quadro geral na tentativa de identificar tendências estabelecidas e novos significados que foram se agregando ao termo.

Para a abordagem das práticas federais, utiliza-se aqui o recente estudo elaborado por Pereira (2017), que sintetiza e avalia a trajetória do Iphan no que diz respeito ao patrimônio natural, a partir da análise dos processos internos do órgão. Para compreender esse quadro geral a ser apresentado, é preciso destacar que o autor constrói sua discussão com base nos dados sobre o tombamento de bens classificados como paisagísticos. Isso se deve ao fato de que, em 2011, no âmbito das discussões internas para criação de um banco digital de dados, o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), a instituição optou por incluir o patrimônio natural em uma categoria que foi denominada de Bens Paisagísticos. Junto com o patrimônio natural a instituição abarcou, também, como subcategoria, os chamados jardins históricos. Portanto, o que o Iphan denomina de bens paisagísticos, adquire aqui o significado de patrimônio natural, incluindo também os jardins históricos, já que se toma como fundamento a contribuição de Ab'Saber.

O universo de dados encontrados por Pereira (2017) diz respeito a quarenta e quatro tombamentos, em um período que abrange quase oitenta anos de trabalhos da instituição (1938-2008). Para o autor isso é revelador do pouco interesse do órgão no tombamento de bens paisagísticos, já que esse número corresponde a 5,4% do total do patrimônio cultural brasileiro tombado. Essa avaliação é corroborada pelo fato de que, no mesmo período, o número de processos abertos solicitando tombamento dessa categoria foi de 122, portanto, cerca de um terço do total resultou em tombamento.

Outra perspectiva de análise do autor diz respeito à distribuição geográfica dos bens paisagísticos tombados. O mapa do patrimônio elaborado pelo autor mostra uma extrema concentração de bens em três estados, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco,

representando 77% do universo total. Tal resultado assemelha-se a tendência já observada em Rubino (1996), sobre o conjunto dos tombamentos do Iphan entre 1938-1968, concentrado nos mesmos estados, o que levou a autora a concluir sobre um mapa desigual do patrimônio no Brasil.

Pereira (2017) argumenta ainda que, além de concentrado, o mapa dos bens paisagísticos tombados deixa de fora pelo menos quatorze estados brasileiros, os quais não têm nenhum tombamento nessa categoria. O autor destaca o caso do Rio Grande do Sul, um dos estados não contemplados com a proteção destes bens, onde se localiza uma das mais importantes florestas petrificadas do planeta, o sítio paleobotânico do Arenito Mata, que abriga gigantescos troncos de antigas espécies vegetais que foram mineralizados (SOMMER; SCHERER, 2004). O local tem grande importância como vestígio de eras geológicas passadas e associadas às mudanças paleoclimáticas que teriam ocorrido e influenciado o desenvolvimento de uma flora de coníferas na Bacia do Paraná. É inegável seu valor cultural, como documento que propicia o conhecimento sobre a história natural do território. Além disso, as comunidades locais, incluindo pesquisadores de geociências e até um pároco do município envolveram-se na luta pela sua preservação, mostrando o significado e reconhecimento social deste bem.

Quando se examina a trajetória desses tombamentos ao longo do tempo verifica-se que as dificuldades de consolidação e de reconhecimento institucional do patrimônio natural foram se ampliando com a passagem dos anos, desde a fundação do órgão. Se, no passado havia uma maior disposição e entendimento da relação indissociável entre natureza e cultura, nos anos mais recentes parece ter havido um retrocesso conceitual nos órgãos de preservação.

Observa-se esse fato quando se identifica o que foram os primeiros tombamentos desses bens no Iphan. Só no primeiro ano de atuação do órgão já se se encontram vários bens tombados no estado do Rio de Janeiro, tais como o Jardim Botânico, o Passeio Público, as Praias de Paquetá, a Ilha de Boa Viagem, em Niterói e o Parque do Palácio Imperial, em Petrópolis, todos em 1938. A Ilha de Boa Viagem é um exemplo significativo do tipo de abordagem inovadora para a época. Ela foi tombada como marco histórico e, ao mesmo tempo, marco natural de Niterói e da Baía de Guanabara. O tombamento poderia ter incidido apenas nas edificações históricas, no entanto, foi ampliado de forma a englobar toda a ilha que tem a forma de um rochedo íngreme, o qual se acessa o topo somente a partir de longa escadaria esculpida na rocha granítica. Destacava-se, também, seu papel como sítio estratégico e ponto privilegiado de observação da Baía

de Guanabara e sua função de centro de peregrinações dos homens do mar, com suas famosas festas religiosas que terminavam com uma pomposa procissão marítima[38].

A Ilha de Boa Viagem foi compreendida naquele momento como um patrimônio no qual a natureza - o rochedo de granito, de declividade acentuada e de situação espacial estratégica na Baía – aparecia indissociável da história e assim também ocorreu com os demais bens tombados indicados anteriormente.

Nos anos 1960, esses tombamentos ampliaram-se para outros estados como Minas Gerais (Serra do Curral, em 1960, e Pico do Itabirito, em 1962), Bahia (Gruta da Mangabeira, em 1962) e Ceará (Passeio Público de Fortaleza, em 1965). Esses tombamentos de patrimônios naturais podem ser lidos de duas diferentes formas: bens que se distinguem por suas formas naturais excepcionais e de destaque na paisagem, como são os casos da serra e do pico em Minas Gerais; ou então áreas naturais com valor simbólico ou de uso social intenso, como são os exemplos da gruta e do passeio público.

Nos anos 1970, uma novidade apareceu nesses dados: o tombamento de vários morros existentes na cidade do Rio de Janeiro, tais como Corcovado, Dois Irmãos, Babilônia, Cara de Cão, Urca, Pão de Açúcar e a Pedra da Gávea, desencadeado a partir de uma demanda local, ou seja, um movimento que reuniu moradores, artistas e intelectuais que se mobilizaram frente às ameaças de novas construções no topo do Pão de Açúcar, segundo Fonseca (1996). O interesse pelo tombamento dos morros foi justificado pelo seu papel referencial na imagem da cidade, como elementos constituidores do que se reconhecia como a cidade do Rio de Janeiro, mostrando a íntima relação entre a natureza e a vida humana.

Pereira (2017), em sua análise sobre a trajetória do Iphan destaca três diferentes momentos nesse conjunto de dados. Segundo o autor, no primeiro, que vai de 1938 até 1980, natureza e história eram reconhecidas como indissociáveis, muito embora a natureza fosse vista em seu aspecto estético ou como beleza excepcional. Os exemplos apresentados até aqui ilustram essa questão.

No segundo momento, 1981 a 2005, o autor afirma que a natureza passou a ser incorporada à noção, agora ampliada e renovada, de patrimônio cultural. Segundo Pereira, ocorre nesse período uma mudança significativa em relação ao tema, com a criação da Coordenadoria do Patrimônio Natural, em 1985. Além disso, o autor ressalta uma série de debates patrocinados pelo órgão, sobre o patrimônio natural, que foram

[38] Informação constante no portal do Iphan, Arquivo Noronha Santos. Disponível em: portal.iphan.gov.br/ans. Acessado em 17/03/2017.

posteriormente publicados em vários números da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, tais como os n$^{os}$ 19, 21 e 22, respectivamente relativas aos anos 1984, 1986 e 1987.

O papel da coordenadoria foi fundamental na tentativa de consolidar uma atuação nesse campo. A partir dela foram elaboradas as *Diretrizes para a Análise e a Classificação do Patrimônio Natural*, documento no qual se reconhece que o órgão estava, até então, desconsiderando sua responsabilidade legal na preservação deste (RIBEIRO, 2007).

Foi aberto, nesse período, o maior número de estudos de tombamento, trinta e quatro, na década de 1980, e vinte e cinco, na década de 1990, entretanto, poucos deles foram efetivamente tombados, apenas nove. Isso mostra que, se de um lado ampliava-se a demanda social pelo reconhecimento do patrimônio natural no Brasil, de outro lado, a instituição não conseguia dar resposta à altura a essa demanda. Os tombamentos nesse momento - Serra de Monte Santo (BA), Morro do Pai Inácio (BA), Serrotes de Quixadá (CE), Sítio Burle Marx (RJ), Maciço Rochoso do Dedo de Deus (RJ), Parque Zoobotânico Emílio Goeldi (PA), Serra da Barriga (AL), Parque Estadual do Cabo Branco (PB) e Floresta Fóssil do Rio Poti (PI) – mostram uma nova característica em relação ao período anterior, uma vez que se aproximam mais dos valores ecológicos e científicos, ainda que o atributo estético esteja marcadamente presente. Outro aspecto que chama a atenção é o fato de que alguns desses tombamentos se referiram a áreas naturais com profundo significado simbólico, como lugar de devoção e peregrinação, como o caso da Serra de Monte Santo, ou como marco referencial para a luta dos grupos minorizados, como é o caso da Serra da Barriga (BA), local onde se fundou o Quilombo dos Palmares, patrimônio representativo da luta do movimento negro.

O terceiro período, de 2005-2017, é demarcado por Pereira (2017), a partir da consolidação do processo de descentralização administrativa do órgão, com a criação de superintendências em todos os estados da federação. Isso fez parte de uma política de patrimônio cultural que assumiu a necessidade de “ampliação do estoque patrimonial” e de busca de maior representatividade territorial do patrimônio e, neste sentido, as superintendências foram estimuladas a empreender novos estudos de tombamento, almejando tornar o patrimônio nacional mais plural e democrático (VIEIRA FILHO, 2011). Assim se explicam tombamentos como o dos Lugares Indígenas Sagrados denominados Kamukuwaká e Sagihenku (vários municípios/MS), Encontro das Águas (Manaus/AM), Campo de Santana (RJ/RJ) e Jardim de Burle Marx (Recife/PE), conforme destaca Pereira (2017).

Não obstante aos avanços desse momento, em 2013, a reforma administrativa interna ao órgão foi responsável pela extinção da Coordenadoria de Patrimônio Natural, enfraquecendo os trabalhos nesse campo. Se as dificuldades de encaminhamento da proteção do patrimônio natural eram muitas até então, devido à exiguidade de corpo técnico especializado na questão, a extinção da coordenadoria colocou em crise este campo de atuação. Soma-se a isso as dificuldades em algumas superintendências estaduais de compreenderem a importância e pertinência desse trabalho, além de suas especificidades que pedem necessariamente um olhar para além do estético.

Como exemplo dessa dificuldade pode-se citar o tombamento, pela superintendência de São Paulo, das edificações projetadas por Oscar Niemeyer para o Parque do Ibirapuera. O tombamento desconsiderou o significado representado pelo parque para os eventos de comemoração do quarto centenário de fundação da cidade de São Paulo. As edificações seriam parte do conjunto que, integrando-se ao paisagismo, conformariam aquele que foi considerado o presente para os paulistanos, nessa ocasião comemorativa. No entanto, o tombamento restringiu-se somente ao edificado, abstraindo a história e o espaço.

## Patrimônio natural e práticas socioespaciais em São Paulo

Conforme já foi dito, a experiência inédita levada a cabo em São Paulo, pelo Condephaat, foi responsável pelo avanço conceitual e prático no que diz respeito à patrimonialização da natureza.

Os trabalhos começaram nos primeiros anos de atuação do órgão, com tombamentos importantes e ousados como o da Pedreira de Varvito (1974), ou o do Maciço da Jureia (1979). Inéditos em sua formulação, já que a justificativa para o tombamento da pedreira atrelou a rocha varvito ao seu uso na arquitetura e urbanismo da cidade, tornando um caso pioneiro de incorporação de monumentos geológicos ao *corpus* patrimonial. Já o tombamento do Maciço da Jureia se deu em um momento de intensas disputas em um dos setores mais preservados do litoral, e que contrapôs, lado a lado, interesses do mercado imobiliário e o projeto do governo durante a ditadura militar, de instalação de usinas nucleares na área. O tombamento foi fruto de intensa mobilização de grupos locais para a sua efetivação, sendo inclusive anterior à criação da unidade de conservação na categoria Estação Ecológica da Jureia-Itatins, que se deu por decreto, em 1986.

Quadro 2: Demandas sociais por tombamento de patrimônios naturais no Condephaat. Fonte: Processos Condephaat. Organizado por Simone Scifoni.

| Ano | Sujeitos da mobilização pelo tombamento | Bem tombado |
|---|---|---|
| **1973** | Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém | Maciço da Juréia |
| **1978** | Associação Paulista de Proteção à Natureza; Sociedade Botânica do Brasil; Movimento de Arregimentação Feminina; Sociedade Brasileira de Paisagismo | Reserva Florestal do Morro Grande |
| | | Pico do Jaraguá |
| | | Serra da Cantareira e Horto Florestal |
| **1978** | Sociedade Amigos do Guaiuba | Morro do Icanhema, do Pinto e do Munduba |
| **1982** | Pedra Grande Inter-Ação Ecológica de Atibaia | Serra de Atibaia |
| **1982** | Moradores dos arredores da Serra do Voturuna | Serra do Voturuna |
| **1983** | Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), seção Guarujá | Morro do Botelho |
| **1983** | OIKOS; Comissão de Meio Ambiente da OAB; Associação em defesa do parque da Aclimação | Parque da Aclimação |
| **1983** | Moradores da Vila Mariana | Casa Modernista |
| **1983** | Comissão Pró-Paranapiacaba; Associação de Engenheiros e Arquitetos do ABC | Vila e Serra de Paranapiacaba |
| **1983** | Movimento Pró Conservação da Casa Modernista e área verde | Casa Modernista |
| **1985** | Sociedade Amigos do Jardim Europa e Paulistano | Bairros dos Jardins |
| **1986** | Movimento Ecológico de São Bernardo | Haras São Bernardo |
| **1988** | Grupo Mata Adentro Ecologia (Grupo Mãe) | Serra do Guararu |
| **1988** | Movimento Social Pró Verde e Associação Amigos do Parque do Povo | Parque do Povo |
| **1988** | MDV – Movimento em Defesa da Vida | Vale do Quilombo |
| **1989** | Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) | Chácara Tangará |
| **1990** | Assuapi (Associação de Usuários e Amigos do Parque do Ibirapuera); Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas | Parque do Ibirapuera |

Uma característica marcante dessa experiência de patrimonialização da natureza em São Paulo é o atendimento às mobilizações e demandas sociais que se colocaram como presentes, desde o início da década de 1970. Ou seja, o que configurou, durante muito tempo, como política de proteção ao patrimônio natural foi um certo caráter participativo dado pela compreensão da necessidade de escuta das demandas sociais e da postura de preservar aquilo que a sociedade indicava como representativo de sua ação, memória e identidade. Os primeiros grupos sociais a se organizarem e demandarem o tombamento do patrimônio natural foram entidades do movimento ambientalista, associações profissionais e de bairros, como se vê no quadro anterior.

Dentre os fatores motivadores de tais pedidos destacam-se as ameaças de redução de áreas verdes, a perda de uso coletivo de alguns espaços, as pressões do mercado imobiliário. Assim, o tombamento é visto pelos grupos sociais como um instrumento capaz de atender às demandas por proteção dos suportes físicos de memória e identidade, mas também, consequentemente, garantir uso, fruição e apropriação social dos espaços da cidade que compõe a experiência de um viver coletivo.

É importante, mais uma vez, enfatizar que a dimensão do patrimônio natural que se apresenta nessas experiências é da natureza profundamente ligada às práticas socioespaciais e à história da apropriação e construção de um território, elementos essenciais que diferenciam as áreas naturais tombadas de outras unidades de conservação protegidas por critérios que são os da biodiversidade.

Foi a experiência social de mobilização e luta que identificou no tombamento do patrimônio natural um caminho possível para garantir que referenciais dessa natureza entendida como memória social fossem resguardados como documento da própria história da cidade. Mas foi também a compreensão daqueles que ali estavam na condução da instituição pública que permitiu que isso se concretizasse como uma política de cultura. O tombamento da Casa Modernista e sua área verde é um bom exemplo dessa afirmação. A força da mobilização dos moradores do bairro da Vila Mariana, onde se localiza a casa, conferiu legitimidade social para tomada de decisão favorável. No entanto, foi no interior das políticas que se construiu a narrativa que permitiu dar legitimidade técnica-conceitual à incorporação da área verde no tombamento daquele exemplar pioneiro de arquitetura modernista paulista. Sobre essa narrativa justificadora, é bom lembrar as palavras do Prof. Antônio Augusto Arantes, antropólogo e então presidente do Condephaat em 1984:

> Justifica-se a preservação desse bosque porque ele **é parte integrante do bem** que estamos considerando, integração essa que foi gerada pelas histórias convergentes de dois bens inicialmente contíguos. Separar as duas partes seria mutilar o que hoje se apresenta como unidade. (ARANTES, 1984, p. 482, *grifo nosso*)

Dessa experiência institucional de quarenta e sete anos de atuação tem-se hoje um universo de quarenta bens que compõem o chamado patrimônio natural tombado no estado de São Paulo, número muito próximo ao que o Iphan apresenta em quase oitenta anos de atuação no país todo, o que demonstra a importância de se estudar e conhecer a fundo os detalhes dessa política.

O quadro a seguir apresenta esse conjunto de dados distribuídos por tipologias do patrimônio natural. A classificação leva em conta os atributos naturais entendidos como mais relevantes na construção das narrativas justificadoras da atribuição de valor.

Nesse sentido verifica-se que houve, ao longo do tempo, uma ênfase maior ao tombamento de espaços públicos arborizados, a maior parte deles inseridos no interior de áreas densamente urbanizadas. Outra tipologia bastante contemplada diz respeito ao patrimônio geomorfológico do estado, representado em seus conjuntos serranos de

maior extensão como a Serra do Mar, mas também aqueles mais localizados, como a Serra de Atibaia e do Voturuna, além de morros característicos do que Ab'Saber chamou de paisagens de exceção, como o Pico do Jaraguá.

Quadro 3: Patrimônio natural tombado em São Paulo (até 2018). Fonte: Condephaat. Organizado por Simone Scifoni.

| Tipologia (quantidade) | Área tombada |
|---|---|
| **Parques e Áreas Verdes (17)** | Bosque dos Jequitibás, Parque das Monções, Parque da Independência, Horto Florestal Rio Claro, Reserva Florestal de Morro Grande, Jardim da Luz, Parque Siqueira Campos, Mata Santa Genebra, Parque da Aclimação, Casa Modernista, Haras São Bernardo, Parque do Ibirapuera, Chácara Tangará, Parque da Água Branca, Parque do Povo, Praça Dom José Gaspar, Parque Estadual das Fontes do Ipiranga. |
| **Morros e Serras (12)** | Maciço da Juréia, Parque Estadual do Jaraguá, Serras do Japi, Guaxinduva e Jaguacoara, Serra de Atibaia, Serra do Voturuna Reserva Est. da Cantareira e Horto Florestal, Morro do Botelho Serra do Mar, Morros do Icanhema, do Pinto e do Monduba, Serra do Guararu, Morro Juquery, Serra do Itaqui. |
| **Monumentos geológicos (3)** | Pedreira de Varvito, Rocha Moutonnée, Cratera de Colônia |
| **Bairros jardins (2)** | Jardins, Pacaembu |
| **Mananciais (2)** | Vale do Quilombo, Nascentes do Rio Tietê |
| **Paisagens envoltórias de núcleos urbanos e/ou edificações/monumentos (4)** | Vila de Picinguaba, Vila de Paranapiacaba, Caminho do Mar, residência de Olivo Gomes e parque ajardinado. |
| **Ilhas (1)** | Ilhas do litoral paulista |

Do quadro geral apresentado conclui-se que a faixa litorânea recebeu maior atenção nas políticas públicas do que o interior do estado, sendo essa característica comum ao conjunto do patrimônio cultural paulista, predominantemente concentrado na região metropolitana de São Paulo, Baixada Santista e Vale do Paraíba. A distribuição geográfica, no entanto, não significa a ausência de bens naturais a serem reconhecidos e protegidos em grande parte do território paulista, mas, ao contrário, a necessidade de interiorização das ações visando ampliar a representatividade desta proteção para todo o estado.

Não obstante a importância dessa experiência e o avanço conceitual alcançado, a partir dos anos 2000, identifica-se um retrocesso nas políticas de proteção do patrimônio natural, configurando os atuais limites em sua atuação.

## Anos 2000 e os desafios atuais da patrimonialização da natureza

Muito embora tenha se consolidado, entre as décadas de 1970 e 1980, o campo da proteção do patrimônio natural como parte integrante do universo das políticas de cultura, o tratamento dispensado contemporaneamente a esse tema, no interior das mesmas instituições, revela um profundo desconhecimento sobre a história dessas práticas e de sua construção conceitual. Contraditoriamente, as instituições as quais cabe a tutela dos bens portadores da memória social são aquelas nas quais se dá um apagamento da memória institucional.

Em relação às políticas públicas no estado de São Paulo, tal apagamento se dá desconsiderando tanto os instrumentos legais criados, como também ignorando a *expertise* constituída ao longo do tempo, pelos profissionais desse campo. Os dados relativos ao número de tombamentos de patrimônios naturais, bem como a análise de sua documentação, são significativos dos atuais processos em curso, que associam lado a lado a exclusão do patrimônio natural das políticas do órgão e a flexibilização, desregulamentação e ajuste do patrimônio a determinados interesses políticos e econômicos.

No que diz respeito ao primeiro processo, vê-se claramente uma redução drástica de áreas naturais tombadas, a partir dos anos 2000, o que contrasta com a grande expansão durante os anos 1980. É significativo que, entre os anos 1995 a 2002, não tenha sido realizado nenhum tombamento de áreas naturais, o que indica o início desse processo de exclusão. Os dois tombamentos realizados no período 2002 a 2012 referem-se ao Morro do Juquery, em Mairiporã, e a Cratera de Colônia, em Parelheiros, capital, ambos com estudos finalizados em 1995. Nos dois casos, a normativa legal que efetiva tal proteção, ou seja, a Resolução de Tombamento somente foi editada em 2003, transcorrendo, portanto, um período de oito anos para a sua concretização.

Tabela 1: Patrimônios naturais tombados por período (1969-2018). Fonte: Condephaat. Organizado por: Simone Scifoni

| Períodos | Número |
|---|---|
| 1969-1979 | 7 |
| 1980-1990 | 19 |
| 1991-2001 | 7 |
| 2002-2012 | 2 |
| 2013-2018 | 4 |

Mais recentemente, o período 2013-2018 pode dar a falsa impressão de retomada desse trabalho, já que se têm quatro novos patrimônios naturais tombados.

Sobre esses bens, a Praça Dom José Gaspar (capital) e o parque ajardinado da Residência de Olivo Gomes (São José dos Campos), verifica-se que ambos dizem respeito à incorporação de espaços ajardinados a partir de tombamentos que objetivaram outros bens. O primeiro, diz respeito à Biblioteca Mario de Andrade e o segundo à residência projetada por Rino Levi para o proprietário da Tecelagem Parayba. Nesse sentido, no bojo da atribuição de valor a patrimônios edificados, foi estendida a proteção ao patrimônio natural.

Outro exemplo de tombamento nesse período e que chama bastante atenção é o da chamada Serra do Itaqui (Santana do Parnaíba, Barueri e Itapevi), realizado por meio de resolução de 2016. O processo foi aberto em 2000, a pedido da Sociedade Amigos de Aldeia da Serra e dizia respeito aos remanescentes florestais situados no entorno daquele loteamento. Não se tratava efetivamente da Serra do Itaqui como objeto de proteção, de maneira semelhante a outros tantos tombamentos de serras ou morros, em que se dá destaque ao patrimônio geomorfológico. O pedido dizia respeito às manchas arbóreas fragmentadas e situadas nas imediações do loteamento Aldeia da Serra, um empreendimento de alto luxo, murado e fechado, dos mais representativos do que Caldeira (2003) chamou de enclaves fortificados.

Questiona-se a prioridade dada a esse único caso nessa última década, frente aos inúmeros outros pedidos de tombamento de áreas naturais existentes no órgão. Estranha-se, também, que esse tombamento tenha recebido a denominação equivocada de Serra do Itaqui, quando na verdade o objeto de proteção e de atribuição de valor não é a serra. Entende-se que a denominação de Serra do Itaqui visa dissimular os reais propósitos desse tombamento, que foi atender aos interesses dos moradores do loteamento que se viam ameaçados pelo que chamaram de “grande número de construções que estão surgindo de forma desordenada” (CONDEPHAAT, 2000, p. 142).

Uma surpresa recente foi a finalização do estudo de tombamento do Parque Estadual Fontes do Ipiranga, onde se encontram as nascentes do Riacho do Ipiranga, o Jardim Botânico e Zoológico de São Paulo, além do Parque Cientec (Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade de São Paulo), na capital paulista. O estudo foi aberto em 1994 e permaneceu paralisado por mais de vinte anos. A finalização por parte da equipe técnica deu-se em 2017, ano de seu tombamento. Lamentavelmente o estudo não se aprofundou na problemática da verticalização de sua área envoltória, que vem se acentuando na última década e, portanto, desistiu-se de estabelecer critérios para uso e ocupação do entorno. Considerou-se que a área envoltória já estava comprometida, mesmo não havendo um estudo específico que comprovasse tal fato. Isso reforça a

importância de profissionais com formação em patrimônio natural dentro do corpo técnico, uma vez que se observa a diferença de rigor de análise de intervenções em área envoltória entre os bens arquitetônicos e as áreas naturais.

As políticas públicas paulistas dos anos 2000 mostram, assim, incoerências e contradições já que além de casuísmo do exemplo acima, busca-se paralelamente desconstruir a legitimidade da tutela legal, a partir de discursos jurídicos superficiais e argumentos primários, como aquele que alega a sobreposição de atuação do órgão de patrimônio em relação às atribuições dos órgãos do controle ambiental. O objetivo é explícito: esvaziar todo o esforço constituído nessas mais de quatro décadas de atuação, delegando o licenciamento de intervenções desse conjunto patrimonial à Secretaria de Meio Ambiente do Estado. O que se encontra por trás dessas iniciativas é a necessidade de ajustar as políticas de patrimônio a determinados interesses políticos e econômicos, os quais podem ser comprometidos por decisões tomadas na esfera do patrimônio cultural.

O ajuste do patrimônio é algo relativamente novo que acontece nas políticas de patrimônio cultural, precisamente desde o começo desse século, porém o debate acadêmico sobre as ações do Condephaat na contemporaneidade, não tem se interessado pelo tema.

No que consiste tal ajuste? Este compreende um conjunto de mecanismos por dentro do Estado e por meio dele com o objetivo de viabilizar a aprovação de empreendimentos privados e grandes projetos públicos que, pelas práticas institucionais apoiadas na *expertise* no campo do patrimônio ou pelo *corpus* legal, não seriam possíveis antes. Assim, o ajuste permite produzir legalidade onde antes não existia a possibilidade e, com isso, viabilizar negócios privados e projetos estatais.

Concretamente ele aparece quando se altera uma resolução de tombamento ou apenas alguns de seus artigos que impossibilitam a aprovação das intervenções. Mas também, se configura de maneira mais sutil quando a aprovação se dá ignorando os requisitos legais indispensáveis, o que em linguagem jurídica significa ao arrepio da lei.

O ajuste implica em superar o obstáculo do *corpus* legal que protege o patrimônio, flexibilizando-o.

Isso aconteceu, por exemplo, com o tombamento da Serra do Mar, cujas *Normas, Diretrizes e Recomendações Preliminares*, utilizadas em 13 anos de licenciamento de intervenções nesse bem tombado foram sumariamente arquivadas e declaradas sem validade jurídica, no ano de 2000. Tal decisão foi construída dentro do órgão no âmbito

da aprovação de um empreendimento do Grupo Silvio Santos, no Guarujá, inviabilizado inicialmente por um dos itens daquela normativa.

Outro exemplo ocorreu em 2003, com a aprovação do Auditório da Tim, no Parque Ibirapuera. A resolução de tombamento explicitamente impedia novas construções e o Condephaat chegou a cogitar a alteração dos termos dessa normativa, entretanto a solução encontrada foi alegar que a nova construção já estava contemplada no projeto original de Oscar Niemeyer. A justificativa é no mínimo estranha, uma vez que não se tombou o projeto, mas sim as edificações existentes; entretanto a alegação foi um desvio para garantir a aprovação.

Esses dois exemplos não configuram casos isolados, são apenas a ponta do iceberg a ser descortinado ainda e que requerem aprofundamento e continuidade de pesquisas junto à instituição. O cenário atual das políticas pede que novos pesquisadores se engajem no desafio de compreender as problemáticas atuais. Sem o desvendamento dessa realidade, de seus limites atuais e das possibilidades de atuação, não haverá por muito mais tempo esse profícuo campo de abordagem integrada da natureza e da cultura. Este artigo pretende ser, também um convite para que mais pesquisadores participem deste debate.

## 2.2 - Um parque na centralidade da metrópole paulistana: sociabilidades em dois tempos[39]

Lugar de encontro e troca social, ou de lazer e recreação, mas também de simples contemplação, fruição e descanso; todos esses usos qualificam os parques urbanos, quer em sua concepção instrumental legal, quer em sua fundamentação conceitual. As primeiras iniciativas instituídas na capital paulista de implantação de tais espaços, os quais mais tarde foram transformados em parque, estão relacionadas a criação de Jardins Públicos, como experimentos botânicos, mas que também absorveram a função de associar a natureza e convívio social (SEGAWA, 1996). Mais tarde e, contemporaneamente, esses espaços adotaram maior ênfase nas práticas esportivas, ganhando nova materialidade, mas ainda tendo em sua essência a associação entre a natureza organizada pelo homem e o uso social (BARTALINI, 1999; KLIASS, 1993; MACEDO & SAKATA, 2002) Entretanto, cabe perguntar: nesse percurso histórico de transformação de materialidades que acompanham as mudanças na cidade, como se configuraram as sociabilidades?

A proposta deste artigo é, a partir do exame de um parque em específico, situado na nova centralidade espacial dos negócios e do terciário moderno da metrópole paulistana, responder a essa questão maior, colocando em debate as mudanças de sociabilidade que acompanham e refletem as transformações da própria sociedade urbana. Neste caso em estudo, as mudanças na materialidade se dão frente à funcionalização do espaço público e a sua adequação às exigências e interesses específicos da valorização do espaço. Tais transformações têm como significado o empobrecimento do vivido, a perda da festa popular e profana, a expropriação do uso espontâneo do espaço e do tempo pelo corpo, o que resulta, em última instância da instituição do lazer programado e autonomizado, na vitória da propriedade e do espaço concebido pelo urbanismo segregador.

Para a compreensão e análise dessas diferentes formas de sociabilidades utiliza-se aqui a teoria do cotidiano de Henri Lefebvre (1991), que coloca lado a lado dois conceitos centrais: cotidiano e cotidianidade.

O caminho seguido pela discussão inicia-se mostrando a constituição e a origem desse espaço que se tornou um parque urbano de fato, ainda que lhe faltasse a

[39] SCIFONI, Simone. *Un parc au centre de la métropole de São Paulo: la sociabilité en deux temps.* In: SCHPUN, Monica Raisa.; MARINS, Paulo Cesar Garcez (org). Jardins et sociabilités. Resultado do Colóquio Internacional Jardins e Sociabilidade, realizado em 2018 no Museu Paulista. No prelo.

institucionalização. Busca-se apresentar as formas de sociabilidade que estão na origem do parque, fundadas inicialmente no uso popular e em práticas culturais ligadas ao futebol amador e que estruturaram a vida social do bairro, cuja centralidade se dava nesse parque. Quem usava e como se dava esse uso do parque? Qual a sua relação com o bairro e com a cidade? A partir do conceito de cotidiano discutido por Henri Lefebvre, é possível ver no jogo, ou seja, nessa prática cultural, a riqueza escondida sob aparente pobreza e descobrir na trivialidade e no ordinário, o seu conteúdo extraordinário: a apropriação espontânea do espaço e do tempo, que se dá pelo corpo, que responde pela criação de um mundo prático-sensível.

Como o intuito é contrapor diferentes formas de sociabilidade, o artigo colocará em evidência, no momento seguinte, as transformações operadas nesse espaço no sentido de ajustá-lo às exigências da economia política do espaço, frente a produção de uma nova centralidade metropolitana, consolidada por um urbanismo que destruiu a vida de bairro, conforme analisou Carlos (2001). Neste sentido, é apresentada a nova forma de sociabilidade que se configura como uma relação entre iguais, portanto, empobrecida pela perda da possibilidade e da presença do diferente, uma sociabilidade programada e excludente, que se cria a partir do domínio, do controle, da regulação e da organização do corpo no espaço e da planificação do lazer e da recreação. Trata-se de compreender essa nova forma de relação a partir do conceito de cotidianidade (LEFEBVRE, 1991).

A área verde em questão é o Parque do Povo, inaugurado em 2008 e então rebatizado de Parque Mario Pimenta Camargo. Apesar de oficialmente criado somente nesse ano, o Parque do Povo, como ficara popularmente conhecido, tem sua origem e existência desde os anos 1930, ligada às práticas de futebol de várzea que se davam em terrenos públicos desocupados, oriundos do processo de retificação do Rio Pinheiros, naquilo que era o limite oeste da área urbanizada. Por esta razão e tendo em vista a sua situação residual na cidade foi tombado como patrimônio cultural em 1995, pelo órgão estadual, o Condephaat, como o lugar das práticas culturais populares.

## A várzea, o parque e os bairros do fim da cidade

Conforme Segawa (1996), o aproveitamento de terrenos ruins como áreas alagadiças afastadas da cidade, ensejou em Londres a conformação dos primeiros passeios públicos no início do século XVII, consolidando um uso social que já estava dado por meio de práticas esportivas e do caminhar. Já em São Paulo, via de regra e

com raras exceções[40], as extensas várzeas dos principais rios da cidade não receberam tais melhoramentos urbanos por parte do poder público, permanecendo como espaços vazios até meados do século XX, o que testemunha sua condição à margem da urbanização.

A urbanização na capital paulista ao evitar, durante muito tempo, os terrenos alagadiços das várzeas, fez com que esses grandes espaços vazios fossem sendo destinados a outros usos. Um desses era o aproveitamento dos recursos naturais, a argila e areia para a construção civil, materiais típicos que ocorriam nas várzeas, como se lê nos trechos a seguir, que tratam da origem do bairro do Itaim Bibi, onde se localiza o Parque do Povo.

> Um imenso capinzal estendendo-se pelas duas margens do rio que o percorria descrevendo curvas caprichosas; de vez em quando alguma olaria, desprendendo uma fita de fumaça para o céu, ladeada por fileiras uniformes de telhas e tijolos secando ao sol, a espera de serem queimados; com certa frequência surgiam os portos e suas instalações para a secagem e peneiramento da areia, e a fila de caçambas que a recolhiam e transportavam para as construções; no rio batelões cheios de areia, navegando vagarosamente em direção ao porto - eis a várzea. (LOPES; TOLEDO, 1988, p.23)

Esse quadro descrito muda a partir das obras de retificação e canalização desses rios, que resultou na incorporação da várzea como terra urbana e pôs fim a estas atividades exploratórias. De acordo com essas mesmas autoras, a intervenção no leito do rio impediu a continuidade do trabalho dos barqueiros que extraiam areia do leito e determinou o fechamento dos portos de areia que atuavam no curso do Rio Pinheiros, a partir de 1938. Segundo Odette Seabra (1987), a retificação executada pela empresa canadense *The São Paulo Ligth and Power* foi conduzida no período de 1938 a 1958, resultando na eliminação das curvas desse rio, o que viabilizou a criação da terra como mercadoria. Ou seja, a retificação disponibilizou terras, posteriormente comercializadas, naquela que é a planície de inundação, domínio natural do rio que, anualmente, recebe as águas extravasadas das cheias, resultando em enchentes.

Essa planície de inundação, chamada popularmente de várzea, correspondia a uma larga zona de banhados marginais e meandros abandonados, alguns formando lagoas em forma de ferradura, como é possível identificar na cartografia da empresa

[40] Como exceções podem ser citados o Vale do Anhangabaú e a Várzea do Carmo, que receberam melhoramentos para a constituição de jardins ou parques públicos nos séculos passados. Mesmo assim, ambos não se consolidaram na passagem do tempo, tendo vida curta em relação à trajetória da cidade.

Sara Brasil (1930). As obras de retificação do Rio Pinheiros readequaram o canal junto à margem esquerda, o que possibilitou liberar enormes áreas da planície para a margem direita do vale, as quais foram incorporadas aos bairros residenciais, conforme explica Aziz Ab'Saber (1957).

Assim foi com as terras do Parque do Povo e o bairro do Itaim Bibi, além dos vizinhos, Vila Olímpia e Vila Funchal. Anteriormente, as ruas do bairro do Itaim Bibi terminavam no leito do rio e a atual área do parque ficava na outra margem, sendo necessário atravessar o rio para acessá-la. Após as obras de retificação, as terras utilizadas rotineiramente para a prática do futebol ficaram mais acessíveis, o que certamente fomentou o uso da área e o crescimento da implantação dos campos de futebol.

Segundo estudo do Condephaat (1988), o primeiro registro do uso daquelas terras para a prática do futebol é de 1934, quando se instalou ali o Marítimo Futebol Clube. Originariamente esse clube tinha sua sede no miolo do bairro do Itaim Bibi e a transferência para o parque foi garantida por meio da autorização para uso da área, emitida pelo então proprietário, o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários (IAPC). Fundado por barqueiros que exploravam areia no Rio Pinheiros, o Marítimo se consolidou como o clube que permaneceu por maior tempo na área do Parque do Povo.

A origem do parque foi, assim, resultado de uma ocupação espontânea de um grande vazio deixado na cidade, um extenso terreno no qual, durante anos, só se depositou terra, areia e entulho oriundos da retificação do Rio Pinheiros. A ocupação do terreno se deu a partir do momento em que alguns clubes se organizaram para realizar melhorias, como o aplainamento necessário ao jogo de bola.

A retificação do rio proporcionou a urbanização desses trechos que, a oeste, correspondiam aos confins da cidade, estimulando também o crescimento dos bairros, o que ocorreu, no entanto, muito lentamente. Na década de 1930, o Itaim Bibi era um embrião de bairro, formado a partir do retalhamento de chácaras. Apesar da maior parte das ruas atuais já constarem da planta da empresa Sara Brasil, de 1930, a ocupação dos lotes era muito rarefeita. Os primeiros moradores destes loteamentos recém-abertos eram imigrantes italianos que trabalhavam como pequenos comerciantes, empregados do comércio ou trabalhadores de ofício como carpinteiros e marceneiros, constituindo-se, assim, em um bairro de perfil popular. Os lotes eram baratos e foram comprados a prazo, pagos em mais de duas décadas.

À medida que a industrialização da cidade foi se intensificando, o bairro também foi se adensando, pelo preço barato de seus terrenos e isso foi reforçando esse caráter

popular. Segundo Lopes e Toledo (1988), o futebol foi se tornando a mais importante atividade social e recreativa do bairro. A partir dos anos 1940, tem-se o registro de mais clubes que tinham seus campos no Parque do Povo, sendo eles o Grêmio Esportivo Canto do Rio, o Marechal Floriano Futebol Clube, a Associação Atlética Flor do Itaim e o Grêmio Esportivo Itororó. Não foi possível encontrar, na documentação existente, o momento preciso em que a área recebeu essa denominação de parque, qualificada a partir desse uso popular. Na cartografia existente, esses trechos estão representados muitas vezes como um vazio, outras vezes, indicando a presença de campos de futebol. Infere-se que a atribuição dessa denominação deve ter surgido espontaneamente e informalmente no próprio bairro, consolidando-se no tempo, como forma de referência espacial. A toponímia da cidade traz essa marca de espaços que recebem denominações populares, em função do uso e que acabam posteriormente sendo oficializados.

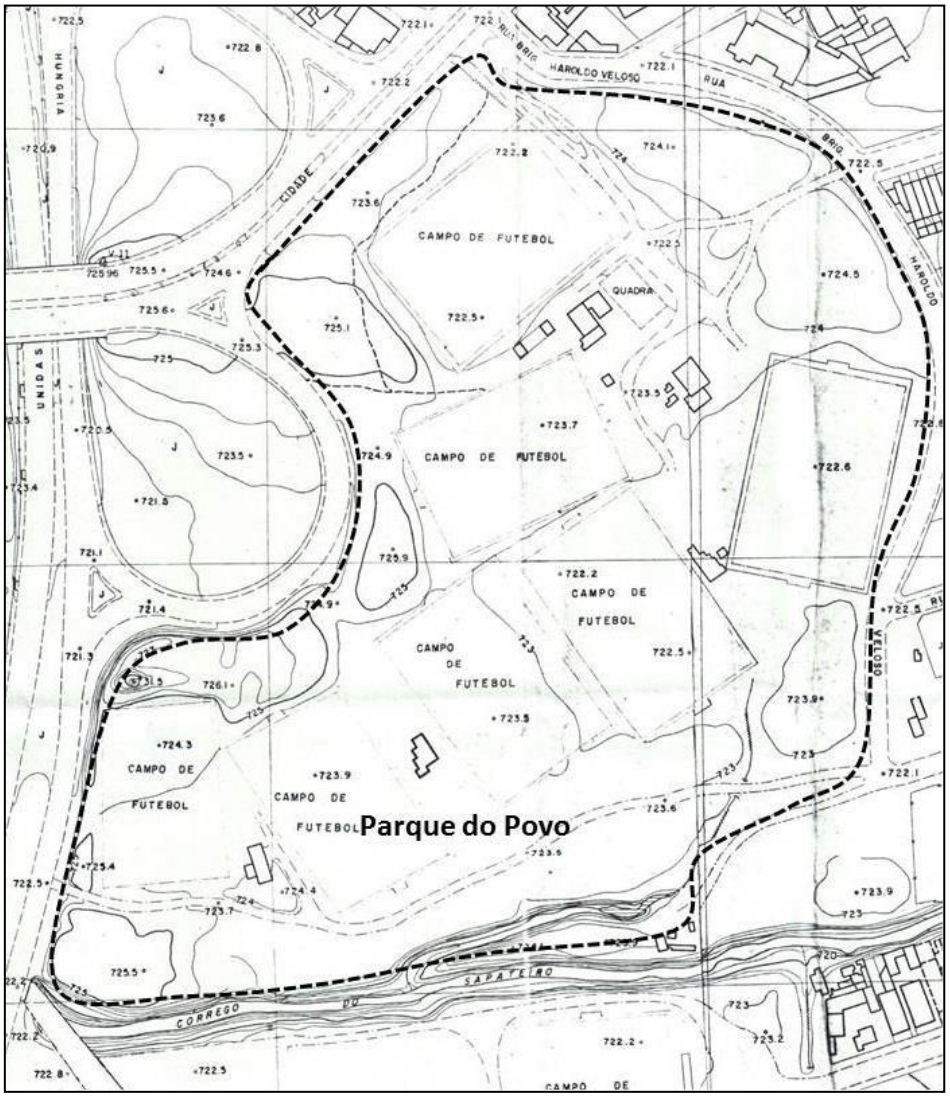
De acordo com Seabra (2001), nesse momento, a cidade vivia uma profusão de times e clubes varzeanos, evidenciando a transformação social profunda nas práticas esportivas: da origem ligada às elites paulistanas às ruas e campos de terra dos bairros populares. Eram times de fábricas, de bairros, de lojas, de escola; o futebol amador tornara-se uma febre popular que se espalhava, consolidando a vida social nos bairros. As lembranças de velhos, colhidas por Bosi (2010), sinalizam para a grande dimensão que o futebol de várzea teve no cotidiano na cidade de São Paulo, com campos espalhados pelos bairros mais populares, onde se concentrava a população trabalhadora das indústrias.

> As várzeas tiveram um papel importante na história paulistana. Quando o sr. Amadeu era menino “tinha mais de mil campos de várzea. Na Vila Maria, no Canindé, na várzea do Glicério, cada um tinha mais ou menos cinquenta campos de futebol. Penha, pode por cinquenta campos. Barra Funda, Lapa, entre vinte e 25 campos. Ipiranga, junto com Vila Prudente, pode por uns cinquenta campos. Vila Matilde, uns vinte. Agora tudo virou fábrica, prédios de apartamentos. O problema da várzea é o terreno. Quem tinha um campo de sessenta por 120 metros acabou vendendo pra fábrica. (BOSI, 2010, p.449)

Na várzea do Rio Pinheiros, junto a área que ficou conhecida como Parque do Povo vários documentos cartográficos, entre plantas ou fotografias aéreas, registram em diferentes momentos essa distribuição dos campos que foi mudando com o passar dos anos. Na fotografia aérea de 1962, eram 14 campos, parte deles situado ao sul do

Córrego do Sapateiro[41]. Cerca de dez anos depois, em 1972, a cartografia da Emplasa registra um número menor, de sete campos, como se verifica na imagem a seguir.

Figura 1: Cartografia oficial de 1972 na qual foi assinalada a área do Parque do Povo.




Fonte: Imagem digitalizada a partir do Mapa Planialtimétrico, Sistema Cartográfico Metropolitano/Gegran, 1972, escala original 1:10.000. Modificado pela autora.

Pelos vários mapeamentos elaborados durante o estudo de tombamento é possível constatar que, ao longo do tempo, de 1962 a 1994, alternaram-se na área do parque tanto a disposição dos campos quanto os clubes que tiveram ali a sua sede, totalizando no período 18 clubes[42]. No entanto, no ano do tombamento constavam ali, apenas oito campos de futebol. O elevado número de clubes que por ali passaram está

[41] Córrego que foi canalizado sob a atual Avenida Juscelino Kubitschek.
[42] Foram eles: Marechal Floriano, Araraquara, Cidade Jardim, Kopenhagen, América do Itaim, Ameriquinha, Cruz Vermelha, Esplanada, São Cristovão, Marítimo, Itororó, Flor do Itaim, Canto do Rio, Tintas Cirota, Mocidade, União da Vila Olímpia, Clube do Mé, Grêmio Desportivo Floriano.

relacionado ao fato de que a urbanização da várzea foi aos poucos eliminando a possibilidade dessa prática do futebol, já que os espaços dos campos se tornaram objeto de disputa por outros usos, frente à valorização espacial. Nesse sentido, o Parque do Povo foi acolhendo estes diferentes clubes que foram perdendo seus espaços na cidade, o que o transformou, nos anos 1980, na mais importante praça de campos de futebol de várzea da metrópole paulistana. Cabe destacar que a perda dos campos está relacionada também à situação de fragilidade econômica que envolve essas organizações de tipo comunitária, que sobrevivem de recursos de seus próprios sócios, da organização de rifas, e bingos.

O futebol consagrou-se nestes terrenos de várzea, em um bairro que até os anos 1930 era o limite oeste da mancha urbana, destacando-se como uma forma de ocupação espontânea do espaço. Ele se consolidou ali, também, a partir da autorização de uso que o então proprietário das terras concedia a um dos clubes, o Marítimo, como medida para evitar a formação de um processo de favelização da área. Os clubes tornaram-se, assim, ao longo do tempo, os principais guardiões deste bem público e o Parque do Povo, apesar de não se constituir institucionalmente como um parque, assim funcionava na prática e foi desta forma que se consagrou na memória coletiva dos bairros à oeste da capital. Sendo assim, foi a apropriação espontânea do espaço, pelo uso do corpo para práticas lúdicas e coletivas que qualificou a área e a transformou em um parque. Esse fato social, portanto, marcou sua origem primeira.

## A sociabilidade no parque: a festa popular no cotidiano do bairro

"Esse futebol de várzea de São Paulo pode ser entendido como a primeira grande festa do povo fora da perspectiva da Igreja." (Seabra, 2001. p. 270). Segundo a autora, a prática do futebol amador e de várzea inseriu-se no cotidiano dos bairros da cidade, preenchendo-o de conteúdo significativo. Os clubes funcionavam como organizações voluntárias e comunitárias, constituindo-se a partir de um projeto comum, de construção coletiva, o que lhes conferiu um importante papel na formação e na estruturação da vida social dos bairros.

Cabe esclarecer que, mesmo sendo a prática do esporte eminentemente masculina, o futebol de várzea não se limitava apenas ao jogo, mas contemplava e articulava uma trama de atividades complementares que ampliava a sociabilidade para além do gênero masculino, envolvendo as famílias e o bairro. Assim compreende a autora, ao colocar o futebol de várzea com o sentido de uma grande festa para o bairro,

momento de reunião e congregação voluntária de todos os gêneros, profissões e idades. As torcidas nos campeonatos e festivais mobilizavam as famílias, inclusive aqueles que se encontravam, segundo a autora, em posição periférica em relação ao futebol, como velhos, crianças e mulheres. “Às mulheres era conveniente ir ao campo ver os jogadores, maridos, irmãos, namorados ou filhos; às famílias poderia vir o regozijo de um matrimônio futuro. Aos negros um momento de aceitação da diferença. Aos homens o momento da virilidade exaltada...” (SEABRA, 2001, p. 289)

Na história do bairro Itaim Bibi destaca-se que “[...] sua mais importante atividade social e recreativa foi o futebol, que representava o descanso da semana de trabalho, a válvula de escape das rivalidades entre os diversos grupos nacionais e o fator de congraçamento.” (LOPES; TOLEDO, 1988, p. 63). É dentro dessa perspectiva que os clubes se enraizaram no território, fazendo dos jogos a defesa da camisa do time e do próprio bairro que ele vê representar. Esse enraizamento é também paixão pela camisa do time e criação de laços profundos de identidade com o bairro, que se expressam nos nomes dos times como Flor do Itaim, América do Itaim, União da Vila Olímpia, Cidade Jardim ou o Canto do Rio, denominação que designa a localização do campo junto a curva do Rio Pinheiros.

O Parque do Povo foi assumindo, assim, com a passagem do tempo, e por meio do futebol de várzea, as condições de lugar de reunião, do encontro e de constituição e fortalecimento da sociabilidade, tendo sido central para o lazer e recreação de vários bairros situados no limite oeste da mancha urbana. No entanto, isso não ficou por ali, já que a dimensão social desse espaço, como lócus de uma sociabilidade fundada no lúdico, ampliou-se bastante, ao longo das décadas, entre 1940 e 1980.

> Os clubes de futebol são nove, cada qual com seu campo, vestiário e lanchonete. São os antigos clubes da várzea do Rio Pinheiros, fundados entre os anos vinte e cinquenta. São frequentados por trabalhadores que folgam em dias de semana, geralmente moradores de outros bairros que trabalham no Itaim e adjacências. Alguns dos antigos sócios, seus filhos e netos, ainda residindo no bairro, aparecem aos domingos pela manhã ou durante a semana, depois do trabalho. São velhos amigos que se distraem em torno de um jogo de pôquer e dominó ou conversam bebendo cerveja e uma "branquinha”. (LOPES; TOLEDO, 1988, p. 80)

Segundo as autoras, o futebol que, à princípio, reunia apenas homens passou a atrair uma torcida feminina, composta de primas e namoradas, o que conferiu uma nova perspectiva ao encontro esportivo e se desdobrou em outras atividades de lazer a ele

articuladas, como é o caso dos piqueniques e dos bailes que, por serem pagos, acabavam sustentando o funcionamento da sede dos clubes.

Para além da relação mais imediata, com os bairros mais próximos, o fato dele ter permanecido no tempo abrigando os clubes da cidade que foram perdendo seus campos, fez concentrarem-se ali as práticas residuais do futebol de várzea paulistano, que o tornou uma centralidade para esse lúdico: o lugar dos torneios, dos campeonatos e dos festivais que reuniam praticantes de todos os cantos e lugares, constituindo uma sociabilidade bastante ampliada, que abarcou, naquele momento, uma dimensão metropolitana.

Apesar do futebol ser a atividade principal, aglutinadora de moradores e visitantes, não era a única; ao contrário combinava-se com outras práticas também bastante populares, como o jogo de carteado, dominó e a bocha. Esta última, em particular, tornou-se um esporte paralelo de grande importância no Canto do Rio, clube que promoveu torneios e que disputou campeonatos nacionais e internacionais. Os clubes mantinham em suas sedes outros equipamentos complementares que acabavam por ampliar as formas de sociabilidade, para além do gênero masculino. Bar, salão de festas, playgrounds, churrasqueiras estimularam a frequência maior das famílias, atraindo mulheres, crianças e os mais velhos.

> O bar funciona como importante elemento agregador dos frequentadores dos clubes. Muitas vezes, o jogo torna-se mero pretexto para reencontro de antigas amizades. O churrasco, a mesa de sinuca e a cerveja, confraternizam com os adversários, atraem famílias de jogadores e até pessoas sem ligação direta com o esporte. (CONDEPHAAT, 1988, p.1003)

A consolidação dos clubes nesse espaço, ao longo do tempo, significou a implantação de uma infraestrutura que possibilitou diversificar a oferta de lazer e recreação, atingindo diferentes públicos, de várias faixas etárias e condição social. Quadras de futebol de salão, escolinha de futebol, playgrounds, salão de festas, churrasqueiras e bares complementavam-se e articulavam-se, consagrando um tipo de lazer bem diferenciado dos outros parques da cidade.

Além dos clubes, a partir de 1984, o lazer foi ganhando um caráter misto, incluindo-se atividades teatrais e circenses. Mesmo assim, o futebol de várzea continuou sendo muito presente e praticamente dominante no parque, em função de sua trajetória histórica no espaço, pela dimensão do público usuário cotidiano e da área ocupada. Assim sendo, apesar da importância dessas atividades teatrais e circenses, o

reconhecimento oficial da área como patrimônio cultural pautou-se no uso histórico pelo futebol de várzea.

Imagem 5: Parque do Povo em 1994, em fotografia anexada ao Processo de Tombamento.

Fonte: Condephaat, 1988, foto da autora.

Nos anos 1980, instalaram-se ali o Circo Escola Picadeiro e o Teatro Vento Forte atraídos pela disponibilidade de áreas ainda vazias no terreno e tendo em vista a necessidade de ampliação e melhoria das atividades exercidas pelos grupos. Ambos contribuíram para consolidar um papel único dentro das atividades de lazer e recreação da cidade. De acordo com informações do estudo de tombamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), o Circo Escola Picadeiro foi a primeira iniciativa do tipo no estado de São Paulo, que agregou profissionais com larga experiência em atividades circenses, para formar novas gerações de artistas. Foi ele montado pela primeira vez no Parque em 1984, com autorização da gestão municipal e com o tempo foi fechando parcerias com órgãos públicos para desenvolver projetos sociais, com jovens da periferia e em situação de vulnerabilidade social.

Já o Teatro Vento Forte, nascido em 1974, teve sua atuação marcada, desde o início, pela perspectiva em arte-educação. O grupo funciona como cooperativa, valorizando o trabalho coletivo e buscando romper com a moldura cênica, envolvendo o público na representação. Atua na forma de teatro de grupo, se distinguindo das

companhias mais comerciais, o que implica no desenvolvimento de um trabalho próprio e com continuidade e da construção de uma linguagem teatral peculiar. Além das atividades cênicas, cursos e oficinas, o Teatro Vento Forte organizava nos anos 1990, aos finais de semana, o Bailão do Vento, ao som de música caribenha e de forró, atividade muito frequentada por estudantes universitários e profissionais liberais.

Nesse sentido, e na coexistência dessas práticas culturais diferenciadas, o Parque do Povo pode distinguir-se dos demais espaços públicos, tornando-se, assim, um ponto de referência, um lugar único e singular na cidade.

Segundo o estudo do Condephaat (1988, p. 741):

> Não se trata, desse modo, de um espaço voltado para o consumo – o que praticamente já se tornou uma característica do lazer paulistano – mas sim de um espaço que preserva as qualidades vitais para a existência de uma cultura urbana. O parque está inserido no cotidiano de diversos grupos da população da cidade e ele é, ao mesmo tempo, produto e produtor da sociabilidade. Reconhecê-lo é também ver e ouvir as marcas e os ecos de uma outra cidade e de um bairro mais antigo e suas histórias.

Podemos encontrar no Parque do Povo aquelas redes de significação simbólica das quais falávamos anteriormente e, que se expandem por vários caminhos: a do cotidiano, do lazer, de expressões diferenciadas da cultura e da apropriação da cidade por seus habitantes.

No levantamento de dados realizado à época do tombamento do parque pode-se constatar, pela origem, idade e profissão de seus frequentadores, que o Parque do Povo, e principalmente o futebol de várzea, constituía-se como suporte físico de uma sociabilidade para além do bairro, responsável por integrar diferentes espaços da cidade e da metrópole. O perfil de público constatado nesse estudo de 1994 indicava um uso democrático e socialmente diverso, ao mesmo tempo contínuo e intenso, que envolvia diferentes faixas etárias, gêneros, cores e condições sociais. O levantamento realizado com mais de 1.400 frequentadores mostrou usuários de todas as faixas etárias e a mesma característica de diversidade em relação aos bairros de origem de quem frequentava. Cabe destacar que o estudo de tombamento circunscreveu o levantamento de dados aos usuários dos clubes, uma vez que o futebol de várzea foi entendido como a prática histórica e principal ali realizada.

Do ponto de vista profissional, encontra-se a menção a usuários que eram serventes, *office-boys*, estoquistas, balconistas, caixas, ambulantes, garçons, cozinheiros e pizzaiolos, mas o estudo identifica também comerciantes, vendedores,

corretores, bancários e secretários. Profissionais do comércio representavam 23,7% dos frequentadores; funcionários de restaurantes e bares 12,8%; bancários e auxiliares de escritórios 10,3%; padeiros, pintores e mecânicos 8,2%. Percebe-se, assim, que os trabalhadores dos bairros próximos, frequentemente os de menor remuneração, eram usuários frequentes dos campos de futebol.

Apesar da frequência popular, verificam-se também outros estratos sociais presentes, como nos treinamentos de *rugby* da equipe do Instituto do Pasteur e no futebol feminino de times de modelos profissionais, que apareceu nos anos 1990, no campo do Marítimo F.C. Esses conviviam lado a lado com as escolinhas de futebol voltadas às crianças da Favela Funchal, no campo do Canto do Rio. A origem e história dos clubes também é reveladora dessa sociabilidade diversa, reunindo trabalhadores dos arredores, por vezes formando times de lojas e fábricas, como o Tintas Cirota, que desde 1973 estava no parque, e o Kopenhagen, time da fábrica de chocolates então instalada no Itaim Bibi, cujo registro de presença no parque é de 1962, segundo o estudo de tombamento do Condephaat.

Quanto aos locais de moradia dos frequentadores, o caráter diversificado e abrangente também se manifesta, já que contempla tanto os moradores da periferia da cidade como aqueles dos bairros mais valorizados. Os dados mostram que 18,2% dos usuários eram provenientes de bairros nobres como Jardim América e Jardim Paulista, muito próximos do Itaim Bibi, mas também 14,9% de procedência da periferia sul da cidade, como Capela do Socorro e Santo Amaro. Os lugares de moradia dos frequentadores mostram o papel do parque como centralidade de lazer, já que tanto bairros centrais estavam ali representados, como Bela Vista, Consolação e Cerqueira César, como os bairros do entorno como Vila Madalena, Pinheiros e Butantã.

Os dados sobre a faixa etária indicam que 31,1% dos frequentadores tinham idade variando entre 18 e 25 anos e 24,6% entre 31 e 40 anos, mostrando uma predominância relativa de público jovem, mas também a presença numérica importante de outras faixas etárias.

Clubes com presença mais antiga na área, como é o caso do Canto do Rio, concentravam frequentadores mais velhos, acima dos 50 anos. O funcionamento de escolinhas de futebol também atraiu um público de crianças e adolescentes, fazendo do Parque do Povo um lugar com grande e diversificada frequência, sobretudo durante as décadas de 1980 e 1990, quando o estudo de tombamento pode qualificar essa presença por meio de números. E o uso não era apenas associado ao gênero masculino, pois, conforme destaca-se no estudo sobre a história do bairro, o público feminino

também era presente, acompanhando os familiares que jogavam ou nas partidas de futebol feminino, que se davam desde os anos 1990, porém em menor número, segundo o Condephaat (1988).

Imagem 6: Escolinha de futebol do Canto do Rio em foto emoldurada na parede da nova sede.

Foto da autora, 2013. Acervo do canto do Rio.

Os festivais, campeonatos e torneios expressavam uma enorme mobilização de frequentadores e serviam para integrar os diversos cantos da cidade, mas também para explicitar as diferenças dentro do próprio bairro, já que a partir dos anos 1980, principalmente, o padrão e o perfil socioeconômico começaram a mudar com a construção dos condomínios verticais, voltados a classes de maior poder aquisitivo.

Seabra (2001) alertou para o fato de que, na origem, o futebol se consagrou no universo popular e dos trabalhadores ao mesmo tempo em que a industrialização avançava em São Paulo, ambos como momentos do mesmo processo, o de instauração do cotidiano. Assim, a teoria do cotidiano de Henri Lefebvre (1991) permite situar e compreender o papel e a importância dessa prática lúdica na constituição da urbanização em São Paulo.

Para esse autor, não se trata de pensar o cotidiano como simples sinônimo das atividades mais banais, assim como ele não se apresenta em todos os momentos e em todas as sociedades. A especificidade do cotidiano, para o autor, é o fato dele se instaurar a partir da generalização da economia mercantil e monetária, sob o capitalismo no século XIX. O cotidiano é, assim, produto da industrialização que transformou a vida e o modo de vida nas cidades em atividades repetitivas, controladas, reguladas e organizadas sob o tempo e as exigências do capital industrial. Entretanto, para Lefebvre (1991), o conceito envolve um aspecto duplo e contraditório, reunindo, ao mesmo tempo, tanto o repetitivo e o programado, que expressam o sentido da miséria do cotidiano, como também aquilo que lhe é oposto, ou seja, a possibilidade de criação e o espontâneo, que permitem pensar em sua dimensão de grandeza. Essa segunda dimensão, a grandeza do cotidiano, está ligada a possibilidade, sempre presente, de existência daquilo que não se deixa reduzir, que escapa à lógica hegemônica, tornando-se resíduo, o avesso, o irredutível:

> Resulta daí uma espécie de díptico muito contrastado. Primeiro quadro: miséria do cotidiano, com os trabalhos enfadonhos, as humilhações, a vida da classe operária, a vida das mulheres sobre as quais pesa a cotidianidade. A criança e a infância sempre recomeçadas. As relações elementares com as coisas, as necessidades e o dinheiro, assim como com os comerciantes e as mercadorias. É o reino do número. A relação imediata com o setor não dominado do real (a saúde, o desejo, a espontaneidade, a vitalidade). O repetitivo. A sobrevivência da penúria e o prolongamento da escassez: o domínio da economia, da abstinência, da privação, da repressão dos desejos, da mesquinha avareza. Segundo quadro: grandeza do cotidiano, com sua continuidade. A vida que se perpetua, estabelecida sobre este solo. A prática incompreendida: a apropriação do corpo, do espaço, do tempo, do desejo. A moradia, a casa. O drama que não se pode reduzir ao número. O trágico latente do cotidiano. As mulheres: sua importância (oprimidas, “objetos” da história e da vida social e, no entanto, “sujeitos” essenciais, bases, fundamentos). A criação de um mundo prático-sensível a partir dos gestos repetitivos. (LEFEBVRE, 1991, p. 42)

O cotidiano é assim, para o autor, interação dialética que se exprime entre a somatória de opressões diárias e as possibilidades de sua superação. A brecha para isso se encontra naquilo que não se deixa aprisionar e capturar pela lógica racionalista, aquilo que resiste as formas de coerção.

Nesse sentido, se o cotidiano da cidade implica na vida programada e controlada do mundo do trabalho, por outro lado, o resíduo se apresenta por meio das práticas do futebol de várzea. Essas constituíram-se, desde a sua origem, como o avesso, como o lazer que rompia com a coerção do cotidiano, como atividade livre que se exerce para

si mesmo, sem finalidade produtiva, o uso do tempo e do espaço para o movimento do corpo.

O futebol de várzea compõe-se de elementos reunidos em torno de um código próprio: os corpos, as cores, os odores, os uniformes, as expressões verbais, a poeira do campo, conforme analisam Morgado e Magnani (1996), e constituem um conjunto de símbolos pertencentes ao universo da cultura popular. Por trás daquilo que se apresenta como o ordinário, entretanto, pode se revelar o extraordinário. O futebol de várzea permaneceu no parque tendo essa dimensão de grandeza do cotidiano, do tempo-espaço do encontro, do jogo, da autonomia do corpo, da possibilidade do grito e da ginga, e, principalmente de um existir coletivo, fora do mundo do trabalho. Essa prática cultural apresentava-se como a dimensão da festa inserida em sua relação intrínseca com o viver, como parte essencial e existencial da vida humana, como se constata na fala de um dos jogadores do Mocidade Futebol Clube ao associar o jogo ao prato de comida do dia a dia:

> Fordeco, um craque de sua época, não se transferiu para o profissional por opção pela várzea. Com mais de 50 anos, ainda joga no veteranos do Mocidade, mora na Penha e desloca-se todos os finais de semana com os filhos para o Itaim: “pra mim, se acabar o futebol de várzea é como acabar o prato de feijão do dia. Quem viu a várzea há 30, 40 anos atrás...Tudo que resta é isto aqui.” (Condephaat, 1988, p.887)

O Parque do Povo permaneceu, assim, como suporte físico das práticas culturais e populares e como resíduo, colocando em evidência as possibilidades dentro do cotidiano. No ano de 1995, fruto da mobilização de seus principais usuários, ele teve sua área protegida, por meio do reconhecimento oficial como patrimônio cultural do Estado de São Paulo, pelos seus valores antropológico, histórico, artístico, ambiental e turístico, conforme se lê em trecho da resolução de tombamento.

> Artigo 1o. Fica tombado, como bem cultural de interesse antropológico (histórico, artístico, ambiental) e turístico, a área denominada Parque do Povo [...].
> Artigo 2o. O objetivo do tombamento é a preservação da base material para a realização das atividades culturais e de lazer ali desenvolvidas, com destaque para a histórica prática do futebol de várzea [...]. (SECRETARIA DA CULTURA, 1995, s/p)

Constata-se, assim, que o tombamento teve como finalidade precípua preservar a base material para a realização das atividades culturais e de lazer ali desenvolvidas, com destaque para a histórica prática do futebol de várzea. O parque conseguiu

sobreviver com seus usos e formas de apropriação muito singulares e à duras penas, por mais uma década após o tombamento. Entretanto, ao longo dos anos 2000, o parque, os bairros e as formas de sociabilidade que os integravam sofreram, a partir daí, profundas transformações no sentido de ajustá-los às exigências da constituição de uma nova centralidade dos negócios e do terciário moderno na metrópole, revelando o sentido do que Henri Lefebvre (1991) chamou de cotidianidade.

## O fim das práticas da cultura popular

> [...] no Parque do Povo, ao redor da mesa de dominó e dos copos de cerveja tivemos a impressão de que o tempo havia parado. Acuado pelo frenesi do ganho que domina, o bairro, ele, o antigo morador, só recupera sua identidade, seu antigo ritmo de vida, ali onde foi a várzea e que é isso que lhe resta. Ali ele é autêntico. (LOPES; TOLEDO, 1988, p.96)

Itaim Bibi, Vila Olímpia e Vila Funchal, bairros que conformam um espaço envoltório do Parque do Povo, foram profundamente atingidos pelas intervenções urbanísticas ali realizadas, no âmbito da Operação Urbana Faria Lima a partir de 1995, quando foi editada a lei que a autorizou (Lei 11.732/1995). Por esse instrumento legal, realizou-se a extensão da Avenida Faria Lima, cortando uma parte desses bairros, o que levou a desapropriação e demolição de várias casas, a alteração do desenho de algumas quadras e a remoção de favelas existentes na área de intervenção. Os bairros sofreram profundas mudanças de usos, aumento do preço da terra urbana e crescimento do interesse imobiliário, que resultaram em intensa verticalização, impactos que não se restringiram à área diretamente afetada, mas se estenderam espacialmente para além dos limites desse território. O que se viu foi uma mudança profunda na escala das atividades econômicas levando a um adensamento construtivo, fazendo com que os galpões, pequenas indústrias, o antigo e pequeno comércio e setor de serviços, além das residências unifamiliares, fossem substituídos por modernos edifícios de escritórios, por um comércio e serviços diversificados, ampliando a circulação de veículos e de pessoas, além da criação de rotas de restaurantes e bares, que estimularam uma vida noturna naquilo que era o núcleo tranquilo dos bairros.

Segundo Carlos (2001), as transformações projetaram esses bairros como uma das áreas mais promissoras para o setor imobiliário, o que levou, num curto período, cerca de três anos, entre 1995 e 1998, a grande ampliação dos lançamentos de edifícios de escritórios, superando a região da cidade que, até então, concentrava o estoque de escritórios, a Avenida Luís Carlos Berrini. A operação urbana situava-se, para a autora,

como necessidade da consolidação de um novo eixo empresarial, ligado a própria transformação da economia da metrópole, produzida pelo deslocamento espacial da indústria.

Em contrapartida, fortaleceu-se na metrópole as funções de comando e gestão dos processos econômicos, que exigiram, em consequência, um centro de negócios moderno e adequado às novas condições e, portanto, grandes investimentos do poder público na readequação desses espaços. No entanto, como lembra Milton Santos (1994), a modernização é perversa e seletiva, deixando de fora dos benefícios uma parcela importante da atividade urbana e da população, pois o esforço de incorporar o país a mundialização dá-se em detrimento dos investimentos sociais necessários dado o enorme e histórico passivo social.

Neste contexto em que se intensifica a valorização espacial nos bairros atingidos pela operação urbana, configuram-se, consequentemente, ameaças às práticas históricas do futebol de várzea no Parque do Povo. A expansão imobiliária no Itaim Bibi trouxe para o bairro, além das referidas atividades comerciais e de serviços, uma nova forma de morar, os condomínios residenciais verticais, e com ele, novos moradores com diferente perfil socioeconômico. Contrastam assim, os sobradinhos dos lotes estreitos e pequenos no centro do bairro com os modernos edifícios, voltados para as classes de maior poder aquisitivo que buscam no Itaim Bibi a proximidade com essa nova centralidade dos negócios e do emprego terciário.

Para as autoras que escreveram a conhecida história do bairro, as transformações são evidentes e dizem respeito não apenas a morfologia, mas principalmente a um novo modo de vida que transforma a sociabilidade antes existente.

> Os novos moradores do Itaim, ocupando os edifícios de alto padrão, iniciam uma nova etapa da história do bairro. "Não se vê mais criança desacompanhada, comprando doce na venda, brincando de bola na rua, pulando corda, fazendo fogueira." [...] Esta nova população vê o passado como termo de comparação com o progresso econômico, a valorização, as transformações ocasionadas pela renovação: são desconfiados, isolam-se. (LOPES; TOLEDO, 1988, p.96)

Um novo perfil de morador se consolida à medida em que os lançamentos imobiliários vão se multiplicando, trazendo inclusive novos vizinhos para o Parque do Povo. Diferentemente dos moradores antigos que tinham ali a centralidade do lúdico, do lazer e da troca social – não somente no futebol, mas nas atividades que nele se integravam, como o carteado, o dominó ou a bocha –, esses novos moradores trazem consigo outro modo de viver e de se relacionar com o bairro, produto da vida em

condomínio, ou do que Caldeira (2003) chamou de enclave fortificado. Controlados por sistemas de vigilância e segurança privada, cercados de muros altos e guaritas que restringem o acesso, dotados de áreas de uso coletivo que garantem a vida e o lazer entre iguais, estes condomínios verticais constituem espaços autônomos do bairro e da cidade e configuram um novo padrão de segregação socioespacial que se consolida em São Paulo a partir dos anos 1990, segundo a autora:

> Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de estilo moderno do espaço público aberto à livre circulação. (CALDEIRA, 2003, p. 259)

O crescimento imobiliário e a expansão dos condomínios verticais em um bairro em constante valorização espacial transformou radicalmente a vida do bairro, que se reduziu ao trânsito e à circulação dos veículos, ou ao movimento dos bares e restaurantes, empobrecendo o seu conteúdo social, na medida em que se escasseavam as conversas nas ruas e diminuía a relação entre os vizinhos.

Nessas condições, até o final dos anos 1990, os antigos moradores conseguiram manter, apesar das mudanças e da modernização do bairro, o Parque do Povo como o lócus de sua sociabilidade. No entanto, os novos moradores dos condomínios, ao contrário, começaram a enxergar o Parque do Povo como um obstáculo à valorização de seus imóveis, um prejuízo à vista das sacadas de seus apartamentos, quer pela frequência de um público predominantemente formado pelas classes populares, quer pelas práticas que ali ocorrem e suas materialidades: as partidas de futebol e tudo o que a elas se associa, ou seja, a presença de bares improvisados e rústicos, os bancos de madeira, os caminhos de terra batida, o estacionamento repleto de carros populares e velhos.

A totalidade da dinâmica cultural do Parque foi considerada imprópria, inconveniente, feia, suja e pobre para aqueles que ali chegaram mais recentemente, como se constata no conteúdo frequente dos informativos da Sociedade Amigos do Itaim Bibi, a Saib, constituída em 1995. O Parque do Povo, com seu uso popular historicamente consolidado, tornou-se um obstáculo à valorização imobiliária, ao novo status adquirido pelo bairro do Itaim Bibi e à expectativa e valores dessas classes de maior poder aquisitivo as quais passam a predominar, fazendo desse o seu território.

Imagem 7: Condomínios verticais no entorno do Parque e a pequena frequência de público mesmo em um sábado.

Foto da autora, 2018.

É neste cenário de valorização imobiliária que é, portanto, constituída essa associação de novos moradores do bairro, a Saib, que se tornou a maior protagonista das ameaças a continuidade dos usos social e histórico do Parque do Povo. Consultados os informativos disponíveis no site da entidade, foi possível verificar que, ao longo dos anos, de 2001 a 2006, a Saib organizou uma verdadeira campanha parecendo destilar ódio contra as práticas culturais ali realizadas, por meio de constantes reclamações e denúncias de irregularidades, sobre barulho dos clubes, do Circo e do Teatro Vento Forte e com frequente cobrança de providências legais por parte do poder público. A Saib protagonizou um discurso desqualificador das práticas culturais, generalizando alguns problemas que ocorriam no parque e desvirtuando a dimensão e a extensão desses, de forma a criar uma imagem negativa em relação ao uso do parque, para justificar suas posteriores ações de criminalização dos usuários.

Colocando-se na posição de “legítima voz” e de representante dos interesses do bairro, a entidade foi responsável pela construção de um discurso que afirmava a descaracterização do tombamento, uma vez que alegava que os clubes e as demais atividades do parque realizavam-se mediante cobrança de recursos. O argumento era de que isso se dava em desacordo com a resolução de tombamento que fazia menção à necessidade da natureza pública das atividades e de livre acesso. Entretanto, é preciso assinalar que a cobrança pelo uso dos campos, por parte dos clubes de fora, assim como a existência dos bares, já estavam indicadas no estudo de tombamento como formas de

sobrevivência da própria prática ali, sendo destinadas a manutenção dos campos e da infraestrutura necessária a atividade.

Além desse discurso que construiu uma imagem de descaracterização, a Saib também foi a proponente de ações judiciais que levaram a expulsão de todos os ocupantes da área, com exceção do Teatro Vento Forte que, por meio da atuação política do Ministério da Cultura, conseguiu ali sobreviver. A atuação da Saib também se deu promovendo pressão constante junto a Prefeitura Municipal no sentido de eliminar as práticas culturais ali existentes. Um exemplo a ser citado foi a interdição das entradas do parque promovidas pela prefeitura, em 2001, a pedido da associação (Informativo Saib no 43, maio/2001).

Tomando como objetivo maior a eliminação do obstáculo que representava o uso do Parque, a Saib adotou uma estratégia judicial que envolveu dois caminhos. Em primeiro lugar a contratação de um laudo pericial, para comprovar a tal "descaracterização" do tombamento. Em segundo lugar, por meio da contratação de advogado próprio, a entidade abriu processos contra todos os ocupantes, mas de forma individualizada, distribuindo-os em diferentes varas de Justiça, dificultando, portanto, a articulação dos clubes e demais ocupantes em sua defesa e, principalmente, impedindo o Judiciário de compreender a unidade da questão.

No que diz respeito ao laudo pericial, cabe destacar a superficialidade do conteúdo e o desconhecimento que seus autores revelaram sobre o processo do tombamento e o estudo realizado, que já apontava para as formas de sobrevivência dos clubes, mediante a cobrança do uso por parte daqueles de fora e dos recursos proveniente dos bares e destacava a sua intrínseca e necessária relação com a prática existente. Além disso, o que indica maior inconsistência no laudo pericial é a ausência de competência técnica e profissional dos seus autores, engenheiros civil e de segurança do trabalho, que não possuem qualquer formação especializada tanto no campo do patrimônio cultural, como também no que diz respeito às dinâmicas inerentes ao objeto de conhecimento antropológico.

Nesse cenário de dificuldades de defesa coletiva e de compreensão da questão de maneira unificada, as ações acabaram sendo julgadas procedentes, na medida em que o instrumento de autorização do uso da área, que fora dado em 1954 a um dos clubes e renovado constantemente, mostrou-se frágil, e tendo em vista a existência do laudo pericial contratado para confirmar os interesses da Saib.

Importante notar que, em nenhum momento, o Condephaat, órgão a quem cabe a tutela do patrimônio tombado, tomou a iniciativa de mediar o conflito, ouvindo e

dialogando com os usuários, sejam os clubes, o Circo ou Teatro, apesar da Saib se utilizar frequentemente do discurso do tombamento para criminalizar os ocupantes do Parque.

O tombamento, como instrumento jurídico que deveria proteger o patrimônio cultural, não foi capaz de cumprir a sua missão institucional, em uma clara evidência de omissão do Estado para com a memória do futebol de várzea e para com a cultura popular. Em 2006, alguns meses antes dos tratores da prefeitura municipal entrarem na área para a demolição das instalações dos clubes, o projeto de um novo parque foi apresentado para a Saib pelo próprio prefeito, Gilberto Kassab (Informativo Saib no 100, jun/2006), apesar do mesmo não ter sido encaminhado ao órgão a quem cabe autorizar as intervenções no patrimônio cultural. O projeto que indicava a retirada dos campos de futebol não havia sido protocolado no Condephaat e, portanto, nem sequer havia sido autorizado, quando começou a ser executado. A prefeitura iniciou a demolição meses antes de obter legalmente a posse da área, o que indica mais uma irregularidade. Os recursos para o novo parque vieram diretamente da iniciativa privada, da construtora que erguia em um terreno em frente ao Parque do Povo, um novo shopping center, considerado um dos mais luxuosos da cidade.

A destruição dos campos levou à extinção dos clubes, repetindo uma história que foi se dando desde o momento em que as várzeas foram sendo integradas ao espaço produtivo da cidade. O único clube que conseguiu resistir e sobreviver foi o Canto do Rio, que se mudou para uma nova sede em outro bairro e joga em campos emprestados ou alugados (SCIFONI, 2013). Em 2013, o clube comemorou 72 anos de existência, momento em que foi possível registrar muitas histórias da várzea, relatos de paixão pelo futebol e da importância do Parque na sociabilidade dos antigos moradores do bairro e de toda a cidade. Dos antigos ocupantes do parque, o circo escola Picadeiro também foi forçado a se mudar e continua atualmente suas atividades, em Osasco, outro município da região metropolitana. O Teatro Vento Forte permanece, porém ainda sob ameaças de pressão da Saib, conforme se constata no informativo mais recente da associação (Informativo Saib, 11/2018).

Historicamente, o uso social presente na área consagrou aquelas terras, na prática, como parque, inserindo-se memória coletiva da cidade. Em contrapartida, a partir do momento em que oficialmente se torna um parque público, a área perde o seu componente histórico mais relevante: o uso popular.

## A sociabilidade do novo parque

A Operação Urbana Faria Lima foi responsável pela readequação daqueles trechos da cidade à expansão e consolidação de uma centralidade moderna para a metrópole, o que se fez colocando o espaço à serviço das necessidades e exigências do econômico, reproduzindo o espaço como condição da acumulação de capital, conforme discute Carlos (2001, p. 21/22).

> As áreas tradicionais se encontram densamente ocupadas, o sistema viário congestionado; além disso, os novos padrões de competitividade da economia, apoiada em um profundo desenvolvimento técnico, impõe outros parâmetros para o desenvolvimento da atividade. A superação dessa situação requer a construção de um novo espaço, como área de expansão, porque a centralidade é fundamental nesse tipo de atividade, não podendo instalar-se em qualquer lugar do espaço metropolitano. Todavia, na metrópole capitalista, densamente edificada, a expansão dessa área não se fará sem problemas.

Por outro lado, tal processo foi responsável pela implosão da sociabilidade no bairro, ou seja, pela sua destruição como unidade de vida social na cidade, como o lugar onde se davam anteriormente aquelas relações de vizinhança, de compadrio, de parentela, onde se teceram laços de solidariedade e de pertencimento (Seabra, 2001). Assim sendo, aquele antigo bairro nascido com um perfil mais popular, vai se transformando pressionado por fortes interesses imobiliários, desencadeados pela ação estatal, via instrumento da operação urbana. Os recém-chegados negócios da nova centralidade econômico-financeira da metrópole e os novos moradores dos condomínios verticais foram os responsáveis por imprimir novos usos e dinâmicas sociais ao bairro.

A destruição das formas de sociabilidade anteriores se deu na medida em que a vida e o trabalho nesses enclaves fortificados definiram para os bairros um determinado modo de viver a cidade, uma experiência fundada na negação da própria cidade, da diversidade e da convivência entre os diferentes.

É dentro desse processo que se deve situar e compreender o projeto do novo parque. Morfologicamente marcado por extensos gramados circulares que foram projetados em substituição aos campos de futebol e que demandaram, portanto, o corte de muitas árvores, principalmente dos eucaliptos que ladeavam os campos, os equipamentos básicos instalados foram: ciclovia, pista de skate e patins, pista de caminhada e corrida, banheiros e duas quadras. Somente um dos campos de futebol foi

mantido, mesmo assim, ele encontra-se fechado, sem possibilidade de uso, com formas de agendamento muito restritas, definidas por um conselho gestor do parque que insiste em ignorar as formas tradicionais de uso daquele espaço e que tem entre os seus integrantes um representante da Saib.

O novo projeto constituiu-se, assim, não só na negação do uso histórico desse espaço, mas principalmente na liquidação da sociabilidade ampliada e diversificada que se dava ali, essa que foi desqualificada e rejeitada para a construção do novo espaço. Na lógica da centralidade moderna da metrópole não era mais possível pensar naqueles usos populares. Ao ser perguntado sobre o fim dos campos no parque, um interlocutor da prefeitura municipal assim explicou ao ex-diretor de um dos clubes, em 2006: “futebol de várzea na Cidade Jardim, você esquece” (Mauro Antonio Lopes Pinheiro, entrevista concedida a Simone Scifoni, fev/2013).

O argumento do novo projeto foi a necessidade de “ampliar o uso público”, o que na prática significou negar a existência anterior e histórica de frequentadores, usuários e jogadores. Além disso, o projeto pecou por não ter compatibilizado os novos equipamentos implementados (pistas de corrida e caminhada, os gramados e os *playgrounds*) com a permanência dos campos de futebol, já que esses estavam tombados e, portanto, protegidos por legislação.

O que fica evidente no novo parque é a necessidade de transformar aquilo que Zukin (2000) chamou de paisagem vernacular[43] - campos de futebol de terra batida, ladeados por cercas vivas de eucaliptos, bares e construções de aspecto improvisado, distribuídos em caminhos estreitos e tortuosos - em uma paisagem urbana do século XXI, similar a outras tantas existentes nas áreas centrais das cidades mundiais, dotando, portanto, aquele ambiente construído de uma representação simbólica do poder. Os novos e extensos gramados constituem, assim, enormes vazios que se encontram emoldurados pelos edifícios envidraçados modernos, expressando materialmente, essa paisagem do poder, como designou a autora.

O parque, durante a semana e, mesmo nos meses de férias e no verão, tem pequena frequência de usuários, conforme pode ser observado em visitas técnicas realizadas na área, nos anos de 2013 e 2018, configurando uma situação bem contrastante com o que anteriormente acontecia.

[43] A autora chama de paisagem vernacular aquela que é construída pelos desprovidos de poder e que contrasta e conflita com a paisagem imposta pelos detentores de poder e que está sempre em risco diante da pressão das instituições e dos interesses econômicos.

Imagens 8 e 9: Parque do Povo e o único campo de futebol de várzea mantido encontra-se cercado e sem uso público.

Foto da autora, 2018.

Acredita-se que isso se deve ao fato de que nesses espaços de centralidade moderna, as crianças e adolescentes moradores dos condomínios, têm suas formas de lazer ofertadas no interior desses espaços privados. Verificou-se que apenas aos finais de semana o uso e a frequência se ampliam. Nesse sentido, produziu-se um enorme vazio, ausência e silêncio, onde antes havia sociabilidade ampliada, diversificada que se dava pela mediação do futebol. Como afirma Canclini (2012, p. 77), o poder manifesta-

se não só nos edifícios monumentais, mas também na criação de enormes vazios. “O vazio também é uma forma de monumentalizar o poder”, diz o autor.

Imagem 10: Parque do Povo, o vazio do gramado central. Ao fundo: um mar de edifícios residenciais e corporativos.

Foto da autora, 2018.

Inaugurado em 2006, o novo espaço recebeu o nome de Parque Mario Pimenta Camargo. A mudança na denominação foi, assim, essencial, já que a toponímia é um recurso de memorialização oficial e as estratégias conduzidas pelo poder público, em parceria com os interesses da valorização imobiliária, mostram que, ao contrário, o que se quer produzir é o esquecimento e ocultação do passado. Mario Pimenta Camargo, homenageado com a nova denominação, foi empresário e banqueiro, proprietário de uma coleção particular de antiguidades e obras de arte. Saiu o povo e entraram os mais abastados, não somente na representação simbólica do nome do parque, mas também na prática, no público frequentador e nas formas de sociabilidade.

Os usos que se fazem hoje naquela área indicam que mudaram os trabalhadores, pois os corpos já não são os mesmos e mudaram também as formas de lazer. Antes, serventes, garçons, balconistas, zeladores, cozinheiros e pizzaiolos, entre outros mais. Agora, funcionários dos setores corporativos que se instalam no parque para fazer exercícios monitorados por *personal trainer*, ofertados pelas empresas, conforme reportagem de jornal (SCIARRETA, 2016). A prática sai dos espaços confinados para ocupar o espaço público, no entanto, mantem a mesma lógica do privado.

O parque do povo torna-se “respiro dos executivos”, como assinalou essa mesma reportagem de um jornal de São Paulo. A mudança social consolidada para o parque transparece nos comentários postados no site do google: “muito bem frequentado”, “só gente bonita”. Um desses comentários resume o que o parque se

tornou, do ponto de vista social: “Quase uma vitrine de parque. Tudo certinho, arrumado, com equipamentos de primeira e sinalizado. Contrasta com os demais parques da cidade que ficam sem manutenção. Tendo em vista a localização e o público, deveria chamar Parque do Povo Rico.”[44]

A presença do povo é condenada e controlada, cerceada e dificultada. Segundo Silveira (2018), em reportagem sobre o parque, em dias de semana, um de seus portões fecha as 17 horas, bem antes de se encerrarem as atividades no local. Trata-se de uma estratégia para dificultar o uso do parque como local de travessia e de acesso da população trabalhadora aos meios de transporte, em particular aos que se utilizam da ferrovia, que tem ali próxima uma estação.

> Durante a semana, o gramado principal, que oferece o trajeto mais belo e curto entre os pontos de ônibus e a estação de trem, ganha uma cerca móvel que impede a passagem das pessoas. Nos fins de semana e feriados, quando o parque é frequentado prioritariamente pelos moradores da região, a cerca é retirada.

As trabalhadoras e trabalhadores não são impedidos de entrar no parque pelo portão principal, tampouco são impedidos de atravessá-lo em direção à estação de trem pelos caminhos pavimentados. No entanto, o portão fechado, justamente, no horário de maior movimento da estação e as cercas móveis do gramado principal parecem indicar que eles são tomados como intrusos naquele espaço público, parecem indicar que o povo é tomado como um intruso no Parque do Povo. (SILVEIRA,2018, s/p)

Se a necessidade do espaço público aberto para a população foi o argumento principal para o novo parque, por que cercear a presença dos trabalhadores atravessando o parque? Que razão impede a prefeitura de instalar um piso cortando o gramado para dar maior funcionalidade à área e viabilizar a passagem dos trabalhadores por ali? Que razão explicaria o único campo de futebol não estar disponível para a prática do futebol de várzea consagrado ali?

Diferente do momento anterior, em que a sociabilidade se dava de forma ampliada, reunindo os bairros e a cidade numa rede de relações tecidas pelo futebol e marcada pela espontaneidade, pela apropriação do espaço e do tempo pelo uso do corpo; a frequência hoje revela somente homogeneidade, os mesmos corpos. Diversidade e diferença foram substituídas por relações entre iguais, empobrecedoras da vida social. Ainda que, aos finais de semana, o público seja maior, ocupando os

[44] Comentários do Google. Disponível em: https://www.google.com/search. Acessado em: 15/08/2018.

gramados e as pistas de corrida e caminhada e o lazer ainda seja a atividade central daquele espaço, trata-se de atividade com conteúdo social diverso, já que, integralmente incorporado ao tempo-espaço da nova centralidade o parque só permite um lazer organizado e programado, controlado e mediatizado pelas normas e regulamentos impostos. A cotidianidade se impõe tanto à vida do bairro como aos lazeres no parque.

Imagem 11: Parque do Povo e o gramado central aberto aos finais de semana e cercado em dias de semana para dificultar a travessia de trabalhadores rumo à estação de trem.

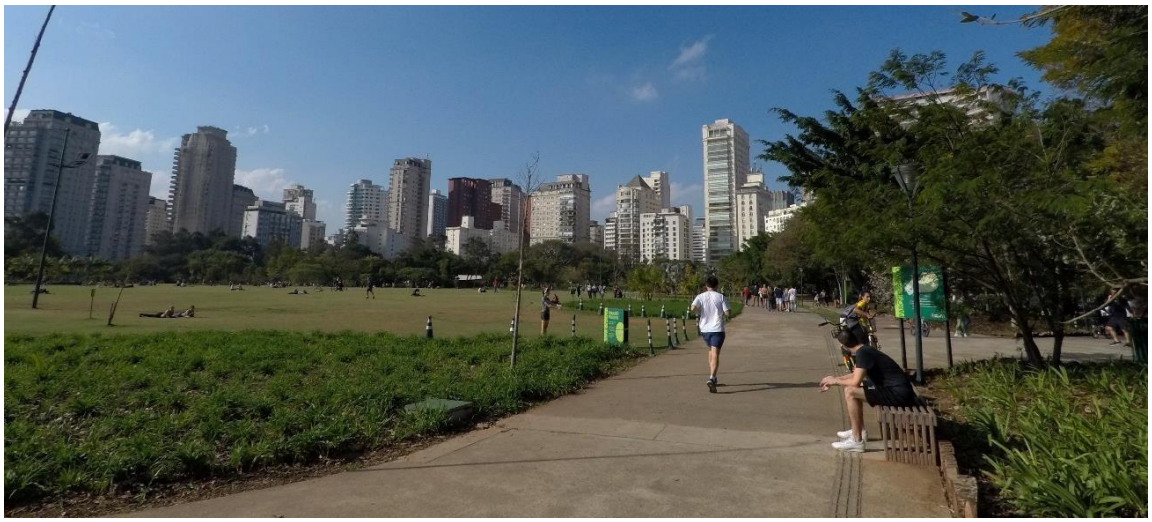


Foto da autora,2018.

Na teoria do cotidiano de Henri Lefebvre (1991), a cotidianidade aparece como produto do desdobramento do mundo da mercadoria, com a consolidação de uma sociedade orientada essencialmente para o consumo, que o autor chamou de sociedade burocrática do consumo dirigido. Nestes termos, a cotidianidade toma de assalto o cotidiano, eliminando o seu caráter duplo e contraditório, transformando-o em um sistema unificado, homogêneo, eliminando a possibilidade do residual, do irredutível. A cotidianidade invade a vida social, organiza o trabalho e o lazer, o modo de vida, a saúde e o prazer. Controla o tempo e o espaço, impondo a sua métrica, sua lógica, funcionando como um sistema único, padronizando corpos, gestos, palavras, comportamentos, desejos.

> Antes: a sociabilidade do cotidiano premido pelo seu caráter duplo de miséria, mas também de grandeza, aberto a possibilidade de superação, de transformação pela presença do irredutível, da festa, do jogo e do lúdico. Depois: a instauração da cotidianidade como sistema único, como o domínio da organização, controle, regulação e planificação de todas as instâncias da vida, do trabalho, do tempo da vida e dos momentos do lazer, no parque.

De acordo com esse autor o processo que leva a instauração da cotidianidade tem como um dos seus aspectos a liquidação de um passado, dos traços de uma história, tudo para levar a estratégia vitoriosa que se estende a todas as esferas da vida social.

O novo projeto foi responsável pela destruição do Parque do Povo como um referencial urbano que se constituiu como suporte físico da memória coletiva dos antigos moradores do bairro e de todos aqueles que tiveram ali uma relação existencial, dada pelas práticas culturais do futebol de várzea, processo que fora, afinal, a justificativa para sua patrimonialização pelo governo estadual. Destruiu e recriou um espaço-cenário, espetáculo para o novo habitante do bairro e para os funcionários dos setores corporativos ali instalados. O novo destrói o antigo com uma força avassaladora, não só a sua materialidade, mas as relações mais finas, tecidas na teia complexa da sociabilidade do antigo bairro. Suprimindo os suportes de memória produz o estranhamento do antigo morador que não se identifica mais com o lugar. Nas palavras de um morador e frequentador do Parque do Povo:

> Como ali era uma área nobre, então eles acabaram com o pessoal, com o povo. Porque o povo descia lá embaixo para assistir os jogos. Eu encontro muitas pessoas idosas que perguntam: é aí, Aldo? Não vai haver mais futebol lá? O pessoal ia assistir, essas pessoas de idade da Vila Olímpia, Vila Nova, Itaim. Então, eles sentem falta, né? (Aldo Grecco, em entrevista a Simone Scifoni, janeiro de 2013)

## 2.3 – O patrimônio como negócio[45]

Algo relativamente novo acontece nas políticas de patrimônio cultural no Brasil desde o começo deste século, mas tem sido pouco evidenciado no debate acadêmico sobre o tema. De um lado, a literatura especializada em patrimônio ainda não demostrou interesse em destrinchar essa problemática recente; de outro lado, a produção de uma leitura urbana de viés crítico, porém não especificamente nascida dentro da área de patrimônio, tem generalizado conclusões que não correspondem à realidade das cidades brasileiras, a partir da abordagem de um determinado lado da questão.

Essa questão já foi tratada em artigo anterior (SCIFONI, 2014); diz respeito à afirmação, para a realidade urbana brasileira, da instrumentalização do patrimônio na atual gestão urbana, relacionada à nova condição de centralidade da cultura na sociedade contemporânea. O texto anterior buscava mostrar o "outro lado da cultura" na gestão urbana, problematizando uma discussão que, no Brasil, tem sido profundamente influenciada pelas conclusões que o debate acadêmico europeu tem produzido a cerca de uma realidade que não é a nossa.

A intenção daquele artigo era mostrar que o modelo europeu de reabilitação do patrimônio com a instalação de equipamentos de animação ligados à cultura erudita, ou seja, um modelo que usa determinado setor da cultura como instrumento de promoção da cidade, muito embora tenha sido reproduzido em cidades brasileiras, não explica a atual condição do patrimônio e nem nos permite concluir ou generalizar uma centralidade da cultura na gestão urbana, assim como os europeus concluíram. Procuramos mostrar que esse modelo foi senão pontualmente utilizado, mas que isso não reflete e nem explica o quadro geral do que representa o patrimônio e a cultura na agenda política urbana, uma vez que existem profundas contradições derivadas de uma natureza desigual do patrimônio no Brasil.

Dessa forma a proposta de debate do "patrimônio como negócio", objeto desse presente artigo, não percorrerá esse caminho. Trata-se aqui de propor uma leitura sobre aspectos até agora não suficientemente analisados a respeito do patrimônio no Brasil, ou seja, de compreender de que forma ele tem sido *ajustado* com o objetivo de eliminar uma barreira à produção da cidade como negócio. Ou, dito de outro modo, cabe analisar

[45] Artigo publicado em CARLOS, Ana Fani A.; VOLOCHKO, Danilo: ALVAREZ, Isabel Pinto (orgs.). A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2015. p. 209-226. Na publicação do artigo em livro foram suprimidas as fotos. Aqui optou-se por mantê-las. O texto contém pequenas alterações, resultado da revisão.

em que condições o Estado produz políticas públicas voltadas ao *ajuste do patrimônio* sintonizado às necessidades da reprodução da cidade como negócio (CARLOS, 2001). Pretendemos alicerçar a discussão a partir do aporte teórico da geografia urbana crítica, aquela de fundamentação marxista-lefebvriana, de maneira a contribuir com uma leitura geográfica sobre o patrimônio, mas que não se alinhe a produção feita atualmente pela geografia cultural.

Trata-se de pensar o patrimônio cultural na perspectiva do processo de produção do espaço urbano, refletindo sobre como as políticas públicas de preservação são também políticas espaciais. Nesse sentido, o ajuste do patrimônio será pensado como necessidade e condição de determinado momento do processo de valorização espacial na metrópole.

Para fazer essa discussão utilizamos a análise de três estudos de casos na metrópole de São Paulo, os quais permitirão compreender e problematizar questões em direção a um pensamento teórico explicativo. Dois desses estudos de caso correspondem a patrimônios tombados situados no contexto do processo de valorização espacial vinculado à área da Operação Urbana Faria Lima, portanto no interior da centralidade dos negócios da metrópole de São Paulo; é o caso da sede do Sítio Itaim e do Parque do Povo, bens tombados de caráter completamente diversos em função dos sentidos e significados culturais atribuídos a eles. Já o terceiro estudo de caso, envolve um patrimônio situado em uma das franjas periféricas metropolitanas, a Estrada de Ferro Perus-Pirapora, entre o bairro popular de Perus, na capital, e o município de Cajamar.

## Em que consiste o *ajuste do patrimônio*?

No âmbito das políticas públicas de patrimônio levadas a cabo no estado de São Paulo, sobretudo a partir dos anos 2000, tem-se observado recorrentes casos de aprovações de intervenções em bens tombados cada vez mais estranhas à ideia do que se entende por proteção da memória que esses representam. O sentido dessas aprovações pode ser apreendido quando se analisa a inserção desses bens no processo de produção do espaço urbano da metrópole de São Paulo.

Em alguns casos essas aprovações viabilizam-se por meio da alteração integral do *corpus* legal que sustenta a preservação, como a mudança dos termos de uma resolução de tombamento, por exemplo. Em outras situações as alterações são feitas, ao contrário, pontualmente, à semelhança de intervenções cirúrgicas, incidindo em determinados itens da legislação, o que acaba transformando aquilo que deveria ser um

conjunto de diretrizes de regulamentação em uma verdadeira colcha de retalhos, carente de coerência interna. Outras vezes, apresentam-se como estratégias mais sutilmente implementadas, já que não há mudança alguma imposta, ao contrário, as aprovações de intervenções se dão ignorando os requisitos indispensáveis, o que em linguagem jurídica significa ao arrepio da lei.

Essas diferentes estratégias políticas fazem parte do que chamamos aqui de *ajuste do patrimônio*, momento atual das políticas públicas de preservação. Esse compreende, assim, um conjunto de mecanismos por dentro do Estado e por meio dele, com o objetivo de viabilizar a aprovação de empreendimentos privados e grandes projetos públicos que, pelas práticas institucionais apoiadas na *expertise* no campo do patrimônio ou pelo *corpus* legal, não seriam possíveis antes. O ajuste permite produzir legalidade onde antes não existia a possibilidade e, com isso garantir a realização do valor e o lucro máximo na produção imobiliária a partir do momento em que elimina uma barreira ou obstáculo: o patrimônio.

Inicialmente é necessário examinar no que consiste essa ideia do patrimônio como obstáculo. É preciso que se entenda que o patrimônio não é, a *priori,* barreira, como se tratasse de uma condição natural, uma vez que "a preservação inviabiliza novas intervenções", como o senso comum muitas vezes dita. Não é disso que se trata. A preservação contempla novos usos e possibilidades de implantação de projetos e alterações nos bens tombados, desde que orientada por critérios e parâmetros que buscam proteger o significado cultural dos bens; e isso acontece com muita frequência nas cidades.

Entretanto, o patrimônio pode *tornar-se* barreira e isso se dá sob determinadas condições. A primeira delas, a ser examinada nesse artigo, se dá quando a sua preservação inviabiliza a implantação de empreendimentos atrelados à concepção de um determinado projeto, aquele voltado à realização máxima do valor e do lucro na produção imobiliária. Nesse caso pergunta-se, mas isso não se resolveria alterando ou adequando o projeto às condições da preservação? Em teoria seria esse o caminho, mas na prática a experiência tem mostrado que, quando determinadas situações da proteção impedem a realização do lucro máximo na produção imobiliária, a solução dada pelas políticas públicas tem sido a do ajuste do patrimônio.

Mas o patrimônio *torna-se* obstáculo, também, quando o seu uso e apropriação social não se adequam a lógica hegemônica que produz o espaço urbano homogêneo, como condição para sua valorização. Nesse caso é, sobretudo, um uso vinculado às classes populares, quer como moradia, trabalho ou formas de lazer coletivo, que se

constitui como barreira à valorização e, quando isso acontece, o patrimônio pode ser compreendido a partir da noção de resíduo, conforme discute Lefebvre (1991). Assim sendo, o uso é o que faz com que o patrimônio cultural se constitua como um resíduo dentro do processo de produção do espaço urbano.

O resíduo é, para o autor, aquilo que escapa ao repetitivo, ao programado, à imposição da racionalidade e da lógica da mercadoria, é o que se apresenta como irredutível. O uso do patrimônio, que o torna um resíduo na metrópole, luta contra a imposição da produção de um espaço homogêneo, ou seja, luta contra o postulado da uniformidade. Para a lógica que busca coesão e coerência os resíduos são intoleráveis, sendo preciso aprisioná-los e transformá-los em modelos uniformes (NASSER & FUMAGALLI, 1996). Para as autoras, o resíduo luta contra a tentativa de se reduzir tudo à mesma coisa, são diferenças que nascem resistindo contra o idêntico:

> Essas diferenças que não sucubem à opressão da equivalência são, pois "*resíduos*": são o que não se deixou capturar, aprisionar em modelos; são o novo que emerge do movimento dialético de inclusão e exclusão de conteúdos momentaneamente portadores ou não da diferença. (NASSER & FUMAGALLI, 1996, p.35)

Assim sendo, o resíduo é obstáculo ao processo que busca homogeneizar o espaço e essa condição residual faz do uso popular do patrimônio, em áreas submetidas à valorização espacial, uma barreira que deve ser superada.

A perspectiva da compreensão do patrimônio no contexto do processo de produção do espaço urbano, quer como obstáculo, ou como resíduo que se contrapõe ao homogêneo, permite situar o que chamamos aqui de *ajuste do patrimônio* como uma política pública de cultura que se torna, também, política espacial, na medida em que busca superar o limite daquilo que se apresenta como barreira à produção da cidade como negócio.

Mas, como isso se dá? Essa é a questão que deve ser explicitada aqui.

O ajuste implica em superar o obstáculo do *corpus* legal que protege o patrimônio, flexibilizando-o. Isso significa produzir legalidade, que se dá concretamente alterando aquilo que constitui a normativa que regulamenta os bens protegidos, ou seja, as Resoluções de Tombamento. A experiência tem mostrado que a alteração ocorre de duas formas: ou pontualmente, modificando determinados artigos, ou integralmente, por meio da edição de nova resolução. Mas há ainda a produção da legalidade que se dá sem alterar a normativa, ou seja, por meio de decisões de aprovação que ignoram a base legal, transformando ilegalidade no seu contrário. A explicitação dos casos a seguir mostrará concretamente como isso se dá.

Motivada unicamente pela necessidade de viabilização de determinados interesses econômicos, essa produção de legalidade torna-se, assim, um artifício por dentro do Estado, no interior das políticas públicas. É o que Lefebvre (1978) chamou de *produção política* pela ação do Estado. O autor explica que a prática e a experiência política no mundo moderno permitem que se amplie o conceito de produção estendendo-o para além da produção de coisas, objetos e mercadorias. A produção política é aquela que se liga ou provem do Estado, ou quando ele a conduz. Ainda segundo o autor, nesse momento a produção política envolve o paradoxo expresso no fato de que quanto maior é o peso e a atuação do econômico, menos ele aparece como explicação para o fato, uma vez que se encontra dissimulado sob a aparente autonomia das instituições políticas.

A produção da legalidade se dá, na prática, a partir do momento que o Estado percebe que é possível aproveitar-se da própria estrutura institucional dos órgãos de patrimônio, ou seja, daquilo que os torna peculiar: Conselhos de Patrimônio são instâncias colegiadas, formadas por uma diversidade de representações de outras instituições, e que detém o poder de aprovação e deliberação.

Contraditoriamente, os colegiados são formados por representantes do poder público e, também, da sociedade civil e, são, em teoria, formas mais democráticas e participativas de gestão do patrimônio. Mas tem sido por meio dessas instâncias colegiadas que se tem garantido legitimidade para os *ajustes do patrimônio*, produzindo, assim a legalidade necessária.

É a instância colegiada que permite superar a barreira das normativas anteriores, consideradas restritivas às necessidades dos empreendimentos, possibilitando, ela própria, não respeitar essas normativas. Ela tem legitimidade para isso, que é dada pela sua composição colegiada, “democrática” o suficiente para justificar superar as normativas. Mas, para que estas instâncias colegiadas atuem dessa forma, dando respostas satisfatórias ao imperativo do econômico, é preciso, antes, que o Estado controle essa participação, garantindo os apoios necessários. Esse controle se dá na seleção dos representantes das instituições internas, mas também as consideradas externas a ele, aquelas que, em tese, teriam total autonomia, isenção em relação aos interesses de Estado.

A experiência e a prática política na condução do processo, ao longo dos anos, mostrou a necessidade desse controle das instâncias colegiadas decisórias e isso se deu não somente no âmbito do patrimônio cultural, mas também é extensivo ao campo da gestão ambiental no estado de São Paulo. Nem sempre, entretanto é possível

conseguir posições totalmente alinhadas com os interesses políticos hegemônicos, às vezes algo escapa ao controle. Mas, infelizmente, isso não chega a conseguir mudar muito o rumo das coisas. O caráter participativo e democrático das decisões nas instâncias colegiadas torna-se, assim, mera ilusão.

Para tornar mais concreta essa discussão, trazemos à luz alguns exemplos a partir dos quais buscamos problematizar as experiências vivenciadas no campo das políticas de patrimônio, tentando deixar esclarecidas as diferentes estratégias utilizadas no sentido do *ajuste do patrimônio*.

## A "preservação" que vira destruição: o caso da Sede do Sítio Itaim

A casa que funcionou como sede do antigo Sítio Itaim, situada em terreno que se localiza hoje na Avenida Brigadeiro Faria Lima[46] encontra-se protegida pelo órgão de patrimônio estadual[47] desde outubro de 1980, quando o conselho decidiu pela abertura do processo de tombamento, que foi finalizado em 1982, com a edição da Resolução SC nº 46/1982. O tombamento foi iniciado em um momento em que um antigo sanatório que ocupava o imóvel não estava mais em atividade ali. De acordo com as informações do processo de tombamento, desde os anos 1920 a edificação abrigava um hospital psiquiátrico, o Sanatório Bela Vista. Em 1980 a propriedade foi vendida ao grupo Selecta, do empresário Naji Nahas, que após receber a notificação da instauração do tombamento iniciou a demolição das edificações, o que foi seguido de embargo e ação judicial.

A demolição parcial e o abandono provocado pelos proprietários desde então resultou em um bem tombado composto por ruínas formadas por paredes grossas de taipa de pilão, consideradas como testemunho relevante da típica arquitetura da casa rural do século XVIII. A questão a ser problematizada aqui envolve refletir sobre a solução adotada para recuperar esse patrimônio tombado e sobre as estratégias para o *ajuste do patrimônio*.

O Sítio Itaim se destaca como um caso no qual a solução dada "em nome da preservação" resultou em destruição do sentido e significado do próprio patrimônio, ou seja, a sua essência. Isso ocorreu em função de dois motivos. Em primeiro lugar porque

[46] A partir da implantação da Operação Urbana Faria Lima, nos anos 1990, que estendeu o traçado dessa avenida, o terreno ganhou face voltada para esta via. Antes da intervenção urbanística o terreno fazia frente para a Rua Iguatemi, aos fundos da avenida.
[47] Condephaat, Conselho de Defesa do Patrimônio Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

a solução para a recuperação foi recompor ou reconstruir a casa, a partir de suas ruínas, o que vai à contramão da *expertise* constituída nesse campo de atuação e inclusive contra as recomendações internacionais. Em relação a isso, Kühl (2008, p. 96) alerta que, muitas intervenções, como é o caso das reconstruções ou das transformações radicais, explicitam um desprezo ao conhecimento produzido e acumulado ao longo da constituição desse campo disciplinar, [...] "e tem-se a impressão de se estar percorrendo o mesmo caminho empírico iniciado há séculos, para reinventar a roda, cometendo, com esta atitude, destruições e deturpações de documentos".

Em segundo lugar, a destruição do sentido do patrimônio se deu uma vez que a solução adotada ignorou a existência do terreno como sítio arqueológico, o que levou a sua degradação quando se iniciaram as obras de escavação para realização das fundações e subsolo de garagens. O *ajuste do patrimônio* viabilizou a solução.

No que diz respeito à opção pela reconstrução do bem tombado, em pelo menos dois momentos do processo de tombamento do Condephaat encontram-se pareceres que a desaconselhavam como medida a ser tomada. Em um dos pareceres técnicos emitidos no início da discussão sobre qual deveria ser o partido a ser adotado na recuperação do imóvel, o arquiteto Samuel Kruchin, da equipe técnica, assim afirmava:

> Dadas as condições atuais do edifício **fica evidente a impossibilidade de resgatar sua forma primitiva**, a menos que queiramos aproximá-lo de algo como um neo-bandeirismo, já que o dado de recomposição contemporânea em muito sobrepassa o referencial físico primitivo que, ao nosso ver, é o que deve ser enfatizado já que, mesmo no estado atual ainda permite uma leitura importante (ainda que parcial) do seu contexto espacial primitivo. Uma "plástica restauradora" provocaria, ainda, a **negação de sua historicidade contemporânea** e de seu sentido transcendente face a preservação no Brasil hoje. (Processo Condephaat nº 20.640/78, p.318, *grifos nosso*)

O arquiteto defendia a ideia de valorização as ruínas por meio da criação de uma estrutura de linguagem contemporânea que se diferenciasse e deixasse explícito o desejo de proteger o bem, mas não de recriá-lo, afirmando, ainda, que era importante que a intervenção se vinculasse a possibilidade de novo uso, ao invés de optar pela musealização da ruína.

Semelhante posição defendia o superintendente do Iphan e conselheiro relator do processo em 1987, o arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade, que além de não recomendar a reconstrução em virtude do estado que se encontravam as ruínas, também alertava para a necessidade de se proceder à pesquisa arqueológica para dar respaldo a qualquer projeto de intervenção.

> É urgente, ademais, providenciar a execução dos serviços de prospecção e pesquisa arqueológica do bem cultural, imprescindíveis para se repensar novo projeto de estabilização e consolidação das estruturas remanescentes, tido o atual estado de conservação do edifício que, **desaconselha qualquer tentativa de reconstituição ou reconstrução**, independentemente dos problemas de natureza técnico-conceitual suscitados pela análise crítica do projeto inicialmente formulado pelo Conselho. (Processo Condephaat 20.640/78, p.434, *grifo nosso*)

Apesar da reconstrução ter sido desconsiderada como opção válida, por duas vezes ao longo do processo de tombamento e, mesmo com as recomendações internacionais, como a Carta de Burra[48], também condená-la, foi a solução adotada para a recuperação do bem. Contrariando o artigo 18º da Carta, a intervenção no Sítio Itaim significou a construção da maior parte da chamada "substância do bem" e não apenas acréscimos para completar o que faltava, conforme estabelece o documento internacional. No que diz respeito ao artigo 19º, as partes reconstruídas deveriam permitir sua distinção do que é original, o que também não aconteceu com a obra. Dessa forma, a solução aprovada pelo órgão de patrimônio nos parece um contrassenso, pois, conforme lembra Kühl (2008), o Condephaat, em sendo membro institucional do Icomos-Brasil, deveria atuar de acordo com as cartas e doutrinas estabelecidas por este conselho internacional, assim como atender as convenções internacionais e recomendações da Unesco.

Além da reconstrução, o projeto englobou uma área de entorno com um jardim, para favorecer a ambientação da casa rural paulista. Ambos, a casa e o jardim, em face de sua localização quase central no terreno, implicaram na sua incorporação ao projeto arquitetônico do novo edifício, chamado de Pátio Vitor Malzoni. O resultado foi um enorme bloco de edifício espelhado, com um vão central aberto que emoldura o bem tombado que é circundado pelo jardim. Inserido fisicamente ao projeto do novo edifício, o patrimônio reconstruído tornou-se um simulacro da casa rural paulista oitocentista no novo eixo empresarial da Faria Lima.

Acreditamos que a ideia do *ajuste do patrimônio* pode nos ajudar a compreender como uma intervenção rechaçada pela própria *expertise* no campo patrimonial pode, por meio da aprovação da instância colegiada, se legitimar acima de tudo, tornando-se inclusive inquestionável do ponto de vista jurídico.

[48] Documento do Icomos, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

Mas no caso do Sítio Itaim, o *ajuste do patrimônio*, foi para além disso, pois significou superar ilegalidades envolvidas na destruição do sítio arqueológico, que se deu em 2009, quando se iniciaram as obras. Apesar da proteção aos sítios arqueológicos estar prevista no âmbito da legislação federal[49], sendo incumbência do Iphan[50], as obras para a construção do novo edifício no terreno, em particular, o rebaixamento do solo em 20 metros para a realização das fundações e subsolo de seis andares para garagens (2.500 vagas para carros), iniciaram-se sem qualquer consulta ou pedido de autorização para o órgão. Isso resultou em paralização das obras em 2009, quando a Justiça Federal acatou ação do Ministério Público. Mesmo assim, já era tarde demais, o sítio arqueológico havia sido reduzido apenas ao subsolo da casa, o que inviabilizou o conhecimento e o resgate de peças arqueológicas que poderiam contribuir para a leitura histórica da ocupação do bairro.

A decisão da Justiça chegou tarde, porém já estava explícita a ilegalidade da obra diante da legislação de proteção ao patrimônio arqueológico, desde 2008, quando o Ministério Público solicitou informações aos órgãos de preservação para esclarecer a existência ou não de pesquisa arqueológica realizada. O Condephaat esclareceu, na oportunidade, que as pesquisas foram realizadas em apenas três meses de trabalhos de campo, no ano de 1988, e que havia sido prevista a segunda fase de escavações, a qual não teria sido viabilizada, portanto a pesquisa estaria incompleta para se proceder a liberação da área para intervenções. Já a resposta do Iphan, além de apresentar dados equivocados informando que o Condephaat ficara dois anos realizando as pesquisas, o que pode ter induzido o Ministério Público a concluir que a obra estava legalizada, foi também evasiva, já que caberia a esse órgão informar a inexistência de pesquisas arqueológicas encaminhadas àquela instância federal, dada a sua responsabilidade legal para atuar na preservação dos sítios arqueológicos.

Como é possível compreender a falta de atuação de ambos os órgãos no que diz respeito à proteção de um sítio arqueológico de tamanha importância, relativo a um empreendimento de grandes dimensões, em uma das áreas mais valorizadas da cidade? Como é possível que os pareceres que conduziram à aprovação do empreendimento não tenham levado em conta esse “mero detalhe”, da necessidade de se proceder ao salvamento arqueológico na área?

[49] Conforme estabelece a Lei Federal 3.924 de 1961, e a Portaria 07 de 01/12/1988.
[50] Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

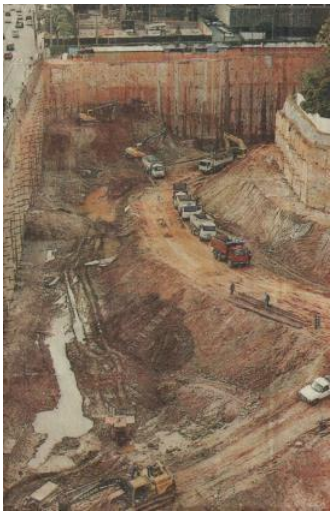


Imagem 12: ruínas do Sítio Itaim antes da reconstrução (Fonte: Pierro, 2013).
Imagem 13: escavações para fundação e subsolo do edifício, com a casa no canto à direita (Fonte: Folha de S.Paulo, 29/04/2009).

Imagem 14: Edifício Pátio Malzoni. Ao centro em meio ao gramado, a casa do Sítio Itaim, reconstruída.

Imagem 15: detalhe da casa reconstruída. Sem distinção nas paredes externas do que foi adicionado e o que era original. (Fotos S. Scifoni, 2014).

A ironia do caso é que apesar das problemáticas relativas à preservação desse patrimônio, o Pátio Vitor Malzoni, recebeu em 2012, o Prêmio Master, considerado o mais importante do setor imobiliário, justamente pelo seu caráter de “resgate histórico”. O projeto ganhou ainda, nessa mesma premiação, dentro da categoria Profissionais, por ter proporcionado a “preservação do patrimônio”, sendo o *case* denominado de

“Restauração da Casa Bandeirista do Itaim Bibi”. Segundo um dos arquitetos do projeto, o que poderia ser um aspecto inicialmente negativo tornou-se elemento definidor do projeto desse edifício que responde pelos escritórios mais caros de São Paulo, onde se localiza a sede da Google Brasil.

Constatamos, assim, que as ruínas tombadas não chegaram a se configurar propriamente como um obstáculo aos negócios da urbanização, ao contrário, foram incorporadas à lógica da mercadoria, nesse caso, potencializando o seu valor de troca em função do significado simbólico atribuído ao patrimônio e, mais que isso, em função de sua produção como simulacro de casa rural preservada.

O *ajuste do patrimônio*, nesse caso significou adequá-lo às necessidades do projeto arquitetônico, comprometendo a pesquisa sobre o sítio arqueológico e contrariando as recomendações sobre intervenções e restauro do patrimônio. Acreditamos que a compreensão desse ajuste do patrimônio deve passar pela busca de sua inserção no contexto do processo de reprodução da metrópole e do papel que essa nova centralidade empresarial-comercial representa para os negócios da urbanização.

Se o terreno ficou durante mais de duas décadas sem qualquer destinação, foi a partir da implementação da Operação Urbana Faria Lima, que se criou uma nova perspectiva de valorização fundiária para aqueles trechos da cidade. Conforme discutiu Carlos (2001), a operação urbana permitiu superar a condição de raridade do espaço, por meio da alteração do zoneamento e do aumento do coeficiente de construção garantindo-se novas possibilidades de adensamento em bairros que originariamente tinham perfil residencial e horizontal, possibilitando a reprodução do espaço urbano sob a forma de novas áreas a serem incorporadas para a construção de edifícios de escritórios. E o *ajuste do patrimônio* serviu à viabilização dos interesses econômicos envolvidos nessa nova centralidade dos negócios em São Paulo.

## Eliminar a cultura popular: o caso do Parque do Povo

No conjunto do patrimônio protegido no estado de São Paulo, há de fato pouquíssimos bens que podemos dizer que são representativos das classes populares ou que se encontram ligados à identidade, ação e memória desses grupos sociais, como é o caso dos trabalhadores urbanos ou rurais.

Dos poucos exemplos que temos dessa categoria de patrimônio que envolve a cultura popular, os dois casos a serem tratados a partir desse momento envolvem *ajustes do patrimônio* mais drásticos, pois resultaram na eliminação do próprio bem tombado ou

de partes significativas dele que inviabilizaram sua leitura como bem cultural. O que ambos os casos têm em comum é significado social desse patrimônio ligado à memória dos trabalhadores e à cultura popular, ou seja, patrimônios que não detêm o mesmo prestígio que os seus congêneres associados às elites política, econômica ou religiosa. Isso significa que podemos pensar que é a vinculação desses patrimônios justamente aos grupos sociais *sem poder* que implica em soluções de projeto mais drásticas, que eliminam os bens, desrespeitando totalmente as memórias desses grupos.

Isso foi o que aconteceu no Parque do Povo, bem tombado pela instância estadual, em 1995, e que está situado nas proximidades da mesma Avenida Brigadeiro Faria Lima, portanto em um mesmo contexto espacial de centralidade dos negócios da metrópole, que o caso anterior, o Sítio Itaim.

Esse parque, cujo nome relaciona-se às formas de apropriação históricas que se deram no local, foi tombado como um bem representativo da cultura popular, em função de se constituir na última das praças de campos de futebol de várzea na metrópole. À época do tombamento eram oito campos de futebol em terra batida, cercados por eucaliptos, que foram plantados pelos próprios usadores da área, além das instalações como vestiários, banheiros, área social dos clubes, moradia de vigias e zeladores da área e os botecos, indispensáveis e inerentes à prática do futebol de várzea.

A área começou a ser utilizada pelos clubes populares nos anos 1930, mas à medida que, a partir de 1950, as várzeas de rios foram sendo integradas ao espaço produtivo da metrópole, conforme analisou Seabra (1987), os clubes da cidade foram perdendo seus espaços tradicionais e migrando para lá, tornando, assim o Parque do Povo um espaço residual.

O uso do lugar pelo corpo traduz a sua condição como resíduo. Partidas de futebol realizadas principalmente nos horários da noite e finais de semana, já que o parque era uma centralidade lúdica para o trabalhador da metrópole, depois da estressante jornada de trabalho. O estudo de tombamento mostrou que os usadores do parque eram provenientes de diferentes lugares da capital, uma parte do próprio Itaim Bibi, outra parte de bairros da zona sul, como Santo Amaro e Capela do Socorro, mas também provinham de bairros centrais como Consolação e Bela Vista. Em sua grande maioria eram trabalhadores do comércio do bairro: vendedores, caixas e balconistas, mas também muitos serventes, cozinheiros, garçons, copeiros e *pizzaiolos.*

O processo de valorização espacial consolidado a partir das obras da Operação Urbana Faria Lima tornariam o uso popular no Parque do Povo um grande inconveniente a superar. Iniciou-se a partir dos anos 2000, uma verdadeira campanha de

desqualificação e deslegitimação do uso popular conduzida em grande parte pela Saib, Sociedade Amigos do Itaim Bibi, com o objetivo de levar a cabo um projeto de requalificação da área no qual o futebol de várzea não teria mais vez.

Apesar do tombamento garantir, em tese, a proteção integral da área e, portanto, do seu uso e apropriação popular, essa campanha de desqualificação resultou, no ano de 2006, na destruição do objeto de preservação: a prefeitura da capital não somente expulsou os clubes que usavam o Parque, como também destruiu os campos de futebol e todas as suas instalações. De forma totalmente ilegal, a prefeitura da capital implantou um novo parque, desmatou os eucaliptos existentes, construiu pista de caminhada e corrida, instalou gramados e novas espécies de árvores e equipamentos de ginástica.

A intervenção realizada pelo poder público municipal tinha claramente o objetivo de eliminar o uso de caráter popular, uma vez que ele representava para os negócios imobiliários no local, um cenário que contribuía para a desvalorização dos imóveis das imediações.

No contexto da realização da Operação Urbana Nova Faria Lima que criou novas possibilidades de negócios imobiliários, o Parque do Povo deveria também adequar-se as novas condições da reprodução do espaço da metrópole. O uso popular não era passível de incorporação, quer do ponto de vista físico, ou simbólico, como foi no caso da reconstrução da sede do Sítio Itaim. Assim sendo, o uso do lugar pelo corpo, não era passível de internalização pela economia política do espaço. Era preciso, dessa forma, eliminar esse obstáculo ao processo de valorização, à realização do valor de troca e ao imperativo do econômico.

A destruição do lugar tombado e sua posterior reconstrução sob novas formas foi feita de maneira ilegal, em 2006, mas foi aprovada pelo Condephaat no ano seguinte, em 2007, sem nenhuma medida de punição ou de compensação, ou qualquer nota de repúdio ao descumprimento das normativas. O *ajuste do patrimônio* regularizou o que se encontrava ilegal, criando uma situação esquizofrênica do ponto de vista da legislação, uma vez que a Resolução de Tombamento SC nº 24 de 03/06/1995, que protege os campos de futebol como base física para práticas populares, ainda permanece em vigor.

## O patrimônio dilacerado: o caso da Estrada de Ferro Perus-Pirapora

Até aqui vimos o *ajuste do patrimônio* como resultado da pressão exercida pelos interesses envolvidos no processo de valorização do espaço e que resultou, em

consequência, ora em sua incorporação à lógica da mercadoria e da promoção imobiliária, como no caso do Sítio Itaim, ora em sua eliminação, como no caso do Parque do Povo.

Mas não se pode pensar que se trata de processo unicamente relacionado às áreas centrais da metrópole; ele está presente, também, nas franjas periféricas, quando essas recebem infraestrutura que permite incorporá-las à nova lógica de produção espacial.

Aqui especificamente estamos tratando das novas condições de mobilidade urbana criadas nas franjas periféricas, a partir da abertura do Rodoanel, em seus trechos oeste e sul. A obra permitiu recriar a periferia como lugar estratégico de investimentos, especificamente relacionados ao setor de logística e armazenamento de mercadorias a serem distribuídas na capital. Isso se deu, por meio da aquisição, em um primeiro momento, de vastas porções de terra barata e, posteriormente, com a instalação de empreendimentos imobiliários de grande porte, constituídos por galpões de armazenagem de mercadorias, que são alugados às empresas da capital. Isso tem constituído, nas franjas periféricas da metrópole, zonas de corredores logísticos, como ao longo do Rodoanel Sul, em Embu e Itapecerica da Serra e nos trechos a oeste, entre Cajamar e Perus. Tais empreendimentos, situados nas periferias, assim como a produção capitalista de moradia em massa para os mais pobres, estudada por Volochko (2011), fazem parte, nas palavras do autor de estratégias dos negócios do setor imobiliário-financeiro, que capitalizam e valorizam os espaços periféricos metropolitanos como meio e condição de sua própria reprodução.

Trata-se de novos produtos do mercado imobiliário que têm mudado a paisagem das periferias cortadas pelos trechos do Rodoanel. No caso específico que abordaremos a partir daqui a viabilização de um corredor de logística entre Jordanésia/Cajamar e o bairro de Perus/Capital, encontrou pela frente o patrimônio tombado da Estrada de Ferro Perus-Pirapora. Tal qual ocorreu no Parque do Povo, a solução encontrada para este bem cultural situado na periferia foi eliminar parte do que era o objeto de proteção legal.

A Estrada de Ferro Perus-Pirapora foi tombada em 1987, em seus trechos que iam das minas de calcário do município de Cajamar até a Fábrica de Cimento situada em Perus, bairro da capital. A demanda pelo tombamento partiu de um grupo com fortes ligações afetivas e de identidade com a ferrovia e a fábrica, tais como antigos trabalhadores, aposentados, filhos de ferroviários e operários. Trata-se de um dos raros exemplos que destoam do conjunto patrimonial, uma vez que está ligado à memória e a cultura operária, ainda hoje, mais de vinte anos após o tombamento, extremamente

presente e fortalecida com a organização popular do Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus.

Como o último remanescente no país de ferrovia com bitola estreita, de 60 cm, essa estrada de ferro foi construída nas primeiras décadas do século XX, para viabilizar a produção de cimento na Fábrica de Cimento Portland Perus, transportando os trabalhadores e, principalmente, o minério de calcário extraído das lavras em Cajamar. A estrada era formada por três pontas: Pátio de Cajamar, onde o calcário era extraído; Pátio de Gato Preto, onde acontecia um primeiro nível de processamento do minério; Fábrica de Cimento Portland de Perus, a unidade de produção de cimento que era destinado a abastecer todo o país. Além de se constituir em um marco da industrialização em São Paulo e no país, como uma fábrica pioneira na produção de cimento, sua importância relaciona-se também a expansão da construção civil em todo o país, alimentada pelo cimento de Perus.

Mas a fábrica e a estrada de ferro ficaram publicamente conhecidas a partir da deflagração de movimento grevista de longa duração conduzido pelo Sindicato dos Queixadas, em função de não pagamento de salários, direitos trabalhistas e, mais tarde, pelos efeitos da poluição sobre a saúde dos trabalhadores. Em 1987, a produção foi paralisada em função de dívidas trabalhistas e de impostos e a fábrica e ferrovia foram desativadas.

É nesse contexto que estrada de ferro foi tombada. Em um primeiro momento, a situação conflituosa envolvendo a fábrica e o sindicato talvez tenha desviado a atenção do órgão de preservação para a leitura do patrimônio enquanto conjunto indissociável, como um sistema fabril. Nesse sentido, apenas a linha férrea e seu material rodante e instalações foram protegidas pela Resolução SC nº 5 de 19/01/1987. Em 1995 foi elaborada uma proposta de regulamentação desse tombamento que buscou resgatar o sentido do sistema fabril representado pela fábrica, vilas operárias e ferrovia, incorporando os três pátios e algumas de suas instalações como parte do perímetro de tombamento. Aprovada pelo Conselho em 1995, porém não editada na forma de Resolução, essa proposta acabou ficando só no papel.

Nos anos 2000, enquanto o governo do estado elaborava os estudos para a abertura do Rodoanel em seu primeiro trecho cortando as terras dessa franja periférica, iniciaram as pressões em torno do tombamento da ferrovia. Isso porque além da linha férrea tombada, a legislação estadual de preservação previa uma área envoltória de 300 metros de cada lado de seus trechos, que deveria receber regulamentação de uso e

ocupação, tendo em vista proteger o chamado entorno do bem. Ou seja, tem-se aí uma vastidão de terras submetidas à legislação de patrimônio.

Desde a abertura do Rodoanel em seu trecho oeste, formou-se em Cajamar, ao longo da Rodovia Anhanguera, um corredor linear de empreendimentos ligados ao setor de logística, que vem se expandindo para o sul. O Pátio de Gato Preto, contando com casas operárias singelas, trechos da linha férrea, galpões e equipamento de beneficiamento do minério, e sua respectiva área envoltória estavam, assim, no meio do caminho da consolidação desse corredor. Ao mesmo tempo, o Pátio de Cajamar encontrava-se, também, ameaçado pela reativação da atividade minerária de calcário.

Imagem 16: Ortofoto da Emplasa de 2007. A linha vermelha indica o trecho excluído do tombamento. A linha amarela indica o que se encontra tombado. Os polígonos em vermelho indicam os 3 pátios. Elaborado por Simone Scifoni. Fonte: datageo.sp.gov.br

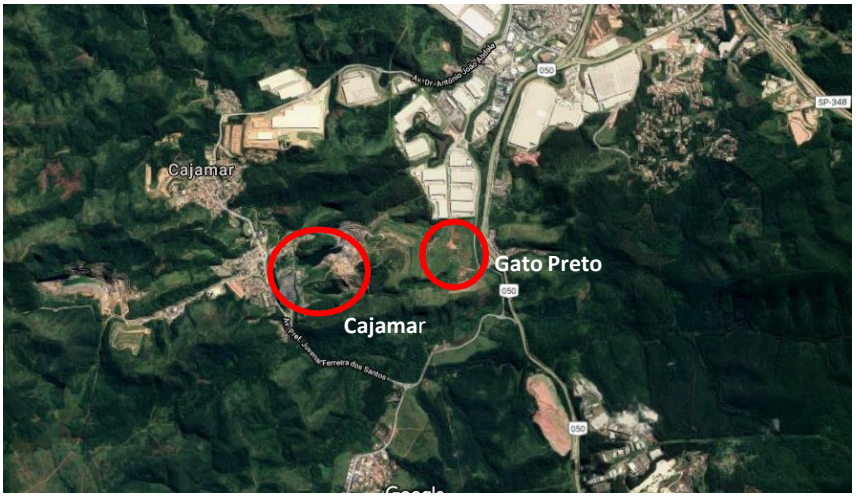



Imagem 17: Imagem de satélite, 2020. Observa-se o corredor de logística ao lado de Gato Preto e a expansão da lavra de calcáreo no antigo Pátio de Cajamar. Fonte: *google maps*.

O ajuste do patrimônio significou eliminar do perímetro do tombamento todas as três pontas da estrada de ferro, ou seja, os Pátios de Gato Preto, Cajamar e Fábrica de Cimento. Isso se fez aproveitando-se da proposta elaborada em 1995, aquela que estendia o tombamento, já tinha sido aprovada e dispunha de minuta de resolução elaborada. O artifício utilizado para ajustar o patrimônio foi modificar os termos dessa

minuta, cortando partes significativas, principalmente na descrição do perímetro tombado. Imperceptível para quem lê o processo, já que grande parte do texto da minuta se manteve na resolução, inclusive as justificativas iniciais do estudo de 1995, que ao final, ficam incoerentes diante do despedaçamento realizado no bem tombado.

As alterações não foram de pequena expressão, já que eliminavam os obstáculos à retomada e expansão da lavra minerária em Cajamar, possibilitavam a realização de projeto imobiliário, em Perus e, principalmente, a construção do Cajamar Industrial Park, um condomínio para armazenagem industrial que, segundo sua propaganda institucional, foi "desenvolvido para atender as mais exigentes especificações de armazenagem e distribuição". O condomínio também ganhou o Prêmio Master, em 2012, na categoria Empreendimento Comercial e vende o discurso da sustentabilidade.

O resultado foi conseguido a partir da edição de uma nova normativa, a Resolução SC no 56 de 13/12/2000, que fragmentou o objeto do tombamento e, com isso, impossibilitou sua compreensão como bem cultural, já que doravante o tombamento inicia-se no Km 2 da estrada de ferro, no meio do nada, e termina em um ponto chamado de entroncamento, bem antes da chegada dos dois Pátios, de Cajamar e de Gato Preto. Questiona-se aqui o sentido de manter um bem tombado fragmentado em sua essência, uma ferrovia sem início nem fim, desarticulada de sua história, que foi a do trabalho e da indústria.

O *ajuste do patrimônio* tem produzido, nos três casos aqui estudados e, em outros mais que poderiam ser citados, bens culturais cada vez mais incompreensíveis do ponto de vista da memória que eles representaram um dia, transformando-se meras mercadorias de uso turístico, objetos reificados com um uso "cultural" elitizado e perverso, porque implicam em expropriação de memórias dos grupos populares, de usos, formas de apropriação e fruição espontânea.

## O ajuste e a valorização espacial: em busca da síntese

A compreensão das questões relacionadas à preservação do patrimônio cultural tem se tornado, cada vez mais, de grande importância para a análise geográfica. Longe de constituir uma temática eminentemente circunscrita a determinados campos disciplinares, como a Arquitetura ou História, o patrimônio pede uma abordagem interdisciplinar. Na perspectiva de uma geografia urbana crítica, é preciso situá-lo no processo de produção do espaço, compreendendo seu papel como obstáculo ou como instrumento de valorização imobiliária, as contradições e conflitos que envolvem a sua

proteção, seu significado social e as formas de uso e apropriação, sua inserção como parte da história da cidade.

Os casos que foram trazidos aqui nos colocam diante de questões essenciais, particularmente, no âmbito da geografia urbana, da relação entre as políticas de ajuste do patrimônio e o processo de valorização do espaço urbano. A partir do que foi apresentado, entendemos que é a situação fundiária do patrimônio, ou seja, a inserção e o papel dos terrenos onde os patrimônios se encontram, diante dos momentos do processo de valorização espacial que colocam ao Estado a necessidade de intervir em nome dos interesses privados. O ajuste como política pública de patrimônio é, assim, condição para os momentos da valorização espacial, portanto, é também parte de políticas espaciais.

Enquanto tais terrenos encontravam-se na condição de reserva de valor, momento que antecede à valorização fundiária propriamente dita, ou na chamada baixa do mercado de terras, a preservação do patrimônio e seus usos residuais não representam obstáculos reais, o que permite e garante sua permanência e a reprodução cotidiana. Mas, a partir do momento em que a produção imobiliária se torna vantajosa, uma vez que o entorno já atingiu patamares de valorização, que permite rentabilidade econômica aos empreendimentos e a garantia do lucro máximo, o patrimônio se torna um obstáculo a ser transposto pela política de ajuste. O ajuste passa pelo Estado, por meio do que Lefebvre (1978) chamou de produção política; dá-se, assim, por diversos artifícios que produzem legalidade onde antes não existia, garantia para o processo de valorização espacial.

No caso do Sítio Itaim e do Parque do Povo, essa virada da rentabilidade econômica, que desencadeia novos processos, se dá a partir da consolidação do eixo da Nova Faria Lima; durante mais de duas décadas desde 1980, o terreno do Sítio Itaim ficou sem uso e no Parque do Povo as partidas de futebol puderam acontecer cotidianamente. No caso da Estrada de Ferro Perus Pirapora, a virada se dá após a abertura do Rodoanel, que consolidou as principais rodovias nas franjas periféricas como eixos de corredores de logística.

Operação Urbana, implantação de infraestrutura de mobilidade, ajustes do patrimônio são assim, produto da ação estatista para criar as condições necessárias à valorização espacial. A compreensão das estratégias utilizadas nos ajustes do patrimônio sob a condução das instituições públicas é, assim, tarefa necessária para uma geografia urbana que se proponha a ser crítica.

# 3. PATRIMONIO E EDUCAÇÃO

# 3 – Patrimônio e educação[51]

Segundo Smith (2011), o patrimônio é ato comunicativo que fala ao presente e às gerações futuras. Portanto, ele tem um efeito prático e um papel pedagógico que se vinculam à sua capacidade de mediação, ou seja, por meio dele falar sobre algo e valorizar certos passados. No entanto, a partir dele, é possível, também, silenciar sobre conflitos e tensões, bem como sobre um passado violento e de opressão aos grupos sociais subalternizados. Nesses termos, a educação patrimonial tem sido vital, tanto para manter a interpretação sobre o passado que foi consagrada pelo Estado, quanto para questioná-la e problematizá-la. A educação tem, assim, um papel estratégico no campo do patrimônio, apesar de ser frequentemente relegada pelas instituições de Estado como algo secundário, para o qual poucos recursos são destinados e sobre o qual qualquer profissional pode falar.

A problemática da educação patrimonial no Brasil pede, urgentemente, uma nova pedagogia do patrimônio, que coloque a discussão na sua totalidade explicativa, ou seja, no campo da Educação.

Dessa forma, é possível afastar-se das práticas tradicionais e espontaneístas, superando as ações carentes de fundamentos conceituais e aquelas que trazem implícitos *abusos da memória*. Segundo Todorov (2000), determinados usos feitos da memória geram o seu abuso. Para ele, o abuso tem relação com a forma de usar a lembrança. Pode-se usá-la para extrair do passado uma lição, um princípio para o presente; esse é o caso da *memória exemplar* como denomina o autor. Mas um acontecimento lembrado pode ser também circunscrito a si mesmo, silenciando-se sobre as suas causas e suas consequências; nesse caso, o autor chama de *memória literal.* Assim, o abuso da memória diz respeito a essa forma literal de uso da lembrança, em que o passado se transforma em mero saudosismo e nostalgia, não sendo capaz de atuar sobre o presente. A sacralização e o culto ao passado em si mesmo são expressões desse *abuso da memória*, ou seja, quando ela não serve às boas causas, diz o autor. A questão essencial é pensar o que fazemos com o acontecimento lembrado, para que ele pode servir e quais são os fins, lembra o autor.

[51] Esse texto de abertura do tema Patrimônio e Educação foi elaborado em 2021 para o Dossiê Identidades, Patrimônio e Educação em perspectiva internacional: questões para o século XXI. Publicado na Revista Educação e Sociedade da Unicamp, v.43, 2022, sob o título “Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo”.

Essa nova pedagogia rompe com a ideia de que ensinar é levar conhecimento sobre um patrimônio eleito pelo Estado e, portanto, exterior aos grupos sociais; ela entende a educação na perspectiva do diálogo e do fortalecimento da autonomia dos sujeitos, que se dá pela produção de conhecimentos sobre as próprias cultura e memória, bem como pela problematização do que já se encontra instituído.

A educação patrimonial tradicional tem sido o lugar preferencial da reprodução do discurso autorizado sobre o patrimônio, conforme conceituado por Smith (2006). O discurso autorizado sobre o patrimônio exerce um poder simbólico, ao se impor e se legitimar como única forma de pensar, como se fosse universal. Conforme a autora, ele nos faz crer que a seleção dos bens a serem considerados patrimônios é processo natural, ou seja, que se trata de reconhecer aquilo que naturalmente tem valor, a partir de critérios ditos universais. Todavia, o que aparece como naturalmente digno de valor é um certo conjunto de bens que trazem a representação de uma determinada classe social. Esse discurso é também prática, pois legitima modos de fazer política, regula o significado do passado e afirma certas identidades sobre outras, enquadrando, assim, a memória e o patrimônio. Ele mina as ideias alternativas e subalternas de herança, conforme coloca Smith (2011), ao criar uma mentalidade autorizada, uma forma de pensar autorizada.

Nesse sentido, constata-se que na educação patrimonial tradicional vigora amplamente essa mentalidade autorizada que está entranhada na forma do “conhecer para preservar”, uma ideia fora do tempo, conforme assinado por Scifoni (2019). O trabalho educativo torna-se, nessa perspectiva tradicional, mera divulgação do que foi eleito pelo Estado, reproduzindo discursos e a memória do poder, um espelho que é parcial, desigual e, portanto, distorcido da sociedade. Romper com a mentalidade autorizada é papel de uma nova pedagogia do patrimônio que se proponha a ser crítica. É um exercício diário de reflexão e questionamento sobre o que é patrimônio e o que é possível falar sobre ele, tornando esse ato comunicativo um processo crítico, dialógico e, portanto, político.

## A nova pedagogia do patrimônio

No Brasil, desde 2006, vem sendo construída coletivamente uma nova forma de ver e fazer educação patrimonial, a partir da renovação ocorrida no órgão federal de patrimônio, o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com a entrada de novos servidores públicos, os quais transformaram o pensamento sobre esse campo. Eventos organizados pelo setor educativo do órgão, como seminários, fóruns de

discussão e oficinas, fizeram convergir esforços para essa construção coletiva de uma nova pedagogia do patrimônio. Disso resultou, em 2016, três grandes marcos no campo: em 2014, a publicação do Iphan intitulada Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos, que apresentava novos princípios educativos; a portaria Iphan n. 137/2016, que estabeleceu as diretrizes para a educação patrimonial no país; e a publicação, em 2016, do Inventário Participativo Manual de Aplicação, uma ferramenta para embasar novas ações de identificação estimulando a autonomia dos grupos sociais.

A portaria superou a visão tradicional contida no Guia Básico de Educação Patrimonial do Iphan, em uso desde o fim dos anos 1990. Um dos aspectos problemáticos desse material era como ele definia o que deveria ser um dos objetos da ação educativa, o monumento. O guia apresentava de forma bastante limitada a noção de monumento, atrelando-o à visão do patrimônio consagrado em seu sentido mais conservador, ou seja, dado pelo caráter de exemplaridade e pelo atributo estético-estilístico, desvinculando-o de seu valor afetivo, social e de memória coletiva.

> Um monumento é uma edificação ou sítio histórico de caráter exemplar, por seu significado na trajetória de vida de uma sociedade/comunidade e por suas características peculiares de forma, estilo e função (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 16).

Em contraposição, a portaria de 2016 definiu como objeto da educação patrimonial os bens culturais que se encontram inseridos nos espaços de vida das pessoas, colocando, assim, como diretrizes fundamentais na formulação das ações educativas a necessidade de participação social e de integração das práticas educativas ao cotidiano, estimulando o protagonismo dos grupos sociais.

A portaria foi também essencial para superar a visão restrita do guia básico, que definia a educação patrimonial como uma determinada metodologia importada dos museus da Inglaterra (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999). Em contraposição, o documento de 2016 definiu-a como

> [...] processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação (IPHAN, 2016a, art. 2º).

Nesse sentido, a definição da portaria abriu a possibilidade de pensar a multiplicidade de metodologias nas práticas educativas de patrimônio, ressignificando o que até então era apresentado como educação patrimonial. Ao incorporar processos

educativos não formais, possibilitou, também, reconhecer muitas ações inovadoras desenvolvidas por grupos, coletivos e movimentos sociais que mobilizam os sujeitos sociais na identificação, na valorização e na proteção de sua cultura.

Uma nova pedagogia foi, assim, construindo coletivamente a partir de uma tríade de princípios articulados, que se apresenta aqui: autonomia dos sujeitos, dialogicidade e participação social. Tais princípios fundamentam-se na ideia central de que o patrimônio cultural está nos espaços de vida dos grupos sociais, não como coisa, lugar ou prática imaterial simplesmente, mas como vetor de algo; ou seja, por meio dele, é possível lembrar e fortalecer identidades. Para Meneses (1992; 1996; 2012), o patrimônio cultural é um guia, um ordenador que é usado pelos grupos sociais para socializar, operar, agir e sustentar crenças. Ele é parte da identidade e da memória que são constituídas em uma relação de habitualidade, dada pelos usos e pela fruição desses bens. Nesse sentido, os valores não estão nas coisas, mas são atribuídos a elas por meio do grupo social, esse que é, para o autor, o ventre gerador.

Nesse mesmo sentido, Smith (2011) alerta que patrimônio diz respeito a processos que criam sentidos e representações, os quais permitem defender e validar certas identidades e narrativas. Para a autora, foi um discurso hegemônico entendido como universal, mundializado a partir de experiências europeias de instituições como Unesco e Icomos, discurso esse que consolidou a ideia do patrimônio como coisa, lugar ou prática imaterial, cujos valores devem ser naturalmente reconhecidos pelos especialistas. Para a autora, trata-se do discurso autorizado sobre o patrimônio, referenciado na sigla AHD (*authorized heritage discurse*).

Ou seja, ambos os autores convergem para a ideia de que é preciso descentrar o patrimônio, ou seja, tirá-lo desse entendimento de coisa em si mesma, para situar seus principais sentido e significado como vetor de valores, acionador e mobilizador de memórias e identidades.

É dentro dessa perspectiva que se apresenta o primeiro princípio da nova pedagogia do patrimônio, o da autonomia dos sujeitos. Ele requer uma nova prática educativa capaz de superar a separação e a hierarquia entre o ensinar e o aprender. Como diz Freire (2017), é preciso concebê-los como dimensões articuladas de um mesmo ato – ensinar-aprender -, como uma experiência total, que é, ao mesmo tempo, pedagógica, ética, estética e política. O ensinar-aprender recusa o ensino bancário – que deposita conteúdo em uma caixa vazia –, estimulando os educandos, ao contrário, à produção de conhecimentos a respeito de seu próprio universo cultural, sobre os seus modos de ser, viver, fazer e criar no mundo. Fomenta nos educandos a assunção de sua

identidade cultural, como expressa o autor, o assumir-se como um sujeito de cultura, de memória e de patrimônio, ou como "[...] ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar" (FREIRE, 2017, p. 42). Assim, o ensinar-aprender como prática educativa em patrimônio rompe com aquela tradicional visita ao centro histórico ou aos museus, a qual busca ensinar a população o que é o patrimônio como uma espécie de catequese, em que ele é sempre exterioridade, poder sobre o outro.

O princípio da autonomia dos sujeitos implica que as práticas educativas estejam voltadas a fomentar nos educandos a capacidade de anunciar e enunciar o que é patrimônio cultural para si próprio, aquele patrimônio que habita o coração dos grupos sociais e a sua memória coletiva. Os inventários participativos constituem, nesse sentido, um recurso fundamental no processo de assunção da identidade cultural, já que eles são pesquisa de seu próprio mundo.

Cabe destacar que, apesar de um princípio novo na virada da educação patrimonial a partir de 2006, essa concepção centrada na visão dos grupos sociais como sujeitos de cultura esteve presente antes, nos anos 1980, com o chamado "Projeto Interação", como ficou conhecido o "Projeto Interação entre a Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País". Ele foi desenvolvido entre 1982 e 1986 e coordenado por José Silva Quintas, da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), órgão responsável, naquele momento, pelas políticas de patrimônio. De acordo com o estudo de Demarchi (2020), o Projeto Interação colocou a valorização do contexto cultural das escolas como elemento-chave das práticas na educação básica, tendo como consultores Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão. Esse projeto, segundo o autor, criticou a forma como as escolas reificavam a cultura, tratando os educandos como consumidores de conhecimentos empacotados e assépticos. O projeto propunha, assim, o ensino a partir do repertório cultural das localidades.

O segundo princípio da nova pedagogia do patrimônio é a dialogicidade. A prática educativa do ensinar-aprender coloca o diálogo como fundamental na valorização e no respeito ao outro, o que pede a escuta e a abertura para aprender com ele. Para Freire (2017), um dos saberes necessários à prática educativa é a disponibilidade para o diálogo. "O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história" (FREIRE, 2017, p. 133).

Demarchi (2020) retoma o significado fundamental do conceito de Paulo Freire, denominando-o diálogo radical, lembrando seu sentido profundamente humanizador,

uma vez que implica horizontalidade entre quem fala e quem escuta, respeito e busca de compreensão do outro, o que não significa necessariamente concordância, mas respeito à escuta e ao ponto de vista diferente. Diálogo não significa impor pontos de vista, mas a possibilidade de trocas e de compreensão mútua. Em tempos atuais no Brasil, há que se ressaltar, entretanto, que diálogo não implica aceitar e tolerar pontos de vista que contrariem os direitos humanos; portanto, não significa tolerar falas racistas, negacionistas, discriminatórias, xenófobas, lgbtfóbicas ou fascistas.

O diálogo é, assim, o principal desafio das políticas públicas, uma vez que o discurso autorizado sobre o patrimônio e a mentalidade autorizada, para usar os termos propostos por Smith (2006), impedem-no de acontecer. A relação hierárquica estabelecida entre um saber técnico, do especialista entendido como superior, diante dos saberes populares e empíricos, considerados inferiores, inviabiliza o diálogo radical, uma vez que não há disposição e abertura para considerar os olhares da gente comum, aqueles que vivem, moram e usam o patrimônio.

O terceiro princípio, o da participação social, fecha a tríade dessa nova pedagogia do patrimônio e, ao mesmo tempo, realiza-a na prática. A participação social significa incorporar na política pública os dois princípios anteriormente apresentados, pois a autonomia do sujeito e o diálogo somente acontecem, na prática, por meio de uma política efetivamente participativa.

Participação social não deve ser um discurso vazio, mas a prática na política. Nesse sentido, ela não é sinônimo de realização de audiência pública, consulta pública ou oficinas e cursos, mas de processos efetivamente coletivos e horizontais, com partilha de decisão que respeite a autonomia dos sujeitos e o diálogo. Participação implica novos modos de fazer a política de patrimônio, construindo novas relações com a população moradora, usuária e fruidora. Só há participação se há escuta, processos horizontais e partilha de decisão.

A participação social não pode ser, ainda, discurso cooptado pela política pública para confirmar e legitimar decisões tomadas em gabinete. Nem pode ser agenciada pelos interesses político-econômicos, pois não se trata da escuta para viabilizar vantagens, ganhos ou lucros, mas para garantir benefícios metaindividuais, da sociedade e das futuras gerações.

## Descolonizar a Educação Patrimonial

Recentemente, na esteira dos debates sobre práticas e discursos descolonizadores, o campo do patrimônio foi chamado a contribuir para essa reflexão.

Para entender o significado dessa noção, parte-se aqui da perspectiva crítica colocada por Cusicanqui (2010), socióloga boliviana e uma das precursoras na formulação de um pensamento descolonizador autônomo, como aquele produzido por intelectuais e populações indígenas de Bolívia, Peru e Equador.

Segundo a autora, a descolonização tem sido muito mais discurso do que, em realidade, pensamento e prática. Nesse sentido, para que ela se realize como prática efetiva e concreta, é preciso superar as formas hegemônicas de conhecimento que se colocam como relações de força e, portanto, de poder, as quais encobrem e invisibilizam outras maneiras de pensar, até porque hierarquizam-nas como inferiores. Para a autora, a prática descolonizada deve ser capaz de romper com um "colonialismo interno", ou seja, a internalização de uma visão colonialista que impõe modos de ver e de pensar a realidade oriundos dos centros de poder do hemisfério norte, a partir da produção das universidades, organismos internacionais e fundações. Essa matriz de pensamento exterior tem se estabelecido como uma relação de força sobre as formas de pensar e produzir conhecimento sobre realidades de países da América Latina, do Caribe e da África.

Para Carvalho, Ramos Junior e Mouján (2020), o convite à descolonização tanto traz um sentido epistêmico de transformação do saber quanto envolve um projeto político-econômico de crítica às múltiplas sujeições e de busca de emancipação.

Transportadas tais reflexões para o âmbito das políticas de patrimônio cultural, pode-se afirmar que descolonizar a educação patrimonial significa colocar em xeque um conjunto de ideias e de pensamentos produzidos a partir da experiência do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural no Brasil, desde os anos 1930. Isso porque, baseado em um modelo europeu de preservação, essa experiência circunscreve o patrimônio a bens de caráter monumental e excepcional, vinculando-os ao atributo estético-estilístico, o que termina por deixar de fora do conjunto da memória nacional inúmeras expressões ligadas à cultura dos grupos subalternos.

Essa forma de conceber o patrimônio cultural vê a formação da nação e, portanto, o patrimônio nacional, tendo a colonização como o mito fundador, conforme definiu Chauí (2013), o que resulta historicamente na atribuição de valores excepcionais aos bens que se referem a esse momento da história, tido como a origem.

Como consequência, o patrimônio reconhecido concentra bens ligados a colonização, assim como os recursos e esforços direcionados para esses bens. Exemplo disso é a prioridade máxima dada pelo Iphan, desde 2019, à candidatura para patrimônio mundial da Unesco do conjunto de fortificações do litoral, memória da colonização e do

poder militar. Assim sendo, o patrimônio denominado “colonial” tem funcionado, ao longo do tempo, como uma espécie de grife que se presta a positivar a colonização, retirando dela seu caráter negativo e eliminando suas violência e barbárie. A hipervalorização do que se chama de arquitetura e urbanismo “coloniais” e o tratamento, também positivado, dos processos econômicos a eles relacionados têm resultado em uma visão naturalizada da colonização. Assim, o patrimônio no Brasil tem expressado o colonialismo internalizado instaurado na experiência da preservação realizada pelo Estado. Nesse sentido, é urgente descolonizar o patrimônio (SCIFONI, 2021).

Entretanto, isso não pode se limitar a ser palavra de ordem, fruto de modismos do momento. Mais do que isso, descolonizar o patrimônio e a educação patrimonial passa por uma prática e um pensar radicais, que vão à raiz, à origem e aos fundamentos dos processos. Para ser radical, nesse sentido, é preciso desnudar a violência dos processos formadores da nação, sem o que a memória permanece como um instrumento de alienação.

Contudo, há, ainda, um longo caminho a ser percorrido para tal. Um exemplo disso é o desdobramento de recente episódio ocorrido na cidade de São Paulo, no qual o grupo Revolução Periférica colocou fogo em pneus próximos a estátua do Borba Gato, um dos símbolos do chamado bandeirantismo paulista. As críticas ao ato realizado, feitas por alguns especialistas e profissionais do patrimônio, justificaram a permanência da estátua como forma de ressignificação do passado e da história.

A presença dessa estátua no espaço público da cidade, assim como de outros símbolos do bandeirantismo, são evidências da naturalização da violência contida nesse processo formador da nação, expressão do colonialismo internalizado. Estátuas e monumentos, feitos para celebrar e homenagear personagens ou fatos carregados de violência e barbárie contra populações indígenas e negras, ao permanecerem em destaque, ainda hoje, no espaço público da cidade, servem para consolidar uma imagem heroica e, portanto, positivada do que foi o processo de colonização. Exercem, assim, o poder simbólico de nos fazer crer em uma determinada interpretação histórica que, embora construída no passado, perdura ainda hoje.

Marins (2007) destaca que essa imagem do sertanista, cunhado de bandeirante, construída no começo do século XX, ajudou a fundar uma interpretação histórica que preconizava a supremacia dos paulistas na expansão das fronteiras. Essa imagem, apresentada tanto na estátua de Borba Gato quanto em outras obras escultóricas e pictóricas do acervo do Museu Paulista, foi uma solução visual dada para dignificar esse personagem e essa história. “A evocação dos sertanistas como heróis tornava-se peça-

chave da constituição do *ethos* paulista cujo extravasamento chegaria ao próprio Brasil" (MARINS, 2007, p. 96).

Assim, nada mais legítimo, hoje, que o questionamento da presença desses símbolos no espaço público. Não basta 162tende162ifica-los com instalação de placas com novos textos ou com a fala dos guias turísticos, porque a monumentalidade desses objetos expostos com destaque no espaço público ainda tem a função de comunicar outra coisa, ou seja, homenagem e celebração. Como afirma Martinez, em entrevista a Mengue:

> Não há o que justifique, às vésperas do centenário da Semana de Arte Moderna e do bicentenário da independência, que esse imaginário do bandeirismo sobreviva e tendo o enraizamento social que tem até hoje, uma vez que ele é indutor e legitima práticas de exclusão, opressão e violência social (2020, s. p.).

Descolonizar o patrimônio passa a ser, assim, uma tarefa mais que urgente. Para 162tende-la, é necessário romper com discursos que fetichizem esses bens representativos da colonização, ao exaltar suas formas, materiais construtivos, técnica e estética, e ocultar os conteúdos violentos do processo, naturalizando e positivando essas memória e história.

Descolonizar o patrimônio pede, ainda, postura crítica em relação a outros patrimônios da colonização, como os vários centros históricos tombados. Nesse sentido, deve-se substituir a ingenuidade acrítica que marca expressões exaltadoras como "o caráter de obra-prima da arquitetura e urbanismo português", pela compreensão desse passado a partir do caráter de violência, assenhoramento e de barbárie ecológica e populacional, aspectos estruturais e constantes da história da colonização, conforme destacou Bosi (2014).

O colonialismo internalizado está nos discursos e práticas de patrimônio no Brasil, criados no passado, mas reproduzidos ad nauseam no presente; nesse sentido, a educação patrimonial deve ser atividade crítica, problematizadora dessa herança, pois, como diz Bosi: "O passado ajuda a compor as aparências do presente, mas é o presente que escolhe na arca as roupas velhas ou novas" (2014, p. 35).

## Educação patrimonial: um campo em disputa

Como já afirmado, é preciso descolonizar esse que tem sido um lugar preferencial de reprodução do discurso autorizado sobre o patrimônio, a educação patrimonial. Assim, é urgente superar a forma naturalizada e pouco crítica com que a

educação tradicional trata as narrativas hegemônicas do Estado, apresentando-as como se as escolhas representassem um passado harmônico, compartilhado em comum por todos.

O maior exemplo dessa abordagem tradicional, como visto, é o Guia Básico de Educação Patrimonial, publicado pelo Iphan na década de 1990, e que é muito citado como referência para as práticas educativas. O guia básico, quando foi publicado, constituiu um marco importante daquilo que era um conjunto muito fluído e difuso de ações educativas ligadas ao patrimônio, seja nos museus, seja nas escolas, seja, eventualmente, em alguma instituição de preservação da memória. Nos anos 1990 e 2000, ele fez convergir para o termo “educação patrimonial” muitos profissionais desejosos por conceituações e metodologias capazes de dar consistência àquilo que faziam cotidianamente em suas práticas, que até então não tinham uma denominação. Consolidou-se, assim, um campo que ganhou rubrica de recursos e um setor específico dentro do Iphan.

No entanto, contemporaneamente, é preciso destacar, mais uma vez, os problemas do guia: a reprodução do discurso autorizado sobre o patrimônio como algo já dado pelo Estado, não como algo em construção, tensão e disputa; a visão bancária da educação, entendida como aquisição; e a abordagem do patrimônio, da cultura e do passado como exterioridades aos grupos sociais. A sua ênfase na necessidade de “levar informação”, “conscientizar” ou na “alfabetização cultural” está ligada ao fato de que tudo que lhe aparece como memória e cultura é entendido como externo aos grupos sociais.

Felizmente, o próprio Iphan vem redirecionando, desde 2006, suas ações em educação patrimonial, transformando os pressupostos e fundamentos e construindo princípios com base na contribuição da educação popular de Paulo Freire, na valorização do diálogo, da escuta e da interlocução com os grupos sociais, bem como na afirmação do patrimônio como construção política e, portanto, em disputa. No que diz respeito às práticas institucionais e aos discursos que as fundamentam, certamente o setor educativo do Iphan é o lugar mais arejado e progressista das políticas públicas de patrimônio.

Sob esse novo impulso, outros conceitos e práticas foram se consolidando no campo da educação patrimonial, constituindo as bases para o que podemos chamar de nova pedagogia do patrimônio. Fruto de um esforço coletivo, cada vez mais jovens pesquisadores têm problematizado essa visão tradicional, buscando novos caminhos para a abordagem educativa do patrimônio, tais como Antonini, Nito e Neves (2019),

Biondo (2015), Demarchi (2020), Leo Neto e Miziara (2019), Oliveira (2019), Santos e Nito (2021), Siviero (2019) e Tolentino (2019), para citar alguns.

Ao contrário da visão tradicional, que trabalha apenas com o patrimônio cultural acautelado pelo Estado, essa nova pedagogia do patrimônio busca fomentar que, de maneira autônoma, os próprios grupos sociais realizem processos de reconhecimento de seus suportes de memória e identidade. Esse tem sido o caso do inventário participativo de referências culturais, uma ferramenta de ação educativa colaborativa, que estimula cidadania, pois pressupõe grupos sociais como sujeitos capazes de enunciar e anunciar àquilo que faz referência à sua ação, à sua memória e à sua identidade coletiva.

O inventário subverte, assim, a forma tradicional de ver o patrimônio, trazendo, para o centro do debate sobre história, passado e memória, outras narrativas sobre a cultura e sobre sujeitos sociais subalternos invisibilizados. A identificação de outros patrimônios possíveis, aqueles do cotidiano, constitui-se como uma tática e um recurso que busca mobilizar os grupos sociais em torno de suas trajetórias e vivências, que permitem também problematizar os territórios e as políticas públicas.

Essa ferramenta de educação patrimonial, ao contrário do guia, desloca o foco de daquilo que é exterior aos grupos sociais em direção ao patrimônio como componente da existência, vivo e complexo, relacionado às condições e às necessidades locais e cotidianas.

Em que pese a emergência de novos conceitos e práticas, a educação patrimonial no Brasil é, contemporaneamente, um lugar de disputa entre modelos ou projetos que são muito distintos e inconciliáveis, já que as premissas e concepções educativas são opostas. O primeiro deles, chamado aqui de modelo reificador, vê o patrimônio como objeto em si mesmo, explicado a partir de seus próprios atributos e se baseando na máxima do “conhecer para preservar”. Parte de um objeto instituído e dado pelo poder público – o patrimônio acautelado –, ao qual caberia apenas levar informação. Ou seja, entende educação como adquirir informação.

Ao contrário dele, uma nova pedagogia do patrimônio busca promover a reflexão e a problematização das políticas públicas e da construção do que é a herança comum. Nesse sentido, não restringe suas ações apenas aos bens tombados ou protegidos, mas trabalha no sentido do que a Constituição Federal de 1988 estabelece: o patrimônio latu sensu, aquele que é suporte para ação, memória e identidade dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira.

Essa nova pedagogia do patrimônio entende a ação educativa como processo dialógico, que se faz no respeito à diversidade de olhares, de saberes e de narrativas possíveis dos diferentes sujeitos. Afirma, igualmente, que a ação educativa deve ser atividade crítica, portanto, tem como função essencial problematizar o patrimônio cultural, compreendendo seu sentido político e as disputas em torno da construção de uma memória oficial. Por fim, compreende a educação como processo de produção de conhecimentos, não sendo atividade meramente informativa ou de simples reprodução de conteúdo pronto e acabado, demandando, portanto, um fazer-se constante.

******

## 3.1 - Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo[52]

"Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio"; a isso Schwarz (2009), chamou de "as ideias fora do lugar", um modo torto de olhar a realidade a partir de um pensamento produzido de fora, a partir de realidades que nos são exteriores. Pode-se dizer que a estas "ideias fora do lugar" se somam "as ideias fora do tempo", àquelas que também comportam sentidos indevidos, uma vez que, retiradas do passado, de determinados contextos ou situações históricas, são reproduzidas no presente, de maneira acrítica e pouco reflexiva, como se fossem verdades universais e explicassem a realidade atual.

No campo da educação patrimonial, uma dessas ideias do passado que se reproduz na atualidade, é o do "conhecer para preservar", jargão comumente utilizado para justificar a necessidade de ações educativas. Repetida à exaustão, ao longo do tempo, a expressão resultou na incorporação naturalizada dessa concepção, a ponto de ela ter se tornado uma verdade inquestionável.

Partindo dessa perspectiva, o presente artigo pretende colocar em xeque esta afirmação, assim como fizeram anteriormente Oliveira (2011) e Siviero (2015), mostrando que, se ela fazia algum sentido frente às condições históricas de seu momento de formulação, na atualidade, reproduzi-la pode significar despolitizar o debate sobre o papel que as ações educativas têm para a preservação do patrimônio.

O artigo persegue três questões. Em primeiro lugar busca compreender o contexto e os pressupostos que fundam esse pensamento enraizado nas origens e primeiros momentos da trajetória do órgão federal de proteção do chamado patrimônio histórico e artístico. Na sequência busca-se refletir sobre os riscos da transposição dessa ideia para o presente, no qual as condições e pressupostos são diversos. Por fim, discute-se a compreensão do que é "conhecimento do patrimônio" e do papel e lugar da educação patrimonial.

O que se pretende não é negar a importância de estimular e promover o conhecimento sobre o patrimônio, mas contestar a interpretação de que há uma relação indissociável e de causalidade direta estabelecida entre os dois termos, como se o conhecimento levasse, necessariamente, à preservação do patrimônio. Deseja-se, assim, questionar a necessidade de ações educativas no campo do patrimônio como

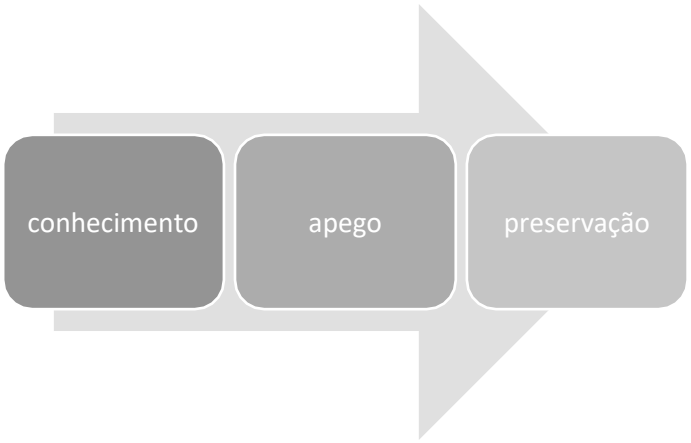
[52] Artigo publicado na Revista CPC, v. 14, n. 27esp, p. 14-31, 30 ago. 2019.Dossiê Educação Patrimonial. Artigo revisto e atualizado.

solução redentora da preservação, e, em contraposição, situá-la na perspectiva da educação como direito social fundamental e como possibilidade de apropriação social de um patrimônio do qual a população foi apartada.

## O patrimônio é nosso

Nas entrevistas de Rodrigo Melo Franco de Andrade[53] aos jornais de época, em suas palestras proferidas e, também, em alguns dos seus textos sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, é possível identificar as circunstâncias e os momentos em que se construiu um discurso sobre o papel da educação para a preservação do patrimônio. Este discurso tinha como fundamento a crença de que o conhecimento sobre o patrimônio levaria a um sentimento profundo de apego aos bens culturais, o que, por sua vez, conduziria necessariamente ao impulso, quase instintivo, da preservação. Nasceu assim, a tríade que fundamentaria a ideia do “conhecer para preservar”:

Figura 2: Representação do conhecer para preservar, segundo senso comum. Elaborado por S.Scifoni, 2022.




São três as circunstâncias específicas e combinadas que aparecem nesses documentos e que explicam como se constituiu essa crença.

Em primeiro lugar, a constatação de que o patrimônio estava se perdendo, tanto pela destruição, como pela evasão de monumentos e das obras ligadas à tradição e arte do país. A explicação para esse fato era tanto a “inércia dos poderes públicos”, como a “ignorância, negligência e cobiça dos particulares” (ANDRADE, 1987, p.48).

[53] Advogado e primeiro diretor do então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1936, o Sphan, atualmente Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Do ponto de vista do poder público alertava-se para o imobilismo das prefeituras, incapazes de evitar a perda do patrimônio decorrente da acelerada urbanização que veio acompanhar o crescimento industrial no país. Isso porque, em apenas duas décadas, entre 1920 e 1940, o Brasil conheceu os maiores índices de urbanização de sua história, com taxas que triplicaram, de 10,7%, em 1920, para 31,24%, em 1940 (SANTOS, 1994, p.22). A supressão de construções de importância histórica se dava principalmente por efeito desse crescimento e da modernização e, também, pelas intervenções de remodelação das cidades. Neste sentido, Rodrigo Melo Franco de Andrade atentava para a necessidade de envolver as prefeituras, esclarecer os técnicos e urbanistas, engenheiros e arquitetos que se ocupavam destas funções. Segundo o diretor, eles precisariam conhecer de perto os monumentos valiosos para poder salvaguardá-los das intervenções urbanísticas. Assim, era preciso esclarecer, ensinar, explicar a esses técnicos.

Em segundo lugar, a circunstância era dada pelas novidades criadas naquele momento, quer seja a legislação – do instrumento jurídico do tombamento – como a ideia de um bem cultural como herança coletiva, o que incluía os de propriedade privada. As inovações trazidas pela institucionalização do patrimônio, naqueles primeiros momentos de Sphan, desconhecidas da população, em geral, demandavam, portanto, conhecimento, esclarecimento, informação.

Em uma palestra na Escola Nacional de Engenharia, em 1939, Rodrigo Melo Franco de Andrade explicava que antes da edição do Decreto-Lei nº 25, para preservar o patrimônio era preciso que o Estado utilizasse o instrumento de desapropriação por utilidade pública, expediente que além de demorado, implicava em custos sempre crescentes no orçamento público. Esclarecia que a nossa legislação anterior, preocupada em garantir direitos individuais não permitia ao Estado intervir no uso da propriedade privada, o que somente pode acontecer a partir da criação do sistema de proteção introduzido pelo Decreto-Lei no 25 de 1937.

Dentro desse contexto, era preciso, portanto, explicar, ensinar e esclarecer a novidade que consistia neste novo instrumento – o tombamento – que funcionava como um ato declaratório do qual decorriam consequências e obrigações de ambas as partes, mas, principalmente, limitações e restrições à propriedade, no sentido da conservação do bem tombado. Um pensamento de preservação baseado em experiências trazidas do exterior, mais especificamente da França, que desde o século XIX já havia criado instrumentos legais para a proteção dos chamados monumentos históricos. Segundo Choay (2001), a primeira lei sobre este tema, nesse país, é de 1887 e resulta de um

conjunto de práticas que foram institucionalizadas visando fazer frente às forças destrutivas geradas pela lógica da industrialização e que ameaçavam os monumentos.

Parte do esforço do ensinar/explicar envolvia, também, mostrar positivamente a legislação destacando que a proteção desses bens era sinônimo de civilidade e de governos esclarecidos. “Efetivamente não há cidade culta a cujo panorama faltem características dos monumentos do seu passado. Estes é que lhes compõem a fisionomia e contribuem para seu prestígio” (ANDRADE, 1987, p.50).

Envolvia, por último, apresentar uma nova ideia à sociedade brasileira, a da herança coletiva. Era preciso criar uma concepção para esses bens que superasse sua visão unicamente como objetos particulares, cuja destruição dizia respeito apenas a uma escolha individual. A ideia da herança coletiva trazia a concepção do interesse coletivo, de que a destruição desses bens significaria a perda para todos, das relíquias da história do país. Tudo isso era muito novo para a sociedade brasileira, em geral, e acreditava-se que era preciso ensinar/educar/esclarecer para gerar novos comportamentos frente ao que se entendia como patrimônio.

Em terceiro lugar, de forma combinada às duas circunstâncias anteriores, naquelas primeiras décadas de fundação do Sphan no Brasil, não havia o reconhecimento público da importância de seus monumentos e nem valorização de sua própria história como nação. Pelo menos foi isso que constatou Rodrigo Melo Franco de Andrade, em sua palestra de 1939.

> Com efeito, muita gente julgará que os fatos da história do Brasil representam pouca coisa dentro dos capítulos da história universal e que a nossa atividade artística tem tão pequena importância em relação ao patrimônio de arte de outros povos, que não serão justificáveis os trabalhos e os esforços empreendidos aqui em defesa dos nossos monumentos. (ANDRADE, 1939, p.49)

Era necessário, assim, convencer a sociedade que existiam bens dignos de preservação no Brasil e que isso não era uma exclusividade de países europeus como Grécia, Itália, França ou Espanha. Fundamental era demonstrar que as “edificaçõezinhas barrocas de um gosto tão impuro”, como se referiu esse diretor, tinham tanto valor quanto os mais admiráveis monumentos de arte e de história, como as catedrais europeias.

Apesar de, naquele momento, não ter sido explicitado, acredita-se que o convencimento teria que envolver principalmente as elites proprietárias de terras, dos palacetes e casarões urbanos, das fazendas e engenhos no campo, pois o tombamento apareceria, para elas, uma perda de potencial econômico de seus imóveis e uma

intervenção na propriedade privada, uma vez impedidas de demolição dessas construções. Para convencê-las, assim como aos governos locais, era preciso mostrar que a opção pela preservação era sinônimo de civilidade e cultura, relembrando que esta tarefa se deu em quase todos os países civilizados, como já foi dito antes.

Em síntese, vislumbrava-se, como medida geral para combater essas três problemáticas, empreender esforços no sentido de promover o conhecimento sobre o patrimônio. Segundo Andrade, em palestra no ano de 1961, era necessário instituir uma espécie de campanha de conscientização, com sentido patriótico e cívico, à semelhança do que foi feito sob o lema “o petróleo é nosso”.

> Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que nos ficaram do passado. Se não custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles ou nosso, será certamente praticável. (ANDRADE, 1987, p. 64)

Nessa palestra, mesmo reconhecendo os problemas em relação ao crescente interesse imobiliário e da construção civil em um país que se urbanizava aceleradamente, Rodrigo Melo Franco de Andrade explicita a crença de que a situação poderia ser revertida com esclarecimento e com informação, elementos que levariam a uma identificação e apreço pelo patrimônio, de forma a 170braça170-lo. Dentro dessa concepção, estava claro que gerar uma nova atitude para com o patrimônio demandava criar vínculos, o apego a estes bens, uma relação que passava necessariamente pelo conhecer. Ainda que tal ideia apareça hoje como uma visão ingênua do processo, fazia algum sentido diante da novidade da lei e da experiência que se trazia para o país.

## O risco de despolitização da Educação Patrimonial

Nestes últimos anos, alguns movimentos sociais organizados em torno de questões do patrimônio tomaram a cena política e colocaram questões relevantes para se pensar a educação patrimonial. Em todos esses movimentos, que serão rapidamente retomados a seguir, se vê como o patrimônio é reconhecido, valorizado e é parte integrante do cotidiano de vida de seus moradores, lançando dúvidas sobre o discurso pré-concebido e reproduzido na educação patrimonial. Quem, afinal, deve ser educado ou sensibilizado para as questões de memória e patrimônio?

Um desses exemplos foi o Movimento Ocupe Estelita, no Recife, que se constituiu, em 2012, para lutar pela preservação dos armazéns de açúcar e da área do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, no Cais José Estelita. O terreno da antiga RFFSA havia sido adquirido, em leilão público, por um consórcio de construtoras, com a intenção de erguer um empreendimento residencial/comercial composto de 12 torres de 40 andares. Em 2014, o movimento ocupou o terreno para evitar a demolição dos armazéns, autorizada pela prefeitura. Após 58 dias de uma ocupação que foi crescendo cada vez mais, a prefeitura, utilizando-se de forte aparato policial e uso de violência física iniciou ação de retirada dos manifestantes, que foi amplamente coberta pelos meios de comunicação. O Movimento Ocupe Estelita explicita, assim, que a população do Recife sabe reconhecer os bens portadores de sua memória coletiva, como também é capaz de se organizar e se mobilizar visando a sua proteção.

Outro movimento nesse sentido, em 2015, foi o da Associação de Mulheres de Porto do Capim (AMPC), que se mobilizou pela permanência dos moradores nas margens do Rio Sanhauá, Centro Histórico de João Pessoa, Paraíba. Elas criaram o movimento Porto do Capim em Ação, por meio do qual mobilizaram esforços para questionar o projeto de “revitalização” elaborado pela prefeitura municipal, que previa a remoção dos moradores para criar uma grande praça de eventos para consumo cultural e turístico, um “concretão”, conforme argumentam os técnicos do patrimônio (IPHAN-PB, 2015, p.20).

A comunidade do Porto do Capim é formada por famílias de pescadores que se instalaram na área, desde os anos 1940, e foi reconhecida pelo laudo antropológico elaborado a pedido do Ministério Público Federal, como comunidade tradicional ribeirinha, uma vitória na luta pela permanência no seu local de vida e trabalho. Além deste reconhecimento, outro ganho do movimento foi o dossiê elaborado pelos técnicos do Iphan-PB, indicando a necessidade de revisão do projeto inicial de “revitalização”, face aos prejuízos que podem ocorrer à preservação das referências culturais da comunidade tradicional.

O terceiro e último exemplo que se traz à reflexão aqui é o do Movimento pelo Cine Belas Artes (MBA), na capital paulista. O movimento, que arrecadou milhares de assinaturas de apoio à preservação do cinema, tanto em meio digital como presencial, mobilizou a população da metrópole paulista, que há muito tempo não saia às ruas para pedir o tombamento de algum patrimônio. Organizado em 2011 para lutar por aquela sala de cinema de rua que acabara de ser fechada, o movimento conseguiu, inicialmente, uma vitória, com o tombamento provisório nas instâncias municipal e estadual.

Entretanto, por pressão política dentro dos gabinetes das respectivas secretarias de cultura, na sequência, ambos os órgãos arquivaram os estudos, com a justificativa que o pretendido era a continuidade daquele uso e que o tombamento não o garantiria. Com a pressão e continuidade do movimento, conseguiu-se uma vitória parcial, quando o órgão estadual reverteu a decisão de arquivamento e tombou o cinema, mas apenas a sua fachada, o que, na prática, não garantiria a preservação daquele referencial de memória coletiva.

O Cine Belas Artes voltou a funcionar na capital, a partir de 2015, com sua programação de exibição diferenciada em relação aos cinemas de shopping, mas isso se deu em função dos esforços do Movimento pelo Cine Belas Artes, que buscou apoio junto à prefeitura municipal e ao governo federal, que por meio da Caixa Cultural, disponibilizou recursos para a retomada do funcionamento.

Esses exemplos recentes de movimentos sociais com grande envolvimento da população colocam em xeque ideias consolidadas e reproduzidas no campo da educação patrimonial. Eles mostram que a população reconhece e se mobiliza pela preservação, reivindicando, inclusive, ação dos órgãos de preservação. Contudo, esses casos evidenciam, também, como as próprias instituições públicas responsáveis pelo patrimônio, muitas vezes, ignoram e desconsideram tais demandas populares, causando um estranhamento, afinal, quem deve ser educado sobre a preservação?

Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987, p.65) em palestra em 1961 dizia: “A população brasileira precisa adquirir a compreensão viva e atuante do valor inestimável do acervo cultural que possui e de que não se deve deixar despojar”. Como reagiria esse diretor, hoje, sabendo que essa compreensão viva e atuante está presente na sociedade brasileira, entretanto, ainda falta às nossas instituições públicas a capacidade de ouvir as demandas legítimas e 172braça-las, produzindo um patrimônio com maior sentido social?

Ao contrário das primeiras décadas de legislação patrimonial no país, hoje é possível verificar a presença constante do tema patrimônio permeando o cotidiano de diversos grupos sociais. Presença nas redes virtuais, em forma de sites, blogs ou de páginas de grupos de defesa do patrimônio, de turismo, nas campanhas virtuais em forma de abaixo-assinados para a preservação de bens e em matérias jornalísticas; incorporado aos programas educacionais como Parâmetros Curriculares Nacionais e até mesmo em questões de exames vestibulares e como no ENEM que, nas últimas duas edições, contemplou questões sobre o patrimônio; entre outras formas.

O patrimônio é, cada vez mais, uma questão de domínio público ainda que as especificidades de cada bem tombado não sejam de conhecimento amplo, nem ao mesmo tempo, o quadro geral do conjunto tombado seja conhecido em detalhe. Nesse sentido, as condições do momento atual são muito diversas daquele tempo em que se formulou o “conhecer para preservar”, de maneira que reproduzir acriticamente esse famoso lema tem levado a despolitização do debate sobre o patrimônio e o papel da educação nesse campo de atuação. Despolitiza porque, de um lado, credita à “ignorância” da população as mazelas do patrimônio, o que acaba por desresponsabilizar determinados sujeitos sociais ao atribuir a um conjunto geral, indefinido e ser genérico chamado de “população”, a culpa pela situação de abandono dos bens culturais. Deixa de se explicitar e debater os processos que estão por trás dessas intervenções, assim como os interesses políticos e econômicos e as formas de atuação para viabilizá-los.

Imagem 18: O famoso “deixa cair”. Antiga residência em estado de arruinamento no bairro de Campos Elíseos, na capital paulista. O Condephaat autorizou a sua demolição. Foto: Simone Scifoni, 2015.

O estado de arruinamento de imóveis tombados em vários dos centros históricos brasileiros significa, necessariamente, o desconhecimento dos seus proprietários do valor histórico dessas construções? Ou, ao contrário, os imóveis constituem espólio de herdeiros, mais interessados no valor imobiliário da terra-mercadoria do que nos laços familiares, memoriais e afetivos que deveriam prendê-los a esses bens? Explicitar qual é o sujeito responsável pela perda do patrimônio é, assim, fundamental para

compreender a complexidade da preservação na atualidade, com o patrimônio premido por circunstâncias de expansão do setor imobiliário.

Para uma educação patrimonial que se pretenda ser problematizadora cabe negar a leitura ingênua do patrimônio, que vem tentando neutralizar o debate nesse campo ao transformar a complexidade dos problemas em uma única explicação generalista, a de que a população desconhece seu patrimônio. Uma educação patrimonial com orientação crítica significa compreender o universo conflituoso no qual o patrimônio se vê emerso, explicitando os interesses e tensões que estão no coração das políticas de preservação.

De outro ponto de vista, lembra-se que não é de incomum encontrar exemplos de projetos estatais que flexibilizam as normativas da preservação para viabilizar determinados interesses políticos, renunciando ao patrimônio para atender às necessidades da valorização do capital, sob o patrocínio dos próprios órgãos a quem caberia à tutela destes bens. Nesse caso, é preciso explicitar que, também, se torna sujeito da destruição do patrimônio a própria instituição que deveria preservá-lo, que opta por favorecer determinados interesses econômicos ou políticos em detrimento de sua “missão” que é a proteção aos valores culturais.

Vários outros exemplos poderiam ser destacados aqui para mostrar que, grande parte das mazelas do patrimônio não passa, hoje, pela explicação do desconhecimento da população. Se, no passado, essa afirmação poderia ser entendida como ingênua, hoje ela é reacionária e despolitizadora do debate no campo da Educação Patrimonial, uma vez que os pressupostos do trabalho são outros.

No passado o pressuposto do qual se partia era da falta de conhecimento público do novo instrumento legal e da nova ideia da herança coletiva, e a solução proposta era da educação para civilizar os incultos, para esclarecer os ignorantes. Educação vista como sinônimo de levar conhecimento e informação e como necessidade para garantir a preservação, para salvar o patrimônio.

Reconhecer que a discussão da educação não passa mais, necessariamente, pela questão do desconhecimento, já que a sociedade está cada vez mais engajada na preservação do patrimônio, significa trabalhar partindo de outros pressupostos de atuação: não mais a educação como redentora da preservação ou como necessária para resolver os problemas do patrimônio, mas educação como direito social, o direito de promover a apropriação social do patrimônio.

## O papel da educação nas políticas de patrimônio cultural

A discussão feita até aqui pretendeu mostrar que não existe uma relação de causalidade direta e indissociável entre o conhecimento e a preservação. Não há garantia de que indivíduos que detenham maior conhecimento sobre o patrimônio sejam realmente mais sensíveis à sua preservação, assim como, não há garantia de que acesso à informação sobre estes bens crie relações de encantamento ou de sensibilidade, que são, em essência, o fator motivador da proteção aos bens culturais.

Conhecimento não é igual apego ao patrimônio justamente porque a formação de vínculos mais consistentes com esses bens ocorre principalmente em um contexto em que as coisas adquirem algum sentido e significado para os indivíduos e grupos sociais, transformando-se, assim, em objetos existenciais e insubstituíveis, aquilo que Eclea Bosi (2003) chamou de objetos biográficos. Por vezes esses sentidos remetem a circunstâncias positivas e situações agradáveis, tal como o edifício antigo da escola, no qual foram vividos momentos felizes na infância; já, outras vezes, os significados atribuídos a esses bens podem referir-se à condição de sofrimento e violência, tal qual um centro clandestino de tortura a presos políticos. Em ambos os casos, o que sensibiliza para o patrimônio, que gera a vontade da sua preservação é resultado da significância desses bens.

Nesse contexto, a pergunta que se faz é como sentir apego a um patrimônio que foi construído em uma relação burocrática, vertical e autoritária em que a população não foi ouvida e nem sequer está suficientemente representada?

Como sentir apego a uma herança imposta, que se afirma como memória coletiva, de todos, mas que espelha relações de poder político, econômico, religioso, militar e no qual estão ausentes de representação vários grupos sociais, principalmente os sem-poder, camponeses, operários, ribeirinhos, colonos imigrantes, os trabalhadores negros escravizados, indígenas, mulheres e grupos LGBTQI+, sobretudo os mais pobres.

Como é possível, nesse contexto, ter apego a um patrimônio que, simboliza, antes de tudo, relações de exploração, opressão e sujeição social?

Isso não significa propor aqui a negação da existência daqueles bens que já foram reconhecidos como herança coletiva, pois isso de nada serve à necessidade de construir uma compreensão crítica de passado e de memória nacional. É necessário, antes de tudo, problematizar esse patrimônio, buscar um novo olhar capaz de produzir um novo sentido sobre sua existência. A sensibilização e apreço a esses bens passa por

transformar a visão daquele passado que se apresentava como drama e espetáculo, em possibilidade de reflexão crítica sobre o que fomos e somos como nação[54].

Assumir que conhecimento não é garantia de preservação significa deixar de justificar a educação patrimonial a partir da existência de conflitos gerados pelas ações de tombamento, como se a educação fosse uma tábua de salvação para políticas que não se abrem à participação social. Significa deixar de compreendê-la em sua visão mais pragmática, de finalidade aplicada. Educação não é solução para o patrimônio, ela é direito social e, portanto, condição inerente à preservação uma vez que é, a partir dela, que se pode problematizar a memória oficial e o passado, as políticas públicas de preservação e reconectar as pessoas ao patrimônio. Problematizar as políticas de preservação significa questionar, tal qual faz Todorov (1995), sobre este poder exclusivo do Estado de eleger que memória será conservada e o que será esquecido, ou seja, o que os indivíduos e grupos têm o direito de saber sobre a sua própria história.

Isto posto, esclarece-se aqui qual é o papel da educação patrimonial. Educação como formação ampla, crítica e humanística, que rejeita a prática bancária de transmitir informação, que anestesia e impede o poder criador dos educandos, como afirma Paulo Freire (2011). Educação como lugar de construção de um novo conhecimento a partir do diálogo e, portanto, de uma relação horizontal que valoriza os saberes populares e o outro. “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. (FREIRE, 2011, p. 96). Para haver diálogo, há que haver empatia profunda e consideração pelo olhar do outro, disposição para aprender mais do que vontade de ensinar, pois não há diálogo possível quando o profissional do patrimônio organiza a educação patrimonial para “levar o conhecimento” produzido na repartição; por mais boa vontade que isso tenha, aparece como a negação dos saberes produzidos na vivência com a realidade.

## O lugar da educação patrimonial nas políticas de preservação

As ações educativas não podem continuar reféns da necessidade de resolução de conflitos que são gerados justamente pelo caráter autoritário e vertical das políticas

[54] Esse ponto de vista diz respeito ao patrimônio acautelado e não aos monumentos que ocupam o espaço público e que foram edificados para homenagear personagens ligados a processos de opressão e violência, como a colonização e o escravismo. Trata-se de casos diferentes. No caso dos monumentos, além de problematizá-los é preciso considerar como legítimas as demandas pela retirada desses monumentos do espaço público, realizada pelos grupos que historicamente foram vítimas dessa opressão.

de patrimonialização, que não se dispõem a escutar os sujeitos sociais e as localidades. É nessa urgência de resolver problemas que a educação patrimonial tem se difundido como última etapa do processo de patrimonialização, à parte das decisões tomadas nas fases anteriores de identificação e seleção. Nessa perspectiva de atividade final, tem-se creditado ao educador transferir o conhecimento gerado nas instâncias técnicas para o seu público, objeto de sua atuação, retirando-os de sua ignorância.

Apontar que a educação patrimonial se justifica, não pelo seu pretenso caráter redentor dos problemas do patrimônio, mas como direito social, significa afirmar que ela está em primeiro lugar e não como anexo e complemento do processo de patrimonialização.

Vista como direito social, a educação patrimonial deve compor e fazer parte de todo o processo de patrimonialização, como estratégia de envolvimento, de interlocução e de participação social nas decisões. Esse é, verdadeiramente, o seu lugar de atuação. Erroneamente tem se entendido educação como levar conhecimento, o que pressupõe, conforme Paulo Freire (2011), que o conhecimento se encontra pronto e acabado, restando apenas transmiti-lo às pessoas. Conforme o mesmo autor, a realidade deve ser decifrada e reinventada a todo o momento e o conhecimento centrado na descoberta. O objetivo do conhecer é, assim, segundo Paulo Freire, descobrir junto, aprendendo com o outro, já que, na sua concepção, não há duas figuras, quem educa e quem aprende, mas uma relação em que nos educamos juntos.

A educação patrimonial como componente essencial das atividades de patrimonialização e, portanto, como direito social, implica em um processo de diálogo, a partir do qual se aprende/ensina, no qual se apreende os sentidos locais conferidos aos bens e lugares, os saberes populares, as relações estabelecidas com as coisas. Para haver diálogo é preciso, antes de tudo, valorizar o outro, se dispor a aprender com ele. Não há diálogo possível quando o técnico de patrimônio olha para o morador como aquele que é ignorante ou degradador. Só há diálogo em relações que são horizontais, entre iguais.

É neste sentido que as estratégias de educação patrimonial podem contribuem com o fortalecimento dos vínculos entre instituição, proteção do patrimônio e as pessoas, possibilitando incorporar o olhar dos sujeitos locais como forma legítima de interpretação deste patrimônio cultural.

******

## 3.2 – Desafios para uma nova Educação Patrimonial[55]

Ainda que as práticas educativas ligadas ao patrimônio estejam presentes no Brasil, desde o século XIX, junto à ação dos museus históricos, conforme lembra Chagas (2006), é forçoso reconhecer que, no país, a construção de uma fundamentação teórica para o que chamamos, hoje, de Educação Patrimonial é bastante incipiente. Particularmente no que diz respeito à reflexão sobre o trabalho educativo em museus avançou-se, entretanto, nem tudo que se contempla sob o rótulo de Educação Patrimonial acontece no espaço dos museus e nem sempre a reflexão que se faz nesse campo pode servir ao trabalho que se organiza em outros tipos de instituições tais como escolas, órgãos de preservação, secretarias de educação e cultura, empresas de consultoria em arqueologia e, mais ainda, quando se trata de movimentos populares ou organizações da sociedade civil.

É justamente essa fragmentação da área, com os profissionais dispersos em diversas instituições de origem, bem como as dificuldades operacionais do cotidiano do trabalho, as quais tem impossibilitado o tempo necessário para a reflexão e formação teórica desses educadores, que têm criado obstáculos ao avanço e a consolidação desta base mais conceitual.

Nesse sentido, o presente artigo pretende apresentar e debater algumas proposições teóricas essenciais para uma busca de renovação de um pensamento que sustente as práticas no campo da educação patrimonial. Parte-se da constatação de que é preciso superar as abordagens mais tradicionais e conservadoras nessa área, e que isso somente será possível com investimento em reflexão crítica e no campo conceitual.

Contudo, faz-se necessário, inicialmente, traçar uma breve problematização da trajetória mais recente do campo da Educação Patrimonial no Brasil para, então, iluminar as novas perspectivas abertas pela recente constituição de um marco legal neste campo, ou seja, das diretrizes elaboradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), constantes na portaria 137/2016. Partindo-se dessa apresentação, o artigo procurará trazer ao debate algumas questões de natureza teórica que devem envolver a concepção das práticas. O que se pretende é, acima de tudo, provocar uma reflexão sobre os limites e as possibilidades destas ações que têm sido produzidas no Brasil.

[55] Artigo publicado na Revista Teias, v. 18, n. 48 (Jan.-Mar., 2017). Dossiê Políticas e Práticas de Educação Patrimonial no Brasil e na América. Artigo revisto e adaptado.

## Os problemas da educação patrimonial no Brasil

Para não repetir uma abordagem já suficientemente aprofundada sobre a trajetória da educação patrimonial, com ênfase na experiência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), elaborada por Oliveira (2011), Biondo (205) e Siviero (2015), a perspectiva que se adota aqui é a de apontar alguns obstáculos que, definitivamente, entravam a área.

O primeiro deles diz respeito às dificuldades atuais de constituição de um arcabouço conceitual fundamentador de um campo de reflexão. O impasse não se resume a existência de diferentes posições teóricas, mas a ausência de um único lugar de discussão no qual essas diferenças sejam confrontadas e debatidas. Esse lugar de discussão não existe como unidade, mas está pulverizado em diversas nomenclaturas de campos, que atuam de forma pontual e isolada, muitas vezes autocentradas. Como avançar no pensamento se esse se encontra fragmentado, sob várias denominações: educação patrimonial, ação educativa em museus, ação museal, educação para o patrimônio entre outras mais?

Essa dispersão surgiu a partir da recusa do uso do termo educação patrimonial, resultado da forma como ele foi publicizado, nos anos 1980. Ele apareceu como expressão, em 1983, durante um Seminário do Museu Imperial em Petrópolis (RJ) e foi vinculado à determinada experiência em museus, trazida da Inglaterra. A expressão consagrou-se, nos anos 1990, com a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial do Iphan (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), entretanto, contraditoriamente, também gerou forte recusa ao termo.

Isso porque, o Guia qualifica a expressão como uma determinada metodologia, aquela que é proposta na publicação, limitando, assim, as possibilidades de compreendê-la como aquilo que designa um campo de atuação e que pode, portanto, contemplar variadas e inúmeras metodologias. O Guia gerou uma série de críticas dos profissionais de museus. Chagas (2006), por exemplo, criticou a tentativa do Guia de estabelecer uma data de nascimento, um lugar e uma autoria para práticas educativas que existiam muito antes da chegada ao Brasil dessa expressão. Para ele, as ações educativas que tomam o patrimônio como mediação não devem ser vinculadas a determinada metodologia ou autor, elas são por excelência múltiplas e diversas. Grispun (2000), igualmente enfatiza que apesar de ser comum associar a expressão às etapas descritas na metodologia do Guia Básico do Iphan, educação patrimonial não se limita a isso, mas diz respeito a questões mais conceituais.

As críticas se desdobraram na afirmação de outras denominações para esta mesma área. Embora com diferentes nomes, a perspectiva não deixou de ser comum, ou seja, de um trabalho educativo voltado à mobilização de saberes em torno do patrimônio, memória e da herança cultural, tanto em espaços da educação formal como não formal. A constituição de um arcabouço conceitual passa, assim, por superar essa dispersão e fazer convergir esforços no sentido de criar uma perspectiva epistemológica para o campo da educação patrimonial.

O segundo problema da educação patrimonial no Brasil é a permanência de "ideias fora do tempo", ou seja, formulações feitas no passado, que tinham sentido frente àquelas condições históricas pretéritas, mas que são repetidas à exaustão no presente, de forma acrítica e pouco reflexiva, como se fossem verdades universais e inquestionáveis, tal como o "conhecer para preservar". Transposta para a realidade atual, tal noção apresenta-se como ingênua e despolitizadora do debate em educação patrimonial, o que será aprofundado mais adiante.

"Conhecer para preservar" é uma campanha que deve ser levada, principalmente, à esfera do poder público, junto aos vereadores de câmaras municipais, prefeitos, governadores, deputados do legislativo, que, não raramente, pressionam os órgãos públicos para aprovações de empreendimentos que causam a perda física ou de significados dos bens culturais. Deve ser enfatizada, também, junto aos empreendedores imobiliários que têm destruído sistematicamente os suportes materiais de memória coletiva nas cidades brasileiras, produzindo aquilo que Carlos (2001) chamou de espaço amnésico. Nas palavras da autora, se a cidade só existe pela acumulação de tempos do passado a perda dos referenciais urbanos, que se dá pela rápida transformação do ambiente construído, nos faz mergulhar na vertigem do vácuo, em um sentido de estranhamento em relação aos lugares da vida, que se manifesta como sentimento do desconhecido e da perda de identidade com o lugar.

Conhecer para preservar é, igualmente, uma lição que deve ser difundida entre os próprios gestores públicos do patrimônio que, muitas vezes, têm dado exemplos de aprovações de intervenções e licenciamento de obras que, contraditoriamente, causam destruição ou descaracterização do próprio objeto de sua tutela. O processo de flexibilização, ajuste e desregulamentação do patrimônio cultural, discutido em Scifoni (2015), que se realiza a partir de alterações ou revogação de normativas de tombamento com a finalidade precípua de liberar empreendimentos, tem resultado no desaparecimento de bens culturais ou na perda de seus sentidos e significados.

Aos educadores cabe superar essa discussão do passado, situando o patrimônio no século XXI, dentro da realidade complexa de interesses e ações público-privadas. Reproduzir acriticamente frases de efeito da década de 1930, de forma descontextualizada, tem levado a educação patrimonial a práticas equivocadas, que deixam claro as fragilidades conceituais a que está submetida.

Outro conjunto de problemas nesse campo tem relação com a lógica que as instituições de cultura e de patrimônio estão atualmente submetidas: a da cultura como mercado e como negócio, na qual a meta fundamental se expressa em valores quantitativos, ou seja, público. Mais do que a qualidade do trabalho educativo ou da problematização da memória/produção do esquecimento, as instituições voltadas a esse mercado da cultura, preocupadas com formação de público em volume necessário para justificar os gastos (que deveriam ser compreendidos como investimento social), tem transformado os educativos em linha de produção de conteúdos repetitivos, pouco dialogados ou criativos. A constituição desses serviços educativos, muitas vezes delegadas a instituições privadas como as organizações sociais (OS), tem subtraído dos educadores o seu papel de sujeito ativo, criativo e reflexivo, transformando-os em meros estagiários mal remunerados e reprodutores de conteúdos, desmotivando seu próprio trabalho.

A cultura na lógica do privado, como negócio lucrativo, não é compatível com reflexão crítica, com problematização e nem com compreensão do significado do passado. Como diz Harvey (1992), o tratamento dado ao passado vira espetáculo, encenação, representação de costumes, que ao invés de conduzir a uma compreensão profunda da história, leva a superficialidade, à semelhança de uma tela oca, esvaziada de conteúdo.

Por fim, na lista dos problemas que entravam, hoje, a educação patrimonial, é importante lembrar das dificuldades geradas pela criação de um segmento de mercado em torno dos licenciamentos ambientais e da arqueologia de contrato. Desde que a antiga Portaria 230/2002 do Iphan, instituiu a necessidade de Programa de Educação Patrimonial, no âmbito da aprovação de projetos que interferissem em sítios arqueológicos, multiplicaram-se ações educativas como forma de cumprir a exigência.

O que poderia ser, em si, um fator positivo no sentido de ampliar as práticas de educação patrimonial, ao contrário, acabou se traduzindo em uma enorme produção de folhetos e cartilhas sobre arqueologia, direcionados às escolas públicas, mas sem qualquer relação com os conteúdos de sala de aula e com linguagem excessivamente técnica, autocentrada e desvinculada de uma relação maior com o patrimônio cultural.

Além de gerar uma grande quantidade de material estéril, pouco sensibilizador das questões de proteção da memória e do patrimônio, investe-se, mais recentemente, na produção de material lúdico como cruzadinhas, jogo dos sete erros, ligue os pontos e atividades afins. O que pode parecer uma inovação, na verdade, mostra-se mais uma vez estéril do ponto de vista da problematização do patrimônio. Investe-se mais em fixar imagens, no caráter informativo, em atividades mecânicas ou para favorecer habilidades manuais, à semelhança das revistas de palavras-cruzadas compradas em uma banca de jornal. Questiona-se se tais atividades lúdicas realmente sensibilizam as novas gerações para a preocupação com a memória coletiva e o patrimônio ou se trata de uma simples distração ou passatempo, independentemente de seu conteúdo.

Com a recente publicação da Instrução Normativa 01 de 2015, que substitui a Portaria 230, espera-se mudanças no tratamento dado às ações educativas, uma vez que se instituiu a exigência de um Plano Integrado de Educação Patrimonial, que deve explicitar a sua concepção, metodologia e forma de implementação, conforme discriminam os artigos 43º a 45º. Estabelece-se, também, que as palestras e publicação de material promocional dos empreendimentos ou empresas, tão frequentemente usadas como artifícios para compor as exigências da educação patrimonial, não mais serão consideradas como tal. Vislumbra-se, assim, que ocorram mudanças na esfera do licenciamento ambiental e da arqueologia de contrato, no sentido de maiores investimentos em projetos voltados e articulados às realidades nos quais as intervenções se situam.

Além das novidades colocadas pela Instrução Normativa para a educação patrimonial, a recente instituição de um marco legal para o campo, ou seja, a Portaria 137/2016, deve estimular, também, uma reorientação de práticas, uma vez que, doravante, devem seguir princípios como: favorecer a participação social nas ações educativas; integrá-las no cotidiano e na vida das pessoas; compreender o território onde se atua como espaço educativo; fomentar a relação de afetividade em relação aos bens culturais; e, principalmente, reconhecer que as práticas educativas se inserem em um campo de negociação e conflito entre diferentes grupos sociais.

Essa portaria, acompanhada, na sequência, da publicação da metodologia dos inventários participativos (Iphan, 2016), representam, assim, um deslocamento da matriz em educação patrimonial, no mesmo sentido que Meneses (2009) atribuiu ao papel da Constituição Federal de 1988, em relação ao Decreto-Lei 25 de 1937. Segundo o autor, a Constituição Federal deslocou a matriz de valoração, anteriormente centrada no Estado, agora para a sociedade, uma vez que reconheceu que os valores culturais não

são criados pelo poder público, mas têm como ventre gerador a própria sociedade, esclarecendo, portanto, que o papel do Estado é declaratório e protetor e não instituinte.

No caso da educação patrimonial, os novos instrumentos institucionais criados pelo Iphan, da mesma forma, deslocam a matriz das ações educativas daquilo que era legalmente protegido pelo tombamento ou registro, para as referências culturais, portanto, para aquilo que, mesmo não sendo institucionalizado, tem sentido e significado para os diferentes grupos sociais.

Assim sendo, espera-se que a criação do marco legal, acompanhado de nova inspiração metodológica, possam fomentar o segmento da arqueologia de contrato, as consultorias ambientais e outras instituições, a trilhar novos caminhos mais desafiadores e problematizadores da construção da memória oficial.

Frente ao conjunto de problemas brevemente tratados aqui, os quais têm limitado não só as práticas, mas também a reflexão teórica sobre este campo em construção, pergunta-se: quais estratégias teórico-conceituais podem ser pensadas em busca de sua superação?

## Algumas proposições para uma nova pedagogia do patrimônio

O que é patrimônio cultural, cultura, identidade e memória? Muitas das atividades voltadas à formação em educação patrimonial principiam introduzindo esses conceitos, e o próprio Guia Básico do Iphan não foge ao mesmo tipo de abordagem. No entanto, quando se pensa que a finalidade do trabalho é sensibilizar as novas gerações a pensar sobre a necessidade da preservação, pergunta-se: não seria um equívoco partir de conceitos abstratos, principalmente em se tratando de um público escolar, formado por crianças, mas, mesmo também, em relação aos jovens?

Para Vigotsky (1987), o processo de formação de conceitos é complexo e não se dá meramente como ato mecânico, de transmissão do professor ao aluno, já que se trata de apreendê-lo por meio de intensa atividade mental. Sendo assim, não teria sentido promover o ensino direto de conceitos, o que para o autor é infrutífero.

> Um professor que tenta fazer isso geralmente não obtém qualquer resultado, exceto o verbalismo vazio, uma repetição de palavras pela criança, semelhante à de um papagaio que simula um conhecimento de conceitos correspondentes, mas que na realidade oculta um vazio. (VYGOSTKY, 1987, p.72)

Mesmo considerando que, entre os jovens ou um público adulto leigo, a base psicológica para a formação de conceitos já está amadurecida e desenvolvida, esse, ainda, seria um ponto de partida estéril quando se pensa na sensibilização e problematização das questões do patrimônio. Investir em assimilação de conceitos ofertados, prontos e acabados, é considerar nossos interlocutores como receptáculos vazios, como objetos a intervir e não como sujeitos do processo. Apresentar conceitos, antes de construir uma possibilidade de entendimento a partir da realidade vivida, é negar a possibilidade de nossos interlocutores se perceberem como sujeitos de sua cultura, da história e do mundo. Trata-se, enfim, da apreensão do conceito de patrimônio cultural e não de sua transmissão mecânica.

Conceitos são construídos no desafio e por meio do estímulo com o contexto no qual os sujeitos estão emersos e, neste sentido, o início é sempre a realidade e a experiência prática, a partir da qual se chega ao que pode ser definido como cultura, memória, identidade e patrimônio. Nesse sentido, o movimento vai da realidade em direção à construção de conceitos, esse desempenhando a etapa final do processo. Inverte-se, assim, a forma como, tradicionalmente, a educação patrimonial tem atuado.

Para iniciar a abordagem pela realidade dos grupos com os quais se atua, sem antes apresentar os conceitos pontos, significa mobilizar aquilo que se encontra na essência do patrimônio cultural: os sentidos ligados à permanência e a guarda de objetos, como parte de um conjunto de necessidades humanas, como algo existencial.

Fotos antigas, roupas de infância, álbuns de figurinhas, brinquedos antigos, toda pessoa guarda algum tipo de objeto que remete a experiência vivida em seu passado, ainda que ele seja muito recente. A guarda desses objetos pessoais se dá na medida em que cada um deles é capaz de mobilizar lembranças, necessárias a compreensão do que somos como indivíduo humano, ou seja, da formação de uma identidade. São exemplos do que Eclea Bosi (2010) chamou de objetos biográficos, expressão que a autora tomou emprestado, originariamente, de Violette Morin.

> Se a mobilidade e a contingência acompanham nosso viver e nossas interações, há algo que desejamos que permaneça imóvel, ao menos na velhice: o conjunto dos objetos que nos rodeiam. Nesse conjunto amamos a quietude, a disposição tácita, mas expressiva. Mais que um sentimento estético ou de utilidade, os objetos nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade. Mais do que ordem e beleza falam à nossa alma em sua doce língua natal. (Bosi, 2010, p. 441)

Quando objetos biográficos são trazidos à discussão nos grupos em que se atua, e eles são instigados a falar sobre a relação desses com sua própria existência, mobilizam-se os conceitos de identidade e memória, a partir da prática. Provocar o grupo a pensar sobre a possibilidade da perda destes objetos, por outro lado, ajuda a compreender que a permanência deles tem um papel existencial, na composição da vida dos indivíduos.

Abordados, assim, a partir de uma perspectiva inicial que é individual e pessoal, os objetos biográficos revelam, entretanto, a possibilidade de ampliar e transpor a discussão e os conceitos mobilizados, na prática, para outra escala: a da cidade. Uma esquina, um muro, uma praça, um edifício, um rio, também, fazem parte da memória daqueles que vivem a cidade, são objetos biográficos para determinados grupos sociais, pois, a partir deles, é possível mobilizar lembranças da infância, da escola, do trabalho, em uma cidade que se transforma de maneira rápida. O sentido social atribuído a esses objetos ultrapassa a sua finalidade prática, seu papel na cidade é de ordem simbólica, conforme explicita Baudrilhard (2009). Para o autor, esses desempenham um papel testemunhal, de lembrança, um signo de sistemas culturais anteriores, cujo valor é de historicidade, trazendo o significado do tempo. O tempo-espaço do vivido.

Mais uma vez, provocar o grupo a pensar nas perdas reais destes suportes de memória coletiva da cidade, pela transformação imposta ao espaço urbano, ajuda a compreender a necessidade e as razões da preservação, uma vez que não se trata apenas de transformação, mas de destruição do espaço vivido, no qual os sujeitos podiam reconhecer sua própria existência.

O ponto de partida, portanto, para apreender conceitualmente o patrimônio cultural são os objetos biográficos dotados de sentidos coletivos e compartilhados, na cidade e no campo.

Não há como negar que a destruição desses referenciais da vida cotidiana está na ordem do dia em nossas cidades, vivemos constantemente premidos pela possibilidade da perda. Em que pese as argumentações da bibliografia estrangeira sobre uma tendência contemporânea de patrimonialização excessiva e dever de memória, conforme Jeudy (2005), ou de uma inflação patrimonial, como explicita Choay (2001), em relação a realidades de países como o Brasil, não há excesso de conservação e a realidade tem mostrado constantes ameaças aos suportes materiais de memórias coletivas nas cidades.

Deterioração física de bens culturais causadas pelo abandono e ausência de medidas de conservação, o famoso “deixar cair”; demolições de edificações antigas,

legalmente não protegidas e sua substituição por novas estruturas como condomínios residenciais ou shoppings, que são espaços homogêneos e normatizados; projetos estatais de intervenção e criação de infraestrutura que dilapidam e fragmentam conjuntos tombados; são alguns dos exemplos de perda do patrimônio que as cidades brasileiras acompanham cotidianamente. Esse processo, chamado de urbicício, segundo Mena (2014), está muito presente nas cidades latino-americanas e tem levado ao esvaziamento dos referenciais da vida coletiva.

Esse é, portanto, o motor que deve alimentar a reflexão da educação patrimonial, porque envolve pensar, não no patrimônio como objeto reificado, mas no que se deseja para a cidade e o lugar em que se habita e vive. É preciso pensar, conforme os termos propostos por Bensaid (2008, p.9), que [...] “a herança não é uma coisa inerte ou um capital que se põe no banco, mas que ela existe e é apenas o que dela fazem (e farão) os herdeiros [...]”.

Nesse sentido, o compromisso da educação patrimonial deve superar a ideia da transmissão da cultura e da informação, para entendê-lo como processo de formação da consciência crítica sobre a realidade que pode possibilitar o reconhecimento das pessoas como sujeitos de sua própria história e cultura, capazes de agir em busca das transformações necessárias.

Finalizando, a educação patrimonial que se proponha a ser renovadora, deve partir, necessariamente, dessa problematização da realidade e das políticas de patrimônio no país, desmistificando ideias conservadoras do passado, superando os limites de uma ação tradicionalista fundada na transmissão de informações e conteúdos. Mudar as práticas é, assim, essencial.

Mas a renovação deve vir, também, da necessidade de construir de forma coletiva um arcabouço teórico-conceitual capaz de fundamentar essas novas práticas e um novo pensamento. E o que se buscou aqui foi trazer para a discussão alguns desses aportes teóricos, de autores que compõe uma bibliografia sobre patrimônio e memória, mas que nem sempre são incorporados à discussão da educação patrimonial.

# 4. MEMÓRIA, CLASSE TRABALHADORA E CIDADE

# 4 – Memória, classe trabalhadora e cidade

> Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos. (Thompson, 2011, p. 14)

Nesse texto parte-se da ideia da existência de uma problemática da memória operária: àquela que conduz a silenciamentos, supressão e ausências programados pelo Estado e pelo poder econômico. A supressão tem uma natureza política, ela objetiva o controle e dominação social. Também tem uma natureza econômica que se articula à anterior: o controle do que a sociedade é capaz de lembrar é vital para manter a hegemonia de classe no capitalismo e a alienação do trabalho. A memória é, assim, enquadrada. Para isso, é preciso que se produza um apagamento de experiências do passado ligadas à memória da rebeldia, da luta e da organização dos trabalhadores que podem alimentar o presente. O enquadramento da memória, termo trazido de Pollak (1989)[56] é um ato de poder, um trabalho político conduzidos e realizado pelo Estado e, também, pelo poder econômico, que resulta na seleção de acontecimentos e testemunhas autorizadas a falar. Ele controla a memória coletiva, organizando seus rastros: monumentos, museus, patrimônio.

A ausência programada relaciona-se, também com a destruição material da classe operária, pois além da sua redução numérica, há uma fragmentação do corpo social separando e opondo o trabalhador qualificado e ainda sindicalizado, daquele que é sujeito à precarização do trabalho, corroendo, assim, a identidade operária, fragilizando os laços da antiga solidariedade. Mas há, igualmente, a destruição simbólica da classe, fruto da produção da invisibilidade do trabalhador e de uma crise de representação, em que ele não se vê mais como tal, afinal, é chamado de colaborador. A crise de representação está ligada, também, a demonização e ao ataque aos sindicatos como órgãos de organização da classe, uma ofensiva patronal e midiática que faz com que o trabalhador veja o sindicato como algo desnecessário e sem sentido.

Tal problemática coloca a necessidade de compreender uma determinada condição, a da memória ameaçada, tal como definiu Todorov (2000). Em contraposição a ela, o trabalho de memória permite pensar nas possibilidades de resistir, como escreveu Eclea Bosi (2010, p.452): “À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo”.

[56] O autor afirma que a fonte original do termo memória enquadrada é Henry Rousso em Vichy, le grand fosse. Vingtiéme Siècle, 5, 1985, p.73.

## A problemática da memória operária

Para Frederico (2010), na história do movimento operário brasileiro coube a São Paulo a condição de centralidade da luta de classes, na medida em que, como ponta de lança do desenvolvimento capitalista, as contradições e tensões nesse estado apareceram muito mais acirradas do que em outras partes do país. Nos dados do Censo Industrial de 1970, momento anterior às grandes mudanças do mundo do trabalho que se seguiram, o estado de São Paulo concentrava 49% da classe operária do país, a maior parte agrupada na metrópole de São Paulo, na capital, seguida dos municípios do ABC, Osasco e Guarulhos, segundo Pereira (1981). Mais de 30% desse operariado fabril concentrava-se nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material de transporte, o que forjou, para o autor, uma classe operária moderna cujo *lócus* era a metrópole de São Paulo.

A identidade da metrópole foi, portanto, e durante muito tempo, concebida tendo a indústria como elemento central daquela São Paulo que se afirmava a "locomotiva da nação". Nessa conjuntura, a paisagem urbana foi marcada por uma feição de corredores industriais e operários, de bairros que acompanharam inicialmente as ferrovias e, depois, as auto-pistas modernas que rasgaram a metrópole.

Entretanto, a mudança na lógica do capital industrial que levou ao processo de reestruturação urbano-industrial, instalado a partir do final dos anos 1970, somado à crise econômica da dívida externa, dos anos 1980/1990, transformou os conteúdos e as formas espaciais da metrópole de São Paulo. Além da indústria que se dispersou territorialmente para as bordas da metrópole e em direção ao interior do estado, conforme Lencioni (1994), mas também pelo interior do país, o fechamento e a falência de outras tantas fábricas conformaram uma nova paisagem urbana caracterizada por grandes unidades fabris abandonadas e prédios em ruínas e pela ausência do trabalhador. O que apareceu como grandes vazios urbanos nas zonas industriais eram na realidade, testemunhos de um processo de obsolescência física, no qual grandes terrenos desprovidos de valor de uso tiveram seu valor de troca reduzido (ALVAREZ, 2008).

Esse contexto de transformação produziu o risco de desaparecimento de remanescentes do passado industrial e operário, suportes físicos e guias ordenadores da memória desse sujeito social, a classe trabalhadora, e que representavam a gênese da identidade moderna da metrópole de São Paulo. Muitas fábricas, armazéns, vilas operárias, clubes esportivos operários, além de vários testemunhos da vida cotidiana da

classe trabalhadora, como cinemas de ruas, pequenos comércios e mercados foram demolidos. Exíguos exemplares desse modo de vida urbano-industrial foram preservados oficialmente ou espontaneamente, apagando assim a memória dos processos inscrita na paisagem.

Entretanto, apesar dos riscos de desaparecimento, o tema da memória e do patrimônio da classe trabalhadora não se configurou como um objeto de interesse das políticas públicas de preservação que, quando muito, olharam apenas para a fábrica, valorizando-a como artefato arquitetônico, conforme se abordou no capítulo 1. Como já foi dito, mesmo quando aparecem ínfimos exemplos do que poderia simbolizar a classe operária, como no caso do patrimônio industrial, o olhar e a narrativa construída evocam mais a arquitetura, a técnica ou a história econômica na perspectiva do capital, construindo um sentido para esses objetos completamente diferente do olhar do sujeito social operariado.

Igualmente não houve políticas públicas de memorialização que se encarregassem desse passado fabril formador da identidade, já que são exceção as iniciativas de criação de museus sobre o tema, ao contrário do que aconteceu com os países europeus, em profusão. Também não houve, no âmbito das políticas públicas, apoio à preservação e divulgação de acervos de documentação da vida operária e sindical. Os valiosos acervos das lutas do Sindicato dos Queixadas de Perus, da Oposição Sindical Metalúrgica e dos Sindicatos dos Metalúrgicos e Químicos do ABC, são deixados aos seus próprios esforços de preservação. O Centro Pastoral Vergueiro, outro exemplo de importante arquivo de documentos sobre as lutas sociais e operárias, só muito recentemente conseguiu digitalizá-los e disponibilizá-los por meio de recursos oriundos de emenda parlamentar do vereador Adriano Diogo (PT) e, apesar de apoio do Arquivo do Estado, foi um trabalho que se fez a partir de voluntariado militante. Uma exceção importante é a iniciativa da Universidade Estadual de Campinas que mantem o Arquivo Edgard Leuenroth, mas ainda assim, resultado de esforços acadêmicos ligados à pesquisa científica. Nesse sentido, faltam políticas de Estado voltadas à proteção e valorização da memória da rebeldia.

O que se vê é, ao contrário, a produção do apagamento da memória do trabalho e das lutas operárias, ausências programadas pelo Estado que colocam em evidência que estamos longe de viver aquilo que Gonçalves (2015) chamou de “obsessão por ações de preservação e seu caráter inflacionário”. Só é possível pensar nessas expressões aplicadas ao caso brasileiro se observadas a parcialidade do fenômeno e o

seu caráter desigual. A discussão sobre a obsessão por memória é generalista e dissimula as contradições da realidade.

> Atualmente, qualquer objeto material, qualquer espaço, qualquer prática social, qualquer tipo de conhecimento pode ser identificado, celebrado ou contestado como "patrimônio" por um ou mais grupos sociais. Assim como já se diagnosticou um "**abuso da memória**" (Todorov, 2004), o mesmo se pode dizer a respeito dessa palavra complementar, o "patrimônio", e seu caráter inflacionário (Heinich, 2009). De modo voraz a categoria estende-se para diversos domínios, e, para além dos clássicos patrimônios históricos e culturais, encontram-se os etnológicos, ecológicos, entre outros. (GONÇALVES, 2015, p. 212, *grifo nosso*)

O autor tem razão quando afirma das inúmeras possibilidades atuais para entender o patrimônio. Em tese, qualquer bem cultural pode ser reconhecido como tal, depois que a Constituição Federal abriu essa perspectiva. Mas é preciso problematizar essa ideia do autor pois, na prática, isso não se realiza, já que são inúmeros os obstáculos para a atribuição de valor para certos bens culturais, principalmente os de caráter popular. O mesmo, também, pode-se dizer sobre o patrimônio natural. Ao contrário do que afirma Gonçalves (2015), constata-se, na prática, que a experiência institucional brasileira em patrimônio se estendeu de forma muito tímida para outros domínios, para além da visão clássica de patrimônio histórico como ligado aos fatos "memoráveis" da história do país.

Um caso exemplar é o do Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, bem cultural que testemunhou as lutas operárias durante a ditadura militar, aos finais da década de 1970. A longa tramitação do processo de tombamento no órgão federal e a decisão final pelo arquivamento, apresentadas e discutidas anteriormente, deixam clara as dificuldades criadas para que esses patrimônios operários tenham reconhecimento oficial.

Também é importante explicitar o significado original do termo *abuso da memória*, oriundo do trabalho de Todorov (2000), pois a sua citação em Gonçalves parece distorcer seu sentido, uma vez que não se trata simplesmente de uma relação quantitativa, algo semelhante à inflação patrimonial.

O abuso da memória, para Todorov (2000), está ligado a um tipo de uso da memória, ou seja, o *mau uso* da memória. Isso acontece quando, segundo o autor, em nome do recordar, se faz um uso enganoso da memória, reproduzindo injustiças ou justificando o injustificável. O abuso da memória também está ligado à sacralização de determinado passado, que conduz à comemoração acrítica e estéril sem potencial transformador do presente, pois não produz reflexão sobre o passado. Esse é, segundo

o autor, o *sentido literal* da memória, que a fecha num circuito em si mesma e que não possibilita mudar nada. Em contraposição a essa *memória literal*, o autor propõe a *memória exemplar*, aquela que nos permite usar a lição do passado para compreender e atuar no presente, uma forma de lembrar que traz resultados, pois transforma o passado em princípio para se usar no presente.

Ricouer (2012), aprofunda o sentido dessa expressão ao conceber o abuso da memória como resultado da sua instrumentalização ou manipulação concertada pelos detentores do poder, e, também, como par dialético que opõe excessos de celebração e rememoração acrítica com insuficiências ou ausências de determinadas coisas lembradas. Abuso de memória como produto da dialética da presença excessiva e da ausência programada.

A memória manipulada resulta em processo que dissimula e encobre, porque opera estratégias que são contraditórias, mas que não são percebidas enquanto tal. Só se vê um lado. A contradição vem do fato de que, suprime-se aquilo que não interessa e, sobretudo, que é perigoso: a memória das lutas operárias, por exemplo. Ao mesmo tempo, opera-se uma atitude celebrativa, a exaltação de outra memória, a do poder econômico, do Estado, o orgulho cívico-nacional. Assim, substitui uma pela outra, mas o que aparece na superficialidade do fenômeno é apenas o boom da memória, ou o “nunca se falou tanto de memória”.

A manipulação da memória substitui uma pela outra: a memória oficial, celebrativa do poder econômico e do Estado vem ocupar o lugar da memória vivida que tem, na tradição, a luta. Isso se dá por múltiplos mecanismos da dominação: a escola, o livro didático, as comemorações cívicas, as efemérides, a mídia, os museus e, principalmente o patrimônio cultural. Afirma-se que não há mais sujeito operário, que não há mais classe, apagam-se os rastros das lutas: se a memória serve para manter a coesão social, apropriar-se da memória e manipulá-la significa estabelecer um controle político sobre o social.

A memória do vivido no trabalho é a do conflito entre classes desiguais, com interesses opostos; entretanto, ela é substituída pelo *boom* de memória celebrativa que tenta igualar oprimidos e opressores, impondo, sem que se perceba, os seus heróis. Nessa perspectiva, a problemática da memória operária é parte dos abusos de memória quer pela invisibilidade do tema, quer pelas iniciativas para a sua supressão.

## O trabalho e a memória ameaçada

*As circunstâncias do presente são o teatro da rememoração.*
*Walter Benjamin*

Há uma unanimidade na bibliografia especializada de que a memória não diz respeito simplesmente ao passado, mas às condições do presente que fazem com que o passado seja acionado como lembrança. Para Eclea Bosi (2003), é do presente que parte o chamado. “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora, à nossa disposição, no conjunto de representação que povoam nossa consciência atual.” (BOSI, 2010, p.55)

Portanto, é preciso se perguntar sob quais condições do presente pode-se pensar a memória operária?

Em primeiro lugar, tem-se as mudanças do mundo do trabalho que produziram, de um lado a fragmentação social da classe trabalhadora e, sobretudo, a sua invisibilidade e crise de representação, no caso do operariado fabril como sujeito dessa memória. Segundo, Antunes (2013), as mudanças no mundo do trabalho apareceram como a resposta produtiva à crise estrutural do capital, a partir da década de 1970. Ainda, segundo esse autor, dentre as expressões fenomênicas dessa crise, a queda da taxa de lucro levou o setor fabril a reestruturação produtiva. Essa tratou de reorganizar o trabalho e a produção em busca do aumento da produtividade do capital e, nesse sentido, colocou em marcha a lógica destrutiva, uma ofensiva generalizada do capital e, também do Estado, contra a classe trabalhadora, segundo o autor.

A fragmentação social da classe resultou da configuração de uma nova morfologia do trabalho, conforme Antunes, caracterizada por uma precarização estrutural. Além do operariado com emprego regulamentado e formal, somam-se formas cada vez mais atípicas, segundo esse autor: o empreendedorismo que oculta o trabalho assalariado e que permite flexibilizar horários e salários; a ampliação dos contratos temporários, sem estabilidade; a terceirização ou subcontratação, principal forma de precarizar o trabalho; a contratação por pessoa jurídica, o famoso MEI, microempresário individual.

Tendo em vista essa nova morfologia, Antunes (1999) alerta para a necessidade de considerar uma noção ampliada de classe trabalhadora, para além daqueles que se encontram no trabalho produtivo, na fábrica, entendendo que a chave analítica a ser considerada é a da venda da própria força de trabalho por salário. Assim, o autor afirma a necessidade de distinguir duas noções: o proletariado industrial, ou seja, o trabalhador

produtivo, que produz a mais-valia e cria valores de troca e que tem, portanto, uma centralidade no conjunto das classes trabalhadoras; e a classe-que-vive-do-trabalho, um conjunto maior que engloba todos os trabalhadores assalariados inclusive os desempregados, já que fazem parte da lógica destrutiva, os precarizados, os subproletários, os terceirizados, os assalariados da economia informal.

Por outro lado, a classe também foi alvo de uma lógica destrutiva no plano simbólico. Essa destruição se deu na construção de um discurso otimista sobre o trabalho, que vem da literatura em gestão empresarial, seguida e difundida para a totalidade da sociedade pelos meios de comunicação, como uma verdade inquestionável, e que procurou criar uma representação positiva nas relações de trabalho, na qual o conflito capital-trabalho foi superado, segundo Bernardo (2009).

Nessa nova linguagem criada pela gestão empresarial, as mudanças foram essencialmente benéficas uma vez que o trabalho rígido do fordismo-taylorismo foi superado por um modelo mais flexível, que incluiu organização em equipe, autonomia e participação, tornando-o mais humanizado. Esse discurso distorce e nega a realidade do trabalho, uma vez que, ao contrário, amplia-se a pressão sobre o trabalhador resultando em sofrimentos psíquico e adoecimento, conforme Bernardo (2009).

Simbolicamente, nesse novo modelo, não há mais classe trabalhadora no sentido daquele que vende sua força de trabalho, uma vez que a gestão empresarial adotou a denominação de “colaboradores”. O significado de colaborador é o daquele que exerce um trabalho em comum com outros para a mesma obra, portanto, ao usá-lo para designar o trabalhador procura igualar uma condição que é na realidade desigual. Do ponto de vista simbólico, o que se faz é distorcer o real negando a relação entre capital-trabalho, ou entre quem detém os meios de produção e quem é obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver.

Assim, todas as dimensões constituidoras da classe trabalhadora são atingidas nessa nova conjuntura: *a experiência, a consciência e a identidade*. A primeira dimensão que constitui a classe, segundo Thompson (2011), é a *experiência*, o vivido cotidiano dado pelo lugar social que os trabalhadores ocupam nas relações de trabalho e que definem suas condições materiais de existência. A classe é uma relação, mas precisa estar encarnada em pessoas e em contextos reais, diz o autor.

Mas nem só a experiência real e concreta faz a classe. É preciso ainda a formação da *consciência* de classe, consciência que não é nem individual, nem a somatória do coletivo. É a consciência da classe em relação a situação histórica de exploração e sujeição do trabalhador que lhe confere o *sentido de classe*, que orienta a luta não só

contra os efeitos, mas também contra as causas da exploração, de acordo com Lukács (2012). E por último, a classe se define, igualmente, pela formação da *identidade* com o outro que vive essa mesma experiência da exploração, o que permite fazer convergir interesses e projetos em comum, que se consubstancia na organização para a luta.

Nesse sentido, as mudanças no mundo do trabalho desengrenam as 3 dimensões, pois o vivido se fragmenta em situações distintas, separando e opondo o corpo social, corroendo a identidade do grupo, o que atinge o núcleo da consciência, o sentido da classe.

No caso do operariado fabril, a destruição simbólica como corpo social traz o significado de sua invisibilidade total, o que levou Beaud e Pialoux (2009, p.9) a questionarem: “Por que escrever sobre os operários hoje? Eles não são sobreviventes de um velho mundo industrial em vias de extinção? Já não se disse tudo sobre o fim da classe operária”? Para os autores, o operariado existe e ainda é numericamente importante na França. Por outro lado, não é mais visto, uma vez que se construiu um discurso de desvalorização que vem, desde os anos 1980, declarando o adeus a esse sujeito social. Em muitos casos, segundo os autores, a categoria operário, definida socialmente, foi substituída pela do imigrante, definido pela sua origem territorial.

Para os autores, além do discurso empresarial e midiático que teve interesse estratégico em declará-los herdeiros de um passado acabado, o próprio discurso acadêmico, na década de 1980, proclamou seu fim.

No Brasil, igualmente Antunes (1999) critica a tese da supressão ou eliminação da classe trabalhadora no capitalismo tardio, como visão do adeus ao proletariado, lembrando que, junto com a diminuição do operariado industrial tradicional, houve também um alargamento das múltiplas formas precarizadas de trabalho, ou seja, a sua transformação e complexificação e não a eliminação.

Nesse processo, os sindicatos, por sua vez, também perderam sua influência, eles que eram os porta-vozes dos operários e operárias, segundo os pesquisadores franceses. No Brasil e no estado de São Paulo, os sindicatos se tornaram alvo de campanhas de demonização e, em regiões tradicionalmente industriais como o ABC paulista, a atuação sindical foi tida como geradora de um “prejuízo”, o chamado “custo ABC”, de acordo com Tomizaki (2007) e Conceição (2008). Os sindicatos foram responsabilizados pela saída de indústrias em virtude das conquistas salariais que elevaram o preço da força de trabalho, argumento que nega uma lógica maior do processo, que é a da reestruturação urbana-industrial, discutida em Lencioni (1994). Para o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC: “Alguns empresários

preconceituosos, aliados a políticos formadores de opinião e conservadores, passaram a apontar os sindicatos do Grande ABC como responsáveis pelo processo de desconcentração industrial" (MARINHO, 2001, p. 189). A ofensiva patronal cada vez maior sobre as entidades de classe faz com que o próprio trabalhador veja o sindicato como algo desnecessário, sem sentido.

Isso não significa que não se deva fazer a crítica à atuação dos sindicatos. Cafu (2001), ex-dirigente do Sindicato dos Químicos na região do ABC reconheceu que a organização sindical não foi capaz de dar respostas à altura das dificuldades diante do auge dos processos que eliminaram postos de trabalho, nos anos 1990. Entretanto, a demonização que se trata aqui diz respeito ao discurso midiático orientado pela tentativa de desvincular a imagem das cidades do ABC do histórico das lutas operárias, por considerá-la negativa do ponto de vista de atração de novos investimentos.

Assim, as mudanças no mundo do trabalho produzem a destruição material do operariado, em função da sua redução em número, realizando, ainda, a sua destruição simbólica ao patrocinar uma crise de representação em que o operariado não se vê mais como tal e nem mais é reconhecido como tal, corroendo sua identidade de classe. Para Beaud e Pialoux (2009, p. 11): "Essa crise de representação contribuiu fortemente para a não visibilidade do grupo."

## Sobre a invisibilidade da classe operaria

Em contraposição à produção dessa invisibilidade, apresentam-se aqui os dados relativos a uma determinada espacialidade, um determinado recorte da metrópole paulistana, a região do ABC paulista, objeto de interesse dessa pesquisa. É nesse lugar que o processo de industrialização viveu seus primeiros momentos, ainda no século XIX, como parte do subúrbio da cidade. Segundo Martins (2002), é na história do subúrbio que se encontra uma riqueza de perspectiva para o estudo da formação da classe operária, já que a indústria paulistana não nasceu concentrada na cidade, mas dispersa em um amplo espaço urbano e rural, que inclui o subúrbio.

Em contraposição a invisibilidade produzida sobre esses trabalhadores, os números mostram não só que há operariado na região, como também que ele é mais expressivo quando se leva em conta as relações de emprego formal. Além disso, mostram uma profunda desigualdade de situação do operariado no interior da região do ABC.

Na tabela 2, a seguir, constata-se, em todos os municípios da região, a existência de operariado, que varia desde taxas menores, como Santo André, com quase 12% do emprego formal, a taxas maiores, como Diadema, com mais de 44% dos postos de trabalho com carteira assinada. Interessante notar a reversão da tendência histórica na região: os municípios que foram pioneiros do processo de industrialização são aqueles que apresentam, hoje, as menores porcentagem de população no setor secundário: Santo André e São Caetano. Já os municípios com industrialização mais recente, principalmente em relação à implantação das grandes unidades fabris, são os que ainda possuem expressiva participação de trabalhadores formais no setor secundário: São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires.

Tabela 2: Participação do emprego formal nos setores da economia, em 2017. Organizado por Simone Scifoni. Fonte: www.perfil.seade.gov.br. Acessado em 21/02/2020

| Município | Industria | Comercio | Serviços |
|---|---|---|---|
| Santo André | 11,50% | 20,70% | 64,10% |
| São Bernardo do Campo | 29,20% | 18,00% | 49,90% |
| São Caetano do Sul | 12,70% | 16,90% | 60,70% |
| Diadema | 44,60% | 19,80% | 31,80% |
| Mauá | 33,38% | 23,70% | 38,70% |
| Rio Grande da Serra | 41,40% | 14% | 37,60% |
| Ribeirão Pires | 30,80% | 23,80% | 42,50% |
| Estado SP | 17,70% | 20,20% | 55,50% |

.

Os dados mais recentes disponíveis expressam a existência de um operariado ainda significativo no ABC, ainda que ele não se compare a situação histórica da região. Verifica-se, na tabela 3, a seguir, que ao longo do tempo o conjunto de trabalhadores da indústria sofreu uma redução drástica, que teve como marcos as décadas de 1980 e 1990[57], auge da reestruturação produtiva, da desconcentração industrial e dos efeitos da crise econômica.

[57] Só encontramos os dados relativos ao emprego formal. Mesmo ocultando o emprego precarizado na indústria podem ser um indicativo do que é o operariado no ABC.

Tabela 3: Emprego formal na indústria de 1980 a 2016. Organizado por Simone Scifoni. Fonte dos dados: (1) Sumário de Dados Diadema 1995; (2) Sumário de Dados de Santo André 1991; (3) Fundação Seade, Perfil Municipal; (4) Renata Medeiros Rosa (2010)

Os números ao longo do tempo mostram que a região teve, como um todo, queda abrupta de empregos formais na indústria depois de 1980 até o início de 2000, uma redução de 41% dos postos de trabalho em duas décadas, ou seja, uma perda de 138 mil trabalhadores. Embora o comportamento do emprego formal tenha pequenas diferenças internas na região, como acontece em Diadema e Rio Grande da Serra, a tendência geral foi a de redução.

Nesse período, em Santo André e São Caetano do Sul, municípios que concentraram as primeiras grandes fábricas da região, tiveram a maior perda de empregos formais, chegando a 58%. Já São Bernardo do Campo, o município que, em 1980, tinha a maior parcela do operariado da região, perdeu 29%, porcentagem menor. Em números absolutos, Santo André foi aquele que mais perdeu empregos formais, foram mais de 38 mil postos de trabalho formais, no período 1980-2016.

A redução drástica de trabalhadores na indústria teve sua tendência invertida, na década seguinte (2000-2010), quando o emprego formal voltou a crescer. No entanto, não retornou aos patamares anteriores à crise. Em toda a região, o emprego cresceu 36% na média em relação à década anterior, mesmo assim, ele ainda era 20% menor que em 1980. Em números absolutos, os municípios em que houve maior crescimento foram Diadema e Mauá, com ampliação de cerca de 15 e 16 mil novos postos de trabalho formal. Em porcentagem, Mauá teve taxa de crescimento do emprego industrial 107% maior em 2010, em relação à década anterior, seguindo de São Caetano do Sul que cresceu em 70%.

Depois de uma década de recuperação do emprego formal na indústria seguiu-se para nova redução: os dados de 2016 mostram os resultados da crise econômica, o que aproximou os números do emprego formal aos antigos patamares de início dos anos 2000. O que se ganhou ao longo de uma década foi novamente perdido, mostrando um operariado mais reduzido que os tempos de auge da industrialização.

A redução do emprego guarda relação, ainda, com uma transformação na estrutura interna do perfil industrial nessas mesmas décadas de 1980 e 1990. Constata-se que, se comparada ao número de estabelecimentos industriais, não há uma curva descendente no período, ao contrário, em geral o número de fábricas cresce, como se vê na tabela 4, a seguir. A redução do número de fábricas aconteceu de 1980 a 1985, o que foi revertido nos anos seguintes, sempre com números maiores, em geral.

Tabela 4: Número de estabelecimentos industriais (indústria de transformação). Organizado por Simone Scifoni. Fonte dos dados: (1) Alvarez, 2008; 2) Sumário de Dados de Santo André 1991; (3) Rais.

| Municípios | 1980 (1) | 1985 (2) | 1995 (1) | 2000 (3) | 2010 (3) | 2016 (3) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Santo André | 981 | 902 | 1.037 | 1.021 | 1.405 | 1.505 |
| São Bernardo do Campo | 1.099 | 1.061 | 1.291 | 1.283 | 1.575 | 1.590 |
| São Caetano do Sul | 557 | 523 | 584 | 590 | 689 | 675 |
| Diadema | 798 | 971 | 1.244 | 1.281 | 1.575 | 1.413 |
| Mauá | 259 | 212 | 398 | 400 | 780 | 800 |
| Rio Grande da Serra | 26 | 21 | 16 | 19 | 22 | 20 |
| Ribeirão Pires | 143 | 134 | 212 | 200 | 230 | 238 |

Como se explica isso? De acordo com Conceição (2008), é preciso considerar a oscilação do número em relação ao tamanho das fábricas. Houve uma perda contínua de grandes estabelecimentos fabris, de mais de 1 mil operários, enquanto cresceram as pequenas unidades e isso repercute no emprego industrial que se reduz. Para o autor isso demonstra que ao contrário de desindustrialização ou esvaziamento industrial, houve um processo de reestruturação industrial em que algumas fases da produção se deslocaram, mas que, no geral, não há perda líquida de atividade industrial senão uma transformação no perfil dessa industrialização. Além da reestruturação produtiva, que gerou desemprego estrutural, com a eliminação de postos de trabalho que não foram repostos mais.

Mesmo com tais transformações, os dados anteriores mostram que os operários e operárias estão presentes em uma região que ainda guarda importante papel na produção industrial nacional, ainda que se busque ocultá-los. São, portanto, essas condições do presente que constituem uma memória operária ameaçada, pois ao proclamar o fim do operariado não haveria mais sentido em falar na memória do grupo.

## O trabalho de memória

Em contraposição à memória ameaçada pode-se opor um trabalho de memória que insista em tirar da invisibilidade sujeitos sociais e suas experiências do vivido enraizadas no passado.

Ricouer (2012) propõe a noção de trabalho – o trabalho de memória -, que deve se ocupar das ausências e insuficiências, se opondo à atitude celebrativa, comemorativa e acrítica, àquela ligada ao "dever de memória". Para o autor, a memória não é somente acolher ou receber uma imagem do passado, mas ir buscá-la; a memória é exercitada.

Igualmente Eclea Bosi (2010), destaca que, para além da memória entendida em sua dimensão individual, quer como memória-hábito, aquela que o corpo guarda na forma de esquemas de comportamento, ou como memória-sonho, aquela relacionada às evocações espontâneas do passado, quando se pensa socialmente, na perspectiva dos quadros sociais da memória, ela deve ser entendida sobretudo como trabalho. A memória é trabalho porque o conjunto de lembranças é construção social do grupo, um exercício de reconstruir e refazer, uma releitura das experiências do passado, a partir das contingências do presente.

Sobre esse *trabalho de memória*, algumas experiências com o patrimônio das classes trabalhadoras mostram que, ao contrário dessa visão institucional, o olhar de dentro da classe vê a fábrica como parte da sua existência social, compondo a memória do grupo, ainda que as lembranças sejam carregadas de negatividade ligada a opressão e exploração do trabalho. Nesse caso, não se trata de memória-sonho ou evocação acrítica que transforma a experiência do trabalho em uma visão idealizada ou romantizada, eliminando os traços do negativo, mas da memória como trabalho e como parte de um projeto de mobilização social.

Para Smith, Shackel e Campbell (2011), há iniciativas de musealização ou de patrimonialização voltadas às classes trabalhadoras que se configuram como trabalhos de memória críticos e consciente, envolvendo, também, o doloroso. Isso contradiz o que afirmam os críticos da chamada "indústria do patrimônio" que têm generalizado e atribuído a essas iniciativas um papel de adesão ao triunfalismo conservador ou tentativas de transformar a experiência trabalhadora em fonte de comercialização. Como exemplo do trabalho de memória crítico, os três autores lembram das ações vinculadas a rede internacional de museus do trabalho e da classe trabalhadora[58], que incluem

[58] www.worklab.info/, site da Associação Internacional de Museus do Trabalho.

iniciativas como o do Museu Americano do Trabalho, uma antiga casa de operário de fábrica de seda onde se realizou um encontro de mais de 2 mil trabalhadores durante uma greve em 1913. No livro "*Heritage, labour and the working class*"[59]", os autores selecionaram artigos que apresentam e colocam em debate ações de grupos subalternos apagados da memória oficial que têm mobilizado o patrimônio não só como forma de luta por visibilidade e representação, como também, pela disputa da narrativa e significado dos acontecimentos.

Nesse mesmo sentido, um caso exemplar é o do Museu IMPA, em Buenos Aires (Argentina). A IMPA, Indústria Metalúrgica e Plástica Argentina foi criada em 1938 e produziu pequenos aviões, bicicletas, além de embalagens de alumínio. Em 1997, entrou em concordata e no ano seguinte foi recuperada pelos próprios trabalhadores, uma iniciativa que se estendeu para muitas outras empresas em falência e constituiu o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas, que chegou a mais de 400 iniciativas no país. A empresa pode assim retomar a produção, na forma de autogestão organizada pelos próprios trabalhadores. O movimento de recuperação atraiu a atenção de intelectuais, artistas e os próprios vizinhos do prédio, o que possibilitou, no ano de 1999, a abertura de um Centro Cultural no interior das instalações da fábrica, oferecendo oficinas de dança, teatro e atividades artísticas, além de um curso bacharelado em educação popular, baseado no método de Paulo Freire e um trabalho de memória feito com os operários. Como parte dessa empreitada, em 2012, foi aberto do Museu IMPA, que apesar de funcionar em uma fábrica que ainda mantem a produção, não é um museu de fábrica, mas um museu da memória dos trabalhadores, no qual a narrativa do operariado é central em sua constituição.

A visita ao Museu IMPA é uma experiência única, singular e marcante que possibilita vivenciar o interior de um espaço fabril que preserva o sentido mais verdadeiro: estão ali as máquinas originais, os fornos e os objetos de trabalho, a iluminação e composição do ambiente que permanecem como estavam no momento da paralisação, contando com pequenas intervenções, como um pequeno palco para apresentações, uma sala de aula aberta e os painéis explicativos da história do lugar e de seus trabalhadores. Trata-se de uma experiência de museu comunitário e vivo, que não pretende sacralizar o passado, mas disputar um lugar na história e na cultura, segundo Revista IMPA (2014).

[59] Patrimônio, trabalho e classes trabalhadoras

Imagem 19: Interior do Museu IMPA. Foto: Simone Scifoni, 2017.

Imagem 20: Linha do tempo, interior do Museu IMPA. Foto: Simone Scifoni, 2017.

Imagem 21: Prédio da fábrica e Museu, fachada principal. Foto: Simone Scifoni, 2017.

Imagem 22: Prédio da fábrica e Museu, entrada lateral. Foto: Simone Scifoni, 2017.

Imagem 23: Fachada da indústria nos anos 1990, quando foi ocupada pelos trabalhadores. Fonte: Revista Museu IMPA (2014).

Essa experiência conecta trabalho e cultura, para além da dimensão do trabalho só como atividade econômica. O trabalho está presente em sua dimensão cultural como produção de saberes populares, de conhecimentos empíricos da atividade laboral, mas também, como produção de saberes da organização e luta em seu interior compondo uma cultura política, nos termos de Chauí (2006). A experiência do Museu traz em sua centralidade o conceito de produção, que articula trabalho e cultura. Produção no processo de trabalho que produz objetos materiais e, ao mesmo tempo, produção de cultura, ambas em uma dimensão intrínseca e indivisível. Produção *sensu strito*, portanto, de produtos e de condições materiais de existência, mas também, *latu sensu*, como produção da vida, de cultura, valores, identidade, produção do mundo prático-sensível, de sociabilidades e solidariedade. Ambas as dimensões trabalho e cultura encontram-se articuladas a uma experiência de autogestão como alternativa contra-

hegemônica ao neoliberalismo. Autogestão no trabalho, na produção e na construção da memória e do patrimônio como direitos sociais não cumpridos, negados ou suprimidos pelo Estado.

Outro caso exemplar é o da Fábrica de Cimento Portland Perus, tombada pelo órgão municipal em São Paulo. O tombamento, feito em 1992[60], mobilizou de forma única na trajetória do patrimônio no Brasil, a memória operária como fundante dos sentidos e significados desse bem cultural. Para o seu tombamento foi realizado um amplo levantamento de história oral com os trabalhadores de Perus, durante a gestão da prefeita Luísa Erundina e de Marilena Chauí, frente à Secretaria de Cultura. A resolução de tombamento inclui as instalações da antiga fábrica, além da vila operária e da sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cimento, perspectiva que torna esse tombamento *sui generis*, na história da preservação no Brasil.

Imagem 24: Painel do Museu de Território da Quilombaque. Foto: Simone Scifoni, 2018.

Para a classe operária, a história da fábrica é lembrada em sua negatividade como a experiência da exploração do trabalho, do não cumprimento de direitos trabalhistas e de poluição atmosférica, já que o bairro ficava coberto por poeira da produção do cimento o que causou inúmeros problemas de saúde na população. Mas é lembrada, sobretudo, a partir da organização e luta dos trabalhadores, a partir daquela que foi a greve mais longa da história do movimento operário brasileiro e que foi

[60] Resolução Conpresp 27/1992.

conduzida pelo sindicato, em um movimento conhecido como a greve dos queixadas[61] (BORTOTO E BEZERRA, 2019). A memória da luta dos sindicalistas é tão presente e viva no território[62] que a palavra de ordem dos queixadas “firmeza permanente” enraizou-se nas ações e discursos dos militantes do movimento e se reproduz continuamente nas novas gerações de moradores.

A fábrica protegida legalmente não significou, porém, o fim das mobilizações, já que a luta se reconfigurou para a garantia de um uso social e público para o espaço que se encontra fechado. Segundo as autoras, ao longo dos anos, constituiu-se o Movimento de Reapropriação da Fábrica, que reúne sindicalistas, moradores, coletivos culturais, artistas, professores. Esse movimento vem desenvolvendo, incansavelmente, ações políticas de organização e mobilização que tem como centralidade da demanda a fábrica, mas que também reverberam em outras pautas focadas no território da zona noroeste da cidade. Dentre as atividades de educação patrimonial e de valorização da memória desenvolvidas está o Museu de Território que conta com diferentes trilhas educativas e foi organizado pelo coletivo Quilombaque, integrante do movimento. As trilhas, indicadas em painel na foto 17, sintetizam os elementos identitários do território: a memória queixada, a ferrovia, o cinturão de remanescentes de mata no qual inclui-se o Pico do Jaraguá, as antigas cavas de exploração de ouro, as aldeias indígenas Guarani, entre outras.

Vê-se, assim, que a memória tem um papel político, já que lembrar também é um ato de resistir. Benjamin (2011) alerta para o fato de que um acontecimento vivido é finito ou pelo menos se encerra na esfera do vivido, entretanto, um acontecimento lembrado é sem limites, podendo ser uma chave para tudo que vem depois. Ao lembrar das lutas operárias como fonte de origem de muitas conquistas no direito trabalhista resiste-se contra o seu apagamento uma vez que elas são, para boa parte da geração atual, entendidas como já dadas ou como benesses do Estado e, ainda, em tempos atuais de desregulamentação total, como “privilégios que atrapalham o funcionamento da economia”. A reminiscência é uma forma, também, de oposição ao estado atual das coisas.

[61] Queixada foi o nome adotado pelos trabalhadores e sindicalizados para expressar suas estratégias de luta na greve, já que é a denominação de um porco do mato que se junta em bandos para se defender de ataques.

[62] Território é como os militantes do movimento denominam cotidianamente aquele espaço periférico da cidade, principalmente depois da mobilização social pela criação do instrumento no Plano Diretor denominado TICP – Território do Interesse da Cultura e da Paisagem.

> [...] a reivindicação das oito horas de trabalho, então os operários trabalhavam como escravos, doze ou treze horas por dia. Não havia refeitório, bebedouro de água ou abono de natal. Os comunistas levantaram estas bandeiras que nós considerávamos justas.
> Se hoje todo mundo goza desses benefícios não imagina o quanto isso nos custou. As raízes dessa batalha estão bem profundas. O abono de natal foi instituído em 1962 como lei. **Eu sei o quanto custou, para mim e para muitos dos companheiros este benefício** até se estender a todas as categorias de trabalhadores empregados. (BRAZ, 2000, p. 39). Grifo nosso.

Esses trabalhos de memória têm mostrado, assim, uma capacidade de mobilizar não somente lembranças, tendo, portanto, um papel essencial para a reconstrução da classe trabalhadora. Uma maneira de fazê-lo é buscar na cidade os lugares de memória, esses que são ancoradouros, arrimos, esteios dessa memória dos grupos sociais que se encontra ameaçada. São lugares do tempo presente que possibilitam dizer algo sobre a produção do espaço da cidade, no tempo passado.

## 4.1 - Lugares de memória operária: repensar a noção[63]

> "A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto". (NORA, 1993, p. 9).

Vários são os exemplos daquilo que pode ser interpretado como os lugares da memória operária na metrópole de São Paulo: antigas vilas operárias construídas para abrigar os trabalhadores estrategicamente próximos aos seus locais de trabalho; conjuntos habitacionais produzidos a cargo dos Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPIs) ou da Fundação Casa Popular e que representam iniciativas estatais pioneiras na esfera da produção de moradia popular; espaços de luta do trabalhador na cidade, palco de manifestações públicas que marcaram a cena política nacional; antigas edificações fabris carregadas de um significado simbólico ligado ao cotidiano e às condições de vida dos trabalhadores operários.

Ligados a um modo de vida e uma cultura industrial não tão distante, mas em profunda modificação no presente, esses lugares podem ser definidos como pontos onde se cristaliza ou se refugia a memória coletiva, em um contexto de aceleração da história e de consciência de mudanças e rupturas, conforme apresentou Nora (1993).

Na metrópole de São Paulo, esse contexto de mudanças, relaciona-se às novas formas e novos conteúdos da urbanização que foram desencadeados a partir da transformação, já discutida anteriormente, daquilo que era o seu elemento central constituinte e força motriz: a concentração das atividades industriais. Particularmente, em zonas industriais tradicionais da metrópole o impacto dessas mudanças se deu de forma mais intensa, produzindo consequências diretas no operariado e na paisagem industrial.

Assim, os lugares da memória operária constituem-se a partir desses novos conteúdos da urbanização na metrópole, que transformam as práticas socioespaciais antes profundamente marcadas pela indústria. Constituem-se no momento de passagem de uma prática socioespacial fundamentada na produção material, para outra experiência de vida urbana, agora calcada essencialmente no consumo que fundamenta a construção de nova identidade do lugar.

[63] Parte desse texto foi publicado em artigo na Revista Geousp Espaço e Tempo, São Paulo, N°33, pp. 98- 110, 2013. O conteúdo foi revisado e ampliado ao longo dos itens 4.1 e 4.2, incorporando novas questões da pesquisa e a produção de dados. A pesquisa foi financiada pela Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e pelo Programa de Apoio aos Novos Docentes, da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo.

Tendo como objetivo compreender o significado e a emergência dos lugares de memória operária, parte-se de uma discussão crítica a respeito da noção proposta por Nora (1997) de “lugar de memória”. Propõe-se, assim, a ampliação da compreensão da noção, a partir de seu sentido e de elementos mais abstratos, ultrapassando o entendimento muito comum na bibliografia sobre o tema, aquele que se restringe à dimensão fenomênica, ligada à memória do nacional.

Em *Les lieux de mémoire*, obra organizada por Pierre Nora, em 1984, o autor propõe pela primeira vez a expressão para designar os “lugares onde a memória se cristaliza ou se refugia”. A obra é composta por 3 partes, denominadas de República, Nação e França, e foi fruto de um seminário realizado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais da França, entre os anos de 1978 e 1981.

Em 1993, de forma pioneira, o Departamento de História da PUC-SP publicou na revista Projeto História, a tradução[64] do texto inicial da obra, o único disponível em língua portuguesa, até o momento. O texto de abertura intitulado “Entre memória e história – a problemática dos lugares” tem sido a base para fundamentar a maior parte da bibliografia disponível sobre o tema no Brasil.

É importante destacar a complexidade desse texto inicial, devido a sua densidade teórica e ao fato dele se referir a situações muito específicas da sociedade francesa, o que pode resultar em dificuldade de compreensão sobre o significado da noção proposta e, portanto, limitar sua potencialidade para pensar a realidade brasileira, que é o que interessa aqui. Mas as interpretações têm sido, também, muito superficiais e simplistas, prendendo-se àquilo que o autor afirmou para o caso francês e o mais importante da noção tem se perdido.

Nesse sentido, é preciso inicialmente apresentar e discutir o que fundamenta a construção da noção, a essência do pensamento teórico que permite abstrair a reflexão que o autor faz do caso francês para perceber a potencialidade da ideia e, assim, poder utilizar expressão “lugares de memória” para outras realidades espaciais, sem necessariamente reproduzir aquele olhar e, portanto, cair em conclusões equivocadas.

Isso significa entender que a noção proposta de lugar de memória não diz respeito a algo que é absoluto, como se essa expressão pudesse qualificar quaisquer pontos do espaço, envolvidos em processos de memorialização. Compreende-se aqui que, lugar de memória tem um caráter relativo à determinada condição da memória coletiva. Essa condição é dada por um horizonte de perda da sua transmissão

[64] Tradução de Yara Aun Khoury, autorizada pelo editor.

espontânea pelo grupo social. Lugar de memória é, portanto, uma expressão que tem relação indissociável com a condição de perda daquilo que o autor chamou de memória-verdadeira. Essa memória-verdadeira, para ele, é a que o grupo carrega como parte de sua existência, àquela que se transmite sem necessariamente perceber, por pura necessidade, instinto e desejo, já que ela é existencial e vital, dá sentido à coletividade, sendo parte da sua sobrevivência e prática social.

Assim, segundo Pierre Nora, quando o grupo social se encontra nesse horizonte de perda da transmissão espontânea dessa memória e ela deixa de ser vital e central no grupo, desvencilhando-se, portanto, do processo carnal e existencial, a memória encontra-se ameaçada. Nessas condições é preciso eleger e promover lugares de memória. De acordo com Nora (1993, p.8): “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”.

Nesse sentido, os lugares de memória surgem a partir da consciência desse fenômeno social de perda e da necessidade de fazer frente ao esquecimento. A ideia do autor de que *todos os lugares de memória são objetos no abismo*, está ligada àquilo que se encontra em uma condição limiar, o precipício de onde se vislumbra, em um olhar para frente, a perda pelo esquecimento, e, em uma visada para trás, a continuidade pela lembrança.

Os lugares de memória são produto, portanto, de uma dialética que se dá na relação esquecimento-lembrança. Sua razão de ser é bloquear o trabalho de esquecimento coletivo por meio da criação de arquivos, da organização de celebrações ou da busca de pontos espaciais onde a memória se enraíza, de acordo com o autor. Quando a memória não é mais vivida no interior do grupo, é preciso suportes exteriores, objetos que tenham existência concreta para se apoiar: é necessário acumular vestígios, testemunhos, documentos, sinais visíveis do que foi, diz o autor. Eles guardam, assim, 3 dimensões: a *material*, pois são restos ou vestígios; a *simbólica*, pois carregam sentidos, significados; e, por fim a dimensão *funcional*, pois os lugares de memória cumprem o papel da transmissão, sendo capazes de mobilizar o grupo.

O sentido relativo da noção impede, assim, que ela seja usada indiscriminadamente para qualificar quaisquer lugares, o que tem, de fato, acontecido a partir de uma leitura superficial do autor ou em função de modismos. Para Pierre Nora, os lugares de memória são, antes de tudo, restos.

O autor formula a noção a partir da reflexão sobre a realidade vivida, em finais dos anos 1970, pela sociedade francesa, percebida pelo autor como a perda de uma das mais fortes tradições coletivas no país: o sentido de Nação. Para o autor, a tradição de

memória da França foi fundada em torno de seu desenvolvimento como Nação e transmitida espontaneamente como um saber da sociedade sobre si mesma. Assim a tradição de memória tinha uma vocação pedagógica na transmissão de valores dessa sociedade. A nação tornou-se um quadro unitário que encerrava a consciência da coletividade, diz o autor.

Entretanto, em suas palavras, a tradição de memória foi colocada em xeque pelos procedimentos críticos da historiografia que denunciaram seus antecessores e, ao interrogarem a tradição, dessacralizaram a memória, rompendo a identificação com a Nação. Além disso, a aceleração da história, produto da mundialização, da massificação e as transformações da sociedade industrial levaram a um sentimento de ruptura com o passado, uma perturbação que alimentou a necessidade dos lugares de memória.

Nesse sentido, foi a consciência do fim da tradição da memória baseada no nacional que levou a necessidade do estudo dos lugares de memória como aqueles objetos mais simbólicos da memória espontânea, diz o autor. O seminário e livro tinham como objetivo a realização de um inventário dos lugares onde essa memória estaria encarnada, segundo Nora (1997). Para o autor, a expressão designaria lugares que contêm a memória nacional, objetos capazes de simbolizar a formação da nação, tais como as festas, as comemorações, os dicionários, os museus, os arquivos, as cores da bandeira, as bibliotecas, o Arco do Triunfo, o Muro dos Federados.

Segundo Decca (1992), não se pode confundir essa abordagem como se fosse uma obra de caráter ufanista e exaltadora da memória oficial, ao contrário, o que se procurou entender foram os suportes da memória coletiva pouco estudados e que estavam na essência da formação do cidadão francês. Para o autor, contrapondo-se a glorificação de uma determinada representação do passado, o que Pierre Nora afirmou foi a memória como essência da vida. A memória do nacional que se buscou foi a da tradição vivida na repetição do tempo, como o elemento fundante da identidade do que é ser francês e, também, como busca de si mesmo em um mundo em ruptura e transformação.

Partindo do significado conferido à noção, seu uso para pensar a realidade brasileira merece ressalvas. Quais memórias se encontram na condição de perda da transmissão espontânea? A memória do nacional no Brasil, em sua versão criada pelo Estado, é cultuada, celebrada e imposta como única, unificadora e legítima, nos diversos momentos da vida cotidiana e, portanto, é obsessivamente valorizada. Sendo assim, não teria sentido usar a expressão para designar aqueles lugares da memorialização oficial.

Logo, as memórias que se encontram sob risco dizem respeito, principalmente, aos grupos subalternos que são cotidianamente pressionados pela imposição dos valores hegemônicos da sociedade de consumo que transforma seu modo de vida, deslegitimando suas memórias e, portanto, sua transmissão. Isso acontece no campo, quando sob pressão do agronegócio ou das fontes de financiamento, há perda de práticas tradicionais dos camponeses, um saber-fazer nascido do uso de técnicas alternativas transmitidas por oralidade no grupo, quer seja o uso de sementes crioulas ou o controle biológico. Nas cidades, o mesmo acontece com a memória do operariado, esse sujeito social, que apesar de existir, é invisível, como chamaram à atenção Beaud e Pialoux (2009).

O lugar de memória na perspectiva dos grupos subalternos implica em superar e desvincular a expressão da ideia do nacional, conforme aparecia em Nora e voltar-se àquilo que são os fundamentos e sentidos mais abstratos da noção. Os lugares de memória têm a função de barrar a produção do esquecimento, portanto, barrar a produção de invisibilidades, silenciamentos e apagamentos. Precisamos deles porque há uma lógica que empurra a memória ao abismo; no caso dos grupos subalternos, a lógica do poder hegemônico para a qual a invisibilidade é essencial ao controle social e político.

Desvincular a expressão do nacional significa compreender que os lugares de memória, na perspectiva dos sujeitos subalternos, carregam lembranças conflituosas, traumáticas, de exploração e opressão. Mas há ainda, o seu oposto, as lembranças das formas de resistências e insurgências; os lugares de memória contêm, assim, dimensões antagônicas que não se separam na experiência do vivido. Assim sendo, pode-se lembrar de um espaço de resistência, como o sindicato, como o lugar onde se travou a luta dos trabalhadores contra o capital, organizando a ação direta por meio de greves, passeatas e mobilizações. Mas a lembrança pode ainda ser associada à experiência negativa do trabalhador frente à morte lenta na fábrica, relacionada às doenças profissionais fruto de atividades repetitivas, ou até mesmo a morte moral, quando desaparecem os sonhos coletivos, como narrou Antônio Possidonio Sampaio, advogado com 40 anos de sindicato acompanhando os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho[65]. Em um mesmo espaço há, assim, memórias dolorosas e de conflitos, como também o seu contrário, lembranças de resistência e luta.

[65] Antonio Possidonio Sampaio nasceu na Bahia em 1931, chegando a São Paulo com 18 anos, onde trabalhou como escriturário e repórter. Em 1964 formou-se em Direito na faculdade do Largo São Francisco (USP), passando a atuar em advocacia. No ano seguinte foi para o ABC

Partindo desse pressuposto, de um lugar que carrega memórias “boas e ruins”, teria sentido fragmentar e adjetivar alguns lugares de memória como sendo de “memória difícil”[66], se considerarmos que a noção como um todo já incorpora tensão, conflito, violência e barbárie existentes na experiência do passado? Adjetivações como “lugares de memória difícil” fazem pensar que há, para alguns lugares, somente a experiência inversa: a memória fácil, boa, sem conflitos ou violências.

Compreende-se que a adjetivação tenha como objetivo qualificar espaços que carregam memórias de violação dos direitos humanos ou acontecimentos traumáticos, entretanto o adjetivo “difícil” é problemático porque impõe para o restante dos outros lugares de memória a condição inversa, de ausência de conflitos e tensões, impedindo de pensar criticamente e dialeticamente o passado. Além disso, ainda que se tenha que separar alguns lugares pelas memórias que carregam, o adjetivo “difícil”, pela sua generalidade, deixa de explicitar as violações de direitos, diluindo a negatividade dos eventos. Nesse sentido, “memória traumática” explicita muito mais esse conteúdo, conforme discutiu Meneses (2018).

## Lugar, cotidiano e memória

Os lugares de memória vêm constituindo-se como tema de pesquisa entre historiadores, sociólogos, antropólogos e arquitetos, algumas vezes sob a perspectiva de objetos patrimonializáveis, por meio das políticas públicas de cultura. Mas, o que a geografia pode dizer sobre o tema, já que lugar é, antes de tudo, um conceito basilar na Geografia desde sua fundação como ciência moderna? Paul Vidal de La Blache, um dos autores clássicos da Geografia Francesa definia, no início do século XX, a Geografia como a “ciência dos lugares”. Faz-se necessário pensar, assim, de que maneira a perspectiva geográfica pode contribuir para a construção desse tema de pesquisa multidisciplinar.

O lugar foi definido inicialmente na Geografia com o sentido de localização, um ponto único na superfície terrestre. Entretanto, esse sentido inicial foi superado e ampliado: como dimensão concreta do espaço geográfico, é onde se dá a reprodução da vida (CARLOS, 1996). Isso não significa compreendê-lo como palco ou substrato

paulista para atuar com advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, hoje, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Escritor de vários livros de crônicas, entre eles A capital do automóvel e a Greve dos peões, obras indispensáveis para entender as lutas operárias e a situação dos trabalhadores do ABC.

[66] Conforme Cymbalista (2017), Silva e Tourinho (2019) e Janovitch (2006).

físico inerte, ao contrário, ele é parte constitutiva da vida humana, ao mesmo tempo ponto de partida e resultado de um processo de apropriação, transformação e uso do espaço. Como dimensão concreta e real do espaço geográfico, o lugar é produto de uma construção social cotidiana, que se dá ao mesmo tempo em que a sociedade reproduz sua existência, relações sociais, cultura, valores e a própria história humana.

> Assim são meus mapas. Olho para vastos espaços. Identifico rios, montanhas, mares, cidades. Não me dizem coisa alguma. Não me produzem nenhum riso. Mas há alguns poucos lugares que brilham como estrelas. São lugares onde moram pessoas que eu amo. Ou lugares onde eu fui feliz, vi beleza, experimentei o amor. Cada um tem um mapa que é só seu. (ALVES, 1995, p.125)

Ao mesmo tempo em que as particularidades do lugar são produto dos ritmos de vida, das formas de apropriação, elas também revelam as contingências do mundial. O lugar não se apresenta como um fato isolado ou um ente dotado de autonomia, ao contrário, é produto contraditório da relação estabelecida entre o local e o mundial. O lugar aparece como a síntese entre essas duas ordens: a distante, que corresponde ao plano do mundial e da sociedade urbana em constituição; e a ordem próxima, a dimensão do real, do concreto (CARLOS, 1996).

O lugar se define e traz o sentido do cotidiano, das relações de trabalho, vizinhança e lazer, dos momentos de encontros e lutas pela sobrevivência, da possibilidade de apropriação social. E, como tal, contém o sentido que Lefebvre (1991) chamou de grandeza do cotidiano expressa na vida que se perpetua, na apropriação do espaço pelo corpo e pelo desejo, na moradia, na criação do mundo prático-sensível, na obra, na festa. Dialeticamente, conforme o autor, ele contém, também, o sentido da miséria do cotidiano representada nas atividades parcelares, na repetição do gesto no trabalho, na escassez e privação, na violência.

O lugar guarda a dimensão do vivido e da vida cotidiana e, portanto, nele se formam os laços de uma identidade espacial, o sentido dado por se reconhecer naquele lugar, como diz Carlos (1996, p.29):

> O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida.

É nesse sentido que nele se ancoram, contraditoriamente, as lembranças do viver, com toda a sua riqueza revelada nas relações familiares, nos prazeres do lazer e

tempo livre, na sociabilidade das ruas, como também lembranças que remetem às contingências, às restrições da vida e do trabalho. Mas as lembranças da vida cotidiana que podem ser entendidas como individuais, são, sobretudo, construções dadas coletivamente, no interior dos grupos sociais, pois são resultado do compartilhamento de experiências, de práticas socioespaciais. Como nos lembra, Halbwachs (2006), ainda que referenciadas em sensações e percepções individuais, nossas lembranças permanecem coletivas, pois jamais estamos só. Elas se situam em "quadros sociais da memória" nos quais as lembranças individuais se articulam à memória dos grupos.

O lugar de memória define-se, assim, pela experiência e pelo vivido no tempo articulando, assim, memória individual e coletiva, mas também a memória voluntária e involuntária. Proust (1991), autor que distinguia essas duas categorias de memória, definia memória voluntária como aquela que surge com o dever de lembrar, ela é construída, celebrada, rememorada, é a memória da inteligência e dos olhos. Para ele, a memória involuntária, ao contrário, revela mais de nós mesmos, ela evoca um passado escondido e fora do alcance, que surge sem quer, a partir de um estímulo de cor, luz, som, odor ou sabor. Ela se situa a meio caminho entre memória e esquecimento, diz o autor, ela nos faz provar daquela mesma sensação do passado, mas em uma circunstância nova.

> Mas, quando nada subsiste de um passado antigo, após a morte dos seres, após a destruição das coisas, apenas o cheiro e o sabor, mais frágeis e mais vivazes, mais imateriais, mais persistentes, mais fiéis, permanecem ainda por muito tempo, como almas, a fazer-se lembrados, à espera sobre a ruína de tudo o resto, a carregar sem vacilações sobre a sua gotinha quase impalpável o edifício imenso da memória (PROUST, 2003, p.54).

Assim como um estímulo de cheiro ou sabor é capaz de despertar a memória involuntária, conforme diz autor, acredita-se que os lugares de memória também têm essa qualidade, esse poder de fazer aflorar o passado latente, de trazer novamente, lá do fundo, as sensações vivenciadas, uma vez que cada ponto da superfície é uma localização única e revela também uma experiência particular. O lugar tem a capacidade de mobilizar tais sentidos no grupo social, como a lembrança despertada involuntariamente pela presença naquele ponto, na esquina, na rua em que pela memória se faz a releitura da experiência do passado. Independente do lugar conter algum vestígio material do passado, como o autor se refere na citação, ele tem essa qualidade, esse poder de evocar uma lembrança lá no fundo escondida. Essa qualidade é dada pelo fato de o lugar ser resultado de uma localização única, particular.

Nesse sentido, para além da nacionalidade e da busca do nacional perseguida pelos historiadores franceses liderados por Nora, pensamos os lugares de memória como aqueles nos quais foi possível compartilhar, no tempo, experiências sociais e cotidianas e, portanto, aqueles capazes de reter, guardar e expressar essas lembranças coletivas. Os lugares de memória situam-se, assim, não no plano da construção de uma identidade do nacional, mas na dimensão do imediato na qual se produz o humano.

Em síntese, compreender o lugar de memória, do ponto de vista da análise geográfica, significa articular dialeticamente a ordem próxima/ordem distante, o local/mundial, a grandeza/miséria do cotidiano, a memória individual/coletiva e, por fim, a memória voluntária e involuntária.

## 4.2 – A memória e os lugares do ABC paulista

Partindo-se da discussão crítica da noção e dos fundamentos teóricos propostos para essa análise geográfica, a compreensão dos lugares da memória operária envolve pensar na ordem local, como dimensão na qual se criam os laços de identidade e de solidariedade de classe, o plano em que se dá a vida cotidiana marcada pelo ritmo da fábrica e pelas lutas e resistência ao processo de alienação no trabalho, atravessadas, contraditoriamente, pelas contingências da ordem distante, do mundial.

O lugar de memória operária enfatiza a importância da dimensão geográfica: importa entender de que forma se constitui a memória coletiva desse grupo social, inscrita em um fragmento do espaço concreto e que papel as imagens espaciais desempenham na memória coletiva "[...] cada sociedade recorta o espaço à sua maneira, mas de uma vez por todas ou sempre segundo as mesmas linhas, de maneira a constituir um contexto fixo em que ela encerra e encontra suas lembranças [...]" (HALBAWACHS, 2006, p.188).

Nesse sentido, as categorias de lugares de memória operária representam as diferentes formas como essas experiências coletivas e de classe se inscrevem nos espaços concretos.

Madeleine Rebérioux (1992), historiadora do movimento trabalhista na França, situou o interesse pelo tema em seu país, a partir do início dos anos 1980, com a chegada da esquerda ao poder e, consequentemente a inclusão dos mais humildes na noção de patrimônio. Três grupos dos esquecidos passaram a orientar a busca da memória naquele momento: os operários, as mulheres e os estrangeiros compondo o que se entendia como o nacional. Outro fator que contribuiu para essa abertura de perspectivas, segundo a autora, foi a ampliação significativa dos recursos do Ministério da Cultura, sob o governo de François Mitterrand, que possibilitou que a memória fosse direcionada ao mundo operário.

A autora, ao estudá-los, a partir da experiência francesa, a autora propõe a seguinte classificação em diferentes categorias: lugares de trabalho, lugares de solidariedade e sociabilidade e lugares simbólicos. Para ela, das três tipologias de lugares de memória, seria forçoso começar pelos lugares de trabalho, já que é a atividade industrial que produz o operário e o distingue. Por lugares de trabalho ela define a oficina, a usina e a fábrica, entretanto, ressalva, que muito mais do que o espaço global da empresa, a memória operária se localiza em pontos restritos, ou seja, onde se dá o encontro dos companheiros e o trabalho.

Os lugares de sociabilidade, para a autora, eram os cafés de Paris, onde, desde o final do século XIX, a bebida, o cigarro e os jogos compunham o tempo de lazer coletivo do trabalhador. Ali, também, constituíram-se inúmeras associações operárias. Ela cita o exemplo de uma pequena cidade da França que, no início do século XX, com cerca de dez mil habitantes, possuía 86 associações operárias sediadas em cafés. São também lugares definidos pelo gênero, essencialmente masculinos e lugares de onde brotavam versos e canções que retratavam a vida no trabalho, as alegrias e tristezas, conflitos e solidariedade. “A usina, o café, a rememoração operária ali se detém quando se interrogam os velhos operários e eles nos oferecem suas lembranças a respeito daqueles lugares.” (RÉBÉRIOUX, 1992, p.53).

Por fim, a autora apresentou os lugares simbólicos, aqueles carregados de memória militante e consciente, no sentido de rememorar a resistência contra a alienação da vida operária, lugares que simbolizam essa luta, suas perdas e vitórias. Em Paris, o Muro dos Federados, ligado aos eventos da Comuna de Paris, o lugar por excelência da memória militante, segundo a autora.

No presente trabalho, partirmos de premissa inversa da autora, optando por tomar como eixo central para a identificação dos lugares de memória, o tema da luta e organização dos trabalhadores. Isso porque a região do ABC, tem marcadamente em suas origens ainda rurais, a sua afirmação como um lugar da luta, da insurgência e da revolta contra a opressão no trabalho (MARTINS, 1992; ALVES, A. 2001).

Nesse sentido, apesar de ser possível identificar uma classificação dividindo em 4 categorias – lugares de luta, de moradia, de trabalho e da vida cotidiana -, como se define a seguir, priorizamos e colocamos em evidência os **lugares da luta** operária, como aqueles nos quais se dá o enfrentamento *no* e *pelo* trabalho, mas, também, de forma articulada, pelo direito à moradia e a permanecer na cidade. São lutas que se apropriaram do espaço público das cidades do ABC, que tomaram as ruas, terrenos e praças, que confrontaram as condições de restrição política desafiando governos, enfrentamentos que resultaram em avanços nos direitos dos trabalhadores e que denunciaram as condições de opressão e exploração na fábrica.

Os **lugares de moradia** são aqueles que representam as experiências compartilhadas do viver operário, com seus limites e possibilidades. Incluem-se projetos que surgiram de forma pioneira como alternativa coletiva, frente às precárias condições de vida e que tornaram os operários sujeitos na produção do espaço da cidade. Lugares que expressam, também, a intenção de controle e sujeição total do trabalhador ao

Capital e ao Estado e as consequentes formas de resistências à imposição do espaço abstrato.

Os **lugares de trabalho** definem-se preferencialmente pelas fábricas ou pelos eixos viários ao longo dos quais elas se concentraram, conformando espaços da industrialização. A fábrica revela-se como organizadora da vida social e como referência espacial, pois regula o movimento do bairro e a circulação nas ruas próximas. Nela se inscreve a memória operária não só como lembrança da atividade profissional e das condições do trabalho parcelar e repetitivo que aliena, mas como recordação de uma sociabilidade regulada pelo tempo do relógio e do apito da fábrica e pela necessidade de organização e luta.

Por fim, os **lugares da vida cotidiana** são aqueles complementares ao viver operário no qual as relações de sociabilidade se reproduzem atravessadas pelas condições e necessidades do enfrentamento e de mobilização, mas são também aqueles em que o tempo livre e o lazer manifestam-se dentro da condição operária, com seus limites e possibilidades de transformação. Os lugares da vida cotidiana manifestam-se também como os de formação do operariado, mas para além da fábrica e do sindicato.

## Cartografia dos lugares de memória operária no ABC paulista

Para realizar um inventário dos lugares de memória operária com sua respectiva representação espacial, optou-se em concentrar esforços de identificação na região do ABC paulista, arena dos grandes conflitos entre capital, trabalho e Estado, entre fins de 1970 e começo de 1980, e berço do novo sindicalismo. Ali estavam, também, situadas as primeiras experiências de formação da classe operária, no que era conhecido como o subúrbio (MARTINS, 1992).

Mas como identificar esses lugares que guardam o sentido de memória e da experiência de classe do operariado da região, senão a partir da perspectiva e do ponto de vista desse sujeito social?

Em primeiro lugar, parte-se da ideia de que os lugares de memória operária somente se constituem como questão, a partir das profundas transformações no mundo do trabalho e na indústria, no início dos anos 1980, que mudaram a morfologia das cidades, a paisagem urbana e os conteúdos da urbanização. Isso resultou, como já foi apresentado e discutido, na destruição física e simbólica da classe operária e em uma crise de representação desse sujeito social. A memória operária, aquela da experiência vivida desde a gênese da industrialização e transmitida espontaneamente no interior do

grupo social como parte de sua existência, encontra-se, assim, ameaçada e os lugares de memória apresentam-se como objetos no abismo, expressão utilizada por Nora (1997).

Frente às consequências dessas transformações, identifica-se que se constituiu na região do ABC, desde os anos 1980, aquilo que Eclea Bosi (2010) chamou de um *trabalho de memória*. Para a autora, o *trabalho de memória* implica em ação, em exercício de repensar e reconstruir, uma releitura que se faz com imagens e ideias do presente, a partir da experiência vivida no passado. Assim, o *trabalho de memória* se opõe ao chamado *dever de memória*, àquele voltado à celebração e rememoração comemorativa, acrítica e excessiva.

Esse *trabalho de memória* na região do ABC apresenta alguns pilares centrais e abrangeu não somente a memória do trabalho e do trabalhador, mas incorporou, também, questões em torno da existência de uma identidade regional. Isso porque os municípios pertencentes à região do ABC têm um passado comum: ambos têm origem em um único território chamado de Borda do Campo, que depois, ao longo do tempo, foi fragmentado.

O primeiro desses pilares é a constituição do **Gipem, Grupo Independente de Pesquisadores do Grande ABC**. Medici (1992), definiu o grupo como resultado de um movimento coletivo, nascido em 1987, dentro de um contexto de grande mobilização social em que convergiam diversas lutas, pelo trabalho, por moradia, pela natureza e, assim, somava-se à luta por memória. O Gipem, em sua origem, reuniu profissionais de instituições públicas voltadas à cultura e memória existentes naquele momento, mas não só: estavam ali os chamados memorialistas, grande parte deles antigos trabalhadores na indústria ou ferrovia, vários já aposentados. Os memorialistas são profissionais voluntários da valorização da memória local, dedicam-se espontaneamente a um extenso e delicado trabalho de coleta e organização de informações e documentos, além da escrita de textos sobre o passado da região. Ainda compunham o grupo, intelectuais, ativistas culturais, e pesquisadores acadêmicos.

Pela impossibilidade de elencar todos aqueles que participaram e contribuíram com os trabalhos do Gipem, já que são muitos, a opção foi trazer dois nomes que são representativos desse trabalho de memória. Dos antigos operários, destaca-se Philadelpho Braz, ex-coordenador do Gipen, sindicalista, comunista, ex-preso político e, em vida, militante em tempo integral pela memória e pelo patrimônio. Outro nome importante é o do jornalista Ademir Médici, há muitos anos responsável pela Coluna Memória no jornal local, autor de muitos livros sobre a história da região, além de

importante figura articuladora de uma verdadeira rede pela memória e patrimônio. Sobre o nascimento do grupo, assim se refere Ademir Médici:

> O Gipem, por fim, não possui um registro convencional de entidade regularizada. Sequer possui uma diretoria. Também não tem sede ou estatutos. É coordenado pelo ex-ferroviário Paschoalino Assumpção e sobrevive, através de um conjunto de pesquisadores, como espaço aberto à novas adesões e democrático. Uma de suas vozes é a coluna jornalística “memória”, do Diário do Grande ABC, que ajuda a sensibilizar os protagonistas numa reação em cadeia que abre espaços aos que não tem voz. (MEDICI, 1992, p.41).

Nas palavras do jornalista encontra-se o segundo pilar do trabalho de memória: a **Coluna Memória**. Trata-se da coluna mantida por ele junto ao principal jornal da região, desde 1987, e que nasceu de uma experiência anterior, dos anos 1970, dedicada a história dos bairros. Os assuntos tratados ultrapassam o tema do operariado na região, mas tem sido um espaço obrigatório quando se faz pesquisa sobre o assunto. Assim, Gipem e Coluna Memória têm uma origem e trajetória muito próximas, de forma que o trabalho de um alimenta o do outro.

O Gipem, pela sua composição fortemente marcada pela presença de ex-operários, nasceu profundamente ligado à classe e foi um dos articuladores para a realização dos **Congressos de História**, eventos que compõe o terceiro pilar essencial dos trabalhos de memória. Os congressos são realizados a cada dois anos desde a primeira edição em 1990, com os municípios da região alternando-se na sua organização, que é realizada juntamente com a sociedade civil. O primeiro congresso, realizado em Santo André, teve como coordenador temático, o Prof. José de Souza Martins, que seguiu participando da concepção nos anos seguintes e afirmou, no texto de abertura dos Anais do Congresso, que o Gipem era a alma e o principal animador desses encontros (SANTO ANDRÉ, 1990).

Como trinta anos de existência, os Congressos de História têm ido um papel fundamental por seu um lugar de encontro e reflexão sobre esse passado em comum na região, marcado pela história do trabalho e da luta da classe trabalhadora. Lugar de encontro dos diferentes, já que participam memorialistas e antigos trabalhadores, além dos acadêmicos e pesquisadores. Os Congressos expressam, ainda, as tensões existentes entre as narrativas históricas que colocam lado a lado, o tratamento nostálgico do passado e à visão crítica e problematizadora da experiência operária. A importância da participação dos sujeitos da história é destacada nas várias entrevistas realizadas em comemoração à realização do 1º Congresso, que ocorreu em Santo André, em 1990.

> Ele não é um congresso acadêmico, ele junta a produção acadêmica, mas também com – o que a gente sempre falou -, o memorialista, mas também o protagonista, ou seja, porque memorialista é aquele que não é acadêmico, mas que faz trabalho, pesquisa sem o rigor acadêmico. Mas o protagonista foi aquele que **fez**, então, o sindicalista, a líder comunitária, então esses também estavam no congresso e estão. (Jorge Magyar, entrevistado por Consorcio Intermunicipal do Grande ABC, 2021. *Grifo nosso*)

> [...] grandes conferências um dos participantes foi o Lula, foi a primeira atividade depois das eleições para presidência da República, então ele estava muito à vontade junto ao pessoal para mostrar aquela experiência. Mas junto ao Lula houve a participação do Manuel dos Santos. O Sr. Manuel era um dos remanescentes da campanha das eleições de 1947, as primeiras eleições depois do regime da ditadura Vargas e ele foi o 5º ou 6º melhor colocado. Foi eleito, recebeu diploma de vereador, como os demais. A eleição foi 9 de novembro de 1947 e no dia 20 de dezembro houve a diplomação e nenhum deles, nenhum candidato eleito participou da posse. Eles foram impedidos de participar. E essa história foi narrada pelo Manuel dos Santos numa noite em que o Constante Castellani[67] ficou pequeno com a participação junto ao Lula. Foi uma coisa assim... foi um encontro de gerações. (Ademir Medici, entrevistado por Consorcio Intermunicipal do Grande ABC, 2021.)

A origem dos Congressos está profundamente atrelada à necessidade de dar visibilidade à história da classe trabalhadora que marcou a região, priorizando um ponto de vista novo até então ali, a perspectiva de quem viveu a experiência de classe. Assim expressa o coordenador do 1º Congresso, em Santo André:

> A classe trabalhadora era o tema do meio acadêmico. O meio acadêmico descobriu a classe trabalhadora com a CUT e depois com o PT, mas uma outra classe trabalhadora que não era mais a velha classe trabalhadora dos manuais. O ABC era o lugar em que estava acontecendo alguma coisa com esse grande tema das ciências sociais e o clima cultural temático que favoreceu o ABC nessa hora [...]
> Tinha que organizar as mesas, dar espaço para os não acadêmicos, os antigos operários, **nós queríamos que eles falassem** [...] eles viram coisas que os acadêmicos nunca vão ver e nunca vão saber se eles não falarem [...]. Na verdade, **o operário explicar sua própria história**. (José de Souza Martins, entrevistado por Consorcio Intermunicipal do Grande ABC, 2021. *Grifo nosso*.)

> A gente estava em uma efervescência de discussão sobre memória da cidade, história da cidade, sobre memória da região, sobre pesquisa sobre a história. A gente estava nas 1as Gestões do PT em várias cidades do ABC e inclusive em São Paulo. Em São Paulo também estava sendo fortemente discutida a questão da memória da cidade, da história da cidade, capitaneada pela Marilena Chauí, então tudo foi uma conjunção,

[67] Se refere a Escola de Formação Sindical e Centro Cultural Constante Castellani, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, fundada em 1989. A campanha das eleições de 1947 a que Ademir Medici se refere será mais adiante referenciada em um dos lugares de memória inventariados (Túmulo do Mazzo).

> de mostrar que os **trabalhadores também fazem parte da história e foi isso que a gente quis dizer**. (Silvia Passarelli, entrevistada por Consorcio Intermunicipal do Grande ABC, 2021. *Grifo nosso*.)

Os trechos de entrevistas trazidos aqui fazem parte das comemorações dos 30 anos do 1º Congresso de História, em Santo André. Foram realizadas com aqueles e aquelas que participaram intensamente da organização do evento e que continuam envolvidos em sua realização. Jorge Magyar, Ademir Medici e Sílvia Passarelli eram naquele momento servidores públicos que trabalhavam em equipamentos de cultura e memória da cidade, enquanto José de Souza Martins foi o seu idealizador e coordenador. Muitas dessas falas reforçam esse papel de lugar de encontro da memória que os Congressos representaram e o entusiasmo e empolgação com aquilo que aparecia como uma grande novidade. Os congressos se repetiram ao longo do tempo, consolidando-se, em grande parte, pela participação ativa da sociedade civil, como atesta outra ativista do Gipem, envolvida em sua preparação.

> O congresso segue sendo construído pela sociedade civil com apoio das prefeituras das sete cidades. Não é um congresso que está na programação oficial daqueles municípios. **É um congresso que está na cabeça da sociedade civil**, que não abre mais mão da realização desse congresso. (Dalila Teles Veras, entrevistada por Consorcio Intermunicipal do Grande ABC, 2021. *Grifo nosso*.)

Pelo levantamento dos temas centrais dos congressos nesses 30 anos (vide Quadro 4), constata-se que eles convergem em torno de questões como industrialização, reestruturação produtiva, operariado e lutas sociais como elementos que organizam a identidade, memória e cultura na região. A partir de 2014, ele passou a se chamar Congresso de História e Estudos Regionais do Grande ABC, buscando deixar claro que o evento se propõe a debater os temas regionais e não apenas aquilo que se qualifica como história regional.

Outro pilar essencial desse *trabalho de memória* é aquele realizado pela **Alpharrabio**, uma pequena livraria e editora, situada em Santo André e dirigida pela escritora Dalila Teles Veras, também membro do Gipen. Situada em uma pequena casa construída por uma família operária, a livraria-editora abriu as portas no ano de 1992 e se transformou em uma espécie de centro cultural, realizando encontros, reuniões, debates, lançamento de livros, saraus de poesia (VERAS e VERAS, 2004). Nesse espaço funciona desde 1998 o ABCs – Núcleo Alpharrabio de Referência à Memória, contando com um acervo de livros, revistas e documentos sobre a cultura e história regional, fruto

da disponibilização da coleção particular da proprietária[68]. Impossível fazer pesquisa sobre o ABC sem conhecer esse lugar da maior importância para a vida cultural da região.

Acrescenta-se, ainda, ao *trabalho de memória* os esforços realizados pelos próprios sujeitos dessa memória operária, os **órgãos de classe** que buscaram valorizar seus acervos ligados às lutas e a mobilização social, como o projeto ABC da Luta[69], do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o projeto Memória Sindical[70], do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, ambos disponibilizados em endereço virtual, e a publicação "Retratos da História – Memória dos 70 anos dos Químicos do ABC". Além disso a publicação da obra "O movimento operário no ABC paulista contado por seus autores", organizado pelo Instituto Centro de Memória e Atualidades, que traz 18 entrevistas com operários e operárias que relatam memórias relacionadas às violações de direitos durante a ditadura militar.

Quadro 4: Congressos de História do Grande ABC e seus temas. Organizador por: Simone Scifoni. Fonte: folhetos e material publicitário dos eventos, acervo próprio da autora e pesquisas em internet.

| Ano | Município sede | Tema do Congresso |
|---|---|---|
| **1990** | Santo André | A classe trabalhadora em seu lugar |
| **1992** | S. Bernardo do Campo | Caminhos e Rumos. Índios, escravos e operários |
| **1994** | S. Caetano do Sul | As sombras das chaminés: a produção da cultura no ABC |
| **1996** | Diadema | Os tempos históricos do ABCD paulista |
| **1998** | Mauá | História em silêncio: a (des)ocultação da história do povo do Grande ABC |
| **2000** | Ribeirão Pires | Nós, os suburbanos |
| **2002** | Rio Grande da Serra | Matas, águas, trilhas e caminhos do Grande ABC |
| **2004** | Paranapiacaba (AS) | No meio dos caminhos o Grande ABC |
| **2007** | S. Bernardo do Campo | A classe operária depois do paraíso |
| **2009** | S. Caetano do Sul | Lembrança e esquecimento na história do Grande ABC |
| **2011** | Diadema | Cultura, identidade e memória |
| **2013** | Mauá | História, memória e patrimônio na construção da identidade do Grande ABC |
| **2015** | Ribeirão Pires | História, diversidade e identidade: o que nos une? |
| **2017** | Rio Grande da Serra | O grande ABC que o ABC desconhece |
| **2021** | Santo André | Sem tema específico |

[68] Importante comentar que foi graças a esse acervo que consegui uma parte importante da bibliografia usada nesse capítulo, obras raras não mais publicadas e livros de autores locais.
[69] O projeto ABC da Luta começou em 1997 e terminou em 2001. Esteve atrelado durante muitos anos ao site do Sindicato dos Metalúrgicos, como uma página que continha fotos e entrevistas com sindicalistas. Em 2020, não se encontra mais o link. Atualmente há apenas uma menção ao projeto no site do Museu da Pessoa.
[70] O projeto encontra-se situado no site do Sindicato, junto ao Departamento de Memória e Cultura. Porém, na atualização dessa pesquisa o link estava fora do ar.

Percebe-se, assim, que o sujeito que realiza o trabalho de memória não é único. Mas o papel central cabe ao operário-memorialista, aquele que busca dar visibilidade à sua experiência vivida da rebeldia do trabalho, em um contexto de deslegitimação de sua própria existência como classe. Nos congressos, nas publicações, nas instituições, o vivido é compartilhado pelo operário-memorialista e se transforma em memória herdada. Papel importante desempenham também os profissionais das instituições oficiais, pesquisadores, intelectuais e militantes da cultura, que criam espaços para promover escutas atentas, seja por meio de entrevistas, rodas de conversas ou eventos e registrando as narrativas.

Para responder à pergunta inicial, sobre como identificar os lugares que guardam o sentido de memória e a experiência de classe do operariado da região, optou-se, assim, por fazê-lo do ponto de vista do sujeito de memória. Compreender o significado dos lugares de memória operária implica em buscar suas raízes na construção de uma identidade proletária, pois, segundo Rébérioux (1992, p.55): “Acontece que só existe passado proletário quando compartilhado”.

Nesse sentido, recorreu-se ao material disponível dos Congressos de História, entendendo-os como o momento central desse *trabalho de memória*, dado o seu papel como lugar de encontro de diferentes sujeitos e, portanto, como lugar de debate, diálogo e de enfrentamentos. Dada a impossibilidade de consulta a todo material produzido nos congressos, tendo em vista, inclusive, que em alguns deles não houve a publicação de Anais, optou-se por usar como referência principal o material produzido no 1º Congresso de História, em Santo André, por se tratam, também, de um evento fundador.

A leitura dos registros das mesas indicou, preliminarmente, muitas possibilidades de lugares de memória que eram evocados nas falas dos participantes. Escolhemos alguns para o aprofundamento da pesquisa. O passo seguinte foi o levantamento detalhado sobre cada um desses lugares, recorrendo-se não somente ao acervo das instituições públicas, à extensa bibliografia disponível, às indicações do Guia Bibliográfico[71], como também à realização de algumas entrevistas, além de outras disponibilizadas em trabalhos anteriormente realizados. Trata-se assim, de um inventário inicial, que não se pretendeu ser completo e exaustivo, mas ao contrário, que pudesse fornecer caminhos para a compreensão e discussão do tema.

[71] Grande ABC Guia Bibliográfico. Localização e síntese de conteúdo, publicado em 2000 pelo Consórcio Intermunicipal do Grande ABC pela Comissão Técnica das Instituições Oficiais de Memória do Grande ABC.

A história oral foi, também, importante recurso para o inventário dos lugares de memória. Portelli (2016) a define como a arte da escuta, que toma como base um diálogo entre entrevistado e entrevistador, motivado pelo desejo de conhecer a experiência do outro. Assim, a cartografia dos lugares de memória operária, embora baseada nos conteúdos produzidos ao longo dos Congressos de História como eventos enunciadores dessa memória, não poderia prescindir, também, da fala desses sujeitos sociais produzidas a partir do recurso da história oral.

As primeiras entrevistas realizadas para a presente pesquisa, nos anos de 2011 e 2012, foram orientadas pelos parâmetros da história oral e buscaram conhecer, a partir da fala de seus protagonistas, duas importantes experiências de luta operária: o movimento de moradores de favela que fez nascer uma cooperativa de compras comunitárias, embrião para a realização da primeira experiência de construção de casas em sistema de mutirão, a Vila Comunitária, em São Bernardo do Campo; e uma das primeiras experiências de ocupação de terreno vazio, prática que depois se consolidou no movimento de moradia, e que, apesar do trágico e violento processo de remoção, gerou uma forma de associativismo entre os ocupantes que levou à mobilização coletiva pelo acesso à moradia, a Vila Socialista, em Diadema. Ambos os casos serão mais adiante detalhados. As entrevistas de história oral foram elaboradas a partir do recurso da história de vida dos entrevistados, buscando entender a trajetória de ambos e a relação com os movimentos[72].

A pesquisa também se alimentou de várias entrevistas realizadas e publicadas. Uma parte delas foi resultado da realização durante o 9º Congresso de História do ABC em São Bernardo do Campo (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2000). Nesse evento foram organizadas rodas de conversa chamadas de Memórias do Trabalho I e II, ambas coordenadas por Philadelpho Braz, uma importante liderança do movimento operário da região. As rodas de conversas foram transcritas e disponibilizadas pelo Serviço de Memória do município, mas ainda em formato preliminar, com vários trechos em formato de rascunho.

Outra parte das falas utilizadas foram coletadas a partir de dois projetos de entrevistas realizados por instituições como o Museu de Santo André e o Instituto Centro de Memória & Atualidades (IMA), respectivamente intitulados “De todos os lugares, histórias de migrantes” (2000) e “O movimento operário no ABC paulista contado por seus autores” (IMA, 2015). Apesar de não haver menção, em cada uma dessas fontes,

[72] Ambas as entrevistas foram transcritas integralmente, a partir de recursos financiados pelo projeto da Fapesp.

ao uso do recurso da história oral, entende-se que a realização a entrevista traz a perspectiva da experiência narrada pelos seus protagonistas.

A leitura das entrevistas permitiu compreender, a partir da fala dos sujeitos e de suas experiências narradas, o sentido de alguns dos lugares de memória identificados e apresentados a seguir. Como não é possível reproduzir aqui o conteúdo integral das entrevistas em função de sua extensão, optou-se por apresentar trechos considerados significativos em relação aos lugares de memória.

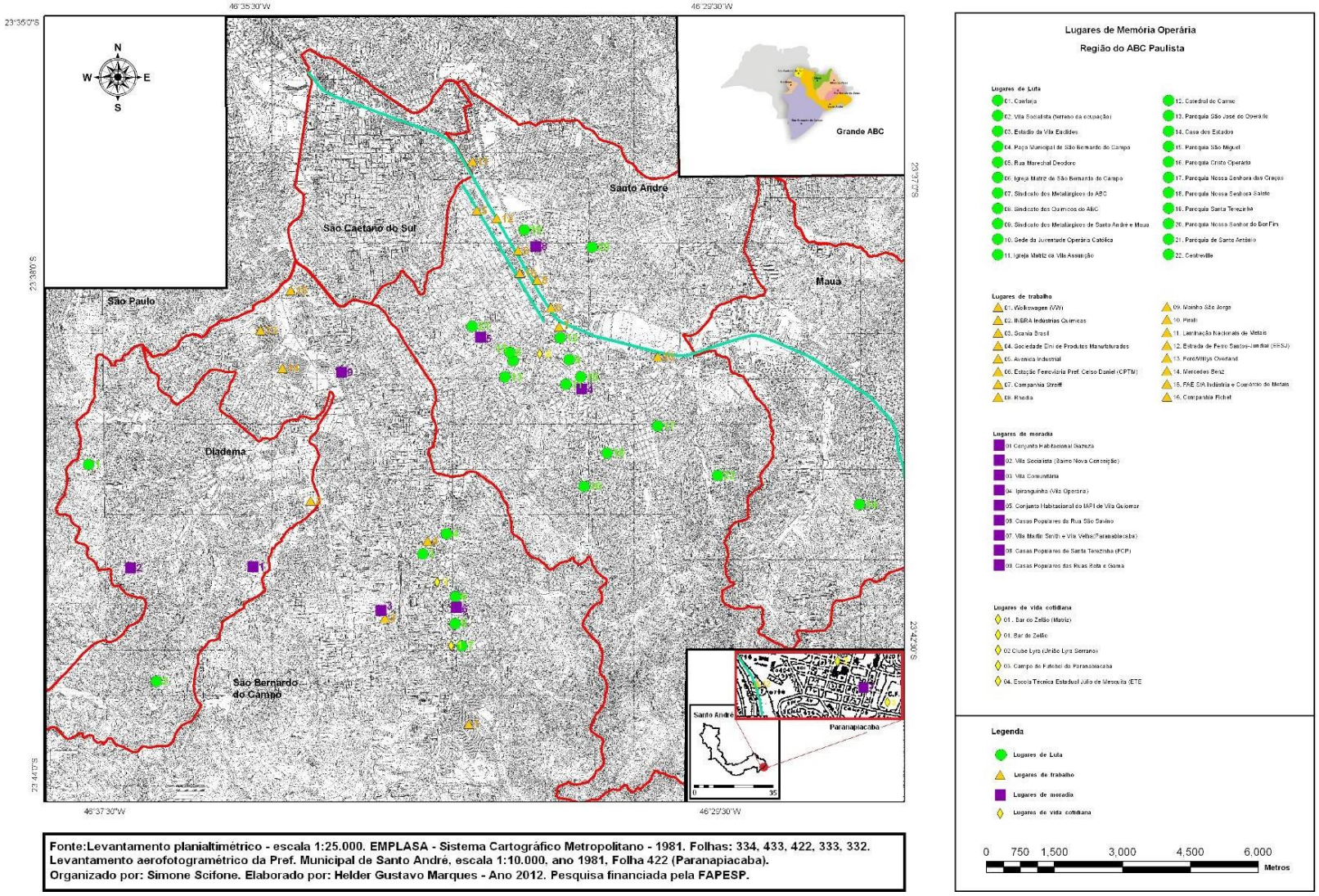
A coleta das informações permitiu, preliminarmente, organizar os lugares de memória a partir das 4 categorias indicadas anteriormente e produzir, assim, um primeiro mapeamento dos lugares de memória operária (vide Figura 3). O resultado dessa cartografia, apesar de sua importância como fonte de localização espacial dos lugares em suas diferentes categorias, frustrou como forma de representação do objeto de estudo, uma vez que a variável da temporalidade não era considerada.

Além disso, a categorização representada no mapa anterior, apesar de qualificar os lugares, ainda se mostrava limitante do ponto de vista da memória como fenômeno social. O mapa dos lugares de memória deveria ser, antes de tudo, a cartografia do sensível, da experiência vivida no grupo social, mas aparecia como o georreferenciamento de pontos categorizados. Assim, a primeira tentativa, a de localizar no espaço, apesar de importante por si só, como reunião de informações, limitou as expectativas.

No percurso da reflexão sobre a representação cartográfica do objeto de estudo, também foram avaliados os primeiros lugares mapeados. Algumas categorias foram revistas, tais como os lugares de trabalho, que eram eminentemente as fábricas. Optou-se por concentrar esforços em um inventário que deixasse em evidência os lugares da luta e da mobilização dos trabalhadores. Dessa forma, alguns lugares da vida cotidiana que não estavam diretamente ligados à luta também foram retirados do inventário final.

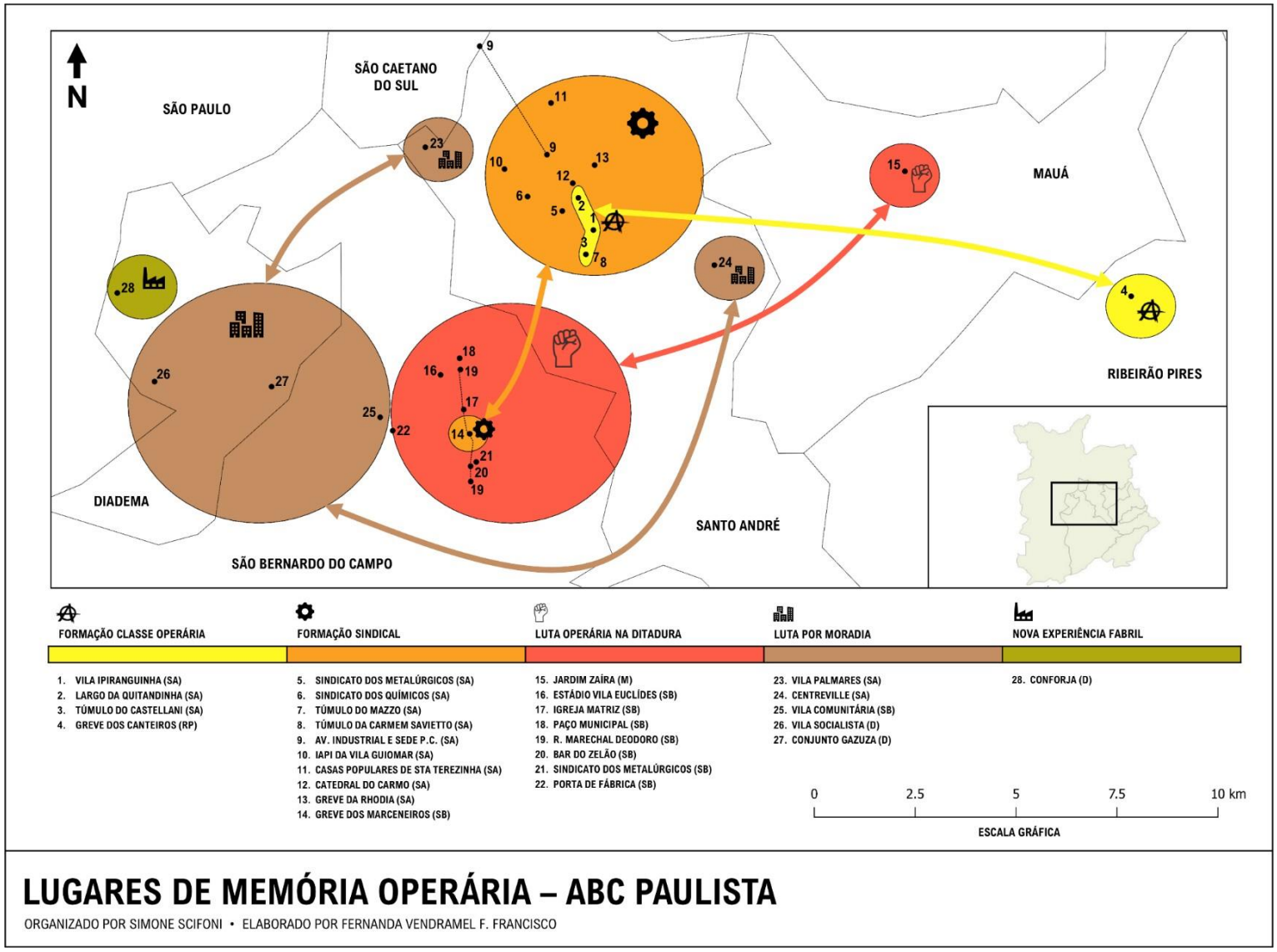
Optou-se, assim, por eliminar as categorias anteriores e buscar localizar os lugares e a memória que eles mobilizam em uma relação espaço-tempo, pensada a partir do cotidiano da classe operária. Essa nova cartografia dos lugares de memória busca exprimir a espacialidade da memória na sua relação com o tempo, permitindo complementar uma análise já muito tempo feita, a da historicidade do movimento (FRENCH, 1995; MEDICI, 1990; MARTINS, 1992). Possibilita, também, a leitura sobre a cidade, a sua história, a partir de um determinado sujeito social que se apropria do espaço urbano na luta pelo trabalho e pela cidade.

Figura 3: Mapa dos lugares de memória operária, versão 1, 2012.




Fonte:Levantamento planialtimétrico - escala 1:25.000. EMPLASA - Sistema Cartográfico Metropolitano - 1981. Folhas: 334, 433, 422, 333, 332. Levantamento aerofotogramétrico da Pref. Municipal de Santo André, escala 1:10.000, ano 1981, Folha 422 (Paranapiacaba).
Organizado por: Simone Scifone. Elaborado por: Helder Gustavo Marques - Ano 2012. Pesquisa financiada pela FAPESP.

Figura 4: Mapa dos Lugares de memória Operária, versão final, 2021



A organização dos lugares na perspectiva espacial-temporal permitiu situá-los em 5 momentos do cotidiano e da experiência da classe operária (vide Quadro 5).

a) Formação da classe operária: ligada às primeiras iniciativas de organização, mobilização e luta dos trabalhadores (fim século XIX até anos 1920).
b) Formação sindical: momento de constituição dos órgãos de classe e de novas estratégias para a luta operária (anos 1920 até anos 1960).
c) Luta operária na ditadura: a reorganização da ação direta por meio do novo sindicalismo e a resistência nos bairros (anos 1970-1980)
d) Luta por moradia: a mobilização em defesa do direito à moradia (anos 1980 e 1990)
e) Nova experiência fabril: a constituição da autogestão no trabalho (1990-2000).

Quadro 5: Lugares de memória operária no ABC. Organizado por S. Scifoni.

| **Momento** | **Lugar** |
|---|---|
| **Formação da classe operária** | Vila Ipiranguinha |
| | Largo da Quitandinha |
| | Túmulo de Constante Castellani |
| | Greve dos Canteiros |
| **Formação sindical** | Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá |
| | Sindicato dos Químicos do ABC |
| | Túmulo de Armando Mazzo |
| | Túmulo de Carmen Savietto |
| | Av. Industrial |
| | IAPI da Vila Guiomar |
| | Casas Populares de Santa Terezinha |
| | Catedral do Carmo |
| | Greve da Rhodia |
| | Greve dos Marceneiros |
| **Luta operária na ditadura** | Jardim Zaíra |
| | Estádio da Vila Euclides |
| | Igreja Matriz de São Bernardo |
| | Paço Municipal de São Bernardo do Campo |
| | Rua Marechal Deodoro |
| | Bar do Zelão |
| | Sindicato dos Metalúrgicos do ABC |
| | Porta de Fábrica |
| **Luta por moradia** | Vila Palmares |
| | Centreville |
| | Vila Comunitária |
| | Vila Socialista |
| | Conjunto Habitacional do Gazuza |
| **Nova experiência fabril** | Conforja |

Na cartografia elaborada (Figura 4), cada momento está indicado por uma cor diferente e reúne os lugares da memória operária por meio de zonas circulares, os *buffers*. A ideia dos *buffers* é mostrar que, durante os diferentes momentos, formam-se centralidades especializadas que articulam os acontecimentos fundadores da memória operária. Ainda que seja um levantamento parcial, ali estão alguns dos mais representativos e mais referenciados nas falas dos congressos e outros eventos ligados à valorização da memória na região.

Os lugares de memória, como será visto adiante, localizam, no espaço, acontecimentos marcantes e fundadores da história da classe trabalhadora e de seu cotidiano. Dessa forma, são lugares onde os acontecimentos se deram. Outros, porém, são suporte físico e espacial, por meio dos quais é possível lembrar.

## Relação espaço-tempo: momentos e lugares

A noção de *momento* relaciona-se aqui àquilo que propôs Lefebvre (1961) em sua teoria dos momentos. Conforme o autor, o momento nasce do cotidiano e o seu conteúdo vem da vida cotidiana. Ele concebe o momento em função de uma história, a do indivíduo em sua cotidianidade e em sua dimensão social. Essa história é aquela que constitui a sua obra e na qual ele se reconhece, ainda que confusamente. O momento, define o autor, é a tentativa que visa a realização total de uma possibilidade. “Toda realização como totalidade implica uma ação constitutiva, um ato inaugural”[73] (LEFEBVRE, 1961, p. 348).

Para o autor, o momento tem uma certa duração que é identificável. Mas a duração não é de longo prazo, constituindo-se como um *continuum* composto daquilo que é provisório, passageiro. Como parte do cotidiano, o momento é feito de repetição, mas ele é, em si, uma forma superior dela, pois consiste na retomada e ressurgimento, além do reconhecimento de relações determinadas, com o outro e em si mesmo, como afirma Lefebvre.

Nessa perspectiva, os momentos aqui apresentados reúnem a experiência vivida no interior da classe operária, mobilizada nas memórias dos sujeitos e nos lugares que dão suporte para a lembrança. Cada momento articula a dimensão espacial-temporal da experiência vivida. Os momentos foram definidos a partir de uma história, a do

[73] “*Toute réalisation comme totalité implique une action constitutive, um acto inaugural*.” (citação no original).

cotidiano da classe operária, um movimento que busca o particular – o operariado do ABC -, mas que tem relação com o geral, o sujeito social classe trabalhadora.

No primeiro momento — a formação da classe operária — a repetição se apresenta como novidade e como norma, ela organiza, controla e oprime a vida cotidiana: é o trabalho árduo nas fábricas, em jornadas elevadas. Aparece, também, como ato inaugural aquilo que é, no cotidiano, o resíduo, aquilo que não se deixa reduzir e não se submete: as primeiras formas de organização e ação direta contra a opressão e exploração do trabalho que constituem a classe, em sua essência. No segundo momento — formação sindical —, se dá a criação de novas possibilidades: a classe organiza-se em órgãos de representação e surgem novas táticas na luta. No terceiro momento — luta operária na ditadura — o conteúdo circunstancial se apresenta na vida do trabalhador com a necessidade de incorporar, dentro da luta no trabalho, a resistência contra a ditadura. No quarto momento — luta por moradia —, enquanto se dá a homogeneização do modo de vida da população e o aumento do consumo, a classe operária enfrenta a experiência da carência e a crise da moradia. Frente a isso, são criadas alternativas e possibilidades dentro da urgência, as ocupações e a autogestão da moradia apresentam-se como novas formas de luta. No quinto momento — nova experiência fabril —, vislumbra-se uma possibilidade no interior do mundo do trabalho e da produção, a aposta na autogestão, na autonomia e solidariedade de classe.

Todos esses momentos serão aqui apresentados a seguir a partir das memórias que podem ser mobilizadas pelos lugares.

O **primeiro momento**, denominado de formação da classe, situa-se entre finais do século XIX até os anos 1920 e expressa duas diferentes centralidades espaciais na memória da luta dos trabalhadores. São dois espaços-tempos que têm relação com as principais categorias profissionais que pioneiramente se organizam na região: os tecelões e os canteiros. As duas centralidades indicadas nos *buffers* revelam onde essas lutas tiveram origem: uma tendo sua base no campo, com o trabalhador artesanal e braçal da árdua atividade extrativista do corte de pedras (os canteiros), em Ribeirão Pires; outra, na nascente área urbana junto à estação ferroviária, ligada às primeiras grandes tecelagens à base do trabalho moderno e mecanizado, na atual área central de Santo André.

Ali nascem as primeiras iniciativas de organização operária, a Liga Operária (1907), a União Internacional dos Canteiros (1908), o Sindicato dos Tecelões e o Sindicato dos Marceneiros (1908) e a União Operária (1918). Algumas destas, com forte influência anarquista, partem para ação direta organizando as primeiras greves. Entre os

operários, grande parte era formada por imigrantes dos núcleos coloniais instalados na região[74], mostrando que essa formação da classe deita raízes no trabalho árduo do campo e nas condições em que eram submetidos. Conforme Martins (1992), na constituição do trabalho livre que antecedia a indústria, o colono agricultor enfrentava as adversidades e os limites da reprodução de seu modo de vida, surgindo dessa impossibilidade, o operário no ABC. Para Alexandre Alves (2001), os colonos traziam a experiência de organização e rebelaram-se contra as condições dos núcleos, o que constituiu uma memória de lutas cotidianas.

Os lugares de memória relacionam-se às greves históricas na região, a dos tecelões, em 1906, e a dos canteiros, em 1913, constantemente lembradas na memória operária por terem sido eventos marcantes, pioneiros na mobilização dos trabalhadores.

A Vila Ipiranguinha, em Santo André, é um desses lugares suporte físico da memória das várias greves dos tecelões. Trata-se de um conjunto de moradias operárias do início do século XX, que pertenceu a primeira grande indústria têxtil instalada em Santo André, em 1895, a Silva, Seabra & Cia, também conhecida como Ipiranguinha. É dessa fábrica que se tem conhecido os primeiros registros de greve no ABC, em 1901 e 1902. A fábrica já foi demolida e nada mais resta da antiga paisagem industrial, a não ser o conjunto de casinhas operárias, que evoca a lembrança.

Sobre a greve dos tecelões de 1906, a operária Rosina Lombardi que desde os 10 anos trabalhava na Tecelagem Ipiranguinha e participante do movimento assim se referiu a ela, de acordo com seu genro:

> Os operários e suas famílias estavam passando necessidade, pois o comércio local já não fornecia mais alimentos aos grevistas. Foi quando a direção da fábrica resolveu trazer operários de outra indústria, instalada em Tatuí (SP) para ocupar o lugar dos grevistas. Quando os operários souberam desta manobra correram para a fábrica e ocuparam seus lugares, acabando com a greve. (MEDICI, 1990, p.23. Depoimento de Waldomiro de Sá a Ademir Medici, 1981)

Em relação à greve dos canteiros, de 1913, é quando se tem a primeira notícia do movimento dos trabalhadores de Ribeirão Pires e Mauá (antigo Pilar). Esses trabalhadores formavam uma categoria forte e combativa, de orientação anarquista. O trabalho nas pedreiras era pesado e árduo, com remuneração baixa e que, por vezes, tinha seu preço reduzido. As pedras foram fundamentais para o calçamento das ruas e guias da cidade de São Paulo (FRENCH, 1995).

[74] Núcleo Colonial de São Bernardo, de São Caetano e de Ribeirão Pires.

Sobre essa primeira greve, assim explica o canteiro aposentado, em 1981:

> Eram dois partidos: dos anarquistas e dos carneiros. Chamavam os anarquistas de comunistas. O carneiro era o furador de greve, o que trabalhava por preços mais baixos. O pagamento nas pedreiras estava atrasado três meses. Então a polícia chegou. Uns 200 soldados. Aí os trabalhadores receberam um mês e meio de salário atrasados. Mas não voltaram a trabalhar: faltava outro mês e meio. (MEDICI, 1990, p. 25. Depoimento de Miguel Angelo Del Santo a Ademir Medici, 1981)

Uma das áreas de extração é a Pedreira Santa Clara, lugar que evoca a memória desse movimento grevista. A Pedreira existia desde 1894, segundo parecer do Condephaat (2011). Junto a ela havia uma vila operária, um conjunto de 30 ou 45 casas, que foi sendo demolido pela empresa, desde 2003, expulsando seus moradores. Em 2010, a Defensoria Pública solicitou parecer do Condephaat sobre o valor histórico das casas, tendo em vista a ameaça que pairava sob seis habitações remanescentes. O parecer, apesar de evidenciar a relação das casas com a histórica greve dos canteiros concluiu que os remanescentes tinham apenas “importância municipal”. Na história das políticas de preservação, seja no Iphan ou Condephaat, é frequente encontrar essa justificativa do “valor local” para negar o tombamento de bens ligados às classes populares, que não são nem monumentais, nem apresentam valores arquitetônicos vinculados à técnica ou linguagem estética. Assim, as construções vernaculares representativas da história dos trabalhadores vão sendo demolidas sob a chancela das instituições públicas, contribuindo para a produção de um silenciamento sobre esse passado.

O lugar de memória é uma ferramenta poderosa para enfrentar o processo de esquecimento e de silenciamento programado pelo Estado e pelas classes dominantes. A recordação é a trama e o esquecimento a urdidura, diz Benjamin (2011). Em uma analogia com quem tece o tecido, o autor propõe a imagem da lembrança enfrentando os fios do esquecimento que lhe atravessam o caminho.

Ainda em relação ao **primeiro momento**, as experiências lembradas trazem, igualmente, referência à violência do Estado sobre os movimentos, como a que levou ao assassinato do jovem operário durante uma passeata de trabalhadores em greve, em 1919. O momento é marcado pelo fato trágico com a morte de Constante Castellani, no Largo da Quitandinha, centro de Santo André.

> Trago outra violência de que se queixa o operariado paulista e que verifiquei ser exata: o assassinato indubitável do operário Constante

> Castellani [...] Fui a São Bernardo, pequena localidade servida pela São Paulo Railway, a 30 ou 35 minutos de São Paulo, e lá interroguei as testemunhas e todas as interrogadas, desde a família do morto até os circunstantes, declaram que esse operário foi assassinado pela praça de polícia; que tendo avançado um grupo de operários para as proximidades de uma fábrica, cuja adesão eles desejavam, pelo que davam vivas e faziam solicitações, foram forçados a retroceder pelas ameaças da polícia.
> [...] Foi um assassinato qualificado. (Discurso do deputado Nicolau Nascimento, na Câmara dos Deputados, 1919, apud Medici e Pinheiro, 1990, p. 29)

O episódio violento marcou a história dos trabalhadores. De acordo com French (1995), no velório público compareceram milhares de moradores que seguiram depois em cortejo para o cemitério de Vila Assunção, onde depois ergueu-se um túmulo em homenagem a sua memória e com contribuições colhidas pelo sindicato. O assassinato desse jovem trabalhador e liderança da União Operária fez nascer um símbolo de luta, constantemente lembrado por diferentes gerações. Em 2019, em sua homenagem foi realizado o Festival Constante Castellani, em Santo André, que contou com apresentação de bandas, além da produção de uma cerveja que leva seu nome.

As primeiras greves constituem, assim, o marco da formação da classe, segundo French (1995) e Martins (2002), organizadas a partir da consciência do grupo em relação as suas condições objetivas de exploração do trabalho: jornadas de trabalho elevadas, de 12 horas diárias; remuneração que não cobria os custos de reprodução da força de trabalho; emprego de crianças desde seus 10 anos de idade e de mulheres que acumulavam jornadas na fábrica com a organização da vida familiar ganhando salários muito mais baixos do que os dos homens; a sujeição total da vida do trabalhador, que ia desde o alimento obrigatoriamente comprado no armazém da fábrica à moradia de aluguel na vila operária da fábrica, que, longe de serem benefícios para o operário, eram na verdade formas de controle e atrelamento ao capital; insalubridade e maus tratos; o trabalho árduo nas pedreiras.

Essa consciência da necessidade da ação coletiva leva à formação das primeiras entidades de classe na região, que têm duração curta: sindicatos de categorias (Tecelões, Canteiros e Marceneiros) e a Liga Operária. A postura aguerrida do operariado no enfrentamento da exploração do trabalho, acompanhando o conjunto do movimento operário paulista estudado por French (1995), leva o autor a denominar o período de sindicalismo revolucionário.

Imagem 25: Vila Ipiranguinha, Santo André. Foto: S. Scifoni, 2012.

Imagem 26: Largo da Quitandinha, Santo André. Foto: S. Scifoni, 2020.

Imagem 27: Túmulo de Castellani, Cemitério da Saudade, Santo André. Foto: S. Scifoni, 2020.

Imagem 28: As 4 casas operárias da Pedreira Santa Clara, lugar de memória da greve dos canteiros. Fonte: google earth, imagem de 2019.

O **segundo momento**, denominado de formação sindical, está situado grosso modo entre 1930 a meados de 1960, e apresenta duas centralidades de lugares de memória com expressão diferente: uma maior, em Santo André, que resulta de um crescimento e expansão que se deu em continuidade ao momento anterior, e outra mais pontual e circunscrita, em São Bernardo. O segundo momento tem como marco a fundação da União Operária, em 1928, dentro de um contexto de reorganização do movimento operário. A União Operária começou como um grupo de discussão que reunia jovens comunistas e era liderada por Marcos Andreotti, o mais importante líder sindical do período, segundo French (1995).

A primeira centralidade se relaciona à expansão das atividades industriais na atual cidade de Santo André, que gerou a ampliação numérica da classe operária, suprida pelo contingente de migrantes vindos do interior e de outros estados. A expansão industrial se deu com a implantação de novos setores (químico, metalúrgico, material de transporte, entre outros), o que levou também à formação de novos sindicatos de categorias profissionais, agora submetidos a recente legislação trabalhista criada no governo Vargas, que atrelava os órgãos de classe ao Estado, por meio de seu reconhecimento oficial. Era o momento do sindicalismo legalizado, como afirma o autor.

Assim, os lugares que encarnam a memória nessa centralidade que se forma na cidade de Santo André são as sedes das organizações de trabalhadores como os Sindicatos dos Metalúrgicos (1934) e dos Químicos (1938); mas também, o eixo viário concentrador de modernas fábricas e símbolo da industrialização – a Av. Industrial – onde funcionava a sede do Partido Comunista, profundamente ligado à ação sindical. Sobre a avenida, assim afirmava Philadelpho Braz:

> Nos anos 40 o Partido Comunista já estava com seu pessoal muito bem instalado nas bases das fábricas de Santo André. [...] Os comunistas costumavam ficar na Av. Industrial durante a madrugada para distribuírem panfletos. Os panfletos entravam na fábrica e os operários discutiam, alguns apoiavam. Embora a repressão fosse violenta eu fui me infiltrando no grupo. (Museu de Santo André, 2000, p. 28)

Os sindicatos tiveram papel fundamental, nesse momento, na organização dos trabalhadores para garantia de cumprimento de direitos contidos na legislação trabalhista, tais como salário-mínimo, férias e segurança no trabalho. Isso porque as condições, mesmo nas grandes fábricas estrangeiras, eram bastante precárias.

> Entrei na Rhodia em 33. Fui servir o exército. Quando voltei fui trabalhar no acético. Trabalhei muito em serviço tóxico. Passava muito tempo nervoso. [...] O serviço era muito ruim, pior que curtume. Lá parecia uma – com licença da palavra – parecia uma carniça. O cheiro que tinha lá... Não se podia entrar em casa com a roupa de trabalho de tanto que fedia. Trabalhei também com ácido sulfúrico. A roupa era furada pelo ácido. Para não estragar muito, a gente amarrava um saco. Sapato? Comia todo o sapato. [...] O ácido muriático também era um desastre. O pessoal passava na rua e sentia aquele fedor de ácido. Tinham que tapar o nariz e correr. Tinha muito problema de saúde. (MEDICI, 2008, p.25. Depoimento de Brasílio da Silva Marques a Osmar Medeiros Souza.)

Nomes de importantes lideranças sindicais são referenciados constantemente na memória da classe e fundam outros lugares de memória. Esse é o caso de Armando Mazzo e Carmem Savietto, sindicalistas eleitos pela chapa chamada de candidatos de Prestes, em 1948, mas que tiveram cassados seus mandatos e nem puderam tomar posse. Mazzo seria o primeiro prefeito comunista eleito no país e Carmen Savietto a primeira mulher em cargo legislativo na cidade. Eles haviam se inscritos como candidatos pelo PST (Partido Social Trabalhista), já que naquele mesmo ano havia sido cancelado o registro do PCB (Partido Comunista Brasileiro)

> Foram apenas 15 dias de campanha. No dia 20 de outubro de 1947, encerraram o prazo para o registro dos candidatos e em 9 de novembro

> seria a eleição. O povo me elegeu e durante a campanha não gastei nenhum tostão sequer. O partido não precisou contribuir porque os moradores de Camilópolis, por exemplo, deram-me seus votos e ajudaram-me nas despesas. [...]
> Dois dias antes da eleição, os jornais de São Paulo publicaram que a legenda do PST tinha registro e que tudo era legítimo. Mas três dias depois da eleição, tudo deixou de ser legal. No dia 19 de novembro, fomos ao Tribunal receber nossos diplomas e no dia 30 de dezembro, **véspera da posse, à noite**, o tribunal anulou a eleição. (Depoimento de Manoel dos Santos. Congresso de História da Região do ABC, 1990, p. 210)

Armando Mazzo (1913- 1990), foi operário ainda muito jovem, antes dos 13 anos já era aprendiz de marceneiro, em São Bernardo. Em 1929, frequentava reuniões nas casas de companheiros operários, ocasião em que discutiam a necessidade de lutar por aumento de salários. Era um espaço de formação política em que eram dadas aulas sobre as classes sociais, política internacional e a luta de operários no mundo, segundo ele, e onde ganhou um exemplar do Manifesto Comunista, de Karl Marx (MAZZO, 1991). Nos anos 1930, foi dirigente sindical no Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas e, posteriormente, deputado estadual.

> Como se verifica, elegemos em Santo André um prefeito e 13 vereadores comunistas de uma Câmara de 31 membros. [...]
> Estes episódios provocaram uma pronta reação da direita. O Partido Comunista foi posto na ilegalidade e os comunistas eleitos pelo voto popular tiveram seus mandatos cassados. Eu fui cassado como deputado e prefeito, apesar de eleito pelos votos secretos, tudo de acordo com as leis burguesas. Cosias da “democracia burguesa”. [...]
> A polícia recrudesceu a perseguição aos comunistas e democratas. Muitos foram presos, outros ficaram desempregados.
> Fui preso no portão da Pirelli [...]
> A minha prisão se deu de forma espetacular. (MAZZO, 1991, p. 116 e 121)

Outra importante liderança desse momento, em Santo André, foi Carmem Edwiges Savietto Fratti (1922 -1956). Operária e líder sindical, Carmem nasceu em uma família de operários militantes comunistas, como seu pai, tio, primo e irmão. Em 1943, foi trabalhar em uma empresa do ramo metalúrgico, a Laminação Nacional de Metais. Participou ativamente do sindicato, mobilizando-se pela ampliação de filiação entre os trabalhadores. Sofreu perseguições na empresa e foi demitida. É considerada um símbolo da firmeza da mulher operária (SCHUMAHER; BRASIL, s/d).

Carmem Savietto tem um papel relevante na história do trabalho feminino e da criação de instituições de apoio e atendimento aos direitos à educação da pequena infância operária andreense (SCHIFINO, 2012). Fundou e presidiu a União das Mulheres

Democráticas, em 1946. Dentre as pautas da organização estavam as lutas por creches e parques infantis, contra a carestia, pela construção de hospitais com maternidade e assistência gratuita à mulher trabalhadora e pelos direitos da mulher nas fábricas. Carmem foi militante do PCB de Santo André e representou o partido nas negociações com a polícia quando, em 1947, as sedes foram fechadas depois que declarada sua ilegalidade (FRENCH e CLUFF, 2000). Armando Mazzo, em suas memórias, destaca a importante participação de Carmem Savietto no episódio da ocupação dos prédios do IAPI de Vila Guiomar pelas famílias dos operários, fato que contribuiu para a efetiva liberação das moradias.

A importância de Carmem Savietto vai para além do que foi destacado; a partir dela é possível colocar em evidência a questão do silenciamento sobre o papel da mulher operária. As referências sobre a atuação e o papel das mulheres trabalhadoras e militantes na bibliografia sobre o movimento operário no ABC são muito pontuais, salvo algumas exceções como os trabalhos de Garcia (2007), Schifino (2012) e Santos Junior e Meneses (2019). A classe operária é vista como um todo único sempre na perspectiva do homem trabalhador, o que produz uma invisibilidade do papel desempenhado pelas mulheres, como afirma Souza-Lobo (1991). Igualmente há um silenciamento em relação às questões de raça e sobre o racismo no trabalho.

Ainda, nesse segundo momento dos lugares de memória operária, tem-se as primeiras experiências de produção de habitação social pelo Estado, como o IAPI da Vila Guiomar, fruto de um momento de grande mobilização dos trabalhadores na luta por direitos, e as casas da Santa Terezinha, da Fundação Casa Popular, que marcam a constituição dos bairros de trabalhadores pobres. Nesses bairros nasceu uma ação pastoral operária, fruto de mudanças na atuação da igreja, com a chegada do bispo Dom Jorge Marcos de Oliveira, chamado de bispo vermelho por sua atuação no apoio à mobilização dos trabalhadores. As paróquias se tornaram lugares de discussão sobre a situação de exploração do trabalhador e de formação de militância. Nesse sentido, aparecem, também, lugares de memória ligados à atuação dos padres que foram fundamentais no apoio às greves e mobilização dos trabalhadores.

> Dos padres que chegaram, o Cláudio e o Bernardo, iriam para as fábricas, para serem padres operários. Eles começaram a trabalhar em fábricas da região. A ideia dos padres operários fazia parte de nossas discussões no dia a dia, porque na França havia muitos padres operários, principalmente a partir da década de 50. Nós queríamos também contar com padres operários no Brasil para poder conviver com o mundo dos trabalhadores. Se o padre vai à fábrica, ele vai aproximar a igreja do

> trabalhador. A fábrica passa a ser um ponto de encontro. (Depoimento do Padre José Mahon. IMA, 2015, p. 71.)
>
> Com a chegada dos padres franceses à Santa Terezinha, passamos a conhecer a Juventude Operária Católica (JOC) e isso nos deu consciência maior da realidade. Um pouco mais tarde conheci a Ação Popular (AP). Então com a AP a consciência política se tornou maior e eu comecei a militância. [...] Os padres franceses foram um marco divisor na vida da gente porque foram eles que nos deram uma consciência maior, e mostraram que o mundo era muito maior do que este pequeno bairro onde a gente vivia. (Depoimento de Zoraide de Oliveira. IMA, 2015, p.226.)

A segunda centralidade dos lugares de memória operária, nesse momento, tem um caráter mais restrito do que a anterior, mas nem por isso menos importante. Ela está ligada a greve dos marceneiros, considerada por French (1995) como a mais prolongada e bem-sucedida mobilização dos anos 1930. A greve de 1934 atingiu amplamente a categoria dos marceneiros, paralisando praticamente toda a Vila de São Bernardo, onde se concentravam as Fábricas de Móveis, de acordo com o autor. No ano seguinte, outra greve eclodiu na categoria, em função do não cumprimento do acordo. Durou 3 semanas tendo sido finalizada em função da intervenção de forças policiais. Como desdobramento dessa greve, surgiu a iniciativa de criação de uma sociedade cooperativa entre os grevistas, com apoio de pequenos comerciantes locais.

Essas greves foram fruto da mobilização do Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas, fundado em 1933, um dos primeiros a receber reconhecimento oficial do Estado. Armando Mazzo, dirigente sindical faz o relato dessa greve marcante na história do operariado.

> “Os que tiverem de acordo com a greve que levantem os braços!”
> Unanimidade. Estava declarada a greve no dia 24 de setembro de 1934 em todas as marcenarias da então Vila de São Bernardo. [...]
> Decretada a greve, nessa mesma noite formamos comissões de três ou quatro companheiros e fomos bater de porta em porta, avisando os operários ausentes da assembleia. Dia 24 de setembro de 1934. Paralisação de todas as fábricas de móveis. [...]
> Começaram a funcionar as comissões já organizadas. Eram comissões de arrecadação de contribuições e alimentos; contato com os têxteis e comerciários; distribuição de alimentos e atendimento às famílias.
> Do quarto dia em diante a comissão (de combate aos fura-greve) ficou inoperante. Só vigiava. Ninguém mais foi ao trabalho. A greve se consolidava.
> Os patrões continuavam intransigentes.
> Como não podia faltar, a polícia compareceu para intimidar os grevistas e principalmente os diretores do sindicato. (MAZZO, 1991, p. 52/53)

Para French (1995), os anos 1930 marcaram um novo momento para a organização da classe. Ainda que alguns sindicatos tenham sido criados antes, tendo curta duração, após 1931, a nova legislação do governo de Getúlio Vargas passou a exigir o seu reconhecimento oficial, o que os atrelava ao Estado, como órgãos consultivos, obrigando os operários-militantes a redefinir suas estratégias, segundo o autor. Esse momento denominado, por ele, de Sindicalismo Legal não significou por isso um enfraquecimento das lutas, ao contrário, o movimento operário soube transformar essa condição em vantagem, aproveitando o amparo da lei para criar formas de ativismo, cobrando o cumprimento de direitos trabalhistas dos operários.

Imagem 29: Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Foto: S. Scifoni, 2020.

Imagem 30: Sindicato dos Químicos. Foto: S. Scifoni, 2020.

Imagem 31: Túmulo do Mazzo, Cemitério da Saudade, Santo André. Foto: S. Scifoni, 2020.

Imagem 32: Carmen Savietto, Cemitério da Saudade, Santo André. Fonte: Medici, 2008, p. 42.

Imagem 33: Av. Industrial, Santo André.
Foto: S. Scifoni, 2012.

Imagem 34: IAPI de Vila Guiomar.
Foto: S. Scifoni, 2012.

Imagem 35: Casas Populares de Santa Terezinha.
Foto: S. Scifoni, 2020.

Imagem 36: Catedral do Carmo. Foto: S. Scifoni, 2020.

Imagem 37: Galpão da Rhodia, Santo André.
Foto: S. Scifoni, 2015.

Imagem 38: Operários fundadores da cooperativa. Fonte: Serviço de Pesquisa e Documentação de SBC.

O **terceiro momento**, denominado luta operária contra a ditadura, situa-se na conjuntura do golpe militar de 1964, que foi seguido pelo fechamento do regime com imposição de restrições às liberdades individuais, aos direitos políticos e com a atuação dos aparelhos repressivos que fizeram da tortura uma prática da violência do Estado, atingindo os trabalhadores.

Verifica-se que a centralidade dos lugares de memória operária se desloca de Santo André para São Bernardo do Campo, permanecendo ali como o coração da memória das lutas operárias.

Isso se deu por conta do chamado ciclo de greves de 1978-1979-1980 (ANTUNES, 1986; CAMARGO, 2003; PARANHOS,1999). A importância desses

movimentos grevistas que se iniciaram em 1978, com uma greve espontânea na Scania de São Bernardo do Campo, explica-se no contexto do recrudescimento da ditadura após a decretação do AI-5, em 1969, que instituiu a censura e a supressão de direitos essenciais e de poderes do Congresso Nacional, o que resultou em inúmeras prisões, práticas de tortura e assassinatos, repressão aos movimentos sociais e aos sindicatos e fim do direito de greve. De acordo com o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em 2009, o Rubão:

> Olha a Scania parou... ninguém estava preparado... Tinha uma represa para estourar, houve um vazamento de água... E aquilo foi um sucesso... (Entrevista de Rubão, documentário do Iphan, 2009)

> Eu conversava com cada pessoa que tinha maior liderança nas seções, sem que a chefia soubesse. Fazia um convencimento forte no pessoal. – "olha nós temos que parar, porque não aguentamos mais essa falta de reajuste no salário. A Scania ganha muito dinheiro e manda tudo para fora". Peguei uma matéria de uma revista que mostrava o lucro fabuloso que a Scania tinha tido no ano de 1977 e comecei a mostrar para os trabalhadores: "olha o lucro fabuloso da Scania e não repassa nada pra gente". Falava pra eles que aquelas pessoas que tivesse o mínimo de desconfiança, aqueles que pudessem entregar a gente para a chefia, não devia falar nada. – "Peguem o representante da seção e vão à ferramentaria, porque a ferramentaria vai parar. Vão lá, olhem e tragam o recado. Vocês falam que de manhã a fábrica vai parar. Fala para as pessoas que não liguem as máquinas pelo menos por 5 minutos. Deixa para ligar as 7:05. Procure ver se a ferramentaria está parada. Nós vamos estar com os braços cruzados. (Depoimento de Gilson Menezes. BATISTA, 2004, p.11.).

Gilson Menezes foi a principal liderança do movimento de 1978. Ele teve uma importância histórica, já que foi a primeira greve de operários pós AI-5, exatamente dez anos depois da greve dos metalúrgicos de Osasco, em 1968. Foi um movimento espontâneo que pegou até mesmo o Sindicato dos Metalúrgicos de surpresa e rapidamente se espalhou como uma onda para outras fábricas, como a Ford, Mercedes-Benz, Brastemp, Volkswagen, Chrysler, Villares, entre outras. De acordo com Iphan (2009), a greve da Scania foi preparada silenciosamente pelos ativistas, com conversas, bilhetes nos banheiros e teve adesão de todos os seus operários. Como resultado, os trabalhadores conseguiram acordos superiores aos previstos em lei, segundo essa mesma fonte.

Nesse mesmo ano de 1978, outro fato marcante para a história do sindicalismo brasileiro foi a realização do I Congresso da Mulher Operária. Apesar do boicote patrocinado pelas empresas, cerca de 350 operárias de 39 empresas conseguiram participar do evento (SCHIFINO, 2012). Dentre as conclusões do congresso destaca-se

o reconhecimento de que a reivindicação das mulheres operárias deveria ser assumida pelo conjunto da classe trabalhadora, entre elas a igualdade de salário nas fábricas, já que mulheres recebiam 50% menos que os homens, e condições de trabalho como a disponibilidade de creches e escolas-parque para seus filhos, de acordo com a autora. O congresso ocorreu na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo. Naquele momento as mulheres representavam ¼ do total dos sindicalizados.

O ciclo de greves se intensifica, no ano seguinte, em 1979, momento em que o Sindicato preparou a campanha com base na reivindicação de 34,1% de reposição salarial, relativa aos índices de inflação manipulados pelo governo em 1973/74, entre outras demandas. Não houve negociação, já que as empresas apostavam na dispersão do movimento, o que levou, em março daquele ano, à deflagração da greve em uma assembleia com mais de 15 mil trabalhadores do ABC (PARANHOS,1999). Mais um acontecimento histórico, já que tratava-se da primeira greve de uma categoria trabalhista no pós-golpe de 1964. A greve dessa vez se deu fora da fábrica, com piquetes e a realização de grandes assembleias de trabalhadores no Estádio da Vila Euclides. A porta de fábrica adquire um papel simbólico e estratégico na organização do movimento, razão pela qual ela se torna um lugar de memória em si, independente da empresa. Para fins de localização no mapa, entretanto, tomou-se como referência a Scania, pela importância do movimento de 1978.

> Foi a partir dessa ideia de ir para a porta de fábrica que **a gente começou a virar o jogo no ABC**. (Entrevista do Lula, PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, 1990, p.215. *Grifo nosso*).

> Eu me lembro muito bem que a gente fazia sindicalismo vinte e quatro horas por dia. Seis horas da manhã, nós já estava em porta de fábrica, na hora do almoço, porta de fábrica, saída, porta de fábrica. (Djalma Bom, depoimento a CPDOC/FGV, 2005, p.19)

As assembleias realizadas no Estádio da Vila Euclides foram a forma como a diretoria do sindicato resolveu o problema de espaço, já que o movimento englobava cada vez mais trabalhadores. A primeira assembleia foi um momento de imagens marcantes, uma vez que no improviso, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Lula, discursava em cima de uma mesa e sem microfone.

> Corinthians X Guarani. O Morumbi estava entupido de gente. **Eu sonhava em fazer uma assembleia com o mesmo número de pessoas de um campeonato de futebol. Assim, a gente ia poder virar a mesa**. No dia 09 de março convocamos a assembleia e, para minha surpresa, o estádio da Vila Euclides entupiu de gente por todos os lados. Nós não

> tínhamos nem mesmo uma aparelhagem de som. Era tudo na base do grito. Eu gritava e o pessoal ia passando o que eu dizia para aqueles que não podiam ouvir, lá atrás. (Entrevista do Lula. PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, 1990, p. 214. *Grifo nosso*)

> Aquilo virou uma espécie de onda, como na praia. (Zé do Mato, entrevistado para documentário do Iphan, 2009).

Imagem 39: Assembleia dos metalúrgicos no estádio de V. Euclides, em 1979. Sem som e palanque. Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Imagem 40: Helicóptero do exército sobrevoa uma assembleia no estádio, em 1979. Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Para sustentar a luta, foi formado um fundo de greve que arrecadava dinheiro e alimentos para as famílias dos trabalhadores. Segundo José Santana (IMA, 2015, p.90): "O fundo de greve teve um papel político e um papel social, pois ajudava aquelas pessoas que passavam por dificuldades. O papel político era mostrar que as pessoas estavam desempregadas por causa da luta".

O movimento ganhou apoio da igreja, o que foi fundamental diante da repressão que se ampliava cada vez mais. Com a decretação da intervenção no sindicato, a Igreja abriu suas portas para o movimento operário, por meio da atuação do bispo Dom Cláudio Hummes.

> Mesmo tendo perdido o prédio do sindicato e todo o seu aparelho necessário à continuação da greve, os metalúrgicos confirmaram a pregação do Lula: "Sindicato não é o prédio, mas sindicato é o trabalhador dentro da fábrica, é o trabalhador na praça."
> E assim foi. A partir da intervenção, na igreja matriz de São Bernardo passou a funcionar a comissão de salários, a distribuição de gêneros às famílias dos grevistas; ali os líderes se reuniam diariamente, concediam entrevistas, batiam papos e conversavam sobre tudo no bar Aquarius, na praça. (SAMPAIO, 1982, p.114)

A greve de 1979 foi interrompida depois de quase quinze dias de movimento e, apesar do acordo firmado não atender a totalidade das demandas dos trabalhadores, foi considerada uma vitória, em um contexto de ditadura militar e forte repressão política. Nesse mesmo ano de 1979, como parte das atividades mobilização da classe operária, nasceu junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo uma experiência nova, o Grupo de Teatro Forja, formado por trabalhadores e por militantes sindicalistas. O grupo foi, ao mesmo tempo, atividade artística de criação e de militância, desempenhando um trabalho de formação e de conscientização de classe.

> Vi com meus próprios olhos no término das cenas, dezenas de amigos meus sensibilizados pelas emoções. Fiquei contente e emocionado também.
> No dia seguinte lá na fábrica, aí é que eu senti como o teatro muda a cabeça dos seres humanos. O pessoal não discutia como normalmente faz, sobre o futebol, churrascada ou Sílvio Santos, mas sim sobre os personagens da peça Pesadelo. (URBINATTI, 2011, p. 19. Entrevista de Darcy L. Silva, operário-ator integrante do grupo Forja.).

Tim Urbinatti, fundador e diretor do Grupo Forja, explicou a dinâmica do grupo que envolvia pesquisa e coleta de dados sobre a realidade operária, atuação junto a direção sindical, criação coletiva e encenação, além da militância nos momentos de mobilização, como as atividades ligadas ao Fundo de Greve junto aos bairros, praças e favelas da cidade. A criação artística era coletiva, com os operários-atores elaborando a trama, criando personagens e diálogos, se aproximando do que foi definido como uma cultura política nacional-popular, aquela que busca formar a consciência por meio da emoção, base para uma ação coletiva transformadora (NAPOLITANO, 2001). O trabalho cultural até então era entendido como forma de sustentação da luta diante de uma influência imposta pela cultura de massa, como foi reconhecido durante as discussões do IV Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em 1985. Era preciso, assim, criar uma política cultural como forma de luta, com atividades em continuidade. No entanto, no ano seguinte, novas orientações e prioridades foram estabelecidas no sindicato, o que provocou o afastamento de Tim Urbinatti e do Grupo Forja que deixaram o sindicato, segundo o autor.

Como parte dos episódios que depois foram denominados de *ciclo de greves*, em 1980, as máquinas voltaram a parar em um movimento que durou 41 dias, com a decretação da ilegalidade da greve, intervenção no sindicato e prisão da diretoria, entre os quais, a principal liderança operária, Lula. Dessa vez, o exército transformou São Bernardo em uma cidade sitiada por tanques do exército, tropas nas ruas e a cavalaria

ocupando os espaços públicos. Para as assembleias de trabalhadores dessa vez foi disponibilizado o espaço externo do Paço Municipal, por meio do apoio do prefeito municipal, Tito Costa. A greve durou 41 dias e a comemoração do 1º de Maio foi realizada com missa na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, celebrada por Dom Claudio Hummes, seguida de passeata até o Paço Municipal.

Configura-se, assim, durante o ciclo de greves, importantes lugares de memória que carregam essa experiência em comum: o estádio, o sindicato, o paço municipal, a igreja e a Rua Marechal Deodoro, também o *lócus* dessas lutas, por onde obrigatoriamente passavam as passeatas dos grevistas.

> Depois quando aconteceram as greves em 78, 79 e 80, Dom Claudio estava presente e foi ele que pediu para que todas as igrejas fossem abertas para os grevistas. Foi ele que celebrou a missa de 1º de maio de 80, quando o município de São Bernardo estava totalmente ocupado pelo exército.
> Nós estávamos celebrando a missa de 1º de maio e havia mais de 2 mil operários na matriz de São Bernardo. Do lado de fora havia mais 80 ou 100 mil que não conseguiram entrar. Havia uma programação de que no fim da missa haveria uma passeata pelas ruas de São Bernardo. Recebemos na igreja um aviso do exército de que a passeata estava proibida. Então quando terminou a missa, e sem a presença do Lula, que estava preso naquele momento, o Vicentinho foi ao microfone para dizer: "olha, nós estávamos aqui para fazer uma passeata, mas ela foi proibida pelo exército e nós temos que decidir se fazemos ou não a passeata". **Aí todo mundo disse que era para fazer.** Dom Claudio reuniu uns 30, 35 padres que estavam do lado dele no altar e falou**: "Bom, se o povo decidiu fazer, eles vão fazer e nós vamos na frente".**
> Na hora que estávamos saindo da igreja, para seguir pelas ruas, veio uma ordem de Brasília para liberar a passeata e o exército sair imediatamente de São Bernardo. [...] Foi então que seguimos em passeata até o estádio da vila Euclides, todos gritando palavras de ordem e cantando. Foi uma grande vitória do povo: "chora Figueiredo, Figueiredo chora, chora Figueiredo que chegou a tua hora" e nós cantávamos isso tantas vezes. Eu nunca vi o povo tão alegre como naquele dia. (Entrevista do Padre José Mahon. IMA, 2015, p. 74/75.)

Fecha esse conjunto de lugares, o Bar do Zelão, o Rei do Caldo de Mocotó, ali próximo ao sindicato, lugar de convergência dos trabalhadores nesses momentos críticos de ditadura e ponto de encontro obrigatório da turma do sindicato.

> A história do Zelão [...] eu acho que eu engordei e a turma começou a me chamar de Zelão. Eu era magrinho e tinha um senhor que era letrista, eu num sei o nome dele, mas a gente conhecia ele por Chico do Enguiço. [...] E ele que me deu essa ideia de colocar Zelão Rei do Caldo de Mocotó
>
> [...] Tinha época que a gente tinha que fechar, é quando veio a polícia lá e foi aquele corre-corre. Quando prenderam o Lula e a turma lá do sindicato, ficou aqui meio isolado. Mas antes, era muita gente, aquela rua

> João Márcio ali, aquilo ficava lotado três, quatro vezes por semana. E teve greve de aí de quarenta dias, então o povo todo dia vinha pro sindicato, então ficava lotado ali. E a maioria vinha pro sindicato, mas não ia lá pro sindicato, ficava no bar, tomava uma cachacinha, tomando um caldinho.
>
> [...] Teve uma greve, acho que foi em 79 ou 80. A primeira greve que teve depois do..., foi em 79 num é? Depois do regime militar, ainda era regime militar, num era? Teve que a Volkswagen fechou meia noite, a turma começaram a greve meia noite do dia primeiro de abril, ou de março, alguma coisa assim. Então veio todo mundo do sindicato. Quando amanheceu o dia, nos barzinhos ali, só ficou aberto eu. Num tinha nem fósforo pra vender, vendeu tudo o que tinha: pinga, refrigerante. Nunca vi aquilo, isso foi em 79. Foi uma coisa que, nossa!! Quando abriu de manhã cedo não tinha nada, é que era muita gente. (José Dantas Irmão, proprietário do bar do Zelão, entrevistado por Serviço de Memória de São Bernardo do Campo, s/d)

Assim, os lugares de memória identificados guardam uma relação muito íntima entre si, configurando o que Camargo (2003) chamou de “geografia das lutas”. Esses lugares são suporte físico da memória da luta contra a exploração no trabalho, das formas de resistência operária nos anos de ditadura em que sindicatos foram fechados, ficaram sob intervenção e seus militantes foram perseguidos, torturados, demitidos e mortos pelo regime de exceção.

> Insalubridade, periculosidade, todos os tipos de insegurança. Porque a filosofia da empresa não era criar condições para que o trabalhador pudesse desenvolver a sua atividade em condições. A filosofia da empresa, como uma empresa capitalista, não é, onde tinha a linha de montagem, que o que valia mais era a produção no final do dia, o que acabava prevalecendo era a produção. (Djalma Bom, depoimento para CPDOC/FGV, 2005, p.9)

A memória desses lugares é marcada por acontecimentos que tomaram a cena política daquele momento e se transformaram em referência nacional e internacional no contexto da repressão da ditadura militar.

> Depois das greves de 78, São Bernardo do Campo passou a ser a grande referência política de novo que estava acontecendo no Brasil. E o pessoal que voltava do exílio, todo mundo passava por São Bernardo do Campo; todo mundo queria ir lá no sindicato, todo mundo queria conhecer o Lula, todo mundo queria conhecer os metalúrgicos do ABC. Eu posso enumerar aqui. Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, o Gregório, o Brizola, todos eles passaram lá pelo sindicato. (Djalma Bom, depoimento para CPDOC/FGV, 2005, p.23)

A centralidade dos lugares de memória em São Bernardo relaciona-se ao papel desempenhado pela categoria dos trabalhadores metalúrgicos no conjunto da

industrialização do ABC, a partir da chegada das montadoras de automóveis à região. Em São Bernardo os metalúrgicos eram a maioria dos trabalhadores, aproximadamente 73% no ano de 1970 (IPHAN, 2009). Em 1978, quando começaram a eclodir as primeiras greves em fábricas da região, eram 125 mil metalúrgicos no município, metade empregada em cinco grandes unidades fabris (TOMIZAKI, 2007).

Encontra-se, também, nesse **terceiro momento**, outra centralidade dos lugares de memória em um bairro periférico de Mauá, Jardim Zaíra. A história do bairro é comum aos inúmeros loteamentos periféricos das cidades brasileiras, implantados sem a infraestrutura necessária, o que levou seus moradores a se unirem e formarem uma associação de moradores, a Sociedade Amigos de Bairro (SAB), que teve uma intensa atuação social.

No começo dos anos 1960, organizou-se junto à SAB uma célula da Ação Popular[75] (AP), que formou quadros para a militância contra a ditadura civil-militar. O bairro ficou conhecido como berço da resistência popular, caracterizado por um trabalho pioneiro fundado na ideia de uma Pastoral Popular. Sob o apoio e organização do Padre Alfredo Praxedes organizavam cursos sobre a realidade brasileira (MARTINS, 1986). Essa ação atraiu muitos jovens e trabalhadores pelo discurso e práticas de uma igreja católica progressista. Foi o lugar onde atuou clandestinamente Herbert de Souza, o Betinho, entre 1969 e 1970, com o nome frio de Chico (Francisco de Carvalho). Betinho trabalhou na Cerâmica Schimdt de Mauá e ajudou a organizar a célula da AP local. No entanto, sob vigilância das forças repressivas da ditadura que levou a descoberta de informações detalhadas sobre os militantes, a célula da AP caiu e muitos foram presos e torturados.

> Infelizmente, muitos jovens do Jardim Zaíra foram presos. A polícia prendeu 22 e eram rapazes e moças da comunidade. Foram barbaramente torturados. Ocorreu também algo muito bonito nesses momentos de angústia: a comunidade se organizou para recolher mantimentos para sustentar as famílias, porque elas não tinham mais meios de sobreviver. (Entrevista do Padre José Mahon. IMA, 2015, p. 76.)

[75] Segundo Martins (1986), a Ação Popular nasceu dentro da igreja católica, vinculada a grupos progressistas. A partir de 1967, a AP começou a trabalhar de forma mais independente da igreja e adquiriu orientação marxista-maoísta, segundo a autora. Isso fez com que a AP buscasse se aproximar da vivência do operariado e da produção, portanto, da prática. Entendia-se que era fundamental a formação e conscientização nas fábricas e nos bairros. Nesse contexto, muito militantes vão morar em bairros operários e trabalhar nas fábricas.

Imagem 41: Jardim Zaíra, Mauá.
Fonte: Instituto Henfil, s/d.

Imagem 42: Estádio da Vila Euclides, 1980. Fonte: Serviço de Memória SBC.

Imagem 43: Igreja Matriz, S. Bernardo do Campo, 1980. Fonte: Fundação Perseu Abramo.

Imagem 44: Paço Municipal SBC, 1980. Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de SBC e Diadema.

Imagem 45: Passeata na Rua Marechal Deodoro, 1980. Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de SBC e Diadema.

Imagem 46: Bar do Zelão, esquina da Rua do Sindicato. Foto: S. Scifoni, 2020.

Imagem 47: Exército cerca o Sindicato dos Metalúrgicos, 1980. Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de SBC e Diadema.

Imagem 48: Panfletagem em porta de fábrica. Fonte: Serviço de Memória de SBC.

O **quarto momento**, denominado de luta por moradia, se localiza também a partir da conjuntura da ditadura militar, estendendo-se ao longo dos anos 1990. Os lugares de

memória têm uma espacialidade mais abrangente, com *buffers* que se estendem em Santo André, São Bernardo e Diadema.

Mas Diadema expressa a maior centralidade desses lugares de memória, uma vez que as experiências de mobilização social em torno da demanda por moradia foram ali mais recorrentes e dramáticas. A cidade vivia, nos anos 1980, um quadro crítico de precariedade habitacional, com grande parte de sua população morando em favelas e loteamentos irregulares, eram mais de 100 mil pessoas vivendo nessas condições críticas. A crise econômica, com o fechamento de fábricas e desemprego acelerado, agravaram ainda mais a situação, o que levou a formação de uma série de movimentos por moradia a ocuparem terrenos.

> Eu fui da pastoral operária posteriormente, nessa época da JOC. A gente fazia ... o meu primeiro trabalho sindical pra você ter uma ideia, eu fazia com o jornal O São Paulo, da diocese de São Paulo Dom Paulo Evaristo. [...] Quando interviu no sindicato, a gente organizava os piquetes. Tinha a comissão de salário, organizava todo o movimento no sindicato. Interviu no sindicato pra onde vai se organizar? Nossa orientação era para ir para as igrejas, para os bairros, para as associações. Então foi nesse episódio que a gente teve contato com as associações de bairro.
> [...] Então, por ocasião da intervenção do sindicato dos metalúrgicos na década de oitenta, nos encontramos as associações de bairro, e os despejos, a questão da moradia, a questão da favela essencialmente. (Manoel Boni, ex-vereador de Diadema e liderança do movimento de moradia, entrevistado por Simone Scifoni, 2011).

Alguns lugares aparecem como símbolo dessa luta e de novas estratégias do movimento, que foram experiências pioneiras na metrópole de São Paulo, como a ocupação de terrenos vazios. Uma delas bastante emblemática ocorreu no ano de 1990, na periferia de Diadema e foi chamada de Vila Socialista.

> Então ficamos lá três meses. O pessoal puxou água e luz por conta própria e aí veio a ordem de despejo, e não teve negociação. Aí houve o confronto. Houve assembleias, grandes assembleias, todo dia. Para escolha do nome da vila tinha dois nomes: Rio Doce que era o nome do riozinho que passava por lá, e Vila Socialista. A gente discutiu e acabou a assembleia aprovando por grande maioria Vila Socialista. Então teve o confronto, o despejo [...] nesse confronto agente perdeu a mão. (Manoel Boni, ex-vereador de Diadema e liderança do movimento de moradia, entrevistado por Simone Scifoni, 2011).

A Vila Socialista foi a terceira ocupação de terrenos vazios em Diadema, apenas no ano de 1990. Em um terreno situado no Jardim Inamar, periferia do Diadema, se instalaram duas mil famílias de trabalhadores desempregados e aqueles que recebiam apenas um salário-mínimo de remuneração. Foram 78 dias de negociação com o poder

público sem qualquer solução, até que a decisão pela remoção forçada foi tomada pelo governo e os moradores resolveram resistir. O desfecho foi trágico com a ação violenta da polícia e da cavalaria, uso de bombas o que levou a mortes, muitos feridos e presos.

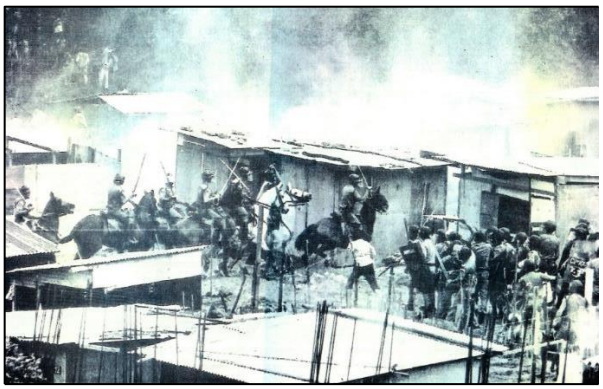


Imagem 49: da remoção da Vila Socialista, em dezembro de 1990. Fonte: cartaz do movimento de moradia.

Imagem 50: Conjunto do CDH Vila Socialista, bairro de Vila Nova Conceição. Foto: S. Scifoni, 2012.

Depois da remoção, muitas famílias ficaram abrigadas em duas escolas públicas do bairro, vivendo ali precariamente até a construção de alojamentos provisórios pelo CDHU. Mais de dois anos depois, as famílias receberam as chaves dos apartamentos em prédios construídos em outro bairro. O novo conjunto foi chamado de Vila Socialista.

Ao lado do conjunto do CDHU, a Associação Oeste, ligada ao movimento de moradia e dirigida por Manoel Boni, adquiriu terreno em 1996 para a realização de loteamento popular viabilizado pelo pioneirismo da instituição na legislação urbanística de Diadema, das Áreas de Especial Interesse Social, precursoras das atuais ZEIS (Zonas de Especial Interesse Social). São mais de mil famílias que construíram suas casas em sistema de autoajuda e com financiamento via associação, em um bairro que chama atenção pelos nomes das ruas, que foram decisão tirada em assembleia: Rua dos Proletários, Rua do Socialismo Científico, Rua dos Sindicalistas, Rua da Conquista Popular, Rua da Resistência, entre outros mais.

Outro lugar que apresenta experiência pioneira é o Conjunto Habitacional Gazuza, primeira iniciativa de conjunto vertical em sistema de mutirão em São Paulo. Mas a história do lugar é marcada por contradições no interior da própria classe trabalhadora, opondo trabalhadores pobres contra seus iguais. Em 1989, o movimento de moradia ocupou parte de um terreno, em um lugar chamado Buraco do Gazuza, bairro da Casa Grande, próximo à divisa com São Bernardo do Campo.

> [...] perto do Gazuza tinha uma área, uma favela que tava no desmoronamento com a chuva. Então os trabalhadores chamaram a gente pra ir lá, que já tinha ido atrás da prefeitura que não tinha resolvido. Nós fomos lá, uma reunião bem grande, uma mulherada, o povo, e uma das mulheres falou que tinha uma área plana próximo. Então, se tem uma área plana, vamos resolver o problema dessa moradia. No final de semana seguinte a gente ficou sabendo bem a notícia que tavam ocupando uma área. Quando a gente foi ver não era área plana nada, era o Gazuza. (Manoel Boni, ex-vereador de Diadema e liderança do movimento de moradia, entrevistado por Simone Scifoni, 2011).

No entanto o terreno já era objeto de desapropriação, por parte da Prefeitura de Diadema, com o objetivo de construção de um projeto de habitação social, que seria realizado em parceria com a Associação de Construção Comunitária de Diadema (ACCD). A ocupação antecipada desencadeou um conflito que envolveu a prefeitura e os dois segmentos do movimento de moradia em oposição, um contra o outro. O enfrentamento se intensificou quando a prefeitura executou a reintegração de posse utilizando-se da tropa de choque, soldados e policiais, o que resultou na prisão de vereadores, entre eles, Manoel Boni, acusados pela prefeitura de incitarem a ocupação. Ao final, as negociações resultaram em divisão do terreno, ficando os ocupantes em parte dele, e o restante destinado ao projeto com a associação. Assim, foram construídas mais de cem casas sobrepostas e seis blocos de apartamentos, com apoio de duas assessorias técnicas, como parte do projeto inicial com a associação.[76]

A importância do projeto como a primeira iniciativa de construção vertical por meio de sistema de mutirão, levou o conjunto a ser incluído no Plano Diretor de Diadema, como Bem de Interesse Histórico e Cultural, situação equivalente ao seu reconhecimento como patrimônio cultural.

Outra importante experiência de luta por moradia se apresenta em Santo André, fruto de movimento de ocupação de imóveis vazios. Trata-se de um empreendimento que foi planejado para venda às classes médias, chamado Centreville. Começou a ser construído em 1978, mas com a falência da empresa as casas permaneceram semiacabadas e o empreendimento foi abandonado. Em 1982, foi ocupado por cerca de 600 famílias de trabalhadores das indústrias da região. A ocupação foi uma forma de alternativa ao aluguel, em um momento de salários rebaixados, inflação em alta e muitos trabalhadores desempregados. A ocupação foi organizada a partir de diversas reuniões que foram realizadas, sempre chamadas pela Rádio Peão nas fábricas[77].

[76] USINA Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado e Teto Assessoria.

[77] A Rádio Peão é o nome dado a uma importante ferramenta prática para organização dos trabalhadores no interior das fábricas, que se dá através da propagação boca-a-boca de notícias muitas vezes sigilosas. Ela foi instrumento essencial na mobilização do operariado durante o

> O que me marcava mais nestas reuniões era a emoção de ver todo aquele pessoal precisando de um teto decente pra morar e ter que tá pagando aluguel, ter que estar se virando em favelas. Então você no contato com essas pessoas…até hoje me arrepio todo quando falo. Essa emoção, aquela empolgação, te arrepiava todinho. Fora de série. (Entrevista de Dimar Carlos Rosa, um dos ocupantes do Centreville. MEDICI, 1992, p. 66.).

A história dessa ocupação evidencia, também, um protagonismo das mulheres na luta por moradia, já que coube a elas o papel essencial de sustentar cotidianamente a ocupação frente às ameaças de reintegração de posse.

> Cada um ia trazendo mais coisas: uma mesa, uma cadeira. A mulher teve um papel fundamental nas duas ocupações. Porque tinha o problema do marido sair para trabalhar. Como é que ficava? O marido tinha que sair para trabalhar. Ou então ficar de ronda. Havia revezamento: uns homens ficava a noite inteira, uns durante o dia. Mas a grande maioria tinha que trabalhar. Então foram as mulheres que seguraram mesmo essa peteca. Elas iam pra rua, tomavam conta das crianças. Se a política vinha, botavam a polícia pra correr. Então, foram as mulheres e as crianças que tocaram essa luta pra frente. Era diferente a polícia enfrentar a mulher e enfrentar o homem. As mulheres estavam sempre de guarda. (Regina Macedo de Souza, entrevistada por Ademir Medici, 1990).

Outro lugar de memória que também representa o protagonismo das mulheres na mobilização e luta é a Vila Comunitária, em São Bernardo, nascida da experiência de organização dos Clubes de Mães, das associações de compras comunitárias, precursoras dos sacolões, da associação de moradores e da Pastoral do Migrante (SANTO ANDRÉ, 1990). A Vila Comunitária é mais um exemplo pioneiro de construção de moradias por autogestão, que nasceu em 1983, fruto da organização de moradores da favela Parque São Bernardo, no município de São Bernardo do Campo. Em 1980, era a maior favela da cidade e apresentava condições bastante precárias como esgoto a céu aberto, barracos de madeira e ruas de terra abertas nos morros da periferia de São Bernardo. Um primeiro momento de organização popular resultou em um mutirão para a melhoria da favela, que foi o estopim para que um objetivo maior se configurasse: “morar decente”, como definiu uma das entrevistadas de nossa pesquisa.

chamado ciclo de greves. É por meio dela que os trabalhadores de uma empresa ficam sabendo de iniciativas como demissão em massa, cortes de salário ou benefícios ou também episódios de assédio e perseguição à trabalhadores.

Imagem 51: Favela Parque São Bernardo, anos 1980, município de São Bernardo do Campo. Fonte: Projeto Mutirão, Fundação Pró-Memória, 1984. Imagens cedidas por João Lorandi Demarchi.

Imagem 52: Organização do sacolão pela associação de compras comunitárias, município de São Bernardo do Campo. Fonte: Projeto Mutirão, Fundação Pró-Memória, 1984. Imagens cedidas por João Lorandi Demarchi.

Inácio Deodato Guimarães (entrevistado por S. Scifoni, 2011), um dos mutirantes e presidente da Associação Vila Comunitária, em 2011, lembra que todo final de semana havia assembleia para tomada de decisões, já que prevalecia o caráter coletivo da obra. Ele destaca o almoço coletivo que acontecia e no qual compartilhava-se os alimentos, já que nem todos os mutirantes dispunham de comida suficiente. Enfatiza também o papel decisivo do movimento de mulheres na criação da creche e no cuidado com as crianças, além da distribuição do leite.

Mulher negra, de origem migrante, Maria Juraci Elias, aparece como uma referência importante de atuação no bairro de Parque São Bernardo, origem do movimento que levou a construção da Vila Comunitária. Em uma das mesas do 2º. Congresso de História, em São Bernardo do Campo, ela é destacada como uma liderança do movimento de bairro.

> Participou ativamente da luta pela conquista do sacolão, tendo sido a porta voz dos interesses da comunidade. O sacolão tinha como proposta a venda de alimentos mais saudáveis à preços ao alcance da população carente. Participou também da primeira campanha pelo leite mais barato para mães com crianças até 7 anos.

> Depois da 1ª greve no município, a comunidade se engajou nos movimentos e Juraci sempre incentivou a participação popular.
> Na sociedade amigos do Parque São Bernardo foi membro da diretoria por várias gestões, tendo sido representante das mulheres negras no Movimento pelas Diretas Já, numa caravana para Brasília. (2º. CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REGIÃO DO ABC, 2009 [1992], p. 305.)

A Vila Comunitária de São Bernardo, como experiência pioneira, envolveu a participação do arquiteto uruguaio, Leonardo Pessina, exilado político que trouxe para o Brasil a novidade uruguaia de "Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua", também levada para outros países da América Latina, como Paraguai e Bolívia. O terreno, de propriedade da Diocese de Santo André, foi adquirido a preços mais baixos e financiado em parcelas compatíveis à renda dos associados, em função da mediação feita pelo Bispo Dom Cláudio Hummes, o mesmo que apoiou os movimentos grevistas do ABC. No terreno foram construídas 50 casas, entregues no ano de 1987, por meio de sorteio.

Se alguns lugares trazem o tema do protagonismo feminino na luta, outros representam a memória dos grupos negros nas lutas por moradia, como é o caso da Vila Palmares, em Santo André. O bairro testemunha uma experiência importante de organização popular, da população negra e de trabalhadores de indústrias da região, com apoio e atuação de padres progressistas da Igreja Católica. Ali se constituiu o Movimento em Defesa dos Favelas (MDF), em fins de 1970, a partir da mobilização dos moradores da primeira favela da cidade, denominada Quilombo dos Palmares, situada em terreno particular. Diante das ameaças de despejo, os moradores se organizaram, criando uma sociedade civil, que negociou a compra do terreno e participou ativamente, depois, no projeto de intervenção e implantação de infraestrutura em parceria com a prefeitura.

> O lote tinha que ser 20 metros por 25 metros e não tínhamos terreno para isso. Conseguimos com estudantes, engenheiros amigos e com o pessoal da UNE (União Nacional dos Estudantes) fazer uma maquete das construções para que a prefeitura permitisse que os lotes fossem de 5 metros por 20 metros, para que acomodassem todas as pessoas lá. Era uma luta atrás da outra. (Padre Rubens Chasseraux, em entrevista para Sarah O. Fernandes, 2014).

Todos esses lugares evidenciam experiências produzidas na relação indissociável entre luta no trabalho e luta na cidade, mobilizações que envolvem um mesmo sujeito, a classe operária, e estratégias que se alimentam reciprocamente.

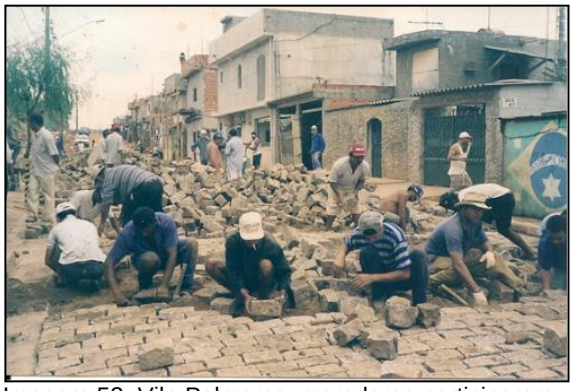


Imagem 53: Vila Palmares, moradores participaram da reurbanização. Fonte: Fernandes, 2014.

Imagem 54: Rua do Centreville. Foto: S. Scifoni, 2012.

Imagem 55: Vila Comunitária. Foto: S. Scifoni, 2012.

Imagem 56: Placa de rua na Vila Nova Conceição. Foto: S. Scifoni, 2012.

Imagem 57: Conjunto Habitacional do Gazuza. Foto: S. Scifoni, 2012.

Por fim, **o quinto momento**, denominado de novas experiências fabris, diz respeito ao contexto dos anos 1990, de reestruturação produtiva e de crise econômica que atingiu a região de maneira intensa e deu lugar a uma alternativa única e pioneira de produção industrial que tem na sua centralidade o próprio trabalhador. Assim, um único lugar, em Diadema, testemunha a memória da organização dos trabalhadores que

resultou em recuperação da empresa, pós crise e concordata, e a sua gestão por meio coletivo dos próprios operários.

Esse lugar é a antiga sede a Conforja, uma empresa que está, desde 1968, em Diadema. Ela foi criada, em 1954, na cidade de São Paulo e mudou-se em função da necessidade de ampliação da produção de conexões de aço forjado e tubulações industriais, conforme pesquisa de Oda (2001). Nos anos 1970, com contratos garantidos de fornecimento da produção para a Petrobrás, viveu seu momento de auge e grande crescimento, chegando a ter mais de 500 operários, conforme o autor. No final dos anos 1980, a crise econômica e a redução dos investimentos públicos e privados impactaram a empresa. Com dívidas enormes, atraso de salários e de pagamento de fornecedores, a partir de 1994, iniciou-se um processo de reestruturação da empresa, com a implantação de um projeto de cogestão com os trabalhadores, cujos mediadores foram a Comissão de Fábrica e o Sindicato dos Metalúrgicos.

Assim, em 1995 formou-se uma associação de trabalhadores (ASSECON) que passou a configurar no quadro de acionistas da empresa, tendo acesso aos detalhes da produção e venda da empresa: fornecedores, compradores, composição de preços, custos, entre outros. Foi um momento de aprendizagem para os trabalhadores em relação à gestão da empresa, o que levou a associação a propor uma nova experiência: a criação de uma cooperativa que assumisse o controle efetivo da Conforja sem a interferência dos proprietários ou da diretoria. A experiência baseou-se no arrendamento de instalações e máquinas, o que levou a formação de várias cooperativas de trabalhadores, que se unificaram na atual Uniforja, Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia.

> O mercado, o capitalista, não vê a cooperativa como saída, mas nós, para os trabalhadores sim. [...] Nós não tínhamos nada e hoje, pelo menos, na minha avaliação, é de ver que o pessoal está tendo um pequeno retorno. Hoje começamos aí com um trabalho de pelo menos receber 60% do nosso ordenado, que seria a base de nosso salário, que hoje se transformou em retirada. (José Albano, cooperado, entrevista de 1999. Memória TVT, 2014)

> A mercado vai colocando para eles que, enquanto empreendimento de natureza social, se eles não se juntarem, eles não têm possibilidade de sobrevivência. Então, acho que há essas contradições expostas em todo o processo. Então, nessa medida, a nossa aposta é que a gente consiga, com eles, produzir uma **nova cultura, mais solidária, mais cooperativa**. Essa é a nossa aposta, sem perder de vista que eles têm um empreendimento, que tem que ser viável, porque se eles não conseguirem uma viabilidade econômico-financeira, também a cooperativa e a autogestão não se viabilizam, porque solidariedade e cooperação não se fazem no vazio. Ou acontece de fato ou não acontece.

(Marilena Nakano, Anteag[78], entrevista de 1999. Memória TVT, 2014. **Grifo nosso**.)

No Brasil, exemplos de fábricas recuperadas pelos trabalhadores ainda são muito raros e a Uniforja se destaca por ser considerada a mais importante referência de cooperativismo no setor, uma vez que ela é hoje a maior fabricante de anéis/flanges/conexões de aço forjado de toda a América do Sul. Trata-se de uma experiência no interior da classe operária que vem reforçar os valores de solidariedade, de organização e mobilização. Isso se dá em uma sociedade na qual a competitividade e o individualismo são regra e que "Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar". (SANTOS, 2000, p.46).

Imagem 58: Uniforja. Foto: S. Scifoni, 2020.

Os valores, de solidariedade, de organização e mobilização dão sentido aos vinte e oito lugares de memória identificados. O olhar sobre esses lugares, a partir de sua organização em *momentos* que constituem o movimento do cotidiano na história, permite refazer, assim, um percurso sobre a constituição das cidades do ABC. Trata-se de uma visada feita a partir de experiências compartilhadas de luta e insurgências aos processos hegemônicos. Nesse sentido, constituem a perspectiva de uma geografia a contrapelo e de uma *história vista de baixo*, ou seja, aquela que se ocupa das experiências que buscam a mudança social (BURKE, 2011).

O que é possível falar sobre esses eles?

[78] Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão - ANTEAG. Foi criada no ano de 1994 com os objetivos de representar e assessorar as empresas industriais de autogestão que estavam se formando na época e, também, para impulsionar a formação de novas.

Do ponto de vista da forma, são lugares comuns da cidade, um conjunto de casinhas populares, uma rua ou um largo, a igreja, o sindicato, o estádio e uma fábrica. Nenhuma excepcionalidade, nenhum valor monumental do ponto de vista arquitetônico e urbanístico. Porém são, em sua forma e conteúdo, referenciais para a vida cotidiana. Do ponto de vista dos conteúdos, são, ainda, documentos da história da cidade, a partir dos quais se pode construir uma narrativa sobre a sua constituição.

São frágeis, correm o risco constante de desaparecimento frente à lógica da urbanização contemporânea, voltada à homogeneização dos espaços e a segregação socioespacial. Essa urbanização que destrói os apoios da memória coletiva, sufoca a lembrança pelo desaparecimento dos seus suportes materiais, transforma bairros inteiros obrigando antigos moradores a migração dentro da cidade, sempre em direção às periferias mais distantes, levando a um constante desenraizamento.

Em um cenário urbano-metropolitano de grandes transformações no mundo do trabalho, das paisagens e do cotidiano, esses lugares da memória operária são *espaços residuais*, nos quais "[...] de alguma forma permanece retida a história inteira, vivida e experimentada com sua riqueza e pobreza, com seus impasses e contradições, porque eles são acumulação de tempos sociais e históricos." (SEABRA, 2004, p. 185/186).

Correm risco de desaparecimento, pois são anti-monumentos na cidade que não têm função celebrativa e nem o poder simbólico para impor uma visão da história. São lugares do vivido e da experiência de luta, invisíveis para as políticas de preservação do patrimônio cultural, apesar de serem *rugosidades*, testemunhos do passado, de um momento do mundo carregado de conflitos e contradições (SANTOS, 1978)

Entretanto, esses os lugares sustentam a memória, como afirma Bosi (2010), permitindo que, a partir deles, se possa realizar um *trabalho de memória*. Eles têm, assim, um importante papel pedagógico na leitura sobre a cidade.

Eles possibilitam trabalhar a história da cidade evidenciando aquilo que escapa ou se insurge contra os processos hegemônicos, aquilo que resiste contra a imposição do controle social e a opressão no trabalho. São memórias que é preciso fazer aflorar à superfície para mostrar outras possibilidades de construção do urbano.

No contexto das mudanças no mundo do trabalho, da fragmentação da classe trabalhadora que opõe setores qualificados e os precarizados, os lugares de memória operária possibilitam "soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diferentes segmentos que compreendem o mundo do trabalho" (ANTUNES, 2001, p. 24). A memória coletiva coloca-se como um instrumento fundamental, cimento

indispensável à sobrevivência das sociedades e elemento de coesão que garante a permanência e a elaboração de um futuro (SANTOS, 2002).

# 5. SÍNTESES FINAIS

# 5. Sínteses finais

A cidade é resultado de uma acumulação desigual de tempos, como definiu Milton Santos (1978).

A desigualdade vem do fato de que se há algo que permanece e resulta em tempos fixados no espaço, há também, o oposto, apagamentos como produto de destruição e substituição e que produzem silenciamentos sobre determinados passados. O espaço urbano é como um livro aberto no qual, a cada instante, é dito aos que estão nele: onde estão, quem são e quem são os outros, como afirma Carlos Nelson dos Santos (1986). Entretanto, como a acumulação de tempos é desigual, no livro aberto que é a cidade, a destruição de vestígios e de lugares implica em ausências e silenciamentos sobre os quais é preciso tratar.

As permanências no espaço da cidade são marcas-testemunhos de momentos históricos passados que se cristalizaram como formas-objeto ou rugosidades, como definiu Milton Santos. Por meio delas, é possível compreender combinações particulares de trabalho, vida cotidiana, técnica, capital e poder político; são diferentes temporalidades e momentos do mundo. São a exceção na lógica de produção e reprodução do espaço urbano que continuamente realiza seu oposto: destruição, apagamentos e substituições no espaço da cidade. No movimento da produção e reprodução do espaço na cidade contemporânea a regra é o “bota-abaixo” e a substituição, sob o comando da busca do lucro e da valorização do capital. Vive-se uma dinâmica urbana tensionada pelo poder econômico do mercado imobiliário que impõe essa lógica da cidade como negócio (CARLOS; VOLOCHKO: ALVAREZ, 2015).

Resulta disso a eliminação de testemunhos, marcas fundamentais da história e do cotidiano das classes populares e trabalhadoras das cidades, pois esses vestígios ficam à margem do interesse das políticas de preservação, revelando que não há possibilidades para esse tema dentro do mundo do patrimônio cultural.

Antigos cinemas, campos de futebol de várzea, clubes e espaços de lazer popular, exemplares do morar das classes populares e, grande parte da herança industrial, entram no circuito da destruição e substituição pelo novo. O boom imobiliário, nestas últimas décadas, tem passado o trator em bairros antigos de construções mais modestas, transformando-os em novas fronteiras econômicas e espaciais. O mesmo pode ser dito em relação às intervenções do poder público em projetos ditos de renovação urbana, que tomam bairros antigos como obstáculos a remover visando a

modernização e os fluxos da cidade. Como lembra Carlos Nelson dos Santos (1986), renovar não é por tudo abaixo, nem implantar uma política de terra arrasada, deslocando pessoas, cujo crime é ocupar lugares tornados bons demais para elas. Essa dita renovação, resultado dessas intervenções urbanísticas, carrega em si destruições em múltiplas dimensões, física, simbólica, social e cultural.

Com a reestruturação urbano-industrial desde os anos 1970, antigos bairros foram transformados em novas paisagens do poder, como chamou Zukin (2000). Cada vez mais similares e globalizadas, essas paisagens do poder são compostas por edifícios corporativos, condomínios residenciais, lojas de grife e shopping centers. A partir dos anos 1980, poucos vestígios desse passado industrial foram mantidos pelas políticas de preservação. E, mesmo assim, enfrentando muitos obstáculos políticos, fruto da pressão dos interesses imobiliários. Foram tentativas de preservação que se deram de forma fragmentada e pontual, tombando algum exemplar aqui, outro ali, muito excepcionalmente. Antigos e importantes espaços fabris completos e complexos transformaram-se em um remanescente pontual que mal explica esse momento decisivo da história da cidade: a industrialização. Nos anos 2000 em diante, as condições para a preservação ficaram mais críticas com as políticas de ajuste do patrimônio, que fragilizaram cada vez mais, as possibilidades de permanência dessas *rugosidades,* termo criado por SANTOS (1978). Destombamentos e arquivamentos de pedidos de preservação estão ligados a um fatoreconhecido por Zukin (2017, p. 27), de que "[...] a preservação do patrimônio cultural enfrenta obstáculos políticos resultantes do interesse econômico".

É nessa perspectiva que o mundo fabril e operário foi desaparecendo como experiência histórica e social de cidades que foram tradicionalmente espaços industriais.

Em consequência, o tema da memória e do patrimônio operário deveria se ser central nas políticas públicas, mas, ao contrário, silencia-se sobre esse passado. Segundo Trouillot[79] (2016), o silenciamento pode ser produzido de duas formas: a partir da rasura ou da trivialização. A rasura ocorre quando se declara que certo passado é irrelevante, cancelando o ocorrido. Na trivialização, o silenciamento é produzido quando se retira do acontecimento o sentido político que é a sua essência, banalizando o ocorrido. Ambas as estratégias de silenciamento ocorrem em relação à experiência

[79] Troillot discutiu o silenciamento do passado colocando em evidência o poder existente na produção da História. Seu objetivo foi o de problematizar as razões pelas quais a historiografia, incluindo até mesmo as correntes de esquerda marxistas, trataram a Revolução Haitiana como um não-evento e a rasura e trivialização são categorias de silenciamento derivadas dessa discussão. Aqui toma-se emprestadas tais categorias para refletir sobre os mecanismos a partir dos quais são produzidos silenciamentos no campo do patrimônio e da memorialização oficial.

operária: de um lado, a rasura como resultado da produção da invisibilidade do grupo social; de outro, a trivialização, quando as narrativas do patrimônio industrial silenciam sobre as lutas e mobilizações que se produzem contra as formas de exploração e opressão social.

Difícil, assim, concordar com Abreu (2011), quando o autor se refere à tendência de valorização do passado nas cidades brasileiras, por um cotidiano “invadido por projetos de restauração e preservação dos vestígios do passado”. Uma generalização que dissimula desigualdades, contradições. Trata-se de um olhar sob a perspectiva internacional, a dos países do centro do capitalismo mundial, ou seja, a partir de realidades econômicas muito distintas da brasileira e dos países da América Latina. O que Hatuka (2017) afirma como a mudança na relação memória-território, produto da sociedade ocidental contemporânea, não chegou ainda aos países da periferia do capitalismo como uma tendência consolidada, a não ser como exceção.

No lugar onde se vê excesso de memória e de patrimônio, é necessário enxergar, antes, desigualdade e contradições. Como processos incompletos e contraditórios exibem outra faceta igualmente presente. Incêndios em museus, perdas recorrentes de patrimônio, desregulamentação de legislação, entre outros exemplos, evidenciam o outro lado. Há, também, a presença e visibilidade de certos passados e memórias, convivendo lado a lado com as ausências e a produção do apagamento de outros. Portanto, há desigualdades no campo do patrimônio que merecem ser colocadas em evidência, ao contrário de serem encobertas sob um olhar colonizado pela bibliografia internacional e que generaliza processos, excluindo possibilidades de pensar partes do mundo.

Ao tratar da chamada era da cultura na Argentina, Sarlo (2014) comenta que saindo de Buenos Aires rumo ao sul, atravessa-se antigas regiões industriais que se tornaram paisagens de ruínas, sucatas formadas por galpões de fábricas fechadas. Diante disso, era possível dizer: “Amanhã serão centros culturais”. Entretanto, isso não aconteceu porque, para a autora, “[...] naturalmente a grande Buenos Aires é uma região situada na Argentina e não na Catalunha”. (SARLO, 2014, p. 195). Ironia da autora que coloca a necessidade de distinguir as especificidades existentes, mesmo em contexto de mundialização.

Dessa forma, aquilo que Jameson (1997) identificou como um novo momento do capitalismo tardio, caracterizado pelo papel dominante da cultura, ou seja, de uma norma cultural hegemônica, não se generaliza e se completa nos países da periferia do

capitalismo. Nestes termos, sob a perspectiva do patrimônio e da memória, vive-se uma experiência que se situa mais no avesso da lógica cultural do capitalismo tardio, no qual as contradições da ausência/presença explicam mais do que excesso e obsessão.

Patrimônio e memória compõem, assim, temas a partir dos quais é possível refletir sobre a cidade, sobre os usos sociais e sobre a produção do espaço urbano. A partir deles, é possível questionar o que permanece, o que se apaga e os significados atrelados a esses processos.

## A memória importa à análise do espaço

Todo acontecimento vivido tem uma dimensão que é espacial, ele se vincula a sua realidade concreta, o lugar. Não se trata apenas do substrato físico, mas do fato de que ele integra a experiência corpórea vivida. Ele compõe, assim, a dimensão do sensível e das práticas sociais. Dessa forma, não é possível separar o acontecimento do lugar onde ele se dá. O espaço inscreve-se na memória.

No estudo sobre memória coletiva, Pollak (1992) identifica três elementos constitutivos e interligados: acontecimentos, pessoas e lugares. Os acontecimentos podem ser aqueles vividos pessoalmente ou, também, os vividos por tabela, conforme chamou o autor. Nesse caso, trata-se de acontecimentos que fazem parte da experiência do grupo social ao qual a pessoa se sente pertencer, o que leva à projeção ou identificação com eles, mesmo sem ter participado diretamente. Com os lugares ocorre o mesmo, eles sustentam a lembrança de acontecimentos vividos diretamente e podem apoiar também a memória daqueles que foram vividos por tabela, ou a memória herdada, nos termos do autor.

O lugar é suporte físico do lembrar, das memórias coletivas que sustentam as identidades dos grupos sociais. Nele se enraíza, na medida em que, pelo espaço, é possível compreender nossa posição no mundo e na relação com os outros. O enraizamento é, segundo Weil (1996), a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana, uma das mais difíceis de definir. Vem da participação ativa, real e natural na existência de uma coletividade. Vem, também, dos vínculos construídos com os lugares, que vão se inscrevendo no tempo, tornando-se passado e memória.

> De todas as necessidades da alma humana não há outra mais vital que o passado. O amor pelo passado não tem nada a ver com uma orientação política reacionária. Como todas as atividades humanas, a revolução extrai toda a seiva de uma tradição. Marx o sentiu tão bem que fez

> questão de buscar a origem da tradição nas mais longínquas idades fazendo da luta de classes o único princípio de explicação histórica. (WEIL, 1996, p.418)

Dentre os espaços que compõem a memória, Eclea Bosi (2015) evidencia o papel da casa como centro geométrico do mundo dos indivíduos. A casa está sempre presente nos relatos autobiográficos devido a esse papel central: ela, a rua, e a paisagem que a rodeia são espaços penetrados, desde a infância, por afetos e pelas aventuras do brincar, marcando as relações mais profundas entre o vivido lembrado e o espaço. É assim que as lembranças vão se apoiando nas pedras da cidade, diz a autora.

No entanto, a lógica da produção do espaço e a dinâmica urbana contemporânea forçam constantes deslocamentos de grupos sociais pela cidade, em razão de projetos de intervenção urbana que desapropriam e expulsam antigos moradores, ou em consequência da valorização espacial que torna inviável a permanência das pessoas nos bairros onde viveram uma vida inteira. Essa opressão do econômico causa espoliação das lembranças, ela destrói os apoios físicos da memória e resulta, ainda, em desenraizamento. Aquele que migra constantemente pela cidade, expulso pela opressão do econômico, desenraiza pela impossibilidade de sentir-se mais como parte da coletividade e do lugar. O desenraizamento causa sofrimento pela perda dos lugares que apoiam as lembranças ou pela destruição de referências que balizam o vivido. Para Weil (1996), ele é a mais perigosa doença das sociedades humanas, pois guarda relação com a perda desse passado de experiências compartilhadas que constituem a essência do ser.

A destruição desses apoios das lembranças, verdadeiros muros de arrimo da memória, faz morrer, também, algo de nós, rompe nossas raízes. Entretanto, há uma contradição colocada nesse horizonte de destruição. Por mais que ela apague os traços, destrua os suportes, a memória pode reestabelecer os vínculos com a experiência vivida, afirma Eclea Bosi (2015). Para a autora, a rebeldia da memória repõe e reconstrói os laços e os apoios, na contramão das tendências hegemônicas de apagamento. Por meio da memória é possível resistir.

É nesta perspectiva que podem ser interpretados os lugares de memória operária, como referências que sustentam o lembrar como ato de resistir. Esses lugares permitem um mergulho no cotidiano entendido em sua dimensão dupla e contraditória: miséria e grandeza; repetição e criação; ordinário e extraordinário; produto e obra. Termos opostos e combinados a partir dos quais Lefebvre (1991) qualifica o cotidiano.

Os lugares de memória operária são espaços a partir dos quais é possível mobilizar lembranças e resistir às tentativas de apagamento programadas pelo Estado e pelo capital. Os mais importantes lugares de memória são aqueles que carregam os conteúdos necessários às lembranças da grandeza do cotidiano. São eles que contêm como conteúdo o residual, o irredutível, aquilo que se insurge contra a opressão e exploração do trabalho, do capital, do poder político. Essa perspectiva de pesquisa relaciona-se com o que afirma Lefebvre (1991, p.84): “Ora, estamos engajados em mostrar o irredutível: conflitos, contestações que impedem o fechamento e causam rachaduras nas muralhas.”

Esses lugares de memória que mobilizam elementos da grandeza do cotidiano estão inscritos nas memórias subterrâneas, aquelas dos excluídos, marginalizados e minoritários, como definiu Pollak (1989). Segundo o autor, opondo-se à memória oficial, aquela que é organizadíssima pelo Estado, as memórias subterrâneas fazem o trabalho de subversão no silêncio, disputando o campo da memória. Elas são transmitidas dentro do contexto familiar, em associações e redes de sociabilidade afetiva ou política. São cuidadosamente guardadas e transmitidas às margens da sociedade globalizante, ainda segundo o autor.

Ao escolher essa perspectiva da memória para a presente pesquisa buscou-se fugir da representação muito comum, a de um passado industrial como nostalgia e saudosismo. Ao contrário, objetivou-se evidenciar os momentos de confrontos e lutas, um olhar sobre os lugares de memória compreendendo a dialética da vida cotidiana do trabalhador. Nesse sentido, para gerações que permaneceram uma vida inteira na fábrica — condição de trabalho hoje inexistente —, essa dialética se expressa no fato de que, muito embora o trabalhador reconheça ali opressão e exploração que o mobilizam para a luta, o trabalho também aparece, contraditoriamente, como a substância da vida, como definiu Eclea Bosi (2015). A relação com o trabalho é visceral, ele é uma necessidade para as classes que vivem dele. Para a classe operária, o trabalho mecânico e manual ocupou boa parte de seu cotidiano, marcado por movimentos do corpo que penetraram na vida psicológica e social do grupo. Para o trabalhador, significa inserção no sistema de relações sociais e econômicas, identificação com o coletivo. A fusão do trabalho com a própria substância da vida, diz Eclea Bosi (2015) aparece na memória dos seus entrevistados. Como o operário que afirma sonhar, às vezes, que está trabalhando na oficina porque trabalhou ali por 44 anos, desde sua infância, segundo a autora.

Deste modo, assim como o cotidiano é composto por momentos contraditórios, a sua memória, a do vivido, também é. Por isso, não há como falar em lugares de memória difícil, pois onde o trabalhador viu opressão, violência e exploração, que constituiu a memória da dominação, ele lembra, também, como espaços onde a insubordinação foi o alimento da luta, fundando a memória da rebeldia.

As escolhas desses lugares de memória são, assim, justificadas por um horizonte teórico-prático. Como diz Alfredo Bosi (2014, p. 35): “O passado ajuda a compor as aparências do presente, mas é o presente que escolhe na arca as roupas velhas ou novas”.

Dessa forma, rompe-se com a armadilha de cair na memória literal, aquela situada em si mesma, sem compromisso com transformação da realidade, aquela que serve ao culto e sacralização do passado, prestando-se a reforçar as alienações. A memória literal traz riscos, como o de justificar o injustificável. Quando o passado industrial é evocado a partir da história do capital e das fábricas, deixando de evidenciar a opressão e exploração do trabalho ou a colaboração dos empresários com o terrorismo de Estado na ditadura civil-militar, esse culto ao passado serve para justificar o injustificável.

Ao contrário, buscou-se na pesquisa, a escolha dos lugares de memória ligados à grandeza do cotidiano, para evidenciar a chamada memória exemplar, aquela que usa o passado para compreender e guiar o presente. A memória exemplar equivale ao bom uso da memória; enquanto a memória literal situa-se nos abusos da memória, conforme apresentou Todorov (2000). Memória literal e exemplar dizem respeito às formas de lembrar e de gerar resultados, nos diz esse autor.

O campo do patrimônio tem muito de memória literal e pouco ou quase nada de memória exemplar. Quando as políticas públicas sacralizam o patrimônio colonial como “a origem” do Brasil, temos a memória literal, com seus abusos, pois celebrar esse patrimônio é ocultar e dissimular o processo de violência e barbárie contido nele, justificando o injustificável. A memória literal é, assim, uma armadilha que nos prende a visão do passado a partir de seus mitos fundadores.

## O patrimônio como ato autorizado

Porque, apesar dos avanços teóricos e práticos, que se deram no campo do patrimônio cultural, desde os anos 1980, a desigualdade ainda é uma marca característica?

Parte-se do pressuposto de que a desigualdade no patrimônio persiste, pois ela compõe um conjunto de mecanismos simbólicos que são essenciais para a reprodução das relações sociais de produção. A desigualdade do patrimônio contribui para sustentar a ordem e a lógica do mundo social, hierarquizada e desigual, da sociedade capitalista. O patrimônio contribui porque ele comunica, falando tanto ao presente como às gerações futuras. Portanto, ele tem um efeito prático e um papel pedagógico que se vinculam à capacidade de, por meio dele, falar sobre algo e valorizar certos passados. A partir dele legitimam-se certas memórias e sujeitos sociais, ocultando, também a violência relacionada a eles, mas também formas de resistência a elas.

Sua capacidade de comunicar está atrelada ao fato de que ele é produto de atos do Estado, por meio dos quais se tem reconhecimento e que produz respeito à ordem simbólica do mundo (BOURDIEU, 2014). O Estado é, na dimensão simbólica como trabalha o autor, um princípio da ordem pública, que tem uma eficácia no controle e na dominação social, o que se dá por meio da crença de sua legitimidade e no consenso produzido sobre isso.

Nesse sentido, para o autor, atos de Estado são atos políticos, reconhecidos como legítimos porque ninguém questiona a possibilidade de fazer de outra maneira (BOURDIEU, 2014). São, portanto, atos autorizados, ou seja, dotados de autoridade simbólica que têm efeitos práticos sob a dominação das classes sociais. É a autoridade simbólica que cria o consenso, o reconhecimento da ordem simbólica, a partir da ideia do oficial, do público e do universal.

Patrimônio é, assim, resultado de atos autorizados, que criam um consenso sobre o que deve ser memória a ser compartilhada por todos, por meio de instrumentos como tombamento, registro entre outros. Igualmente os atos autorizados criam consensos em torno do que **não** deve ser patrimônio, naturalizando os discursos políticos que justificam arquivamentos de pedidos: “não tem valor arquitetônico”, “não é representativo”, “está descaracterizado”, não tem materialidade”, “só tem valor local”.

Para Bourdieu (2014), atos políticos têm a função de ordenar e regular o mundo social, o que se faz a partir da produção e da canonização das classificações sociais. A classificação codifica as pessoas por meio de sua posição no processo de produção, ou seja, na hierarquia social, regulando o mundo social e legitimando as desigualdades de classes.

O patrimônio como ato autorizado atribui valor e, assim, classifica e separa o que deve permanecer no tempo e o que pode ser esquecido ou destruído. A classificação que se faz, em nome de uma herança comum: hierarquiza o erudito como excepcional

e o popular como o banal, reproduzindo, assim, a classificação e hierarquia social que está na base da ordem do mundo. Reproduz assim, no nível do simbólico, a divisão do trabalho em classes sociais, garantindo a reprodução das relações sociais de produção no capitalismo.

O patrimônio escolhido pelo Estado constrói uma memória a ser valorizada e celebrada pelo princípio da autoridade simbólica e, com isso, canoniza a classificação social, ela se consolida como inquestionável. O patrimônio comunica, assim, essa ordem capitalista do mundo, mantendo e reproduzindo desigualdades sociais, justificando a desigualdade como ordem natural do mundo.

Por isso os patrimônios culturais das classes populares têm muita dificuldade em seu reconhecimento pelo Estado. São poucos, quase nenhum e incomodam muito, a ponto de serem rapidamente objeto de demolições, “requalificações” e “revitalizações”, que os excluem da paisagem ou eliminam o uso popular transformando-os em meras cascas, sem sentido ou significado original. Da demolição do tobogã no Estádio do Pacaembu ao novo Parque do Povo no Itaim Bibi, os patrimônios populares são eliminados.

O ato autorizado que corresponde ao tombamento ou arquivamento de pedidos compõe, assim, uma política do espaço que produz como horizonte a amnésia como perda de referências e de lugares vividos, como produção de estranhamentos (CARLOS, 2001).

O patrimônio como ato de Estado é, assim, um recurso simbólico que garante a reprodução das relações sociais de produção, como estratégia de classe para o controle e dominação social e como prática social que se tornou inconsciente (LEFEBVRE, 1973). Reconhecer esse papel na manutenção da ordem social é necessário para possibilitar, no sentido inverso, arrancar a tradição ao conformismo, como diz Benjamim (2011). Para isso é preciso distanciar-se criticamente e desconfiar desses bens culturais, compreendendo a barbárie e a exploração do trabalho contida neles e construindo uma nova pedagogia do patrimônio. Só assim é possível fazer explodir o *continuum* da história, como diz o autor, em que a sucessão de vitórias dos vencedores se reforça com a celebração de sua memória, por meio desses bens culturais. As centelhas de esperança, como diz o autor, estão situadas no caminho que busca, no passado, a memória das lutas das classes oprimidas.

O patrimônio como um ato autorizado decide o que permanece e o que será apagado, nesse último caso, silenciando o passado e a experiência dos grupos subalternos *no* e *com o* espaço. No horizonte está a produção de um espaço amnésico

(Carlos, 2001), como um apagamento social, porque o descartado é suporte físico de vivências coletivas e cotidianas, como expressões de diferentes momentos da reprodução da vida.

Permanecem e são valorizadas as grandes instituições que simbolizam o poder, em sua arquitetura excepcional e seus monumentos. Todo esforço de trabalho de identificação e proteção e os recursos econômicos são destinados à valorização e conservação, restauros e novos equipamentos de cultura elitizada. Assim, esse horizonte de produção do espaço amnésico tem um sentido e conteúdo social específicos: apagar determinados substratos físicos, aqueles ligados às classes oprimidas e exploradas e produzir apagamentos, acontecimentos sem rastros.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

# Referências bibliográficas


ABREU, Mauricio. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, Maria Encarnação B. *A reprodução do espaço urbano*. São Paulo: Contexto, 2011. p.19-39.

AB'SABER, A. N. *Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1977. 26p. (Série Geografia e Planejamento nº 30).

_____. *Os domínios da natureza no Brasil*. Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*. Edição fac-similar – 50 anos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ALVAREZ, Isabel Aparecida P. *A reprodução da metrópole: o Eixo Tamanduatehy*. Tese (Doutorado) – Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Neil Smith: o pensamento teórico como instrumento de transformação do mundo. In: SERPA, Angelo; CARLOS, Ana Fani A. *Geografia urbana. Desafios teóricos contemporâneos.* Salvador: EDUFBA, 2018. P.471-485.

ALVES, Glória. A requalificação do centro de São Paulo. **Revista Estudos Avançados**, no 71, p.109-118, 2011.

ALVES, Alexandre. Os imigrantes do Núcleo Colonial de São Bernardo e a constituição do subúrbio paulistano (1877-1902). In: IOKOI, Z.M.G. *Diadema nasceu no grande ABC: História Retrospectiva da Cidade Vermelha.* São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2001. p.53-75.

ALVES, Rubem. *Sobre o tempo e a eternidade*. Campinas: Papirus, 1995.

ALCÂNTARA, Maurício F. *"Hipsterização" do centro de São Paulo: consumo, trabalho e produção da cidade*. Dissertação (Mestrado) – Antropologia Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.

ANDRADE, Mario de. Anteprojeto para criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº. 30, p.271-287, 2002

ANDRADE, *Rodrigo Melo Franco de. Rodrigo e o Sphan*. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória/Ministério da Cultura, 1987.

ANELLI, Renato L.S.; SEIXAS, Alexandre R. O peso das decisões: o impacto das redes de infraestrutura no tecido urbano. In: ARTIGAS, Rosa; MELLO, Joana; CASTRO, Ana Claudia (orgs). *Caminhos do elevado. Memória e projetos*. São Paulo: Sempla (Secretaria Municipal de Planejamento)/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p.59-73.

ANTONINI, A. V.; NITO, M.K.S.; NEVES, M. C. Construindo uma rede de educação patrimonial: a experiência da Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep). **Revista CPC**, São Paulo, vol.14, n.17esp, p. 233-254, 2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cpc/issue/view/11073. Acesso: 10 ago 2021. http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27esppp233-254

ARANTES, Antonio A. *Parecer*, 1984. Processo nº 22.831/1983 referente tombamento da Casa Modernista. São Paulo: Condephaat, 1983.

_____. Apresentação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº. 32, p.5-11, 2005.

ANTUNES, Ricardo Luiz C. *As formas da greve (o confronto operário no ABC paulista: 1979/80)*. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986.

_____. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.* São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. L.C. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p.15-26.

ARTIGAS, Rosa; MELLO, Joana; CASTRO, Ana Claudia (orgs.). *Caminhos do elevado: memória e projetos.* São Paulo: Secretaria Municipal de Planejamento/Departamento de Estatística e Produção de Informação/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

ASSUNÇÃO, Eduardo Luiz de L. *Minhocão e arredores: construção, degradação e resiliência (1970-2016).* Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). *A cidade do pensamento único*. Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. P.11-74.

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009.

BALTRUSIS, Nelson; MOURAD, Laila N. Diadema. In: ROLNIK, R. (org). *Regulação urbanística e exclusão territorial*. São Paulo: Pólis, 1999. p.43-56.

BARTALINI, Vladimir. *Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BAUDRILLARD, J. *O sistema dos objetos*. Tradução Zulmira R. Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BEAUD, Sthéphane; PIALOUX, Michel. *Retorno à condição operária*. Investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo: Boitempo, 2009.

BENJAMIM, W. *Magia e técnica, arte e política*: *ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BENSAID, D. *Os irredutíveis*. Teoremas da resistência para o tempo presente. Tradução: Wanda C. Brant. São Paulo: Boitempo, 2008. 1ª.ed.

BERNARDO, Marcia H. *Trabalho duro, discurso flexível*. Uma análise das contradições do Toyotismo a partir da vida de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BIONDO, F. *Desafios da Educação no Campo do Patrimônio Cultural: Casas do Patrimônio e Redes de Ações Educativas*. Dissertação (Mestrado). Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural - Iphan, Rio de Janeiro, 2015.

BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília: Iphan, 2012.

BORTOTO, Regina C.S.; BEZERRA, Maria Helena B. Fábrica de Cimento Portland Perus: articulação pedagógica entre movimentos populares e escolas no bairro de Perus. **Revista CPC**, São Paulo, n.27 especial, p.185-210, jan./jul. 2019, p. 185-210.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOSI, Eclea. *O tempo vivo da memória*. Ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *Lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOSI, Vera. Núcleos históricos: recuperação e revitalização, a experiência de Olinda. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, no 21, p. 134-146, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Sobre o estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2001.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

CAFU, Carlos Augusto César. Plantamos regionalidade, mas não sabemos colher. In; LIMA, Daniel (org). *Nosso século XXI*. Santo André: Ed. Livre Mercado, 2008.Vol.272-78

CALDEIRA, T.P.R. *Cidade de muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed.34/Edusp, 2000.

CAMARGO, Nádia Aparecida Lopes de. *A geografia das lutas metalúrgicas do ABC na virada dos anos 70 do século XX.* Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004.

CAMPOS, Eudes. Vila Economizadora. INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, 4 (19), jul/ago.2008, Disponível em: http://www.arquivohistorico.sp.gov.br. Acessado em 20 jul 2020

CANCLINI, Nestor G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, no 23, p. 95-115, 1994.

CANCLINI, Nestor G. *A sociedade sem relato*. Antropologia e estética da iminência. São Paulo: Edusp, 2012.

CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Espaço tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani A.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel P. (orgs). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.

CARSALADE, Flávio de Lemos. *A pedra e o tempo.* Arquitetura como patrimônio cultural. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

CARVALHO, E.S.S.; RAMOS JUNIOR, V.; MOUJÁN, I.F. (orgs). *Pedagogias de(s)coloniais*. Goiânia: Elson Silva Carvalho, 2020.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Dossiê Educação Patrimonial** nº. 3, Iphan, jan/fev. 2006.

CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural*. O direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência.Homero Santiago (org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CLARO, M. Recuperação e restauro da Capela do Cristo Operário: uma obrigação. **Vitruvius, My City** 012.03, julho, 2001. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/01.012/2084.> Acesso em 04/03/2013.

CONCEIÇÃO, Jeferson J. da. *Quando o apito da fábrica silencia*. Sindicatos, empresas e poder público diante do fechamento de indústrias e da eliminação de empregos na região do Grande ABC. São Bernardo: MP Editora, 2008.

CORDEIRO, Helena K. A “cidade mundial” de São Paulo e o complexo corporativo de seu centro metropolitano. In: SANTOS, Milton et all (orgs.). *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1997. P. 318-331.

CYMBALISTA, Renato. Lugares de memória difícil: as medidas da lembrança e do esquecimento. In: CYMBALISTA, R.; FELDMAN, S. KÜHL, B.M. (orgs.). *Patrimônio cultural, memória e intervenções urbanas.* São Paulo: Annablume, 2017. p. 231-235.

DAMIANI, Amélia. A geografia e a produção da metrópole. Entre público e privado. In: CARLOS, A.F.A; CARRERAS, C. (orgs). *Urbanização e mundialização: ensaios sobre a metrópole.* São Paulo: Contexto, 2005.

DECCA, E.S. de. Memória e Cidadania. In: Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória.* Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992. p. 129 -136.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DEMARCHI, João L. Educação, patrimônio e sujeitos: diálogo democrático. **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**, v. 05, p. 49-56, 2016.

_____. O que é, afinal, a educação patrimonial? **Revista CPC** (USP), v. 13, p. 140-162, 2018.

_____. *Referências culturais da escola, na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial*. 2020. 162f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada.* São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Sarah O. *A luta dos Palmares: da subcidadania à conquista da casa própria.* Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, letras e C. Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.

FOLHA DE S. PAULO. *Justiça barra obra ao lado de ruína histórica*. Caderno Cotidiano, 29/04/2009, C4.

FONSECA, M.C.L. *Patrimônio em processo*. A trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FONSECA, M. C. L. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, nº 24*,* Brasília, 1996. p.153-163.

FREDERICO, Celso. *A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984).* São Paulo: expressão Popular, 2010.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FRENCH, John D. *O ABC dos operários*. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo-São Caetano do Sul: Hucitec-Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

GOLDENSTEIN, L. Subsídios para um plano sistematizador de proteção das paisagens do Estado de São Paulo. **Silvicultura em S.Paulo**. **Revista do Instituto Florestal**, São Paulo, vol.16A, parte 3, p.1530-1533. 1982.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

GONÇALVES, José Reginaldo. O mal-estar no patrimônio. Identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 28, n.55, jan-jun, 205. p.211-228.

GOODEY, Brian. Interpretação e comunidade local. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício de olhar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. p.47-58.

GARCIA, Ivete. *As operárias do ABC*. Reestruturação produtiva, relações de gênero e participação sindical feminina nos anos 1990. Santo André: Editora do Autor, 2007.

GUTIERREZ, R. História, memória e comunidade: o direito ao patrimônio construído. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO (DPH). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.* São Paulo: DPH/Secretaria Municipal de Cultura, 1992. P.121-127.

GRINSPUM, Denise. *Educação para o patrimônio*. Museu de Arte e escola. Responsabilidade compartilhada na formação de públicos. Doutorado (Tese). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HATUKA, Tali. A obsessão com a memória: o que isso faz conosco e com nossas cidades? In: CYMBALISTA, R.; FELDMAN, S.; KÜHL, B.M. (orgs.) *Patrimônio cultural. Memória e intervenções urbanas*. São Paulo: Annablume, 2017. p.47-59.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

ICOMOS (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS). Carta de Burra. Austrália, 1980.

IMA (INSTITUTO CENTRO DE MEMÓRIAS E ATUALIDADES). *O movimento operário no ABC paulista contato pelos seus autores*. Santo André: IMA, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Dossiê de tombamento do Estádio da Vila Euclides*, São Bernardo do Campo. Superintendência Estadual de São Paulo, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Vila Euclides, da República de São Bernardo*. Documentário parte do Dossiê de Tombamento do estádio da Vila Euclides. Varal Produções, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Relatório de uma Gestão 2006-2010*. Práticas e conceitos na preservação do patrimônio material Brasileiro. Brasília: DEPAM/IPHAN, 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Educação Patrimonial: Inventários Participativos*. Manual de Aplicação. Brasília: Iphan, 2016.

KERSTEN, M. S. A. *Os rituais do tombamento e a escrita da História*. Bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

KLIASS, Rosa G. *Parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini, 1993.

KÜHL, Beatriz M. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização*. Problemas teóricos do restauro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo*. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

JANOVITCH, Paula. Memórias difíceis, espaços de reclusão nas cidades. **Vitruvius, Minha cidade**, São Paulo, ano 07, dez. 2006. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/07.077/1935. Acessado em 03 mar 2020.

JEUDY, H.P. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEFEBVRE, Henri*. Critique de l avie quotidienne II. Fondements d'une sociologie de la quotidienneté.* Paris: L'Arche Editeur, 1961.

_____. *A re-produção das relações sociais de produção*. Porto (Portugal): Publicações Escorpião, 1973.

_____. *D'État, tome III, Le mode de production étatique*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1977. p. 20-65.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Centauro, 2010.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, Milton et al (orgs.). *Território globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, Anpur, 1994. p. 198-212.

_____. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, nº 39, p. 7-20, 2008.

LÉO NETO, N.; MIZIARA, L. Do buraco ao mundo: segredos, rituais e patrimônio de um quilombo-indígena. **Revista CPC**, v. 14, n. 27esp, p. 165-184, 30 ago. 2019.

LIGUORI, Guido. O uso do termo subalternos em Gramsci e na atualidade. In: DEL ROIO, Marcos (org.). *Gramsci: periferia e subalternidade*. São Paulo: Edusp, 2017, p. 23-40.

LOPES, H.Q.F.; TOLEDO, V.L. *Itaim Bibi***.** Série História dos bairros de São Paulo, vol. 26. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/DPH, 1988.

LÖWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses 'Sobre o conceito de história'. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MACEDO, Silvio S.; SAKATA, Francine G. *Parques Urbanos no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MAGNANI; J.G.; MORGADO, N. Futebol de várzea também é patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº. 24, p. 175-184, 1996.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la Diversidadede del ser: contribuciones al desarrollo de uma concepto In: CASTRO-GOMES, Santiago; GROSFOGUEL, Ramon (orgs.). *El giro decolonial*. Reflexiones para uma Diversidade epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 127-167.

MARINHO, Luiz. Cidadania também é atividade sindical. In: LIMA, Daniel (org.). *Nosso século XXI*. Santo André: Editora Livre Mercado, 2001. p.185-193.

MARINS, Paulo Cesar. G. Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia. **Revista do IEB**, n.44, p.77-104.

MARKUN, P. *O sapo e o príncipe*. Personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio.* Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo. São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec, 2002.

MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. *Igreja e movimento operário no ABC*. São Paulo: Hucitec/PMSC, 1994.

MARTINEZ, Paulo. In: MENGUE, P. *Borba Gato e outros bandeirantes foram transformados em 'heróis' por movimento político há 100 anos*. Portal Terra, 01 ago 2021. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/borba-gato-e-outros-bandeirantes-foram-transformados-em-herois-por-movimento-politico-ha-100-anos,da5252bc77afd72c43f71651f43268077rvrdpv5.html. Acesso em 08 ago 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manuscritos económico-filosóficos de 1844*. Colômbia: Ed. Pluma, 1980.

MATOS, Olgária C.F. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. **Espaço e Debates**, **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, nº 7, 1982, p. 45-52.

MAZZO, Armando. *Memórias de um militante político e sindical no ABC*. São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal, 1991.

MEDICI, Ademir; PINHEIRO, Suely. *1º de maio e os principais momentos da luta sindical em São Bernardo: 1902-1990*. São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal, 1990.

MEDICI, Ademir. GIPEM e o resgate da memória numa região operária. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP)**, São Paulo, n.34, p. 45-50, 1992.

_____. *Migração, urbanismo e cidadania*. A história de Santo André contada por seus personagens. Santo André: Prefeitura Municipal, 1992.

MEDICI, Ademir (org). *Memória dos 70 anos Sindicato dos Químicos do ABC*. Santo André: MP Editora, 2008.

_____. *Retratos da História*. Álbum-revista. Memórias dos 70 anos Sindicato dos Químicos. Santo André: MP Editora, 2008.

MENA, Fernando Carrion. Urbicidio o la noción del olvido. XV SEMINÁRIO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014. Anais... Chile, 2014.

MENEZES, Ulpiano T. B. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.* São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992. P. 189-194.

_____. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAGIZI, E. et al (orgs). *Turismo, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996. P.88-99.

_____. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2012. Anais Volume 1... Brasília, DF, Iphan, 2012.

_____. O patrimônio cultural e a guinada da Constituição de 1988: a casa de Chico Mendes. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** Brasília, no 37, p. 199-209, 2018.

_____. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. Conferência do 10º ENCONTRO PAULISTA DE MUSEUS, São Paulo, Memorial da América Latina. Conferência, São Paulo, 2018.

MOTTA, L. *Patrimônio urbano e memória social*. Práticas discursivas e seletivas de preservação cultural. Dissertação (Mestrado). Universidade do Rio de Janeiro, 2000.

MURTA, Stela M.; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela M.; ALBANO, Celina (orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício de olhar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.p.13-46.

NAKASHIGUE, Kátia L. *Mutirões verticalizados em São Paulo*. Avaliação da qualidade e satisfação dos moradores. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955-1968). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.28, 2001, p.103-124.

NASSER, Ana Cristina A.; FUMAGALLI, Marlene. A opressão das equivalências: as diferenças. In: MARTINS, José de Souza (org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 25-37.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1997.

_____. Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Trad. Yara A. Khoury. **Revista Projeto História**, São Paulo, (10), dez 1993. p.7-28.

ODA, Nilson Tadashi. *Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação*. Dissertação (Mestrado) Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, C. A lição dos Queixadas. **Revista do Brasil**, São Paulo, nº 77, p.30-33, nov. 2012. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2012/11/a-licao-dos-queixadas/. Acessado em 03 mar 2022.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. *Educação Patrimonial no Iphan* - Monografia (Especialização) Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília, 2011.

PÁDUA, Rafael F. *Implicações socioespaciais da desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de* São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Fac. Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

PALU, P. Le "patrimoine naturel" comme mode de gestion d'un paradoxe. In: LAMY, Y. (org). *L'Alchimie du patrimoine. Discours et politiques*. Talence: Ed. De La Maison dês Sciences de L'Homme D'Aquitaine, 1996. p.157-171.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era uma vez em São Bernardo*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.

PARO, Vitor Henrique. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In: DOURADO, Luiz F.; PARO, Vitor H. (orgs.) *Políticas públicas e educação básica*. São Paulo: Xamã, 2001, p.29-48.

PEREIRA, Danilo C. *A natureza como patrimônio cultural*. Um diagnóstico propositivo. Produto 1. Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP). Brasília: Iphan, 2016.

PEREIRA, Duarte. *Um perfil da classe operária*. A ditadura nas fábricas. São Paulo: Hucitec, 1981

PIERRO, Bruno. Negócios do passado. **Revista Pesquisa Fapesp**, nº 206, abril de 2013, p. 73-75.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p.200-212.

PORTA, Paula. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Diretrizes, linhas de ação e resultados. Brasília: Iphan/Monumenta, 2012.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. I CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REGIÃO DO ABC. Anais [...] Santo André: Museu de Santo André, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. II CONGRESSO DE HISTÓRIA DO ABC. Caminhos e rumos, índios, escravos e operários, 1992. Anais [...] São Bernardo do Campo: Departamento de Ações Culturais, 2000.

PROUST, M. Entrevista Marcel Proust e a memória. **Espaço e Debates Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, nº 33, 1991, p. 80/81.

_____. *Em busca do tempo perdido*. Vol. I. Do lado de Swann. Lisboa: Relógio D'Água, 2003.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. São Paulo, Paz e Terra, 2014.

RIBEIRO, Rafael W. *Paisagem cultural e patrimônio*. Brasília: Iphan, 2007.

RÉBÉRIOUX, M. Os lugares da memória operária. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória*. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992. P. 47-56.

REPEP (REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL). *Dossiê Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação*. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/repep/posts/2862879563786154/. Acessado em 26/11/2019.

REVISTA MUSEU IMPA, ocupar, resistir, produzir, Buenos Aires (Argentina), n.2, novembro, 2014.

RICCI, Manuela. Temas, criticidades e fatores de sucesso das políticas de intervenção em centros históricos na Itália. In: BAPTISTA, Dulce M.T.; GAGLIARDI, Clarissa M.R. (orgs). *Intervenções urbanas em centros históricos. Brasil e Itália em discussão*. São Paulo: EDUC, 2012. P.305-319.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2007.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Ch'ixinakax Utxiwa: uma reflexión sobre praticas y discursos descolonizadores.* Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

RODRIGUES, José Eduardo R., Importância e responsabilidade dos conselhos municipais do patrimônio cultural. In: MIRANDA, Marcos P. S. et all. (orgs.). *Mestres e conselheiros.* Manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009. P.25-39.

RODRIGUES, M. *Imagens do passado*. A instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987. São Paulo: Ed. Unesp/Imprensa Oficial/Condephaat/Fapesp, 2000.

_____. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº. 24, p. 195-203, 1996.

RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, nº 24, p. 97-105, fev.1996.

SAMPAIO, Antonio Possidonio. *Lula e a greve dos peões*. São Paulo: Editora e Livraria Escrita, 1982.

SANTOS, A. L.; NITO, M. K.S. A experiência da Brasilândia e Freguesia do Ó (SP) como estratégia de mobilização na preservação do patrimônio cultural. In: FRAGA, Hilda J. et al. (orgs.). *Experimentações do patrimônio: diversidade e resistências*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 191-225.

SANTOS, Carlos Nelson F. Preservar não é tombar; renovar não é por tudo abaixo. **Revista Projeto**, São Paulo, no 86, 1986. Pp. 59-63.

SANTOS, Milton*. Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec/EDUC, 1994.

_____. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universa. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.

SANTOS, Cecília R. dos; MARQUES, Sonia. Maldita memória. Sobre a tirania da memorização e os anacronismos de um patrimônio refém. **Arquitextos,** São Paulo, ano 15, n. 175.00, Vitruvius, dez. 2014. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.175/5373. Acessado em 02 março 2016.

SANTOS JUNIOR, Jaime; MENESES, Marilda Aparecida. À margem da história? Mulheres metalúrgicas e a memória das greves do ABC (1978-1983). In: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz (orgs.). *Movimentos cruzados histórias específicas. Estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros.* Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2019. p.225-263.

SARLO, Beatriz. *A cidades vista*. Mercadorias e cultura urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SEABRA, Odette C. L. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, no 2, v.1, p.181-206, 2004.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros*. Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e C. Humanas da Universidade de São Paul, São Paulo, 1987.

_____. A insurreição do uso. In: MARTINS, J.S. (Org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71-86.

SCHIFINO, Reny S. *Direito à creche: um estudo das lutas das mulheres operárias no município de Santo André*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, 2012.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar Editora, s/d.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SCIARRETA, Toni. *Espremido entre prédios, parque do povo é respiro para executivos*. Folha de S.Paulo, 17/04/2016. Disponível em: http://especial.folha.uol.com.br/2016/morar/itaim-vila-olimpia/2016/04/1761509-espremido-entre-predios-parque-do-povo-e-respiro-para-executivos.shtml. Avessado em 07/02/2019.

SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. São Paulo: Edições FFLCH, 2007. Disponível em www.gesp.fflch.usp.br.

_____. Parque do Povo: um patrimônio do futebol de várzea em São Paulo. **Anais do Museu Paulista**, vol. 21, no 2, p.125-151, jul-dez, 2013.

_____. Cultura e problemática urbana. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.). *Crise urbana*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. Patrimônio como negócio. In: CARLOS, A.F.A. et al (orgs.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 209-225.

_____. Desafios para uma nova educação patrimonial, **Revista Teias**, v.18, n.48: Políticas e Práticas em Educação Patrimonial no Brasil e na América, 2017, p. 1-16.

_____. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista CPC**, São Paulo, vol.14, n.17esp, p. 14-31, 2019.

_____. World Heritage in Brazil: reflection and criticismo. In: CHRISTOFOLETTI, R.; OLENDER, M. (orgs.). *World Heritage Patinas: actions, alerts and risks*. Cham (Switzerland): Springer, 2021. p.65-77.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público*. Jardins no Brasil. São Paulo: Fapesp/Studio Nobel, 1996.

SILVA, Mariana B.M.; TOURINHO, Andrea. Lugares de memória difícil em São Paulo: reconhecimento de valor nas políticas de preservação do patrimônio cultural. **Revista Arqurb**, Universidade São Judas Tadeu, n.25, maio - agosto de 2019. p. 102-122.

SILVEIRA, Flávio L.A.; BEZERRA, Márcia. “Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas”. In: LIMA FILHO, Manuel F. et al (orgs.). A*ntropologia e Patrimônio Cultural.* Diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007, p.81-97.

SILVEIRA, Paulo Henrique Fernandes. *O povo é um intruso no Parque do Povo*. https://jornalistaslivres.org/o-povo-e-um-intruso-no-parque-do-povo/Acessado em 03 de julho de 2018.

SIVIERO, Fernando. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. **Revista CPC**, nº 19, p.80-108, jun-2015.

_____. Para além das fronteiras: patrimônio cultural, educação e territórios educativos. **Revista CPC**, v. 14, n. 27esp, p. 111-132, 30 ago. 2019.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. New York: Routledge, 2006.

_____. El “espejo patrimonial”¿ Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? **Antipoda Revista de Antropologia y Arqueología** nº. 12, Bogotá, Enero-Junio 2011, 262 pp. 39-63. Disponível em: https://revistas.uniandes.edu.co/doi/abs/10.7440/antipoda12.2011.04. Acessado em 07 de maio de 2018.

SMITH, Laurajane; SHACKER, Paul A.; CAMPBELL, Gary. *Heritage, labour and the working class*. New York: Routledge, 2011.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org). *De volta à cidade.* Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. P.59-87.

_____. Gentrificação, fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **Geousp espaço e Tempo**. São Paulo, nº 21, pp. 15-31, 2007.

SOMMER, Margot; SCHERER, Claiton. *Sítios paleobotânicos do Arenito Mata* (Mata e São Pedro do Sul). SIGEP 9. Brasília: DNPM/CPRM, 2002.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.* São Paulo: Brasiliense, 1991.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A Fábrica do Sonho*. Trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

TELLES, Augusto C. S. *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil.* Brasília: Monumenta/Iphan, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1. A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TICCIH (THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE). *Carta de Nizhny Tangil ou Carta do Patrimônio Industrial*, 2003.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Ediciones Paidos Iberica, 2000.

TOLENTINO, Atila B. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Revista CPC**, v. 14, n. 27esp, p. 133-148, 30 ago. 2019.

TOMIZAKI, Kimi. *Ser metalúrgico no ABC*. Transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores. Campinas (SP): Unicamp/ CMU Publicações/Editora Arte Escrita, 2007.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o passado. Poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

UNESCO. Conferência Internacional da Unesco sobre Interpretação do Patrimônio Mundial. Unesco, Coréia, novembro, 2016. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/news/1587. Acessado em 20 de maio de 2019.

URIARTE, Urpi M. Rebelião do vivido. Henri Lefebvre no centro de Salvador. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBICENTROS, Salvador. Anais...Salvador, 2012.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Maná**, nº 12, p. 237-248, 2006.

VERAS, Dalila T.; Veras, Luiza M. Teles. *Alpharrabio 12 anos: uma história em curso*. Santo André: Alpharrabio Livraria e Editora, 2004.

VIEIRA FILHO, D. P*ráticas e conceitos na preservação do patrimônio material brasileiro*. Relatório de uma gestão (2006-2010). Brasília: Iphan, 2011.

VIEIRA FILHO, Dalmo. *Textos de trabalho*. Brasília: Iphan, 2011.

VYGOSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes,1987.

VOLOCHKO, Danilo. *Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole*. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e C. Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

URBINATTI, Tin. *Peões em cena*. Grupo de Teatro Forja. São Paulo: Hucitec, 2011.

WEIL, S. Experiência de vida na fábrica. In: BOSI, E. (org). *Simone Weil: a condição operária e outros estudos sobre a opressão.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.p.155-176.

WILLIANS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo, Editora da Unesp, 2011.

WITTER, José Sebastião. *Futebol, várzea e cidade de São Paulo*. In: CONDEPHAAT. Estudo de Tombamento do Parque do Povo. Processo no. 26.513/1988.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papiros, 2000. p.105-115.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: papiros, 2000. p. 81-103.

ZUKIN, S. Patrimônio de quem: Cidade de quem? Dilemas sociais do patrimônio cultural na dimensão urbana. In: CYMBALISTA, R.; FELDMAN, S.; KULH, B.M. (orgs.). *Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 25-46.

## LEGISLAÇÃO E FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* 1988.

CONDEPHAAT. Processo no 20.640/78. Levantamento métrico-arquitetônico, fotográfico da Sede do Sanatório Bela Vista, à Rua Iguatemi, no 9, para fins de tombamento.

CONDEPHAAT. *Ordem de serviço nº 1 de 1982*. Subsídios para um plano sistematizador das paisagens naturais do estado de São Paulo, 1982. Secretaria de Estado da Cultura, Condephaat.

CONDEPHAAAT. *Processo 39.971/2000*. Pedido de tombamento de áreas da Serra do Itaqui. São Paulo, 2000.

CONDEPHAAT. *Processo nº. 26.513/1988.* Estudo de tombamento do Parque do Povo.

CONDEPHAAT. *Processo nº. 38.405/1999.* Solicita providências para sanar obras irregulares no Parque do Povo.

CONDEPHAAT. *Parecer Técnico UPPH nº GEI-10-2011* (2011). Processo 63243/2010 referente denúncia de demolição de Casas Históricas localizadas na Pedreira de Ribeirão Pires, situada à Rua Santa Clara, 1313.

CONPRESP (CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBINETAL DA CIDADE DE SÃO PAULO). *Resolução n.27 de 1992.* Tombamento Antiga Companhia Brasileira de Cimento Portland.

ESTADO DE SÃO PAULO. *Decreto nº. 57.439 de 17 de outubro de 2011*. Institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial do Estado de São Paulo, cria o Programa Estadual do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Portaria 230, de 17 de dezembro de 2002* do Departamento do Patrimônio Material.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015*. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Portaria 137, de 28 de abril de 2016.* Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio.

SÃO PAULO (Estado). *Lei nº 10.247 de 22/10/1968*. Dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do Condephaat e dá outras providências

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Resolução SC no 5 de 19/01/1987*. Dispõe sobre o tombamento da Estrada de Ferro Perus Pirapora.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Resolução SC nº 24 de 03/06/1995*. Dispõe sobre o tombamento do Parque do Povo.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Resolução SC nº 46 de 13/05/1982*. Dispõe sobre o tombamento da sede do Sítio Itaim.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Resolução SC nº 56 de 13/12/2000*. Dispõe sobre a regulamentação do tombamento da Estrada de Ferro Perus Pirapora.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. CONDEPHAAT. *Resolução SC nº. 24 de 03 de junho de 1995.* Resolução de tombamento do Parque do Povo.

## ENTREVISTAS

BOM, Djalma de Souza. Entrevistado pelo CPCDOC/FGV, 2005.

BONI, Manoel. Entrevistado por Simone Scifoni, 2011.

BRAZ, Philadelpho. In: MUSEU DE SANTO ANDRÉ. De todos os lugares, histórias de migrantes. Santo André: Prefeitura de Santo André, 2000. p.32-45.

DACUNTO (João Batista de Paula). Entrevista, 2011. Disponível em www.memoriasdoitaim.com.br, acessado em 18 de março de 2013.

GRECCO, Aldo. Entrevista sobre a história do Canto do Rio. São Paulo, jan.2013.

MAGYAR, Jorge. Entrevistado pelo Consorcio Intermunicipal do Grande ABC, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=czX3ymSzjLg. Avessado em: 15 jan 2022.

MARTINS, José de Souza. Entrevistado pelo Consorcio Intermunicipal do Grande ABC, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GMnoSQF_FRA&t=2s. Acessado em 02 jan 2022.

MEDICI, Ademir. Entrevistado pelo Consorcio Intermunicipal do Grande ABC, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ylHoMYPrAxg&t=243s. Avessado em 22 jan 2022.

NAKANO, Marilena. Documentário Uniforja – a vitória da coragem. Entrevista realizada de 1999. Memória TVT, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Co5I9JqHAUs&t=21s

PASSARELLI, Silvia. Entrevistada pelo Consorcio Intermunicipal do Grande ABC, 2021Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cyfPv79Y5a8. Acessado em 10 jan 2022.

PINHEIRO, Mauro Lopes. Entrevista sobre a história do Parque do Povo. São Paulo, jan.2013.

VERAS, Dalila Teles. Entrevistada pelo Consorcio Intermunicipal do Grande ABC, 2021Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1z0zu8wLYHA. Avessado em 02 jan 2022.

ZELÃO (JOSÉ DANTAS IRMÃO). Entrevistado por Serviço de Memória de São Bernardo do Campo, s/d.

## FONTES CARTOGRÁFICAS

EMPLASA. GEGRAN. **Mapa planialtimétrico**, escala 1:10.000, ano 1972.

SARA BRASIL. **Mappa Topographico do Municipio de São Paulo**. Escala 1:5.000, ano 1930.

### FONTES DIGITAIS

BOLETIM Informativo da SAIB, São Paulo, n. 43, maio de 2001. Disponível em <www.saibibi.com.br>, acessado em 01/03/2013

BOLETIM Informativo da SAIB, São Paulo, n. 100, junho de 2006. Disponível em <www.saibibi.com.br>, acessado em 01/03/2013

BOLETIM Informativo da SAIB, São Paulo, s/n., nov.2008. Disponível em <www.saibibi.com.br>, acessado em 07/02/2018

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Arquivo Noronha Santos*. Disponível em portal.iphan.gov.br/ans/. Acessado em 02/01/2016.

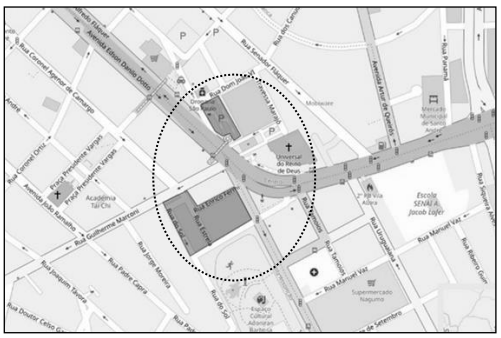
GOOGLE. Parque do Povo. Comentários do Google. Disponível em: https://www.google.com/search. Acessado em: 15/08/2018.

# ANEXO:

# Fichas dos Lugares de Memória Operária no ABC

## 1. VILA IPIRANGUINHA

**Localização:** Rua do Sol, Rua Marquesa de Santos, Rua do Sul e Rua Estrela, Rua Gertrudes de Lima e Travessa Lucinda, bairro do Ipiranguinha. Município de Santo André.



Fonte: Datageo.ambiente.sp.gov.br

Conjunto de moradias operárias do início do século XX. A vila pertenceu a primeira grande indústria têxtil que se instalou em Santo André, em 1895, a Silva, Seabra & Cia, também conhecida como Ipiranguinha, nome do bairro onde se localizava. É dessa fábrica que se tem conhecido os primeiros registros de greve no ABC, em 1901 e 1902 (MEDICI, 2008; MEDICI & PINHEIRO, 1990).

Em 1906, há mais um registro de greve envolvendo 500 trabalhadores durante um mês, segundo French (1995). Tais movimentos fazem parte de uma onda de greves que tomou São Paulo no começo do século XX, conforme estudou o autor.

Elas sinalizam o nascimento de um movimento operário urbano, que começou a se organizar, realizar seus primeiros encontros e fundar as primeiras entidades, momento que o autor chamou de Sindicalismo Revolucionário (1906-1933). A greve de 1906 foi evento marcante e fundante na história do operariado da região. As condições de trabalho eram difíceis, com jornadas de 12 horas (das 5:30 até as 18:30), uso de trabalho infantil que se iniciava aos 10 anos de idade. Mas a greve foi motivada pela redução do pagamento por peça e a exigência de produção diária mínima.

Casas da Rua do Sol. Foto S.Scifoni, 2013.

Naquele início do século XX nascia também as primeiras sementes da organização dos trabalhadores, com a fundação da Liga Operária (1907) e do Sindicato dos Tecelões e Marceneiros de São Bernardo, nome do município que englobava toda a região do atual ABC. Tecelões, marceneiros e canteiros eram as principais categorias profissionais naquele momento.

A greve da Ipiranguinha de 1906 foi tão importante naquele momento que foi assunto de debate no 1º Congresso de Operários, no Rio de Janeiro, e foi também referência no jornal A Terra Livre, fundado por Edgard Leuroth. Entretanto, devido a repressão policial, além de pressão pelo desabastecimento, a greve terminou depois de 35 dias.

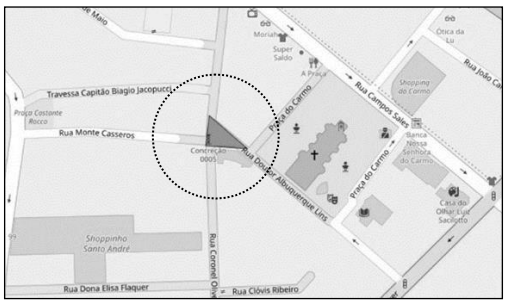
Quanto à vila operária, segundo estudo de Tonello (1990), as casas provavelmente de 1912, eram alugadas para trabalhadores. Nos anos 1950, foram colocadas à venda. Grande parte já foi reformada e adaptada ao uso atual, mas algumas ainda guardam suas características originais.

Ao fundo casas operárias da Ipiranguinha, 1950. Fonte: Rodrigues, 1991, p.91.

A paisagem de vila operária, de um renque de casas, também resiste pelo alinhamento dos telhados e das frentes de casas e pela morfologia dos lotes. Já a empresa foi demolida nos anos 1970, sendo substituída por um supermercado.

## 2. LARGO DA QUITANDINHA

**Localização:** Rua Coronel Oliveira Lima, esquina com Rua Monte Casseros, Centro (Santo André).




Fonte: Datageo.ambiente.sp.gov.br

Local do assassinato do jovem operário Constante Castellani, em 05/05/1919, durante a passeata de cerca de 500 operários da Ipiranguinha pelo centro de Santo André, como parte das mobilizações da greve dos tecelões.

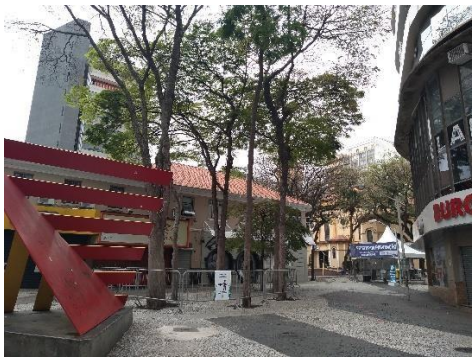
A greve iniciou-se em São Paulo, espalhando depois para o ABC e reuniu 10 mil trabalhadores (FRENCH, 1995).

Vivia-se o apogeu do movimento operário entre 1917-1919, com a organização de diversas greves de categorias e a realização da 1ª Greve Geral, com milhares de operários nas ruas da cidade de São Paulo e ABC. O período também assistiu o nascimento de novas organizações de trabalhadores como a União Operária de São Bernardo, em 1918, liderada por José Riguetti, Epimarco Fratti, Emilia Rosssini, Marcos Andreotti, Miguel Guillen e Constante Castellani, jovem militante anarquista.

A greve de 1919 na Ipiranguinha foi motivada pela demissão de operários ativistas envolvidos com os sindicatos, em uma ofensiva patronal após as conquistas resultantes dos acordos para encerrar a Greve Geral de 1917. Cerca de 500 operários e operárias da empresa paralisaram as atividades e organizaram para 05 de maio uma passeata começando na Vila Ipiranguinha e percorrendo as ruas até o centro, recolhendo doações para o movimento (FRENCH, 1995).

Castellani, então com 18 anos, era uma liderança do movimento. Durante a passeata, os trabalhadores foram barrados por força policial. Ao discursar contra a repressão policial Castellani foi alvejado por um disparo de fuzil de um soldado e morreu ali.

De acordo com as palavras do deputado Nicanor Nascimento, em um discurso na Câmara dos Deputados: “foi um assassinato qualificado”. O soldado não atirou para dispersar a multidão, ao contrário, disparou diretamente em direção à Castellani. O soldado foi preso pelo Delegado de Polícia e no dia seguinte solto e o delegado demitido (MEDICI e PINHEIRO, 1990).



Largo da Quitandinha, 2020.

## 3. TÚMULO DE CONSTANTE CASTELLANI

**Localização:** Cemitério da Saudade. Av da Saudade esquina com Rua da Misericórdia, bairro de Vila Assunção (Santo André).

Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

Constante Castellani era um jovem operário, tecelão da Ipiranguinha. Foi um dos fundadores da União Operária de São Bernardo, em 1918. Era também militante anarquista e foi violentamente assassinado durante a realização de uma passeata de trabalhadores, na greve de 1919.

À esquerda: foto do Castellani em 1919. À direita: Rótulo da Cerveja Castellani.

O velório foi acompanhado por milhares de moradores que seguiram em cortejo fúnebre para o Cemitério da Vila Assunção, onde foi enterrado. O túmulo foi adquirido pelo Sindicato dos Tecelões, a partir das contribuições arrecadadas entre os trabalhadores. Após a morte de Castellani, as lideranças da União Operária foram perseguidas e presas, o que culminou com o fim da organização. Enquanto isso, o autor do disparo foi inocentado.

O assassinato de Castellani foi noticiado nos jornais da época como o Estado de S.Paulo, Diário Popular e a Plebe, imprensa ligada ao movimento anarquista. De acordo com French (1995) a morte violenta de Castellani marcou profundamente a experiência operária, funcionando como uma espécie de balde de água fria no movimento, que enfraqueceu na década seguinte. Entretanto, sempre lembrado, Castellani segue até hoje reconhecido como um mártir operário.

Seu túmulo no Cemitério da Vila Assunção é frequentemente lugar de homenagens e atos em sua lembrança.

Na década de 1980, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André homenageou Castellani dando seu nome à escola sindical.

No ano de 2019, ao se completar o centenário de sua morte ele foi lembrado e homenageado de diversas formas, como pela realização de debate na Apeoesp de Santo André, um festival musical com bandas punk, elaboração de um jornal, História em Quadrinhos e o lançamento de uma cerveja artesanal, cujo rótulo trazia seu nome e imagem (NADAPOP.com.br/festival).

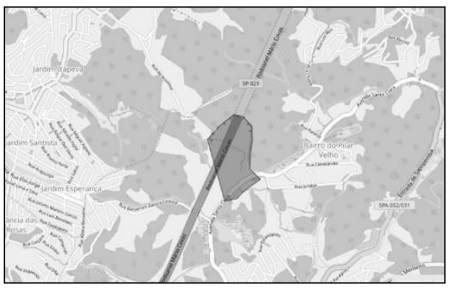
Tais atividades compuseram o Ano Castellani, como definiu Jairo Costa, pesquisador que afirmou que o operário ressurge como um símbolo de luta, redescoberto por uma nova geração. (revistamortal.wordpress.com). Tais ações expressam o papel que a memória do jovem militante tem ainda presente, no imaginário coletivo dos trabalhadores e de novas gerações de jovens anarquistas e ligados ao movimento punk. Castellani é até hoje um importante símbolo da militância operária na região.

Fonte (1): http://renovacaocoragemeluta.blogspot.com/2013/06/

Fonte (2): Agência de Notícias Anarquistas.

## 4. GREVE DOS CANTEIROS

**Localização:** Av. Santa Clara, altura do nº 1411, bairro do Pilar. (Ribeirão Pires)
Localização da antiga Pedreira Santa Clara, a que mais tempo permaneceu funcionando.



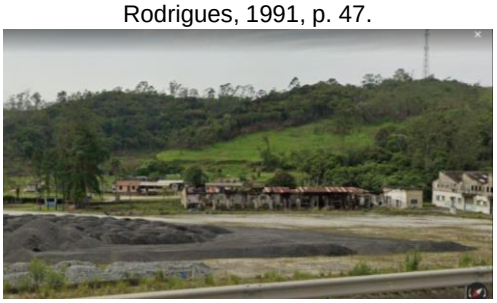
Fonte: datageo.ambiente.sp.gov

Para French (1995), a greve dos canteiros de Ribeirão Pires, de 1913, é um importante marco do ressurgimento do movimento operário, depois de alguns anos enfraquecido devido à crise econômica, de 1909 a 1912. Foi uma greve espetacular, nas palavras desse autor, constituindo-se na mais importante luta de trabalhadores da Primeira República. Organizada pela União Operária dos Canteiros de Ribeirão Pires, fundada em 1908, com orientação anarquista (FRENCH, 1995). Ribeirão Pires, que no final do século XX, recebeu levas de imigrantes com a instalação no Núcleo Colonial, aglutinou uma parte significativa de trabalhadores de orientação anarquista, principalmente os canteiros. A greve de 1913 durou meses e foi sustentada por uma forte mobilização social. Apesar disso, houve também um intenso controle policial estabelecido pelo governo do estado que enviou levas de soldados, a pedido dos empregadores. A greve teve início na Pedreira Duarte e Aranha, segundo French (1995), em função dos salários atrasados, que levou a paralisação de 80 trabalhadores. A greve terminou após intervenção policial, que resultou no indiciamento de lideranças do movimento. Os trabalhadores, entre eles, mulheres e crianças, foram obrigados ao final da greve a marchar de Ribeirão Pires até o centro de São Bernardo, cercados por fileiras de soldados, como forma de punição aos grevistas.

De acordo com Medici e Pinheiro (1990), os esforços de organização dos trabalhadores para a greve deu origem depois a criação do Sindicato dos Canteiros de Ribeirão Pires. A forte militância conseguida pela categoria resultou nos anos seguintes em sucessivas greves. Uma das lideranças do movimento foi Alexandre Zanella, italiano que acabou sendo deportado como represália de uma das greves, a de 1921.

As pedreiras de Ribeirão Pires localizavam-se no bairro do Pilar, ao longo da estrada que fazia a ligação da Vila de São Bernardo à Mogi das Cruzes

Interior de oficina de cantaria, 1920. Fonte: Rodrigues, 1991, p. 47.

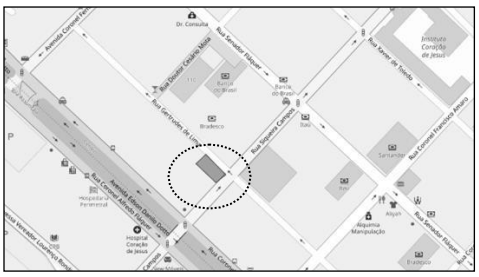


Pedreira Santa Clara.

Segundo Medici (1985), eram poucos os proprietários das pedreiras e as condições de trabalho bastante ruins a ponto dos trabalhadores se referirem como “escravidão nas pedreiras. Além de salários baixos para um trabalho bastante árduo, alguns proprietários usavam de castigo físico e obrigação de compra de alimentos no armazém da empresa. Os canteiros executavam trabalho artesanal de talhar as rochas para produção de guias e paralelepípedos. A extração de pedras de Ribeirão Pires durante muitos anos abasteceu de pedras para calçamento das ruas da cidade de São Paulo. O lugar de memória relacionado à greve dos canteiros encontra-se nos remanescentes da antiga Pedreira de Santa Clara, no bairro do Pilar Velho. Funcionava desde 1894 como Pedreira do Pilar, mais tarde passando à administração de João Carpinelli e Carlos Borelli. Os canteiros também eram chamados de escarpelinos.

## 5. SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTO ANDRÉ E MAUÁ

**Localização**: Rua Gertrudes de Lima, 202, centro (Santo André).



Fonte: datageo.ambiente.sp.gov

Em 1934, o Ministério do Trabalho reconheceu o então Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Santo André, constituído desde 1932. Seu primeiro presidente foi Marcos Andreotti, que junto com outros jovens operários de filiação comunista tinham refundado a União Operária, em 1928. Para French (1995), Andreotti foi o mais importante e talentoso líder sindical da região, antes de Lula. O Sindicato foi um dos primeiros da região a obter seu reconhecimento oficial, depois do Decreto Federal 19.770/1931, que determinou a necessidade para tornar os sindicatos órgãos cooperativos do governo. Para esse autor, essa nova fase chamada de Sindicalismo Legalizado (1933-1945) marca a atuação mais política e menos radical dos sindicatos, que procuraram sob a cobertura legal criar estratégias para organizar os trabalhadores e fazer cumprir a legislação trabalhista no que diz respeito ao pagamento de salário-mínimo, férias, segurança, coisas que as empresas não faziam, apesar das leis. Andreotti ficou pouco tempo frente à presidência, pois em 1935 foi condenado a 2 anos de prisão pela participação na Aliança Libertadora Nacional (ALN), que dentre outras coisas, defendia a reforma agrária e foi colocada na clandestinidade pelo governo de Getúlio Vargas.

Sede do Sindicato dos Metalúrgicos, 2020.

Andreotti volta a presidência do Sindicato em 1958 e até 1964, momento em que sob sua gestão e pela sua iniciativa deu-se a fundação do Centro Popular de Cultura, o CPC, em 1961.

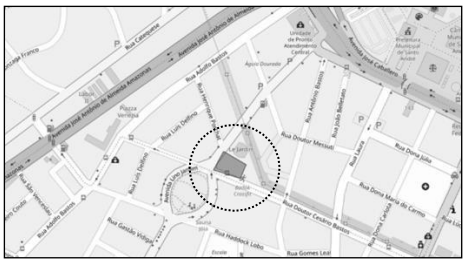
O CPC do Sindicato dos Metalúrgicos, segundo Camacho (1999) não era uma filial do CPC da UNE e teve um caráter particular, pois foi o CPC do e no Sindicato dos Metalúrgicos, formado majoritariamente por operários, que não só participaram ativamente da montagem das peças, como também na produção de textos e outras atividades.

Cena da peça Eles não usam black-tei, de 1962. Montagem do CPC do Sindicato dos Metalúrgicos, com Sonia Guedes, Anibal Guedes e Orlando Gazetti. Fonte: Camacho, 1999, p.64

A montagem das peças teatrais, elemento chave de sua atuação, seguia o repertório do CPC da UNE e do Teatro de Arena, conforme coloca Camacho (1999). No entanto os espetáculos foram criados inspirados na realidade local, o CPC foi recriado em um ambiente especificamente de operários. Em 1964 estava em seu auge de atividades, preparando-se para atuar também na alfabetização de adultos na periferia e nas favelas pelo método de Paulo Freire. Suas atividades foram brutalmente interrompidas quando em 01 de abril de 1964, um dia após o golpe militar, a polícia invadiu o Sindicato dos Metalúrgicos e levou os documentos e fichas do CPC.

## 6. Sindicato dos Químicos do ABC

**Localização:** Rua Lino Jardim, 401, bairro Vila Bastos (Santo André)



Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

O Sindicato dos Químicos do ABC foi criado em 08/10/1938 e sua primeira sede estava situada em um sobrado, na rua Bernardino de Campos, no centro de Santo André.

Mas o seu reconhecimento oficial e registro no Ministério do Trabalho se deu apenas em 1945, a partir dos esforços de Rolando Fratti, Euclydes Savietto, Armando Mazzo, Guido Poianas e Alberto Zamignari (MEDICI, 2008b). Foi um dos primeiros sindicatos reconhecidos no Estado Novo.

O Sindicato foi fundado por iniciativa dos trabalhadores da Rhodia, a principal indústria do setor e da base sindical, na região. Nesta época, a categoria dos químicos ainda era pequena e dispersa.

Na primeira gestão do Sindicato oficialmente registrado, dos 580 trabalhadores sindicalizados, 356 eram da Rhodia. Seguiam-se trabalhadores da Atlantis Brasil, Companhia Brasileira de Cartuchos, Produtos Químicos Alca, entre outras menores. Entre os primeiro 200 associados encontravam-se 24 mulheres.

Em 1942, em pleno Estado-Novo e com a obrigatoriedade de atrelamento dos sindicatos ao governo, os trabalhadores da base resolvem criar uma cooperativa de consumo, que acabou por constituir um espaço alternativo de discussão das condições dos operários, o que não seria possível no sindicato. A cooperativa deveria vender, em preços mais acessíveis, alimentos e outros itens de despesa dos operários, mas se tornou um momento de reuniões e discussões que não eram permitidos aos sindicatos.

A greve de 1946 foi um momento decisivo para a união da categoria já que aderiram os trabalhadores das 3 maiores empresas químicas, Rhodia, Pirelli e Firestone.

Entretanto, para French (1995), o movimento deu-se mais pela ação das bases do que pelas lideranças sindicais. O ano de 1946 testemunhou uma onda de greves, segundo o autor, em função da perda de poder de compra dos salários.

A partir de 1955, a atuação do sindicato começa a mudar com a eleição para a diretoria e vitória da oposição liderada por Trajano José das Neves, apoiado pelo Partido Comunista.

Alguns anos seguintes, em 1959, segundo Medici (2008), a greve da Rhodia foi decisiva para a categoria dos químicos. Foram 29 dias de paralisação, passeatas no centro e piquetes. A participação do setor químico também foi importante em 1978, quando começaram a estourar as greves nas fábricas, sem a organização direta dos sindicatos, movimento que seria depois reconhecido como o ciclo de greves de 1978-79-1980.

Sindicato inaugura sua nova casa literalmente, no endereço atual, na Av. Lino Jardim. No terreno adquirido existe até hoje uma antiga residência, típica das de subúrbio dos anos 1930, onde funciona a Associação dos Aposentados. No lote foi edificado um novo edifício moderno, que ficou pronto em 1976, chamado de Palácio dos Químicos.

Construção da sede atual do sindicato e a antiga casa, década de 1970. Fonte: Médici, 2008.

## 7. Túmulo de Armando Mazzo

**Localização:** Cemitério da Saudade. Av da Saudade esquina com Rua da Misericórdia, bairro de Vila Assunção (Santo André).

Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

Marceneiro de profissão desde os 13 anos de idade, além de um dos fundadores do Sindicato dos Marceneiros, aos 20 anos. Depois, procurador do Sindicato dos Metalúrgicos, onde ganhou projeção entre a principal categoria profissional no ABC dos anos 1940, os metalúrgicos. Armando Mazzo foi uma das principais lideranças sindicais e políticas da região nos anos 1940. Membro da Partido Comunista de Santo André, Mazzo foi eleito deputado estadual em janeiro de 1947 e eleito o primeiro prefeito comunista do país, em novembro desse mesmo ano, fazendo parte de uma chapa conjunta com mais 13 vereadores, chamada de Candidatos de Prestes. Desde jovem, aos 16 anos frequentava reuniões na casa de companheiros operários da vila de São Bernardo, em 1926, o que contribuiu para sua formação política.

Carteira do Sindicato de Armando Mazzo. Fonte: Mazzo, 1991.

Como marceneiro, ingressou na Companhia Aeronáutica Paulista, do Grupo Pignatari, para fazer peças de madeira para aviões paulistinha. Trabalhando na empresa, vinculou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos e começou a participar das atividades na diretoria em que estavam Miguel Guillen e Euclydes Savietto.

Nas eleições de novembro de 1947 em Santo André foram marcadas pela vitória dos comunistas: além de Mazzo, Carmen Savietto, Marcos Andreotti e Miguel Guillen, todos do sindicato, foram eleitos vereadores. Os candidatos de Prestes tiveram que concorrer pelo Partido Social Trabalhistas, uma vez que o PCB foi colocado na clandestinidade. Após a vitória, alguns partidos entraram com recurso no Tribunal Superior Eleitoral, argumentando que era inconcebível que o governo do coração do parque industrial de São Paulo fosse entregue aos comunistas (FRENCH, 1995).

Recurso aceito, os votos foram anulados e assumiu a prefeitura Antonio Flaquer, político de família tradicional, que havia ocupado o governo há 30 anos atrás. A anulação gerou grandes protestos, seguidos de violenta repressão policial.

Foto de Mazzo, nos anos 1980. Fonte: Mazzo, 1991.

A eleição dos candidatos de Prestes para French (1995) significou a associação da luta operária a um programa mais amplo que passava pela ação política, com a disputa por cargos eletivos.

De acordo com o autor, na eleição de 1947, 60% do eleitorado era formado pelo operariado. Mazzo teve 33% do total de votos de um total de 21 mil. O PTB, em segundo lugar, teve apenas 13%. Santo André naquele momento representava o 2º maior centro industrial de São Paulo (FRENCH, 1995).

## 8. Túmulo de Carmen Savietto

**Localização:** Cemitério da Saudade. Av da Saudade esquina com Rua da Misericórdia, bairro de Vila Assunção (Santo André).

Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

Carmen Savietto foi uma das mais combativas mulheres do Sindicato dos Metalúrgicos, segundo French e Cluff (2000), em estudo sobre o papel da mulher durante a onda ativista de mobilização entre 1945 e 1947.

Foi fundadora e presidente da União das Mulheres Democráticas, organizada em Santo André, em 1946, e que tinha como bandeira a luta por creches. Seu compromisso com a criação de creches e parques infantis nos bairros revela a preocupação embrionária com questões específicas da vida da mulher operária (SCHIFINO, 2015). Carmen Edwiges Savietto (1922-1956) também foi candidata a vereadora em Santo André, com apenas 25 anos. Eleita junto com outros 12 vereadores e o prefeito Armando Mazzo, formando a chapa dos candidatos de Prestes, ela não chegou a assumir por uma manobra política. Teria sido a primeira mulher em Santo André a assumir um cargo eletivo.

Carmem Savietto, s/d. Fonte: Medici, 2008a, p.42.

Proveniente de uma família operária de Ribeirão Pires, região de agitação anarquista desde o começo do século XX, Carmen projetou-se na política dentro do PCB por seu talento particular e vocação de liderança.

Ainda que tivesse a seu favor a credencial familiar, Carmen notabiliza-se pela capacidade de liderança para mobilização. Seu tio, Augusto Savietto, foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de 1938-1942, seguido por seu primo, Euclydes Savietto, de 1942-1945, e de seu irmão, Victor Gentié, de 1945-1947.

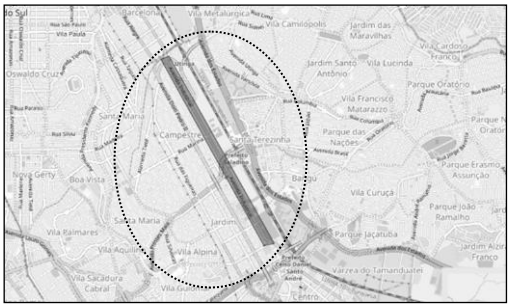
Carmen foi representante do PCB de Santo André nas negociações com a polícia quando em 1947 as sedes do Partido Comunista foram fechadas depois que declarada sua ilegalidade (FRENCH e CLUFF, 2000).

Carmen Savietto é o principal símbolo da luta da mulher operária no ABC.

Carmen, em foto de álbum de família. Fonte: Medici, 2008b, p.18.

## 9. Avenida Industrial e sede do Partido Comunista Brasileiro

**Localização:** Início junto ao Viaduto Adib Chamas e final junto à Av. D. Pedro II. Santo André. Na av. industrial nº 41 funcionava a sede do Partido Comunista Brasileiro.



Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

A avenida Industrial representou durante o século XX o coração da paisagem industrial e operária da região. A abertura da avenida deu-se em início dos anos 1920 e sinalizou os propósitos e interesses de expansão urbana em um novo vetor, já que até então a cidade se concentrava nas imediações da estação ferroviária. Foi a partir do interesse de grandes proprietários fundiários em promover loteamentos de caráter residencial que se projetou em 1919 a abertura de uma estrada de rodagem ligando os então Distritos de Santo André e de São Caetano, que receberia mais tarde o nome de Avenida Industrial (GAIARSA, 1991). Ao longo dessa nova via também se concebeu a abertura de grandes lotes para atrair a atividade industrial, pela sua proximidade com a ferrovia. A Av. Industrial configurou-se, assim, como o mais antigo eixo industrial, paralelo à ferrovia.

Uma das pioneiras foi a Companhia Brasileira Fichet & Schwartz-Hautmont, fundada em 1923 a partir da associação entre empresas até então sediadas na França. Foi a primeira indústria de produção de estruturas metálicas do país.

Outras indústrias que fizeram parte desse corredor fabril foram instaladas: em 1936, a Companhia Brasileira de Cartucho (CBC); em 1942, a Pierre Saby, pioneira no país na construção de prédios em estruturas metálicas; em 1949 a Indústria Nacional de Armas (INA); a ainda na década de 1940 a Comércio e Indústria Platzer Ltda, pioneira na fabricação de refrigeradores domésticos; em 1949 a instalação da primeira multinacional de bens de consumo duráveis na avenida, a filial da General Eletric – GE; em 1966 a Nordon Indústrias Metalúrgicas; em 1968 a Companhia Paulista de Adubos (COPAS); e outras do ramo de fertilizantes que aparecem na cartografia dos anos 1970 como a IAP S/A Indústria de Fertilizantes e a Takenaka S.A. Indústria e Comércio, empresa responsável pela marca Ouro Verde.

Philapelpho Braz, antigo dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos e membro do partido observou em entrevista, que a avenida era muito movimentada com seus tempos orientados pelo apito das fábricas, pelo trânsito de bicicletas e de operários a pé, com os comunistas de madrugada entregando panfletos.

Nos anos 1940 se instala na Avenida Industrial a sede do Partido Comunista Brasileiro, por ser majoritariamente operário. Em 1947 quando o governo cassou o registro do Partido Comunista no TSE, colocando-o na ilegalidade, a política do governo de Ademar de Barros invadiu as sedes pelo estado e confiscou os arquivos. Mesmo assim, os candidatos de prestes são eleitos em Santo André, majoritariamente. Não conseguindo tomar posse por uma barganha política, os comunistas foram perseguidos, demitidos e presos, como Marcos Andreotti, ex-presidente do Sindicato dos metalúrgicos e Armando Mazzo, que teria sido o primeiro prefeito comunista eleito no país.

Nos anos 1980 e 1990 a avenida foi perdendo suas características industriais, com antigas fabricas se transformando em shopping center, demolidas para construção de condomínios verticais, universidade privada.

Ao fundo: antigas instalações da General Eletric transformada em shopping center. Foto tirada da antiga chácara da GE, atual parque público. S.Scifoni, 2012.

**10. IAPI de Vila Guiomar**

**Localização:** polígono formado aproximadamente pelas ruas das Monções, Antonio Cubas, Ubatuba e Catequese, bairro de Vila Guimar. (Santo André)

Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

O Conjunto Habitacional da Vila Guiomar, construído entre os anos de 1940 a 1953 (SILVA, 2018) é a maior expressão do lugar de moradia, cotidiano e vida operária do ABC. Foi a principal experiência estatal de produção de habitação social na região, conduzida pelo então Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). A construção se deu em várias etapas, incluindo a produção de casas de 3 tipologias, prédios e uma escola pública. No total, segundo Silva (2018) foram cerca de 1.400 unidades. O projeto inicial previa a instalação de vários equipamentos como centro comercial, ambulatório, cinema, uma vez que à época Vila Guiomar ficava afastada da área central. Ao final somente a escola, cujo projeto é de 1949, foi construída (atual EMEIF Odylo Costa Filho). O projeto arquitetônico do conjunto é de Carlos Frederico Ferreira.

Vista aérea do conjunto, 1955/56. Fonte: Acervo Museu de Santo André.

Segundo Silva (2018), na primeira etapa, de 1940 a 1943, foram construídos dois tipos de casas, geminadas e isoladas no lote. Na segunda etapa foram os prédios (chamados de velhos); na terceira etapa foram as casas de nova tipologia; e por último os chamados prédios novos.

O contexto de construção do conjunto era de um grande crescimento da força de trabalho sobretudo em Santo André, coração da indústria no momento. Para French (1995), de 1940 a 1946, deu-se maior crescimento de migração e alojamentos provisórios surgiram do dia para a noite, para abrigar trabalhadores.

Mas o IAPI é produto, também, de um momento de auge da mobilização dos trabalhadores, com a criação dos Sindicatos, a organização e atuação do Partido Comunista Brasileiro na região.

Com o passar do tempo o conjunto foi recebendo inúmeras modificações, acompanhando as mudanças no mundo do trabalho. Os edifícios concebidos com térreo livre sob pilotis, conforme Silva (2018), ao longo do tempo foram adaptados às novas necessidades dos moradores, sendo fechados inicialmente como garagens.

IAPI, década 1950. Fonte: Acervo Museu Santo André. Transformações no antigo térreo livre. Foto 2010, S. Scifoni.

Nos anos 1980, com a crise econômica e reestruturação produtiva que foram eliminando o emprego nas indústrias, houve outra adaptação do térreo-garagem, que virou cômodo de aluguel, como forma de complementar a renda. Mas também se transformou na solução habitacional para o trabalhador desempregado. Outras alterações no projeto foram ocorrendo ao longo do tempo como puxadinhos, anexos e novas garagens que surgiram na área comum dos prédios. Assim, as mudanças físicas que ocorreram no conjunto são a expressão material das transformações no mundo do trabalho, com a crescente precarização do trabalhador. Os filhos dos antigos operários que nasceram e vivem no conjunto não tem mais como horizonte o emprego fabril. Isso vai dando um novo conteúdo social à habitação que nasceu como produção do Estado.

## 11. Casas Populares de Santa Terezinha (FCP)

**Localização:** polígono de casas entre as ruas São Jorge, Rio Grande do Norte, Santa Branca, Albino da Rocha e dos Operários. Paróquia: Praça Rui Barbosa, s/nº, bairro Santa Terezinha (Santo André)

Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

Trata-se de outro lugar de moradia, cotidiano e vida da classe trabalhadora. São 466 casas, construídas pela Fundação Casa Popular (FCP), em 1948, no bairro de Santa Terezinha.

A FCP foi criada em 1946, no governo Dutra, como o primeiro órgão federal com a atribuição específica de produção habitacional (BONDUKI, 2014).

Em Santo André o plano inicial era construir 2 mil unidades, o que acabou não ocorrendo. Com a redução do número de unidades houve aumento de custos, o que foi compensado com o uso de materiais de construção de qualidade inferior, segundo Guides (2008). As casas foram entregues mesmo sem terem sido terminadas, o que gerou a necessidade de uma série de reparos e de acabamentos por conta própria.

Inauguração das casas, 1949/49. Fonte: Acervo Museu de Santo André.

As casas de Santa Terezinha estão distribuídas em fileiras de sobradinhos geminados em grupo de 6 ou 8 casas e foram implantadas em lotes de 40 m2. Como havia grande oposição dos operários sindicalizados aos trabalhos da FCP, quando foram lançadas, não houve interesse destes pela aquisição. As casas acabaram sendo vendidas para operários da SP Railway, entre outros. Santa Terezinha foi por muito tempo um bairro pobre e operário, quando o distrito de Utinga era considerado periferia.

Casas populares em 2011. Foto: S. Scifoni.

Nesse bairro operário havia se organizado um grupo da JOC (Juventude Operária Católica), jovens que trabalhavam e se reuniam para estudar a vivência cristã nas fábricas, junto à Paróquia de Santa Terezinha. A partir da constituição da Diocese de Santo André, em 1954, e com a vinda do Bispo Dom Jorge Marcos de Oliveira, constituiu-se o período em que os grupos de JOC atuaram fortemente no ABC. D. Jorge foi responsável por fazer a ponte entre os interesses da igreja nas JOC (da ação cristianizadora) e da militância operária (MORAES, 2003).

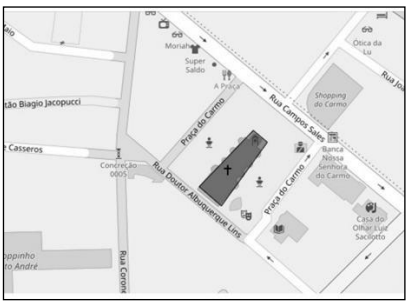
No ano de 1961 chega à Paróquia de Santa Terezinha um dos padres franceses voluntários que foram deslocados para trabalho missionário no Brasil, em periferias pobres. Esses padres foram trabalhar como operários em fábricas da região para se inserir e conviver com os trabalhadores. O padre Mahon foi trabalhar na Indústria Villares e ficou lá até o golpe militar de 1964.

Para Martins (1994), dentre as paróquias nas quais os grupos de JOC atuaram, a Santa Terezinha figura-se como uma das mais lembradas, o que pode evidenciar a atuação mais intensa neste bairro.

As paróquias nos bairros foram os lugares de militância dos grupos de JOC e de reuniões.

## 12. Catedral do Carmo

Localização: Praça do Carmo, s/nº, centro, (Santo André).




Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

A pedra fundamental para a construção da igreja deu-se no ano de 1919, por desejo dos imigrantes italianos moradores do local. Só ficou totalmente finalizada internamente no ano de 1954, durante as comemorações do IV centenário da fundação da vila. Neste mesmo ano cria-se a Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, desmembrando-se da Arquidiocese de São Paulo e a igreja é elevada a categoria de catedral.

A criação da diocese de Santo André foi fruto de campanha realizada na região envolvendo políticos e o vigário da igreja do Carmo. Contribuíram para tal as 3 prefeituras dos municípios do ABC. Um dos argumentos para a criação de uma diocese era o grande crescimento populacional, já que os anos 1930 testemunham a conurbação entre São Paulo-São Caetano e Santo André.

Neste ano de 1954 assumiu a diocese o bispo Dom Jorge Marcos de Oliveira, vindo do Rio de Janeiro. Indicado para assumir uma cidade que era foco do movimento comunista, já que anos antes (1947) havia sido eleito o primeiro prefeito comunista do país, o operário Armando Mazzo, e vários vereadores comunistas, os quais, porém não foram empossados

Para Martins (1994) o que chamou a atenção de D. Jorge ao assumir a diocese foi a grande quantidade de migrantes que chegavam à região, o traço marcadamente operário, as condições de vida destas populações que chegavam e a violência e repressão aos movimentos dos trabalhadores, sob o rótulo de combate ao comunismo.

A partir destas condições foi então definida a pauta de atuação da diocese. Iniciou-se um trabalho de aproximação com o povo e desta forma vários padres foram atraídos para o trabalho na diocese.

Começam a chegar a Santo André padres-operários. D. Jorge não esteve somente ao lado dos movimentos operários no ABC, mas também em apoio a outras greves fora da região, como a da empresa Aymoré, em 1960, que teve a direção de 5 meses e a da fábrica de Cimento Portland de Perus e da Companhia Melhoramentos.
A igreja de Santo André, sob a atuação de D. Jorge ficou conhecida pela presença e apoio ao movimento dos trabalhadores.

Catedral do Carmo. Foto: S. Scifoni, 2015.

As paróquias nos bairros foram os lugares de militância dos grupos de JOC e de reuniões. Assim, definiu-se uma rede de lugares de memória ligados a essa experiência da juventude católica operária. Um destes lugares é a Paróquia Nossa Senhora do Carmo, localizada bem no centro da cidade.

Dom Jorge Marcos de Oliveira, s/d. Fonte: Associação Lar Menino Jesus

## 13. Greve da Rhodia

**Localização:** Av. dos Estados, 5852. Bairro Centro (Santo André).

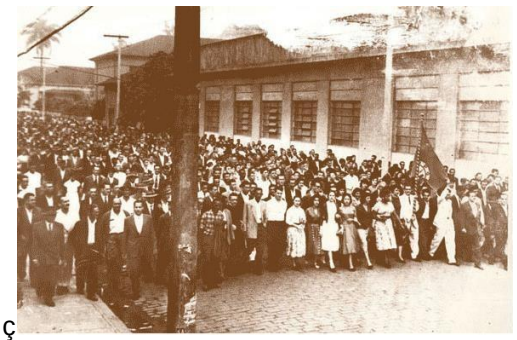
Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

Um momento marcante da luta operária em Santo André foi a greve da Rhodia deflagrada em março de 1959. Não foi a primeira que paralisou a empresa, já que em 1946 os operários aderiram à greve geral. Mas até então a Rhodia, empresa instalada em Santo André em 1919, era conhecida por adotar políticas de bem-estar na tentativa de apaziguar o movimento operário, como por exemplo o financiamento de clube esportivo, equipes de futebol, bailes, conforme destaca French (1995). Também adotada política de contratação por vínculo familiar, o que acabava por criar uma imagem da empresa como a "família rhodiana", termo muito usado à época. Mesmo assim, isso não impediu a realização de greves históricas como as de 1946 e 1959. Quanto a adesão dos trabalhadores da Rhodia à greve geral, o autor lembra que o momento (1945-47) correspondeu ao ápice da militância sindical, com uma atuação mais radical com uma onda de greves que ocorreram em São Paulo e no Brasil urbano, atingindo 100 mil trabalhadores em um notável surto de ativismo. Ficava evidente, assim, os limites da política de bem-estar para conter a mobilização dos operários, segundo French (1995).

A greve de 1959 durou 29 dias, conquistou aumento de remuneração por hora trabalhada e movimentou a cidade de Santo André com a realização de grandes passeatas, o que lembrou os tempos da União Operária, segundo Medici (2008a). A greve foi ganhando com o tempo o apoio das demais categorias e o papel da igreja foi fundamental, tendo à frente das passeatas e dos piquetes o padre Afonso José Birk, em manifestação de apoio aos grevistas.

Padre Birk discursa em 1959, durante a greve da Rhodia. Fonte: Medici, 2008a, p.69.

O padre Birk atuou em Santo André de 1958 a 1960, junto á diocese comandada pelo bispo Dom Jorge Marcos de Oliveira, conhecido como o bispo operário. O padre Birk participou ativamente das manifestações operárias, o que lhe rendeu uma reclamação dos diretores da Rhodia ao bispo Dom Jorge.

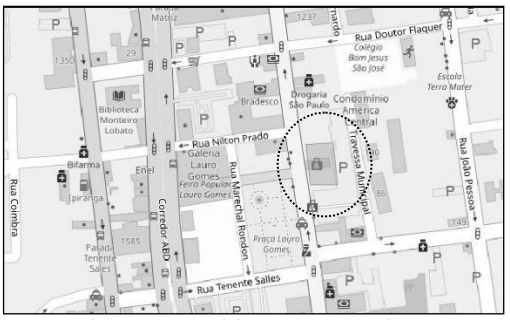


ç
Passeata durante a greve da Rhodia em 1959. Fonte: www.quimicosabc.org.br

Assembleia dos Químicos e ao centro Padre Birk. Fonte: Medici, 2008a, p.69.

## 14. Greve dos Marceneiros

**Localização:** Rua Marechal Deodoro, 1489, centro (São Bernardo do Campo). Localização da antiga Cooperativa Companhia Fábrica de Móveis São Bernardo.



Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

A primeira referência a movimentos grevistas no que é hoje o município de São Bernardo do Campo é de 1934, quando o Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas desencadeou a mais prolongada e bem-sucedida greve dos anos 1930, na região (FRENCH, 1995).

O autor justifica a ausência de referências à militância operária até então pela predominância de um tipo específico de indústria: pequenas fábricas de móveis, com menos de 100 empregados, mas quais operários e patrões compartilhavam experiências e origens semelhantes, ligadas a imigração e a chegada ao Núcleo Colonial de São Bernardo e o trabalho na agricultura e extrativismo.

A greve de 1934 eclodiu na manhã de 22 de agosto, em função da redução da taxa paga por peça e se espalhou rapidamente com a adesão de mais de mil operários. Envolveu 18 fábricas e durou um mês, resultando na conquista de assinatura de contratos de trabalho por um ano e cumprimento de 8 horas diários de jornada de trabalho (MEDICI; PINHEIRO, 1990). Para os autores foi uma greve histórica que paralisou praticamente toda a vila. Pessotti (2007), em suas memórias sobre a cidade, também ressalta que a greve ficou na história da indústria moveleira local.

O recém-criado Sindicato dos Marceneiros, em 1933, foi um dos primeiros a obter o reconhecimento do Ministério do Trabalho na região, após a edição da legislação de sindicalização, de 1931. Foi o sindicato que conduziu a negociação durante a greve.

Entretanto, no ano seguinte, as empresas ainda não cumpriam jornadas de 8 horas e começaram a forçar os operários a aderirem a um contrato de trabalho "voluntário" de 9 horas semanais, sob ameaça de demissão.

Isso resultou na organização de mais uma importante greve em 1935, que envolveu as três maiores fábricas da cidade: a de José Pelosssini, a de Narciso Pelossini (Industria Pelossini S/A) e a dos Irmãos Corazza, formando um total de 450 operários paralisados.

A greve de 1935 durou 3 semanas tendo sido finalizada em função da intervenção de forças policiais.

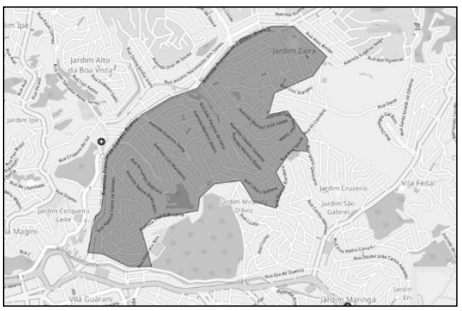
Como desdobramento da greve, surgiu a iniciativa de criação de uma sociedade cooperativa entre os grevistas, com apoio de pequenos comerciantes locais.

De acordo com Pessotti (2007), após várias reuniões, formou-se a sociedade cooperativa com mais de 100 acionistas, a Companhia Fábrica de Móveis São Bernardo. Medici (2017) localiza a cooperativa onde é hoje a Lojas Americanas, na Rua Marechal Deodoro.

Trabalhadores da cooperativa Fábrica de Móveis São Bernardo, s/d. Fonte: Medici, 2012, p. 18.

**15. Jardim Zaíra**

**Localização:** Av. Presidente Castelo Branco. Paróquia São Paulo Apóstolo: Rua Claudio Savieto, 34 (Mauá).



Fonte: datageo.ambiente.gov.br

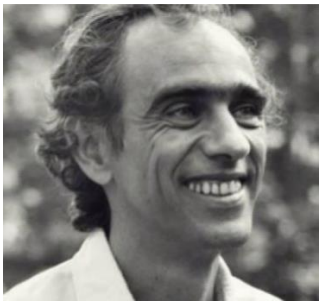
Zaíra é um dos maiores loteamentos populares de Mauá, que se constituiu nos anos da ditadura militar em um importante berço da resistência popular.

Aspecto do bairro. Fonte: Quintino, 2014.

O bairro nasceu de um loteamento implantado em duas fases: em 1956 e 1960. Instalado em uma paisagem de morros e terrenos inclinados, o bairro permaneceu durante muitos anos sem infraestrutura: ruas de terra, ausência de água e esgoto, posto de saúde e iluminação elétrica. Para lutar por melhorias no bairro, no início dos anos 1960, se formou a Sociedade Amigos de Bairro (SAB), com uma intensa atuação.

Nesse mesmo momento, em 1963, organiza-se junto à SAB uma célula da Ação Popular (AP), atraindo muitos jovens trabalhadores em conjunto com a Juventude Católica Operária (JOC). Segundo Martins (1986), a AP nasceu dentro da igreja católica, vinculada a grupos progressistas. O trabalho pioneiro realizado no Zaíra fundava-se na ideia de uma Pastoral Popular, segundo a autora. Sob o apoio e organização do Padre Alfredo Praxedes, organizavam cursos sobre a realidade brasileira e a Igreja São Paulo Apóstolo se tornou um centro aglutinador.

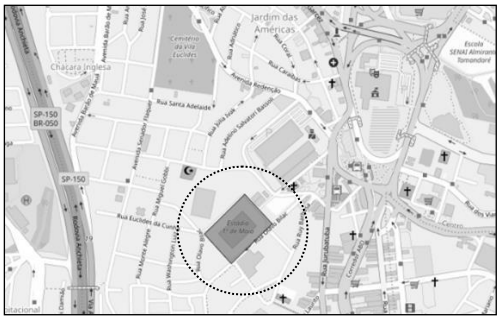
A partir de 1967, a AP começa a trabalhar de forma mais independente da igreja. Adquire uma orientação marxista-maoísta, segundo a autora, o que a faz buscar-se aproximar da vivência do operariado e da produção, portanto, da prática. Entendia-se que era fundamental a formação e conscientização nas fábricas e nos bairros. Nesse contexto, muito militantes vão morar em bairros operários e trabalhar nas fábricas, entre eles, o sociólogo Herbert de Souza, que viveu clandestinamente no Zaíra entre 1969 e 1970, usando como nome frio Chico (Francisco de Carvalho). Betinho trabalhou na Cerâmica Schimdt e ajudou a organizar a célula da AP local. Entre seus companheiros estavam Raimundo Eduardo da Silva, presidente da SAB, Gilda Fioravanti e Josefina Nicácio Gonçalves (JOC/AP), Getúlio Miguel de Souza e Olivier Negri Filho, também da SAB.


Betinho, o Chico. Fonte: Quintino, 2014.

Com a decretação do AI-5 e o aumento da perseguição política, foram presos e torturados muitos militantes. Raimundo morreu nas dependências do Hospital Militar vítima de torturas. Outros militantes moradores do Zaíra também foram vítimas da tortura: Olavo Hansen, estudante da USP preso durante panfletagem no 1º de maio na Vila Maria Zélia, morto pelo regime militar; Francisco Seiko Okama, membro da Aliança Nacional Libertadora (ALN). Betinho conseguiu asilo político no Chile e retornaria ao Brasil anos depois. Todas que viveram com ele relatam seu carisma e importância na experiência de organização popular.

**16. Estádio de Vila Euclides**

Localização: Rua Olavo Bilac, 240, Vila Euclides (São Bernardo do Campo).



Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

O Estádio da Vila Euclides foi palco das famosas assembleias dos metalúrgicos que reuniram milhares de pessoas, durante o movimento conhecido como Ciclo das Greves de 1978-79-1980, na região do ABC paulista.

Em homenagem às lutas dos trabalhadores travadas naquele espaço, em 1980, a administração municipal conferiu-lhe uma denominação oficial condizente com o seu novo papel de lugar da luta social e até hoje vigente: Estádio 1º de Maio.

Curiosamente, aquele que foi o principal palco do movimento operário contestador do final da década de 1970 tem suas origens ligadas ao próprio processo de industrialização da região do ABC e, portanto, do estado de São Paulo. O estádio foi construído, na década de 1950, como parte integrante do espaço fabril de uma das mais modernas indústrias têxteis da região do ABC, a Sociedade Elni de Produtos Manufaturados Ltda.

Assembleia no estádio. Fonte: Oliva, 1987, p.164.

O ciclo de greves inicia-se com um movimento espontâneo dos trabalhadores da Scania, em 1978, detonando a primeira greve de trabalhadores no país, no período pós-1968 em que se deu o endurecimento do regime com a decretação do AI-5. assembleias no estádio da Vila Euclides.

No ano seguinte, em 1979, o movimento grevista foi organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos, sob a liderança de Lula, e constitui-se em um marco, pois foi a primeira greve geral de uma categoria trabalhista na história recente do sindicalismo, no período pós-64, uma greve diferente da de 1978 por se dar fora da fábrica, com piquetes e grandes No ano seguinte, em 1980, o movimento tomou contornos mais fortes, com os metalúrgicos permanecendo em greve durante 41 dias e prisão dos líderes sindicais e grande assembleias no estádio. A primeira assembleia dos grevistas no Estádio foi realizada no dia 13 de março de 1979, com o comparecimento de cerca de 60 mil trabalhadores. O uso do estádio foi uma estratégia do sindicato para enfrentar a organização das assembleias de um movimento grevista que cresceu intensamente. Não havendo mais condição de realização das assembleias no auditório da sede, o estádio tornou-se então “a casa do trabalhador” e ganhou a cena política nacional e internacional pois as assembleias que reuniram milhares de trabalhadores e foram duramente reprimidas pelo governo militar.

Assembleia dos Metalúrgicos no Estádio. Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

A cidade de São Bernardo ficou praticamente sitiada com os tanques e todo um aparato militar que tomou conta das ruas do centro, além dos helicópteros com policiais armados cercando o estádio.

## 17. Igreja Matriz de São Bernardo do Campo

**Localização:** Praça da Matriz, s/nº, centro (São Bernardo do Campo).

Fonte: datageo.ambiente.gov.br

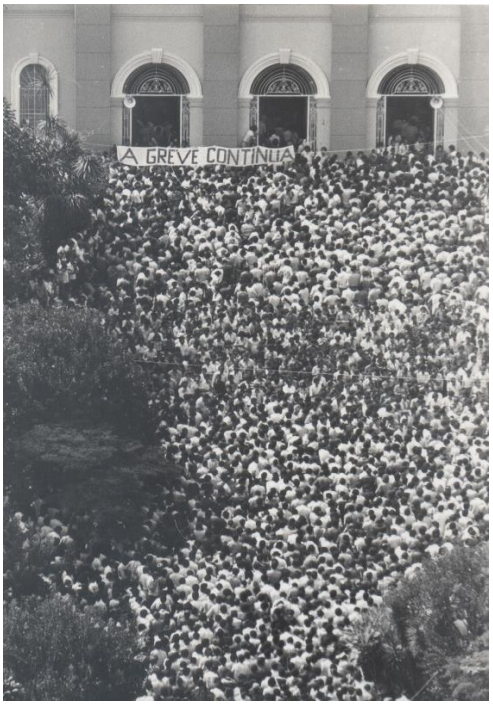
A intensificação da repressão aos movimentos grevistas durante o ciclo das greves de 1978-79-1980, fez surgir lugares de luta alternativos e fundamentais para a continuidade da organização do movimento. Um destes lugares foi o Salão Paroquial e a Igreja Matriz de São Bernardo. Durante a interdição do Sindicato, nas greves da categoria nos anos de 1979 e 1980, a Igreja foi utilizada como local de encontro e de organização.

A aproximação da Igreja Católica com o movimento operário, sobretudo pela Pastoral Operária foi importante para o fortalecimento do movimento, principalmente com sua atuação nos bairros onde já havia uma organização anterior dos próprios trabalhadores.

No entanto, o apoio da igreja ao movimento operário não se iniciou com o ciclo de greves, ao contrário, na história do ABC aparece desde os anos 1940-50, com a atuação do bispo da Diocese de Santo André, Dom Jorge Marcos de Oliveira, com a atual da Juventude Operária Católica (JOC), da Ação Católica Operária (ACO) e da Pastoral Operária (MARTINS, 1994). É importante destacar, como nos lembra a autora, a participação desigual da igreja com relação às greves e ao movimento, pois havia paróquias em que se dava a pregação contrária, conclamando ao retorno ao trabalho.

O apoio da igreja também se manifestou com a realização das missas do 1º de maio, celebradas por D. Cláudio Hummes, que ocorreram no Paço Municipal ou no Estádio da Vila Euclides. Todos os anos são realizadas missas na Igreja, na data do 1º de maio, reafirmando assim, esta manifestação como parte memória operária.

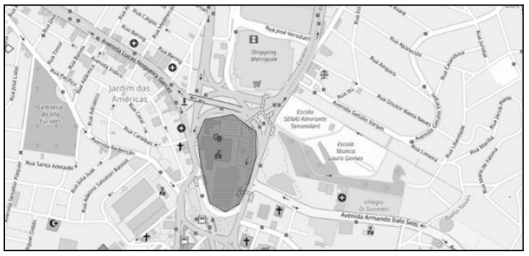
Igreja Matriz de São Bernardo em dois momentos, durante as greves de 1979/80 e em 2011. Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos e S. Scifoni.



Assembleia em frente a Matriz, durante as greves de 1979/1980 e interdição do Sindicato e do Estádio. Fonte: Serviço de Memória de São Bernardo do Campo.

## 18. Paço Municipal de São Bernardo do Campo

**Localização:** Praça Samuel Sabatini, s/nº. (São Bernardo do Campo).



Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

O ciclo de greves de 1978-79-1980 consolidou alguns espaços de luta na cidade de São Bernardo do Campo, principal parque automotivo nacional. Durante as greves gerais da categoria, nos anos de 1979 e 1980, com a decisão do TRT que as julgou ilegal, o governo determinou a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos.

Além do sindicato, decretou-se também a interdição do Estádio da Vila Euclides, que até então era utilizado para a realização das assembleias dos metalúrgicos. A Igreja Matriz, também utilizada alternativamente para reuniões, tornou-se um lugar vigiado.

Com a restrição cada vez maior e o cerco policial e militar aos locais de reunião dos trabalhadores outro local se destacou como opção: o Paço Municipal de São Bernardo. É preciso registrar-se, também, a posição de apoio do então prefeito Tito Costa, do antigo MDB, que cedeu espaço para a realização das assembleias e que manifestou apoio aos metalúrgicos, estando presente às assembleias e aos atos de resistência, como o 1º de maio.

Paço Municipal na greve de 1980. Foto: Hélio de Campos Mello. Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos.

O Paço foi, assim, um destes lugares da luta utilizados pelo movimento durante os momentos de cerco e restrição ao uso dos espaços, principalmente para as grandes assembleias. Fotos de época mostram milhares de pessoas no Paço cercadas por forte aparato militar e uma cena que ficou famosa: a tentativa dos trabalhadores de escrever com seus corpos a palavra democracia no Paço.

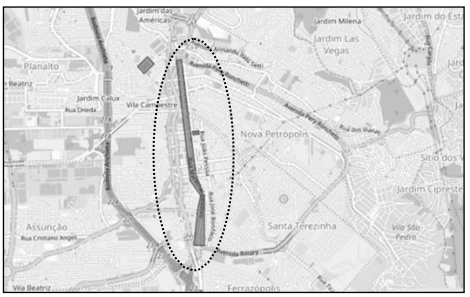
A comemoração do 1º de maio de 1979, realizada no Paço Municipal foi marcante pois deu-se com missa celebrada pelo bispo de Santo André, D. Cláudio Hummes e com a participação de Vinícius de Moraes que leu o poema “O operário em construção”.

Vinicius de Moraes, Tito Costa, Lula, durante a missa em 1979. Fonte: Serviço memória de SBC.

O Paço Municipal foi projetado em 1965, pelos arquitetos Jorge Bonfim, Roberto Monteiro e Toru Kanawa. Situado junto à várzea do Ribeirão do Meninos, figura entre as diversas obras de arquitetura moderna construídas no período de 1940 a 1960 na cidade, período em que se desejou constituir, por meio da arquitetura, uma paisagem urbana de identidade fortemente vinculada ao processo de modernização do país.

**19. Rua Marechal Deodoro**

**Localização**: inicia junto à Av. Brigadeiro Faria Lima e finaliza à Av. Rotary, em Ferrazópolis (São Bernardo do Campo).



Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

Dentre os lugares de luta que ficaram marcados durante o ciclo de greves de 1978-79-1980, temos a Rua Marechal Deodoro, que corta o centro da cidade e representou o eixo de ligação entre o Paço Municipal, o Sindicato dos Metalúrgicos e a Praça da Matriz. Como rua central da cidade foi o espaço fundamental para a realização das passeatas dos trabalhadores, como estratégia de luta para dar visibilidade ao movimento.

Passeata pelo fim da intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos por ocasião das greves de 1979/80. Fonte: Serviço de Memória de SBC.

A Rua Marechal Deodoro corresponde aos trechos do antigo Caminho do Mar, que ligou desde os primórdios da colonização portuguesa o litoral a Vila de São Paulo de Piratininga, no planalto. Foi ponto de passagem de todo o fluxo de mercadorias e pessoas até a abertura da ferrovia em 1867, tornando-se assim, o eixo central, onde se constituiu o chamado centro histórico da cidade.

Como rua central abriga a concentração do comércio varejista e o setor de serviços da cidade. Durante muitos anos e até meados dos anos 1960, foi a principal rua da cidade, até a abertura do novo projeto viário moderno que parte do Paço Municipal.

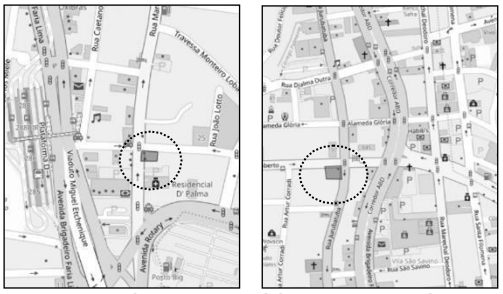
Sendo assim ela é um elemento referencial importante para a história da cidade. Por ela passou o comércio tropeiro ligando Santo a São Paulo, autoridades e personalidades que se dirigiam à capital. Ali surgiram as primeiras indústrias de São Bernardo como as serrarias e fábricas de móveis, mas também os primeiros estabelecimentos comerciais. A Rua Marechal Deodoro constituiu-se, desta forma, como o lugar da vida cotidiana no subúrbio industrial e operário paulista durante muitas décadas mais de um século.

Como local das primeiras fábricas e, mais recentemente, como um dos lugares de luta do movimento operário dos anos 1970, a Rua Marechal Deodoro firma-se como elemento da memória operária na cidade.

Passeata pela Rua Marechal Deodoro, greve de 1979. Fonte: Serviço de Memória de SBC.

**20.Bar do Zelão (matriz)**

**Localização:** Rua Marechal Deodoro, 2.583 (matriz), em Ferrazópolis. Tem uma filial em Rua Jurubatuba, 926, no centro (São Bernardo do Campo).



Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

Bar do Zelão, situado muito próximo ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ficou conhecido como um ponto de encontro dos militantes sindicais. Lugar de sociabilidade operária, das conversas sobre a vida no trabalho e fora dele, sobre as alegrias e as dificuldades do cotidiano, mas também de debate e organização política dos trabalhadores, entre um copo de cerveja ou de pinga e o famoso caldo de mocotó, iguaria típica dos estados do nordeste brasileiro.

O bar foi aberto por José Dantas Irmão, paraibano de Souza, que chegou a São Bernardo com 18 anos. Antes dele, Dantas e o irmão que já morava em São Bernardo abriram uma lanchonete na Av. Rotary, em 1972, que servia comida nordestina como caldo de mocotó, sarapatel, buchada de bode. Funcionou até 1977, quando ele resolveu mudar-se para o atual ponto, no final da rua do sindicato, esquina com a Marechal. Foi na Marechal que o bar de Dantas começou a ficar conhecido, segundo ele (entrevista ao serviço de Memória de São Bernardo do Campo). O bairro, segundo Dantas, tinha muito morador nordestino nas várias pensões próximas.

Quando abriu o bar na Marechal um colega sugeriu o nome “Zelão Rei do Caldo de Mocotó”. A princípio ele estranhou, mas acabou optando pelo nome que o tornou até hoje conhecido e presente na memória operária. Durante o movimento grevista no final de 1970 e início de 1980, o bar ficou conhecido e muito frequentado, tanto por operários e militantes que vinham do ABC como um todo, mas também de jornalistas, que foram cobrir os acontecimentos políticos, segundo relata Dantas. Segundo ele, na primeira greve geral dos metalúrgicos, em 1979, quando a Volkswagen paralisou durante a meia noite foram muitos trabalhadores para o sindicato.

Com o comércio fechado nas imediações e apenas o Bar do Zelão aberto, ele diz que vendeu tudo que tinha. Com as greves, a presença de operários no sindicato implicava em maior movimento no bar.

Foto Bar do Zelão (matriz)

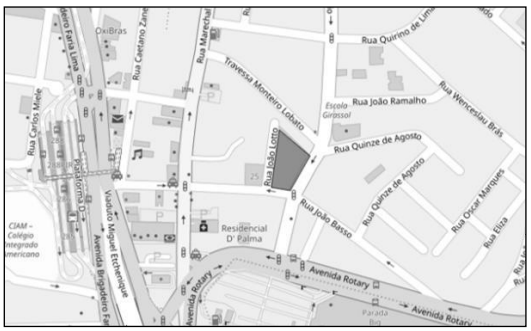
Filial do Bar do Zelão na Rua Jurubatuba. Foto de 2018, S. Scifoni.

Abriu em 1989 a filial na Rua Jurubatuba, maior e bem mais bem estruturado, servindo refeições diversas, além da comida nordestina. Para José Dantas, depois que ele abriu a filial na Jurubatuba o movimento de políticos também se deslocou para lá. Apesar do bar na Marechal ser o tradicional, desde 1977, o ponto na Jurubatuba firmou-se como o lugar do encontro político. Segundo depoimento de Dantas, vão sempre lá políticos do PT e também de outros partidos, mas que tiveram relação com o movimento grevista.

O Bar do Zelão é um lugar de memória relacionado aos momentos de luta e de organização, mas fundamentalmente presente nos momentos da vida cotidiana: o encontro, a conversa séria e a conversa jogada fora, a bebida, o caldo.

## 21. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

**Localização:** Rua João Basso, 231, Ferrazópolis (São Bernardo do Campo).



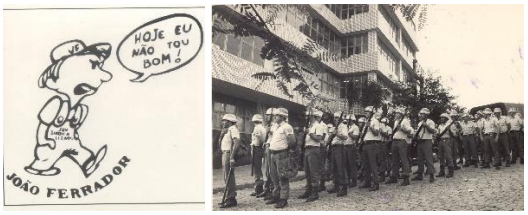

Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

Em 1933 foi criado o Sindicato dos Metalúrgicos congregando os trabalhadores da categoria na região do ABC, com sua maior atuação em Santo André e São Caetano. Da origem em comum, a divisão do sindicato em duas bases ocorreu por conta da instalação das primeiras indústrias automobilísticas ao longo da Rodovia Anchieta, em São Bernardo. Com a chegada da Willys, VW, Mercedes, Scania a partir de finais da década de 1940, começou a se fortalecer, na década de 1950, a categoria dos metalúrgicos em São Bernardo e Diadema. Em 1959, já contando com uma base de 40 mil operários formou-se a Associação Profissional dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de São Bernardo e Diadema, que antecedeu o sindicato. Neste mesmo ano foi então fundado o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema.

Nos primeiros tempos (de 1959 até 1964) os dois sindicatos de metalúrgicos trabalharam juntos, manifestando uma posição combativa e de luta. Mas o golpe de 1964 resultou na intervenção nos sindicatos e implantação de um controle policial para instaurar uma “nova ordem”, as campanhas salariais acabaram sendo esvaziadas e o sindicato tornou-se o lugar do assistencialismo (PARANHOS, 1999).

Em 1969 venceu as eleições a chapa liderada por Paulo Vidal. Apesar de ser a chapa da situação, segundo Paranhos (1999), os discursos dos dirigentes colocam neste momento a intenção de um projeto mais combativo, como a luta contra o arrocho salarial, a liberdade sindical, convergindo com alguns pontos defendidos pela Oposição Metalúrgica de São Paulo. Dava-se os primeiros passos para o que deveria se configurar depois como uma nova corrente no movimento sindical, segundo Paranhos (1999).

Em 1971 o sindicato começa a editar o seu jornal Tribuna Metalúrgica, com objetivo veicular as “vozes operárias. No ano seguinte surge um personagem que passa a ganhar espaço no Tribuna Operária: o João Ferrador, idealizado por Antonio Carlos Felix Nunes, desenhado inicialmente por Henfil e depois por Laerte. João Ferrador era a representação do operário na região.




João Ferrador. Sindicato cercado por policiais, em 1979. Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

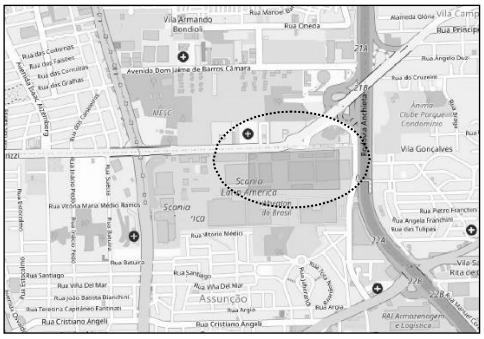
Fato decisivo para a configuração de uma nova corrente de atuação chamada depois de Novo Sindicalismo foram as eleições em que assume uma nova gestão, de 1972 a 1975. Embora a chapa fosse encabeçada por Paulo Vidal, tinha como diretores Rubens Teodoro Arruda, o Rubão, Nelson Campanholo e Luís Inácio da Silva, o Lula. Em meio a esta nova gestão, em 1973, um grande fato acontece para o sindicato, com a inauguração de sua nova sede, na Rua João Basso.

De 1975-1978, praticamente os mesmos nomes na chapa da diretoria, mas com uma mudança significativa: Lula na presidência e Rubão na vice. Sob esta gestão foi iniciada a bandeira da reposição salarial dos 34,1%, relativos à manipulação dos índices de inflação feita pelo governo de 1973).

A partir deste momento se consolidou o chamado Novo Sindicalismo, que organizou as grandes greves de categoria de 1979 e 1980, as grandes assembleias no Estádio da Vila Euclides e no Paço Municipal e na Igreja Matriz, assim como as passeatas pela Rua Marechal Deodoro.

## 22. Porta de Fábrica

**Localização:** Rua José Odorizzi, 151, Vila Euro, município de São Bernardo do Campo.



Fonte: datageo.sp.gov.br

A porta de fábrica, durante o chamado ciclo de greves de 1978-80, se consolidou como um lugar simbólico e estratégico da mobilização e luta operária no ABC. Ela foi o lugar fundamental de aproximação do sindicato com os trabalhadores, uma vez que o órgão de classe era visto com muito descrédito durante a ditadura em função de seu papel nas negociações salariais. O ritual estabelecido por lei durante da data base favorecia os patrões que se negavam a negociar, levando as reivindicações dos trabalhadores à dissídio, com aplicação apenas do índice de reajuste definido pelo governo. Além disso, o sindicato acabava tendo uma atuação apenas assistencialista ou atuando na restrita defesa legal de direitos.

A renovação sindical, particularmente, na base dos metalúrgicos de São Bernardo veio com a nova eleição em 1975 e com a chapa vencedora, liderada por Luís Inácio da Silva, o Lula, que deu sinais de mudança de postura em relação às negociações salariais. Quando em 1979 o sindicato começou a campanha salarial, era preciso mobilizar os trabalhadores para uma ação mais organizada e efetiva, depois da eclosão de greves espontâneas no ano anterior.

Em 1980, operários distribuem panfletos na porta de fábrica. Fonte Serviço de Memória de São Bernardo do Campo.

A porta de fábrica foi esse lugar privilegiado de diálogo, convencimento e conscientização, mas também dos conflitos nos momentos de greve entre a militância e os trabalhadores que se recusavam a aderir, os pelegos.

Ela foi o lugar da entrega de panfletos, do piquete de trabalhadores para evitar a entrada dos fura-greves, do enfrentamento com os patrões e com a polícia. Para Lula naquele momento foi o lugar em que os militantes começaram a virar o jogo (SANTO ANDRÉ, 1990).

Porta da fábrica Scania, durante o começo dos anos 1980, com Lula discursando. Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Como lugar múltiplo, o lugar escolhido para representar a porta de fábrica foi a da Scania Brasil. Isso porque esse local é emblemático das lutas operárias que eclodiram em 1978 depois de uma década de intensa repressão política e restrição de direitos após a decretação do AI-5. Foi nessa indústria que em 1978 eclodiu uma greve espontânea de trabalhadores, liderada pelo então metalúrgico Gilson Meneses, que depois se espalhou por outras montadoras dando início ao ciclo de greves.

**23. Vila Palmares**

**Localização:** Av. Palmares, Av. Gago Coutinho e Rua Boa Vista. Paróquia Nossa Senhora das Dores: Rua Mamede Rocha, 318 (Santo André).

Fonte: datageo.ambiente.gov.br

O bairro de Vila Palmares é símbolo de uma experiência importante de organização popular e operária que surgiu nos anos 1960, ligada à atuação de grupos progressistas da igreja católica. Ali se constituiu o Movimento em Defesa dos Favelados (MDF), em 1978, fruto da mobilização dos moradores da 1ª favela de Santo André, a Quilombo dos Palmares.

Apesar de loteado em 1924, com terrenos voltados à venda para o operariado local, a Vila Palmares até os anos 1950 tinha poucos moradores e ausência total de infraestrutura e serviços urbanos. Com muitos terrenos desocupados, passou, a partir do final os anos 1950 e início dos anos 1960 a testemunhar a construção dos primeiros barracos improvisados. Apesar de coração da atividade industrial, Santo André vivia o drama da falta de moradias para a população trabalhadora mais pobre. Nesse contexto, segundo Fernandes (2014), em 1964 se configurou a primeira favela da cidade chamada de Quilombo dos Palmares.

Favela Quilombo dos Palmares em 1970. Fonte: Fernandes, 2014, p. 68.

Nesse mesmo momento, chegava também ao bairro o recém-ordenado Padre Rubens Chasseraux, vindo de experiências junto à Favela do Vergueiro, onde desenvolveu um trabalho de alfabetização de adultos. Padre Rubens começou organizando os moradores, com apoio de alguns missionários, semente de um importante movimento popular de luta por melhorias do bairro.

Segundo Martins (1985), esse é o momento em que militantes católicos ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André se aproximam da Ação Popular, uma organização de esquerda surgida dentro dos movimentos da igreja católica, em 1962 e ligada a jovens universitários e secundaristas. Para a autora, a Vila Palmares foi o centro de atuação desse grupo, que se organizou para atuar com educação popular, utilizando-se do método de Paulo Freire.

Em final dos anos 1970, moradores da favela que tinha nesse momento mais 2 novos núcleos organizaram-se formando a Sociedade Civil Quilombo dos Palmares, que foi fundamental na defesa da permanência no local diante das ameaças de despejo. Em 1978 a Sociedade negociou a compra de um dos terrenos onde se localizava parte da favela, o que foi feito por meio de arrecadação mensal juntos aos moradores. Nesse ano, também, os moradores fundam o Movimento em Defesa dos Favelados (MDF), que se expandiu pela região, organizando e dando assessoria jurídica e técnica para outras favelas. A Igreja da Vila Palmares se tornou a sede do movimento, graças ao apoio de Padre Rubens. Pela sua atuação progressista foi considerado comunista, preso e torturado várias vezes.

Em 1991, sob a gestão do Prefeito Celso Daniel, a prefeitura em conjunto com mutirão de moradores, realizou obras de urbanização de favelas, com calçamento e implantação de infraestrutura.

Mutirão para urbanização da favela, 1991. Fonte: Fernandes,2014, p. 95

**24. Centreville**

Localização: polígono formado entre as ruas: Prof. Luís Inácio de Anhaia Melo, Walt Disney, Duque Ellington, General Humberto de Souza e Melo, Geraldo José de Almeida e Av. dos Governadores, município de Santo André.

Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

Em 1978 começou a ser construído o bairro do Centreville, um empreendimento da empresa Nova Urbe que incluía além do parcelamento do solo, a construção de casas para classes médias, com lotes mais amplos do que os dos bairros populares do entorno. O traçado do loteamento também traz uma inovação ao deixar o padrão tradicional de traçado ortogonal. Mas o empreendimento, inovador para a região não chegou a ser concretizado totalmente, pois a empresa faliu apesar de algumas propriedades terem sido vendidas. Abandonado durante anos e com casas semiacabadas o Centreville chamava a atenção em um município do principal parque industrial da metrópole – o ABC paulista – onde os próprios trabalhadores não tinham como conquista formas de moradia digna.

Organizou-se assim a ocupação do bairro, preparada durante diversas reuniões chamadas pela Rádio Peão, nas quais os trabalhadores de várias empresas, muitos metalúrgicos, participaram. Em 16/07/1982, durante o governo de Lincon Grillo na prefeitura de Santo André e gestão de Paulo Maluf como governador do estado, ocorreu a primeira ocupação do bairro, com cerca de 600 famílias. O perfil dos ocupantes era preferencialmente trabalhador de indústrias grandes como VW, TRW, Fontoura, alguns desempregados, mas operários de origem, em geral casados e com filhos e moradores de aluguel ou de favelas.

As casas foram sendo adaptadas e subdivididas para abrigar as famílias. Foto: S. Scifoni, 2018.

A ocupação representava a possibilidade de sair do aluguel, melhorando assim as condições de vida. Um segundo momento de ocupação se deu em 11/02/1983, com cerca de 500 famílias, segundo depoimentos coletados pelo Museu de Santo André. No começo não havia água nem luz, demoraram alguns meses para que, sob pressão na prefeitura, essa infraestrutura fosse disponibilizada.

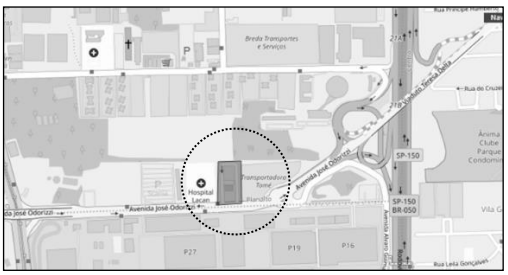
A preparação da ocupação reuniu pessoal ligado a luta nas fábricas, com atuação nos sindicatos e igreja. Havia o reconhecimento de que o empreendimento abandonado e sem uso e ainda por cima realizado com financiamento da Caixa, portanto com dinheiro do trabalhador, constituía-se em uma espécie de injustiça frente às dificuldades que estes mesmos trabalhadores da região tinham para bancar uma moradia.

A ocupação das casas, algumas subdivididas e "vendidas" depois, sustentou-se no tempo devido as formas de organização desenvolvidas pelos ocupantes. Neste aspecto os depoimentos falam do papel desempenhado pelos militantes do Partido Comunista do Brasil na organização do movimento com a ocupação. Também nos depoimentos aparece expresso o papel fundamental das mulheres e das crianças na sustentação cotidiana da ocupação frente às ameaças de despejo ou a perseguição da guarda contratada pela Caixa para vigiar o lugar.

Segundo reportagem de jornal do ano de 2018, Padre Mahon acompanhou todo o movimento desde o início e toma conta da Capela Nossa Senhora da Esperança, no centro do bairro. Ele diz que dos primeiros ocupantes chamados de pioneiros, restam poucos. Ao longo dos anos com a pressão da Associação União de Luta dos Moradores do Centreville foram realizadas diversas negociações, primeiro com BNH, depois com governo do estado, por meio da CDH (atual CDHU).

**25. Vila Comunitária**

**Localização:** Av. José Odorizzi, Rua 1330, bairro Planalto (São Bernardo do Campo).




Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

Primeira experiência de construção de casas, em sistema de mutirão, da região do ABC paulista e contemporânea às primeiras iniciativas deste gênero na capital paulista: Vila Nova Cachoeirinha, de 1983 e Adventista, de 1988.

No início dos anos 1980, moradores de um bairro periférico de São Bernardo, o Parque São Bernardo, formaram a Associação de Construção Comunitária por Mutirão, a partir de reuniões na Pastoral Operária em que participava José Albino, trabalhador da Mercedes Benz.

A compra do terreno para construção foi feita com ajuda do Bispo Dom Cláudio Hummes que se comprometeu com a venda a preços populares e parcelada em 8 anos. Como havia, entre os associados, pessoas em situação de pobreza muito grande, a associação buscou junto ao CDH (atual CDHU) um convênio para financiamento do material de construção. As máquinas para terraplenagem vieram da Prefeitura de Campos do Jordão, já que naquela época o vice-prefeito Walter Demarchi não aceitou dispor do equipamento da prefeitura municipal.

O projeto de construção ficou a cargo do arquiteto uruguaio, Leonardo Pessina, exilado político que atuou em experiências de habitação popular no Uruguai. No Brasil a primeira experiência em que o arquiteto atuou foi o da Vila Comunitária. Leonardo é um dos fundadores da União Nacional por Moradia Popular (UNMP, criada em 1988) e faz parte da ONG CAAP, Centro de Assessoria à Autogestão Popular.

A experiência de mutirões de habitação chegou, no Brasil, por meio dos arquitetos uruguaios que atuavam com a questão, sendo Leonardo Pessina um dos mais importantes nomes. Neste sentido, a Vila Comunitária adquire um sentido especial por se constituir em uma experiência pioneira que acabou por gestar outras, em São Paulo.

Aspecto das casas da Vila Comunitária. Foto: S. Scifoni, 2012.

A Associação de Construção Comunitária também contratou um mestre de obras e os mutirantes davam 80 horas de trabalho por mês. Segundo depoimento de Inácio Deodato Guimarães, um dos mutirantes e atualmente presidente da Associação Vila Comunitária, todo final de semana havia assembleias e o caráter coletivo da obra, das decisões atingia todos os momentos da obra. Ele lembra do almoço coletivo que faziam compartilhando os alimentos, já que nem todos os mutirantes dispunham de comida suficiente. Lembra também do papel decisivo do movimento de mulheres, que cuidava das crianças na creche criada por elas e também da distribuição do leite. Destaca o convênio que fizeram com o Senai, que instalou uma escola modelo de serralheria atuando com os jovens das famílias. Todas as esquadrias das janelas foram feitas por estes jovens na escola modelo. Afirma que a estrutura do primeiro caminhão da campanha de Lula foi feita por esta serralheria comunitária.

Em 1987, ao final da obra, as casas foram sorteadas e uma grande festa foi feita para comemorar a empreitada. Inácio, atualmente operário aposentado da Lafer indústria de móveis que já saiu de São Bernardo nos anos 1990, lembra que algumas entidades religiosas ajudaram também no projeto, como a Fundação Samuel da Igreja Presbiteriana de Santo Amaro e a Metodista de São Bernardo do Campo.

**26. Vila Socialista**

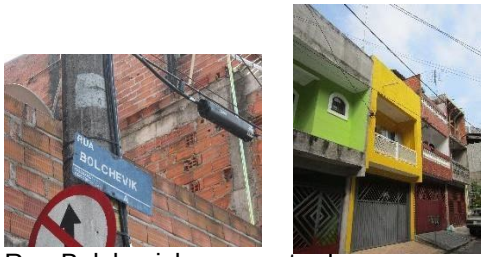
Localização: Polígono formado pelas ruas do Socialismo Científico, da Batalha, dos Soviets, Bolchevik. Inclui ainda o Conjunto Habitacional Vila Socialista, na Rua Bororós. Bairro Vila Conceição (Diadema).

Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

O bairro cujo nome das ruas é inusitado como é o caso das Rua dos Proletários, Rua dos Sindicalistas, Rua da Resistência, Rua da Conquista Popular, entre outros, é fruto da luta do movimento de moradia, particularmente dos desdobramentos da ocupação de um terreno que ficou conhecida como Vila Socialista. Em setembro de 1990, cerca de 2.500 pessoas, sendo 1.500 famílias ocuparam um terreno no Jardim Inamar, ocupação que foi denominada de Vila Socialista.

Esta ocupação teve desdobramentos trágicos devido à reintegração de posse que ocorreu em dezembro deste mesmo ano e terminou com muitos feridos, dois trabalhadores mortos e a prisão de dois vereadores que apoiavam o movimento. Cerca de 400 policiais militares, a cavalaria, helicópteros e bombas de gás lacrimogêneo foram utilizados para executar a ordem judicial enquanto os moradores tentavam resistir.

Após a desocupação as famílias foram para duas escolas públicas, nas quais ficaram ocupando por alguns meses, de forma precária. Posteriormente foram alojadas em um galpão construído pela CDH (atual CDHU) e em alojamentos provisórios. Foram 3 anos morando nestas condições precárias e pressionando o governo estadual para a construção de moradias.



Rua Bolchevick e aspecto das casas autoconstruídas. Foto: S. Scifoni, 2012.

Na Rua Bororós, esquina com Rua Tapajós ali próximo ao bairro, o CDH construiu blocos de prédios para abrigar parte das famílias cadastradas, uma parte, em 1995, já se encontrava morando nos apartamentos enquanto outras unidades ainda estavam em fase de construção. Tal conjunto recebeu o nome de Conjunto Habitacional Vila Socialista, por pressão dos moradores. O conjunto recebeu parte dos antigos ocupantes do terreno da Vila Socialista.

Outra parte dos antigos ocupantes uniram-se em uma associação que adquiriu várias glebas de terra próximas ao local para a realização de loteamentos populares. Segundo entrevista com Manuel Boni, presidente da Associação Oeste como é denominada, eles beneficiaram-se das mudanças no Plano Diretor com a criação das AEIS (Áreas de Especial Interesse Social) que permitiu parcelamento do solo em unidades de área menor que os loteamentos convencionais. A primeira gleba de terra foi adquirida em 1996 e os moradores pagavam parcelas de 1 salário-mínimo pelos terrenos, por cerca de 5 anos. Foram mais de mil famílias envolvidas neste loteamento. Posteriormente mais 3 glebas de terras foram adquiridas, conformando o atual bairro.

A Associação Oeste, de acordo com entrevista com Manuel Boni, é fruto de uma divisão no movimento de moradia, em quatro associações. O bairro é fruto de atuação da Associação Oeste abrigando cerca de 6.800 famílias, segundo Boni.

O bairro é cercado por diversos galpões industriais e tem ruas estreitas, com quadras 100 % ocupadas. São sobrados ou casas de até 3 e quatro pavimentos, bem cuidadas e com acabamento. Nas ruas o movimento de pedestres é grande, testemunhando uma sociabilidade e uso do espaço público grande.

**27. Conjunto Habitacional Gazuza.**

**Localização:** Rua Inco, Rua Jadeildo Pereira da Silva, Rua Vasco da Gama, Rua Diogo Botelho. Rua Diogo A. Correia, R. do Projeto. Bairro do Jardim Casa Grande (Diadema).

Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

Iniciativa pioneira de construção de habitação popular verticalizada em sistema de mutirão, no início dos anos 1990. Segundo Nakashigue (2008), as primeiras iniciativas de construção em sistema de mutirão surgiram na metrópole paulista em fins da década de 1980, em um contexto de crise econômica e elevado desemprego em que o mutirão aparecia como forma alternativa diante da falta de outras opções para resolver o problema da moradia. No início estas iniciativas de construção eram de casas térreas, mas a escassez de terrenos na década de 1990 levou a projetos de conjunto verticais, o que foi possível com o crescimento da experiência e amadurecimento dos movimentos de moradia, a constituição de assessorias técnicas, além do surgimento de novos materiais construtivos como o bloco cerâmico estrutural. Para a autora, o Conjunto do Gazuza foi a primeira iniciativa de conjunto vertical construído em sistema de mutirão na metrópole paulista. São 6 blocos de edifícios sendo no total 96 apartamentos e 116 casas sobrepostas, que foram entregues em duas etapas: em 1992 e em 1998. Por esta razão o conjunto foi listado no Plano Diretor como de Interesse Histórico e Cultural.

Foi realizada pela Associação de Construção Comunitária de Diadema (ACCD), com recursos da Caixa Econômica Federal e projeto arquitetônico elaborado pela Prefeitura Municipal de Diadema, que também executou obras de infraestrutura. Segundo Nakashigue (2008), em um primeiro momento a assessoria técnica era dada pela Prefeitura Municipal, sendo posteriormente substituída pela USINA Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado e finalizada pela Teto Assessoria, autora das casas sobrepostas. De início, o projeto construtivo era de estrutura convencional de concreto armado. Com a dificuldade de mão de obra especializada e a contratação da USINA, foi introduzida a alvenaria autoportante. Em cada andar são 4 aptos, de cerca de 51 m$^2$.

Blocos do conjunto Gazuza. Foto: S.Scifoni, 2012.

O terreno onde foi construído o conjunto é de propriedade da Prefeitura Municipal e, em 1989, antes da construção foi alvo de uma ocupação que ficou conhecida como Buraco do Gazuza, a primeira de uma série que marcaram o grande ABC no período, entre elas a do Morro do Samba e da Vila Socialista. São manifestações da uma sequência de conflitos por moradia que caracterizaram um período de crise econômica, com fechamento de fábricas e desemprego nesta região industrial.

A ocupação do Buraco do Gazuza por cerca de 100 famílias teve início em 02 de agosto de 1989. O terreno de 150 mil m$^2$ estava reservado pela prefeitura para a construção em sistema de mutirão, pela ACCD. Segundo a imprensa e pela versão da prefeitura, a ocupação teria sido estimulada por vereadores do próprio PT e pelo vice-prefeito de Diadema, à época. Em fins de agosto daquele ano a prefeitura procedeu a reintegração de posse com uso da Tropa de Choque, 130 policiais militares e 70 soldados, segundo matéria do jornal Folha de São Paulo (01/09/1989). A desocupação resultou na prisão de vereadores do PT e do vice-prefeito, além de sua expulsão do partido. Nas negociações que se seguiram o movimento reivindicou a divisão do terreno (40%) para ser destinada aos ocupantes e famílias cadastradas e outra parte (60%) para construção pela ACCD em sistema de mutirão.

**28.Conforja**

**Localização:** Rua São Nicolau, 210, centro (Diadema).

Fonte: datageo.ambiente.sp.gov.br

Denominação atual da empresa é Uniforja – Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia. Ocupa uma área de 65 mil m² e é a maior fabricante de anéis, flanges e conexões de aço da América Latina.

A Conforja foi criada no ano de 1954, primeiramente com a fábrica na cidade de São Paulo e atuando na produção de produtos químicos (tintas, inseticida). Nos anos 1970, em pleno milagre brasileiro, a empresa vivenciou um enorme crescimento de vendas e produção, uma vez que era a única fornecedora de conexões e anéis de aço para a Petrobrás e principal fornecedora em todo o país (70% do mercado nacional). Com o fim dos anos 1980, a crise econômica e redução de investimentos da Petrobrás, abalaram fortemente a empresa: a receita começa a cair no ano de 1989. A morte de seu fundador, em 1991, e a mudança de condução dos negócios da empresa também tiveram impacto também nos negócios. Em 1994, quando os débitos da empresa representavam 90% do ativo, a empresa iniciou uma reestruturação para continuar operando e implantou um projeto de cogestão com seus trabalhadores. Com salários dos trabalhadores atrasados, para o Sindicato dos metalúrgicos do ABC só havia duas posições: ou esperavam a falência para requerer seus direitos (o que poderia demorar na justiça) ou participavam da reestruturação por meio da cogestão. A Comissão de Fábrica e o Sindicato foram mediadores neste processo. Em 1995 para continuar produzindo, os trabalhadores aceitaram a redução de jornada para 40 horas com redução de salários. Neste mesmo ano assinaram o protocolo de intenções para implantar a cogestão e fundaram a Associação de Trabalhadores (Assecon) para constituir figura jurídica no quadro dos acionistas.

A experiência da cogestão foi fundamental para que os trabalhadores tivessem acesso a informações e a dinâmica das operações internas da empresa, que ajudaram a compreender o funcionamento da firma. Apesar disso a participação dos trabalhadores não se dava de fato, o que levou em 1997 a dissolução da Assecon e ao rompimento com a cogestão. O grupo de trabalhadores da ex-Assecon começa então a discutir uma alternativa de criação de uma cooperativa para tocar a empresa. Foi realizado um seminário para a formação da cooperativa na Colônia de Férias do Sindicato, em Praia Grande. Ao final elaborou-se um manifesto com a proposta de que a cooperativa assumisse o controle efetivo da empresa sem a interferência da diretoria. A ideia era que a empresa arrendasse aos trabalhadores as máquinas e instalações. Assim formaram-se as 3 cooperativas que constituem hoje a Uniforja. Todo mês os cooperados depositavam na justiça o dinheiro do arrendamento. Em 2003, com recursos do BNDES, compraram o parque fabril, evidenciando-se com uma experiência de sucesso.

Instalações da Uniforja. Foto: S. Scifoni, 2020.